

Norberto Alexandre Rocha Fialho

**Técnicas tradicionais de construção,
em Vidigueira: a taipa e as coberturas
tradicionais**

Orientador: Mestre Victor Manuel Mestre de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora, 2009

Norberto Alexandre Rocha Fialho

**Técnicas tradicionais de construção,
em Vidigueira: a taipa e as coberturas
tradicionais**



186054

Orientador: Mestre Victor Manuel Mestre de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora, 2009

Técnicas tradicionais de construção, em Vidigueira: a taipa e as coberturas tradicionais

Para a minha família e namorada

Agradecimentos

São muitos a quem se deve a conclusão desta dissertação, sempre de grande empenho pessoal, de muitas noites sem dormir, de muitos quilómetros percorridos e de muito tempo para redigir.

Em primeiro lugar, devo referir o meu orientador, Arquitecto Victor Mestre, pela disponibilidade, conselhos, objectividade e sabedoria que sempre demonstrou ao longo destes anos.

Ao Professor Doutor Arquitecto Virgolino Ferreira Jorge, que desde os tempos de licenciatura o considerei meu conselheiro académico para além ser um exemplo a seguir no que respeita à dedicação aos seus alunos, profissionalismo e sabedoria.

À Arquitecta Maria Fernandes pela inspiração e incentivo no início desta caminhada.

À Universidade de Évora pela oportunidade de poder frequentar este curso de Mestrado.

À Professora Doutora Arquitecta Maria Teresa Pinto Correia pelo auxílio e disponibilidade quando solicitada.

À Câmara Municipal de Vidigueira, na pessoa do Sr. Presidente Manuel Narra mas também a todos os funcionários, pelo apoio concedido e por ter colocado todos os recursos necessários à minha disposição.

À comunidade de Vidigueira, que perpetuam as tradições e aspectos culturais essenciais para a elaboração desta dissertação e a todos aqueles que permitiram o acesso às suas habitações.

Por último, mas sempre em primeiro, agradeço à minha família, pais, avós, irmão, cunhada e sobrinhos. Sem o seu apoio, incansáveis mesmo nos momentos mais difíceis, nada disto teria sido possível.

Expresso ainda um agradecimento muito especial à minha namorada, Ana Isabel, que sempre me apoiou e partilhou comigo toda esta experiência, auxiliando-me em matérias chave para a elaboração desta dissertação.

Agradeço ainda a todos aqueles, que apesar de aqui não virem mencionados, me ajudaram a cumprir esta dissertação.

Resumo

As técnicas tradicionais de construção, em especial as aplicadas à taipa e às coberturas tradicionais em Vidigueira, podem ser consideradas como um exemplo das características culturais desta comunidade. Os edifícios que estes habitantes construíram, decoraram e ocupam reflectem o seu espírito e tradições, pelo que devem ser alvo de estudo e preservados através da sua divulgação. Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento sobre esta comunidade, nas vertentes histórica, social e cultural, mas também pelo reconhecimento de parte do seu património imaterial (as técnicas de construção) e material (edifícios que delas resultam e ocupação do território).

A preservação e divulgação destes conhecimentos, assim como contribuir para o debate sobre as temáticas do património vernacular, é o seu objectivo final. Pretendeu-se ainda estabelecer uma metodologia de abordagem que conjugasse as áreas das ciências históricas e da arquitectura aplicada ao urbanismo e às construções em terra.

Abstract

Traditional building techniques in Vidigueira: rammed earth and traditional roofing

The traditional building techniques, specially the one's applied to rammed earth and the traditional roofing in Vidigueira, can be considered as examples of the cultural characteristic's of this community. These buildings, constructed, decorated and dwelled in by these inhabitant's, should be persevered by their study and divulgation because they reflect their state of mind and traditions. One of the objective's of this paper is to contribute to the knowledge about this community, in what concern's to is history, to it's society an to it's culture, but also for the recognition of it's intangible cultural heritage (meaning the traditional building techniques) and their material cultural heritage (the dwellings that this technique's help to build and the town spread out).

The preservation and divulgation of this knowledge, so as contributing to the debate about the vernacular heritage thematic, is the final objective. A methodology witch established a bridge between history, urbanism and earth architecture was attempt.

Sumário de conteúdos

Vol. 1

Dedicatória	III
Agradecimentos.....	V
Resumo/Abstract	VII
Sumário de conteúdos.....	IX
Introdução.....	XI
Metodologia.....	XV
1ª Parte: Caracterização da área de estudo	1
1. Definições geográficas e demográficas.....	3
2. Condições geológicas.....	9
3. Caracterização dos solos	17
4. Hidrologia.....	19
5. Condições climatéricas.....	21
6. Parcelamento da propriedade e identidade própria	27
7. Enquadramento histórico.....	29
2ª Parte: Materiais e técnicas de construção.....	43
1. Os materiais nas técnicas tradicionais de construção	45
2. As técnicas tradicionais em Vidigueira: relatos dos ofícios.....	59
3ª Parte: História da construção	121
1. Dados prévios para a compreensão da evolução histórico-urbanística de Vidigueira	123
2. Evolução urbanística de Vidigueira	133
3. O edifício habitacional baixo-alentejano.....	143
4. Definição das zonas de onde se irão retirar as amostras	147

4ª Parte: Consideração analítica dos dados recolhidos	151
1. Caracterização tipológica dos edifícios urbanos	153
2. Análise aos dados técnicos das habitações identificadas	169
5ª Parte: Valorização da técnica de construção em taipa e da abobadilha alentejana	191
1. Património cultural vernacular ou tradicional	193
2. A salvaguarda do património cultural construído	195
3. Conservação do património tradicional ou vernacular em Vidigueira.....	197
4. Técnicas de conservação e manutenção do património vernacular ou tradicional	201
5. Divulgação das técnicas ao nível local.....	213
Conclusão	219
Bibliografia.....	223
Índice geral	233
Índice de figuras	239
Índice de quadros.....	251

Introdução

Inserido no campo algo vasto da arquitectura de terra¹ as construções em taipa destacam-se no território alentejano. A provar esta dominância, observe-se as obras já publicadas e os trabalhos desenvolvidos nas universidades portuguesas e estrangeiras que abordam este tema². A compor este todo de origens antigas, encontram-se, por um lado os edifícios, enquanto espaços de vivências variadas associadas à vida económica, cultural, social e de intimidade familiar, pelo outro as técnicas, que definem os modelos e as formas de os construir. É para a melhor compreensão destes dois componentes, vitais para o reconhecimento deste universo construtivo, que esta dissertação tentará contribuir.

A arquitectura de terra, em especial a taipa, após um declínio acentuado em Portugal desde meados do século XX, tem vindo a ganhar protagonismo ao longo das duas dezenas de anos. À imagem do que tem vindo a suceder noutros locais, pioneiros na actividade construtiva moderna em terra³, Portugal recomeçou a tentar compreender o seu património cultural, material e imaterial, associado às construções em terra. Exemplos desse renovado interesse encontram-se na repetição sistemática e sempre muito concorridos dos Seminários de Arquitectura de Terra, que já vão na 6ª edição, e nos Seminário Ibero-Americanos de Arquitectura de Terra, que já contam 8 edições. Estas iniciativas, com paralelos em iniciativas internacionais desde o Encontro Internacional de Yazd, no Irão, em 1972, passando pelo Terra 93 em Silves⁴, Portugal, entre outros até, novamente, Yazd em 2003, têm vindo a assumir importância e começam a integrar cada vez mais estudos de investigadores sempre bastante interessados neste património.

Ao nível institucional, em colaboração com várias universidades, projectos como a Chaire UNESCO e o Project Terra, têm vindo a desenvolver os conhecimentos associados às construções em terra, onde a taipa tem um papel fundamental. Do mesmo modo, o projecto CORPUS/ Euromed Heritage, sobre a arquitectura tradicional no

¹ Cf. as figuras 34 e 35 da 2ª Parte deste trabalho, p. 46.

² A título de exemplo: MOTTA, Maria Manuel Banza – Construções rurais em alvenaria de terra crua no Baixo-Alentejo; CORREIA, Mariana – Taipa no Alentejo e FONSECA, Inês – Arquitectura de terra em Avis, entre outros de grande importância.

³ Destacam-se aqui as experiências do Arq. Hassan Fathy em New Gourna, no Egipto, mas também de Jean Dethier, H. Houben e H. Guillaud, pelos estudos efectuados na Europa e noutros continentes sobre a arquitectura de terra e, quanto às habitações tradicionais, Paul Oliver.

⁴ VII Conferência internacional sobre o estudo e conservação da arquitectura de terra, ou Terra 93.

Mediterrâneo, tem vindo a contribuir para o reconhecimento deste universo no contexto internacional, do concerto das nações, que têm este mar como influência em comum.

Ao nível da arquitectura vernacular, destaca-se aqui a Carta do Património Vernáculo Construído (ICOMOS 1999) que veio a contribuir decisivamente para a protecção e reconhecimento deste património de origem popular. Apesar de ser um elemento essencial da paisagem cultural das comunidades, o património vernacular só tardamente começou a ganhar espaço no contexto académico e institucional internacional. Em Portugal, após um período de discussão sobre a “casa [tradicional] portuguesa”⁵ desde os finais do século XIX até meados do século XX, período do qual se destacam as obras *Arquitectura popular em Portugal*, publicada em 1961, e o estudo de Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira, *Arquitectura tradicional portuguesa* (esta colectânea de textos que apesar de terem sido publicados em 1992 remontam a décadas anteriores), esta temática também tem vindo a ganhar protagonismo. No contexto do sul de Portugal, para além dos contributos já referidos, destaca-se ainda as recentes publicações no Algarve sobre o *Património rural construído do Baixo Guadiana*⁶, a obra *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional*⁷ e a dissertação de mestrado do Eng. Pedro Bexiga sobre a arquitectura de terra na serra de Monchique⁸.

No contexto das técnicas de construção tradicionais, área sobre a qual se debruçam a Convenção para a Salvaguarda e Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972)⁹, o Documento de Nara (ICOMOS, 1994), a Carta de Cracóvia (ICOMOS, 2000) e com definição específica na 32.ª reunião da UNESCO¹⁰, também têm vindo a ser publicadas algumas obras de entre as quais se destacam os *Diálogos de edificação*¹¹ e a já referida publicação *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional*.

Foram estes temas, de interesse para a compreensão da vida comunitária em Vidigueira, que despertaram a atenção do executante desta dissertação e que o levaram a

⁵ Cf. MESTRE, Victor – Levantamento da arquitectura popular do arquipélago da Madeira, pp. 204-215.

⁶ COSTA, Miguel Reimão – Património Rural Construído do Baixo Guadiana, 2008.

⁷ RIBEIRO, Vítor (coord. Geral) – Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009.

⁸ BEXIGA, Pedro – A arquitectura de terra na serra de Monchique: bases para a conservação futura, 2007.

⁹ Onde vários Estados membros sublinham a importância dedicada à salvaguarda do que mais tarde vem a ser designado de Património Imaterial. Com enquadramento legal em Portugal pela LEI n.º 107/2001. D.R. Série I-A. N.º 209/01 (2001-09-08). pp. 5808-5829; pelo DECRETO-LEI n.º 139/2009. D.R. I.ª série. N.º 113 (15-06-2009). pp. 3647-3653; e pela PORTARIA 169/2010. D.R. I.ª série. N.º 69 (9-04-2010). pp. 1163-1167.

¹⁰ Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, art.º 1 e 2 alínea e).

¹¹ BELÉM, Margarida da Cunha; TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa – Diálogos de edificação: estudo de técnicas tradicionais de construção, 1998.

enveredar por este caminho que tanto lhe diz respeito. Apesar de morar numa casa de taipa e de ter contactado com estas construções durante toda a vida, foi após a frequência da disciplina de Arquitectura de Terra, ministrada no Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e paisagístico, da Universidade de Évora, e pela influência e entusiasmo da Arq.^a Maria Fernandes, que se decidiu tentar explorar esta temática aplicada em Vidigueira. As técnicas tradicionais de construção, não só da taipa mas também das coberturas tradicionais com especial relevo para a abobadilha alentejana tão característica nesta região, agora já em desuso nesta localidade, pareceram ser o ponto de partida mais favorável para esta abordagem pelo que são o tema principal. Do mesmo modo, a compreensão das lógicas histórico-urbanísticas e uma possível especificação cronológica das habitações construídas em taipa (tentando fazer a ponte com a formação específica do executante desta dissertação em História, (ramo) Património Cultural), também se definem como um dos objectivos. Por fim, e recolhendo as informações anteriores, a averiguação de casos concretos sobre estes edifícios, de modo a constatar ou contrariar as informações recolhidas, compõem a totalidade deste estudo. Optou-se por centrar a atenção nos edifícios térreos, singelos e mais característicos desta região, sem desprimor para os de 2º piso ou mais altos em taipa, porque também os há e constituem uma categoria própria dentro da arquitectura tradicional em Vidigueira.

A salvaguarda deste património também aqui deve ocupar um lugar. No último capítulo elaborar-se-á uma breve apreciação às principais anomalias verificadas nestes edifícios e apresentar métodos preventivos de conservação. Para finalizar, a valorização e divulgação deste património, enquanto prática aceite para a sua salvaguarda, também será alvo de atenção, elaborando-se para tal medidas concretas de abordagem.



Figura 1- Vista geral de Vidigueira e da serra de Portel (perspectiva de sudoeste)

Metodologia

Para a elaboração desta dissertação acolheram-se várias abordagens específicas para cada uma das cinco partes que o compõem, para além da Introdução, Metodologia, Conclusão, Bibliografia e Índices: 1ª Parte: Caracterização da área de estudo; 2ª Parte: Materiais e técnicas de construção; 3ª Parte: História da construção; 4ª Parte: Consideração analítica dos dados recolhidos; 5ª Parte: Valorização da técnica de construção em taipa e da abobadilha alentejana. Os Anexos, em volume separado, compõem-se de figuras, entrevistas e dados de apoio ao texto, figuras e quadros deste volume:

1ª Parte – Neste ponto foi essencial a análise ao Plano Director Municipal (PDM) e ao Plano de Urbanização de Vidigueira (PUV), enquanto instrumentos de gestão e compreensão geográfica e ambiental deste território. Outras informações foram recolhidas em institutos públicos específicos, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), para os dados demográficos; o Instituto da Água (IA), sobre os dados pluviométricos nacionais; ou o Ministério do Ambiente sobre as bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana. Para os dados históricos recorreu-se à limitada disponibilidade de publicações referentes a esta localidade e a estudos próprios executados na sequência desta dissertação de mestrado e outras investigações em curso. Outras publicações e estudos específicos sobre as temáticas abordadas também foram considerados, tendo servido de modelo e de análise para a elaboração desta Parte.

2ª Parte – Esta caracteriza-se como sendo a mais extensa, mas também aquela que mais interesse terá de entre todas as outras. Para a sua elaboração, para além da análise a publicações e estudos específicos sobre as temáticas dos materiais e as técnicas de construção, que serviram de modelo para a sua abordagem, seguiu-se o método de Heródoto para a recolha das informações, isto é, elaboraram-se entrevistas a mestres pedreiros/ taapeiros, a mestres dos telheiros e a mestres pedreiros sobre a abobadilha alentejana e outras coberturas tradicionais. Aquando da análise a estas entrevistas, optou-se por incluir o relato directo destes mestres, apesar de ter aumentado consideravelmente esta Parte e a dissertação no total.

3ª Parte – A definição da evolução histórico-urbanística desta localidade, que aqui se entende como uma simples extrapolação, partiu das bases lançadas pelo PUV. Após a análise aos dados fornecidos por este instrumento de gestão territorial do Município de Vidigueira, o cruzamento de dados com publicações e estudos específicos sobre esta temática originaram a extrapolação que se apresenta. A compreensão das lógicas regionais de evolução urbanística das localidades alentejanas, e as posições e políticas seguidas desde o período Medieval até meados do século XX sobre a composição das malhas urbanas, antecedem a definição desta extrapolação. No sentido de contribuir com informações de alguma importância para esta temática, optou-se por elaborar um percurso o mais específico possível das várias fases de evolução urbanística de Vidigueira. A finalizar esta Parte, introduz-se a seguinte pela elaboração de uma breve apreciação sobre a arquitectura vernacular em Vidigueira. Segundo alguns paralelos regionais e nacionais, definem-se algumas considerações acerca da definição morfológica e volumétrica dos edifícios, apoiado nas informações conseguidas junto do Serviço de Finanças de Vidigueira sobre os edifícios declarados nesta repartição até 1940¹, e sobre a recolha das amostras.

4ª Parte – Após a definição do tipo de edifícios a ser abordado (habitações de taipa de piso térreo) e depois de uma primeira abordagem ao seu reconhecimento nesta localidade, por observação directa de todos os edifícios e por relato dos proprietários e demais habitantes da localidade, elaborou-se uma ficha de análise² que versou sobre os seguintes pontos: dados do edifício, dados tipológicos e dados técnicos; sobre os tectos e coberturas, apenas se recolheram dados técnicos e de implantação nos edifícios; no final elaborou-se uma planta esquemática dos edifícios de modo a ser mais facilmente reconhecíveis os dados recolhidos e o tipo arquitectónico a que pertencerá. O reconhecimento dos materiais utilizados e das soluções técnicas encontradas para resolver determinados condicionamentos arquitectónicos também foram tomados em consideração. Ao elaborar-se estes inquéritos, procedeu-se ainda à recolha de informações pertinentes sobre os edifícios, e demais temáticas relacionadas com as construções vernaculares ou tradicionais de Vidigueira, e ao levantamento fotográfico. Para este último, tentou-se recolher as imagens mais reveladoras sobre os edifícios e possíveis características específicas que contêm. Ainda sobre o registo fotográfico, que

¹ Cf. Anexos da 3ª Parte desta dissertação, Vol. 2, pp. 111-157.

² Cf. Anexos da 4ª Parte desta dissertação, Vol. 2, pp. 165-168.

resultou em mais que 500 fotos para os 106 edifícios inquiridos³, houve posições que se repetem em todos eles: fotos da fachada e de enquadramento do edifício, do principal elemento de circulação, da chaminé e cozinha, dos tectos e forros presentes e das coberturas quando visíveis, da ligação entre a parede e o telhado, da espessura, ou largura, das paredes, do pavimento e fotos das principais patologias verificadas. A definição dos tipos arquitectónicos elaborou-se a partir destas fichas e as dúvidas que daí surgiram foram resolvidas pela informação contida nas fotos. A definição da metodologia a abordar foi fruto da análise a publicações e estudos similares e após discussão dos critérios com o orientador desta dissertação.

5ª Parte – A recolha de bibliografia específica sobre a conservação, a valorização e divulgação deste património foi essencial para a definição e elaboração desta Parte. Reconhecendo as limitações que o executante desta dissertação poderá ter para objectivar metodologias específicas de abordagem a patologias graves ou muito graves em edifícios vernaculares ou tradicionais em taipa, optou-se por elaborar uma breve constatação sobre as principais anomalias nestes edifícios e apresentar-se medidas preventivas, de manutenção e de resolução de pequenas patologias. Neste sentido, propõem-se ao Município de Vidigueira a elaboração de um **guia de apoio às pequenas intervenções** e outro, com maior abrangência, denominado: **guia de apoio para a recuperação do património em terra** para o acompanhamento das recuperações deste património em Vidigueira. No sentido de divulgar este património, para além das medidas já referidas, propõe-se a sua divulgação junto da comunidade escolar, através da área projecto⁴, e da comunidade em geral, com especial incidência no grupo dos pequenos e médios construtores locais e demais profissionais relacionados com a construção⁵.

Vol. 2: Anexos – Compõem-se de mapas, plantas, entrevistas aos mestres pedreiros/ taapeiros e mestres dos telheiros, fichas, quadros e dados sobre os edifícios. A organização destes anexos corresponde à dos conteúdos na dissertação. No sentido de individualizar estes dados, optou-se por iniciar a numeração das figuras, quadros e demais recursos presentes, tal como se verifica para as imagens no corpo da dissertação

³ Cf. Anexos da 4ª Parte desta dissertação, Vol. 2, pp. 163-183.

⁴ Cf. capítulo 5.2 da 5ª Parte desta dissertação, p. 216.

⁵ Cf. capítulo 5.1 da 5ª Parte desta dissertação, p. 213.

para cada uma das Partes. Para compensar esta disposição, coloca-se no início deste **Vol. 2: Anexos**, um índice de conteúdos para facilitar a sua observação.

Como metodologia geral para a elaboração desta dissertação, que servirá para apresentação de provas para obtenção do grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, seguiram-se as seguintes directivas: recolha e análise de bibliografia específica e geral para resolver todas as dúvidas que surgiram; discussão de todos os critérios de análise e abordagens em toda a dissertação com o orientador, Arq. Victor Mestre; verificação dos dados fornecidos pelos mestres pedreiros e de telheiro com a bibliografia específica, com o orientador desta dissertação e com os casos encontrados em Vidigueira. Para a formatação do texto, também se seguiram modelos específicos, para além da divisão em 5 Partes, correspondentes a cada uma das fases de elaboração desta dissertação: letra “Times New Roman” tamanho 12 para o corpo de texto e variável para os títulos, com espaçamento de 1, 5; notas de rodapé com a mesma letra de tamanho 9; inclusão de imagens sempre que necessário, numeradas individualmente ou em conjunto, sendo que o nº 1 é sempre a da esquerda ou a de cima, e assim sucessivamente; referências bibliográficas segundo os critérios definidos pela Norma Portuguesa 405-1⁶.

⁶ NP 405-1. 1994 (homologado em Janeiro de 1995). Elementos de referências bibliográficas. Lisboa: CT7 (IBL), 46 p.

A construção de um edifício (...) é habitualmente a concretização de um pensamento longamente gerado e de uma vontade forte...

Carlos Alberto Ferreira de Almeida

1ª Parte:

**Caracterização da
área de estudo**

1. Definições geográficas e demográficas

O concelho de Vidigueira localiza-se na parte norte do distrito de Beja, no Baixo Alentejo, e ocupa uma área de 316 km² entre o Paralelo 38° 03' 48,978" a 38° 15' 26,260" N e no Meridiano -07° 29' 16,144" a -7° 52' 52,265" W¹.

Abrange seis localidades² distribuídas por quatro freguesias. Aquela que mais interessa para os propósitos desta dissertação é a freguesia de Vidigueira, que se localiza entre as freguesias de Vila de Frades e a de Selmes e tem uma extensão de 29,29 km².³ Esta freguesia encontra-se limitada a norte pelo concelho de Portel, no distrito de Évora, com o qual comunica através da IP2 e pela EN 18, a mesma que liga esta localidade ao concelho de Beja.

Ao nível concelhio os limites geográficos desempenham um papel mais importante. Aquele

que mais se distingue é a serra de Portel que influencia o clima da parte norte do concelho de Vidigueira

(freguesias de Vila de Frades, Vidigueira e parte da de Selmes)

transformando-o num

agradável “jardim”⁴. As linhas de água são os outros limites a considerar. Assumem especial importância as ribeiras de Odearce, a de S. Pedro de Pomares, a de Mac Abraão e o rio Guadiana. As primeiras, apesar de serem sazonais, limitam o concelho a sudeste, marcando a separação do concelho de Beja; o rio Guadiana estabelece a divisão entre os concelhos de Vidigueira com Moura, a Este, e Serpa a sudeste; por último, a ribeira de Mac Abraão, embora nasça neste concelho, limitando-o a noroeste, depressa o deixa

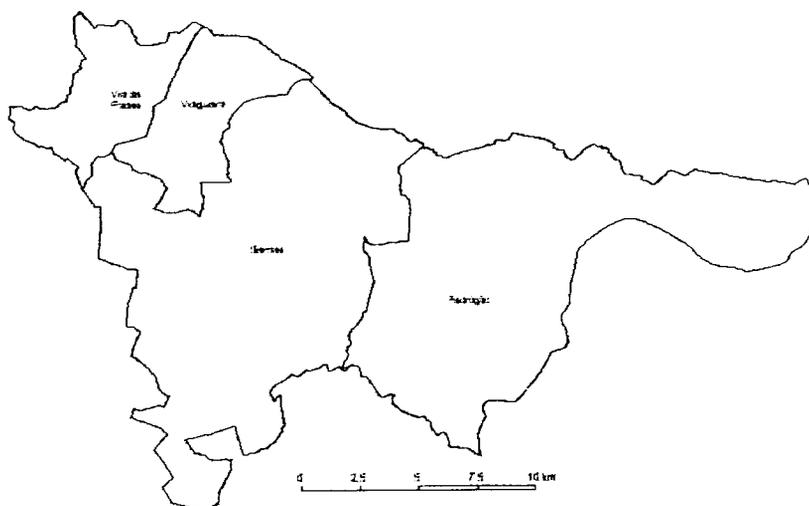


Figura 1 - Concelho de Vidigueira, freguesias e localidades

¹ Sistema Geográfico Europeu - Coordenadas Geográficas Datum 73

² Ver figura 1 a 3 dos Anexos da 1ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 5.

³ MINISTÉRIO DO AMBIENTE - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: 1ª fase análise e diagnóstico da situação, p. 28.

⁴ , "... [T]em-se enaltecido a graça exuberante da sua vegetação, a abundância das suas águas, a amenidade e a riqueza das suas hortas e pomares, o pitoresco da sua situação nas abas da Serra do Mendro." CAETANO, A. Palma - Vidigueira e o seu Concelho: ensaio monográfico, p. 19.

para entrar no de Cuba. Ao nível da freguesia, destacam-se as ribeiras de Freixo e de Selmes que a dividem latitudinalmente das freguesias de Vila de Frades e de Selmes, respectivamente.

Se houve um processo bastante longo até o concelho ter a dimensão actual, existe uma característica que une todas as localidades e, conseqüentemente, os seus habitantes que se manteve imutável: a sua ruralidade⁵ associada à sua fraca expressão e densidade populacional.

Tal como a maioria dos concelhos de Portugal, este sofreu alterações quanto à sua composição. As várias realidades geográficas estavam melhor marcadas na divisão dos *termos*⁶ por altura do *Numeramento Geral do Reino de 1527-1532*, época em que a Vidigueira já constituía um termo próprio⁷ e estava incluído na *Correição de Entre Tejo e Odiana*, com a sede de comarca em Beja⁸.

Ainda em 1801 o termo/freguesia de Vidigueira formava um concelho, bem como Vila de Frades, estando as restantes localidades incluídas no concelho de Cuba⁹. Só em 1836 este panorama se alterou, ficando Vidigueira com Marmelar, Selmes e Pedrógão. Vila de Frades permaneceu independente e acumulou o termo de Vila Alva¹⁰. Em 1854, o concelho de Vila de Frades foi extinto e incorporado no de Vidigueira, que passou a deter a forma e povoações que mantém actualmente¹¹.

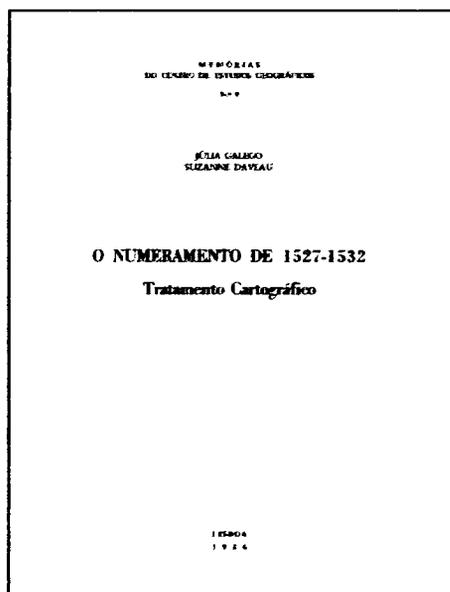


Figura 2 – Frontispício da publicação de Júlia Galego e Suzanne Daveau, *O Numeramento de 1527-1532*

⁵ Sobre o conceito de “rural” e “urbano” cf. DAVEAU, Susana; GALEGO, Júlia - *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*, pp. 33 - 36. Atender em especial à figura 7, p. 35.

⁶ Termo: espaço, circunvizinhança. Território ou região em redor de uma localidade. Território do concelho.

⁷ Vidigueira, Vila de Frades e Marmelar tinham termos próprios sem aldeias nem lugares anexos e as restantes localidades estavam incluídas no termo de Beja. Daveau e Galego – *O numeramento de...*, p. 63; DIAS, João Alves – *Gentes e Espaço (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI): Anexo: Numeramento de 1527-1532: Entre Tejo e Guadiana*. Vol. 3, p. 82.

⁸ Havia 6 correições. Esta tinha uma área de 30 319 km², 48 944 fogos e uma densidade por fogo/ km² de 1,6, marcando-se como a mais baixa do reino em contraste com a comarca de *Entre Douro e Minho* com 7,6, a mais alta, e a média de 3,2. Dias – *Gentes e Espaços...*, p. 377.

⁹ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.) - *Os recenseamentos da população portuguesa 1801-1849*. Vol 1 [em linha], p. 135.

¹⁰ O concelho de Vila Alva foi extinto em 1836. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.) - *Os recenseamentos da população portuguesa 1801-1849* [em linha]. Vol. 3, p. 672.

¹¹ Silveira – *Os recenseamentos da população...* Vol 1, p. 29.

À parte de um curto espaço de tempo, entre 1867 e 1868, em que este território se inseriu no de Cuba, juntamente com o de Alvito, o concelho de Vidigueira tem vindo a manter a sua integridade¹².

Os dados demográficos representam bem a dimensão e importância da localidade de Vidigueira. Um primeiro dado, de características mais gerais, encontramos no *numeramento dos tabeliões* de cerca de 1290 que atribui ao Alentejo uma proporção de 2,4 habitantes por km², o que correspondia a cerca de 72 000 habitantes¹³. Números bastante singelos em comparação com outras regiões¹⁴.

Em 1320-1321, segundo o *rol das igrejas*, destaca-se a existência de uma igreja no local de Vidigueira¹⁵. O templo existente seria a primitiva igreja de Santa Clara¹⁶. Embora não se apresentem números em concreto, este facto revela que esta localidade já tinha alguma importância populacional que justificava a existência de igreja.

No século XV, pelo *rol dos besteiros do conto*, que terá sido realizado entre 1420 e 1422, reconhece-se a primeira percepção da população de Vidigueira. Esta localidade terá contribuído com 10 besteiros, que poderão corresponder a cerca de 1000 habitantes¹⁷.

¹² Esta reforma formou concelhos maiores e centralizou a administração. A *Lei da Administração Civil* foi promulgada no dia 26 de Junho de 1867, seguida dos decretos que definiam a nova *circunscrição administrativa* de 10 e 17 de Dezembro do mesmo ano. Estes documentos legislativos foram revogados pelo Decreto de 14 de Janeiro de 1868, voltando à forma anterior. Cf. Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda – Lei da Administração Civil [em linha] e Diário de Lisboa (1868-01-15) - Decreto de 14 de Janeiro de 1868 [em linha]. Consulte ainda: «<http://www.fcsh.unl.pt/atlas2005/index2.cfm?assunto=1&ano=11&tema=1&unidade=1&legenda=0>»

¹³ Note-se que estava incluído nesta região o Algarve. Cf. PICOTO, Pedro – Centro e Periferia: a percepção das regiões no Estado medieval português (1245-1416), pp. 10-12.

¹⁴ Tendo em consideração a grande área a que corresponde, em especial quando comparada com a região de *Entre Douro e Lima*, de reduzida dimensão, que tinha cerca de 40 habitantes por km² e 120 000 habitantes. Cf. Mattoso – História de Portugal..., p. 245.

¹⁵ Cf. Mattoso – História de Portugal..., p. 346. No mapa apresentado por este autor, surge ainda uma marca que poderá corresponder à igreja do mosteiro de S. Cucufate, em Vila de Frades.

¹⁶ Supondo que seria anterior à igreja de St.^a Margarida, também trecentista, incluída actualmente na igreja da Misericórdia.

¹⁷ Ordenações Afonsinas, Livro I, título LXVIII, fl. 439. [em linha]. Cf. CAETANO, Marcelo – O Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385. Apud O Portal da História [em linha] Este autor refere que a proporção entre o número de besteiros e a população é arbitrária mas pode supor-se que corresponde a 100 habitantes por besteiro.

Passado um século, em 1512 e em 1519, havia em Vidigueira 2 tabeliães¹⁸. Embora não se possa estabelecer uma correspondência efectiva com o número de habitantes, a sua existência permite avaliar a distribuição populacional e os pontos onde haveria mais interacção comercial¹⁹. Esta pouca representação poderá indicar uma fraca expressão populacional.

Os primeiros dados concretos surgem com o *Numeramento Geral do Reino de 1527-1532*, que enumerando o termo, contava 353 fogos, a que



Figura 3 - Extracto do Foral Manuelino de Vidigueira, fólho 34 verso

podem corresponder de cerca de 1412 a cerca de 1765 habitantes²⁰. Nestes números têm influência as várias epidemias, períodos de fome e guerra, bem como da expansão portuguesa e migração populacional tão corrente nestas alturas²¹. A agravar a situação, deve contabilizar-se o número incerto de pessoas que foram obrigadas a fugir do reino ou da região devido à expulsão das minorias religiosas, em 1496.

Nos inícios do século XVIII existem dados sobre a Vidigueira que devem ser entendidos com extrema cautela devido aos números apresentados e aqueles que lhes precedem e seguem: Vidigueira – 3200 habitantes²².

Os registos das *Memórias Paroquiais*, de meados do mesmo século, apresentam dados mais concretos, anunciando cerca de 2500 habitantes²³.

¹⁸ Foral manuelino de Vidigueira e Auto de Tomada de Posse de Vidigueira e Vila de Frades por Vasco da Gama. Um das notas e outro judicial, também exerciam em Vila de Frades.

¹⁹ MARQUES, A. H. Oliveira – Ensaio de História Medieval, p. 78. No *numeramento dos tabeliães*, de 1287 a 1290, Vidigueira não vem referenciada. O que demonstra a fraca expressão populacional e económica da localidade.

²⁰ O número de habitantes apresentado foi o resultado da multiplicação do número de fogos por 4 e 5, visto ser a prática corrente para este período. Daveau e Galego – O numeramento de ..., p. 65, ou ainda MEDEIROS, Carlos Alberto – Geografia de Portugal: ambiente natural e ocupação humana: uma introdução, p. 125.

²¹ O Alentejo estava ainda a recuperar a população após o período da chamada reconquista cristã, apresentando números bastante singelos. Daveau e Galego – O numeramento de..., p. 21. A região correspondente ao Baixo Alentejo apresentava uma densidade populacional de 5 hab. por km², p. 28.

²² ALEGRIA, Maria Fernanda - O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII: Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas, p. 203.

²³ IAN/TT – Dicionário geográfico de Portugal: Vidigueira, fl. 1019.

Em 1849, já com a reorganização administrativa, tinha 2615 habitantes²⁴ e em 1864, nos I Recenseamentos Geral da População, o concelho registava 7433 habitantes, correspondendo à Vidigueira 2976²⁵.

Ao longo do século XX assistiu-se a uma elevada variação populacional, sendo que “... em 1950 se regista ainda um aumento sensível da população do concelho, que atinge 11 252 habitantes, enquanto a da freguesia da Vidigueira já começa a baixar, cifrando-se então em 4335 habitantes”²⁶, pelo que o crescimento verificado foi à custa das freguesias de Selmes (2253 em 1940 para 2266 em 1950) e Pedrógão (2430 em 1940 para 2792 em 1950). De facto, foi nas décadas de 30 a 60 que a vila de Vidigueira registou um maior número de habitantes, sendo a de 40 a mais relevante, com 4365.

Os dados referentes a 1991 acentuam a perda de população registada desde 1970. O concelho contava, quanto à primeira data, com 6305 habitantes e a freguesia de Vidigueira com 2865, sendo que à vila cabia 2723 habitantes²⁷. Segundo os *Censos Gerais da População de 2001* a freguesia de Vidigueira tinha um total de 2973 habitantes de população residente²⁸.

Os últimos dados demográficos referentes ao concelho de Vidigueira indicam um decréscimo da taxa de crescimento efectiva na ordem dos 0,37 % e uma perda de 225 pessoas (5963)²⁹, o que equivale uma perda de 4,7 % da população, em relação aos Censos de 2001. Um factor para os níveis populacionais que importa referir é o chamado êxodo rural. Tal como referem os *Censos Gerais da População de 2001* nos

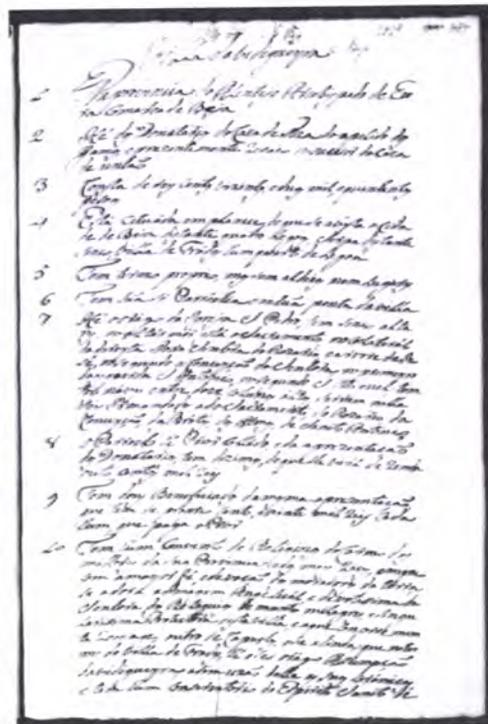


Figura 4 - Fólho 1º das Memórias Paroquiais de Vidigueira

²⁴Silveira - Os recenseamentos da população... vol. 3. p. 672. Em 1801 teria 3277 habitantes! Estes números devem ser entendidos com cautela. Cf. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.) – Os recenseamentos da população portuguesa 1801-1849 [em linha]. Vol. 2, p. 382

²⁵Caetano – Vidigueira e o seu... p. 130.

²⁶Caetano – Vidigueira e o seu... p. 126.

²⁷Caetano – Vidigueira e o seu... p. 438.

²⁸I.N.E. – Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação: Alentejo. Vol. 5. [em linha], p. 6.

²⁹Anuário Estatístico da Região Alentejo [em linha], p. 71.

“...últimos dez anos, a proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas sobe de 45% para 48%, enquanto nas áreas predominantemente rurais essa proporção diminui de 38% para 35%.”³⁰

Quadro 1 - Evolução populacional de Vidigueira

Censos/Numeramentos	População da vila de Vidigueira
1527-32	c. 1412 – 1765
Inícios do séc. XVIII	3200 (800 fogos) (?)
1758	c. 2500
1801	3200 (?)
1849	2615
1864	2976
1878	3465
1890	3492
1900	3654
1911	3507 (+126 isolados)
1920	3599
1930	4259
1940 (pop.presente)	4218 (+147 isolados)
1950	4335
1960	3904 (+245 fora da localidade)
1970	3101 (+200 isolados)
1981	3096 (+140 isolados)
1991	2723 (+142 isolados)
2001	2839 (+134 isolados)
2009 (concelho)	5886

³⁰ I.N.E. – Censos 2001 ..., p. 6.

2. Condições geológicas

2.1. Geomorfologia

A zona que interessa para esta dissertação localiza-se no denominado Maciço Antigo, onde “...predominam as formas arrasadas por sucessivas aplanações, deslocadas e desniveladas por um complexo sistema de falhas (...). As próprias elevações, designadas por «serras», são quase sempre nesgas de planaltos soerguidos ao longo das falhas.”³¹ Além disto, o Alentejo sofre fortes influências das extensas bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, por um lado, e pela vasta peneplanície alentejana, de características poligénicas, pelo outro³². Nesta zona meridional do país, encontram-se assim “...peneplanícies pouco elevadas e relevos residuais parcelados e distantes.”³³

A peneplanície é monótona, bem conservada, levemente ondulada, formada por vários materiais e escavada pela erosão da água³⁴. É ainda “...relativamente estável, dela deriva por deslocação tectónica e por erosão, a maior parte dos elementos morfológicos da região.”³⁵ A peneplanície baixo alentejana é limitada a norte pela serra de Portel, a oeste pela bacia do Sado, a leste pela serra de Barrancos e pela fronteira espanhola e a sul pela serra do Caldeirão.

Quanto ao relevo, é a serra de Portel que se destaca por ser um “...grand *horst* transversal, d’orientation générale prés est-ouest, et qui mesure environ 50 km de longueur et 20 km de larguer maximum.”³⁶ Esta atravessa a “...peneplanície desde as proximidades da bacia do Sado até ao Guadiana, mas sem interromper completamente a continuidade entre os compartimentos que ficam ao norte (superfície de Évora) e ao sul dela (superfície de Beja).”³⁷ É formada por elementos de idades diferentes, conseguindo distinguir-se 4 fases de formação: “1) Numa primeira fase ter-se-iam elevado a Serra de S. Vicente e os relevos de rocha dura da parte meridional da cadeia de Vila Alva. (...) 2) Elevação do alinhamento norte (S. Pedro-S. Bartolomeu). Seria essencialmente um levantamento do tipo monoclinal, com a escarpa, hoje quase indistinta, olhando ao S. (...) 3) Elevação da escarpa ocidental, com deformação parcial do nível interior. 4)

³¹ Cf. LAUTENSACH, Hermann; RIBEIRO, Orlando – Geografia de Portugal: a posição geográfica e o território, Vol. I, pp. 172-173.

³² Lautensach e Ribeiro – Geografia de Portugal..., p. 158.

³³ Lautensach e Ribeiro – Geografia de Portugal..., p. 167.

³⁴ Cf. Feio - Le Bas Alentejo et l’Algarve, p. 11.

³⁵ FEIO, Mariano – A Evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. 1951.

³⁶ Feio - Le Bas Alentejo..., p. 7

³⁷ Feio – A evolução do relevo.... p. 44.

Finalmente, elevação do relevo oriental, com formação da escarpa de falha da Vidigueira.”³⁸

A serra de Portel apresenta uma paisagem característica do *modelo xistoso*, das serras soerguidas ao longo de falhas, que Orlando Ribeiro define do seguinte modo: “Estes [os xistos argilosos] cobrem-se portanto de uma cabeleira de sulcos por onde correm as águas das chuvas; a rocha parte-se e esfolheia-se, reduz-se a fragmentos ínfimos evacuados pela escorrência difusa e pelo escoamento torrencial. Todas as escarpas se esbatem, todas as superfícies se degradam. Onde a surreição ou o encaixe da rede hidrográfica colocou as plataformas muito acima do nível de base, elas resolvem-se num mar de cabeços, separados por sulcos escavados a todas as alturas, topografia a um tempo confusa e monótona, que tem sido comparada, expressivamente, a montículos de toupeiras ou às tendas de um imenso acampamento nómada.”³⁹

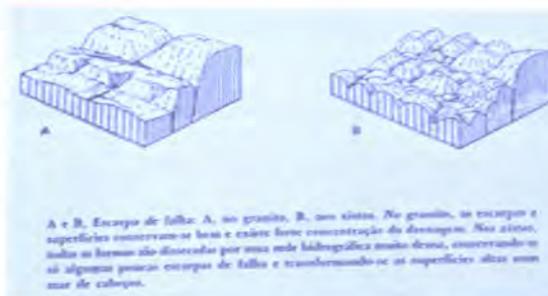


Figura 5 - Escarpas de falha no granito e no xisto, Lautensach e Orlando Ribeiro, p. 175

Esta elevação é delimitada a sul pela escarpa de falha de Vidigueira⁴⁰, de idade recente (Plioceno Superior)⁴¹, atingindo 150 a 200 metros de altura sobre a peneplanície baixo alentejana⁴². A zona de Vidigueira e Vila de Frades encontra-se, assim, numa depressão entre a serra e o alto de S. António⁴³, no limite daquela planície, onde “... os horizontes se dilatam, as árvores escasseiam, o olhar se perde, na busca vã de qualquer coisa que possa prender.”⁴⁴

Ainda do ponto de vista do relevo, encontram-se, na vertente sul da serra de Portel, elevações acima dos 400 metros, como é o caso do Alto do Mendro (412⁴⁵), ou mesmo acima dos 350 metros, como é o caso do Alto do Falcato (382), com declives muito acentuados (predominância na ordem dos 25%), encostas de orientação

³⁸ Feio – A evolução do relevo.... pp. 77 e 78.

³⁹ Lautensach e Ribeiro – Geografia de Portugal..., p. 174.

⁴⁰ “Acidente importante, de orientação WNW-ESE, separa o maciço de Portel da plataforma de Beja, com desnível acentuado. O compartimento meridional é recoberto por depósitos cenozóicos.” Cf. GONÇALVES, Francisco; TEIXEIRA, Carlos – Introdução à geologia de Portugal, p. 267.

⁴¹ Gonçalves e Teixeira – Introdução à geologia..., p. 47.

⁴² CARVALHO, A. M. Galopim de; CARVALHOSA, A. Barros e – Carta Geológica de Portugal na escala de 1/ 50 000: notícia explicativa da folha 43-B Moura, p. 6.

⁴³ Na freguesia de Vila de Frades. Feio – A evolução do relevo.... p. 49.

⁴⁴ Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 21.

⁴⁵ Segundo a Carta Militar 1/25 000: é referido em várias publicações com uma altura de 420 metros.

predominantemente para o sul e uma apertada rede de drenagem natural⁴⁶. Na parte sul do concelho encontram-se os pontos entre as cotas de 100-150 metros, ao longo do rio Guadiana e das várias ribeiras que escorrem da serra, com uma boa rede de drenagem natural e com linhas de água pouco recortada⁴⁷.

A freguesia de Vidigueira localiza-se entre as cotas 150-400 metros.

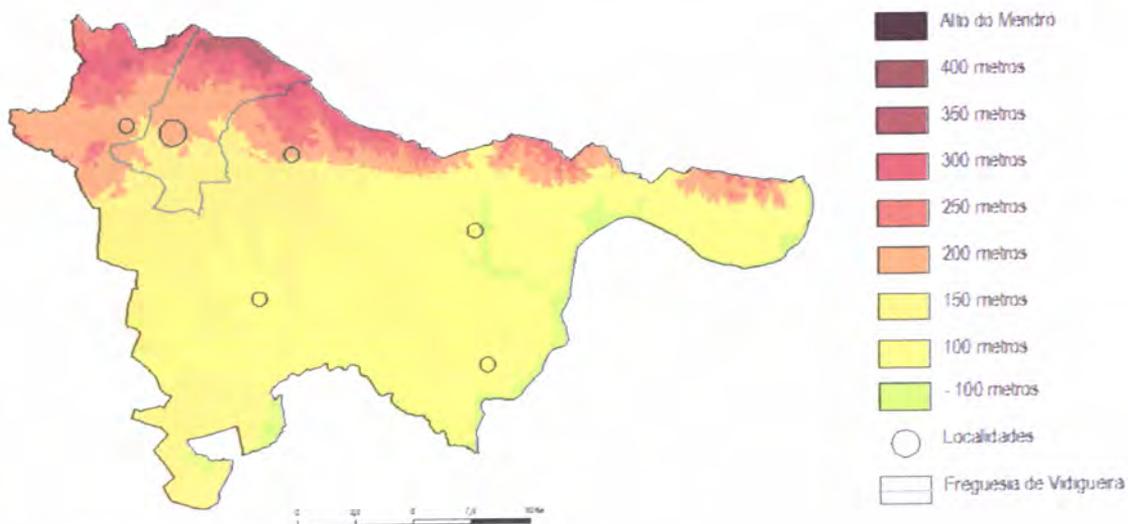


Figura 6 - O relevo no concelho de Vidigueira

2.2. Tectónica e Sismicidade

Tal como já se referiu, as movimentações hercínicas⁴⁸ da peneplanície moldaram o território de forma marcada. De facto, as falhas, que são numerosas no Baixo Alentejo, tiveram grande importância no seu modelado. No concelho de Vidigueira são dois os grandes acidentes tectónicos importantes: a fractura de Odesseixe-S. Teotónio-Messejana-Portel e a falha de Vidigueira. A primeira, de idade provavelmente muito antiga mas posterior aos enrugamentos hercínicos, percorre 135 km desde Odesseixe até às proximidades de Portel, sendo uma das duas fracturas mais importantes do Baixo Alentejo e a mais extensa.

A segunda, que foi brevemente analisada atrás, que compõe o limite sul da serra de Portel e tem orientação leste-oeste, prolonga-se para fora dos limites do concelho, a leste, e estende-se para lá do rio Guadiana, já no concelho de Moura. Interrompe-se a

⁴⁶ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 24.

⁴⁷ De referir, que o ponto mais baixo é de "...60 metros na confluência da ribeira de Odearce com o Guadiana". Planarq – PDM de Vidigueira, p. 24.

⁴⁸ Orogenia hercínica, movimentos hercínios: movimentos orogénicos que se verificaram no final do Paleozóico.

oeste, atingindo quase o extremo do concelho de Vidigueira, para lá da grande fractura de Odesseixe-S. Teotónio-Messejana-Portel.

A falha de Vidigueira está assinalada como activa, bem como as restantes falhas do concelho⁴⁹, o que confirma os elevados níveis de sismicidade do Baixo Alentejo⁵⁰. Segundo o PDM de Vidigueira, “[a] área do Concelho de Vidigueira [bem como a localidade] situa-se, sob o ponto de vista sísmico, na zona B em que se encontra dividido o território Português, cujo valor do coeficiente de sismicidade é $\alpha=0,7$.”⁵¹

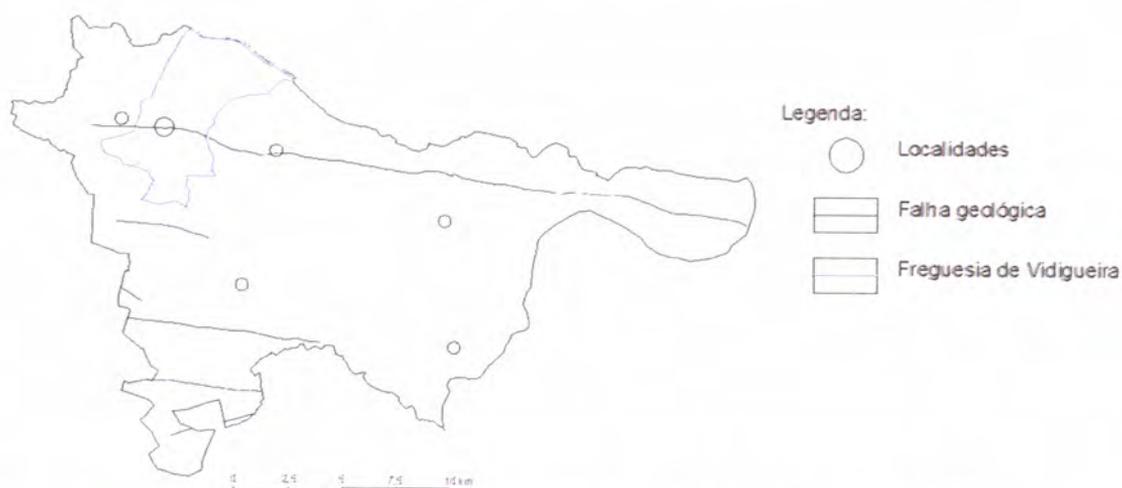


Figura 7 - Falhas geológicas, concelho de Vidigueira, segundo as Carta Militares 1/25 000

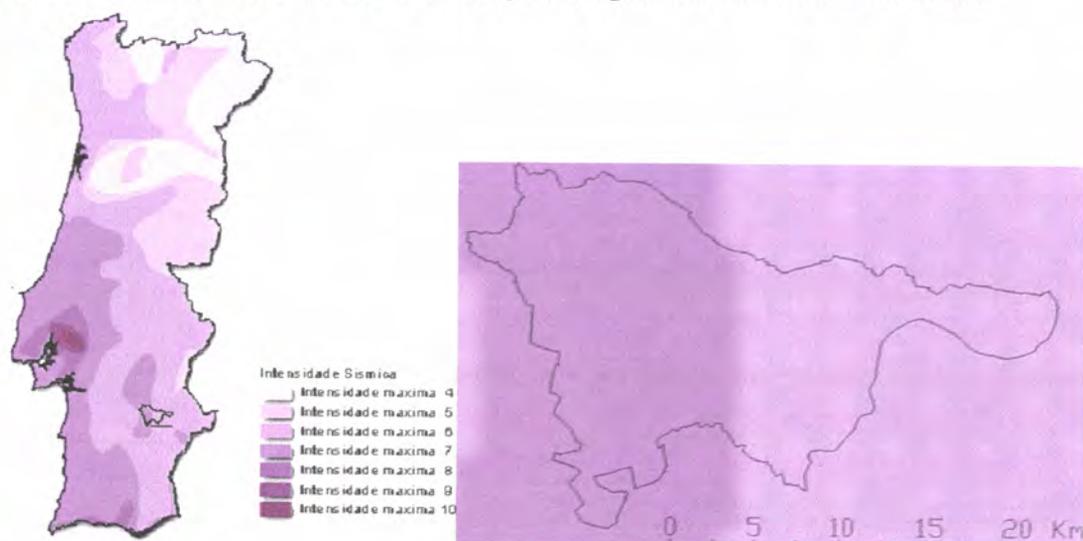


Figura 8 - Intensidade sísmica, concelho de Vidigueira

⁴⁹ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 10. Ver figura 7.

⁵⁰ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 28.

⁵¹ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 10.

2.3. Geologia

Na área do concelho de Vidigueira encontram-se elementos de duas grandes unidades: a bacia hidrográfica do rio Guadiana e o Maciço Antigo. A influência da primeira estende-se quase à totalidade do concelho, separando-se da bacia hidrográfica do rio Sado pela linha de fecho correspondente ao prolongamento da falha Odexeixe-Odemira-Messejana-Portel⁵².

Das formações sedimentares, essencialmente detríticas, que ocupam uma faixa central e se estendem para sudeste, abaixo da linha de escarpa de Vidigueira, sendo características da bacia hidrográfica do rio Guadiana, dá-se lugar ao Maciço Antigo de grande diversidade litológica. Este é constituído por "...terrenos metamórficos (xistos, micaxistos, anfíbolites, mármore, etc.), rochas eruptivas (diorites, gabros, pórfiros, granitos) e sedimentos marinhos (xistos, grauvaques, e quartzites)"⁵³ que podem ser largamente encontrados na serra de Portel.

Para além desta diferença de formação, à área do concelho de Vidigueira correspondem indícios Geológicos que remontam à Era Pré-Câmbrica⁵⁴. É, no entanto, na última Era, a Cenozóica⁵⁵, que a maioria dos indícios se reporta. Desta, as Épocas mais activas terão sido o Paleogénico e Pliocénico, no Período Terciário, e a Época Plistocénica, no Período Quaternário.

Quanto à primeira Era, encontram-se evidências nas zonas de Vidigueira e Vila de Frades. A sul destas localidades encontra-se uma grande extensão de xistos e quartzitos negros nas rochas metamórficas xistentas, e a sudoeste e sudeste indícios de rocha quartzo-feldspáticas vulcânicas ácidas e arcozes, nas rochas metamórficas maciças. As primeiras pertencem ao Pré-Câmbrico mais antigo⁵⁶ e as restantes são constituídas por metavulcanitos ácidos⁵⁷.

Da Era Paleozóica encontram-se, nas rochas metamórficas maciças os metavulcanitos básicos e nas rochas metamórficas xistentas os micaxistos e as gnaisses, leptinitos e xistos quartzo-feldspáticos. Quanto aos primeiros, referente à parte Este do concelho, "...incluem-se diversos xistos verdes (cloritoxistos, anfíboloxistos, etc.) e

⁵² Planarq – PDM de Vidigueira, p. 24.

⁵³ Feio – A evolução do relevo..., p. 19.

⁵⁴ Até à 570 milhões de anos.

⁵⁵ Desde 136 milhões de anos até à actualidade.

⁵⁶ Gonçalves e Teixeira – Introdução à geologia..., p. 11.

⁵⁷ Cf. ALMEIDA, V. Alvoreiro de – Notícia explicativa da folha 43-A Cuba, na carta geológica e mineira Cuba (43-A).

alguns metabasitos.”⁵⁸ Apresentam composições mineralógicas onde a albite é fundamental e alguns minerais acessórios.

Os micaxistos, provavelmente pertencentes ao Período Ordovício⁵⁹, são luzentes e apresentam-se como os mais bem representados. “São habitualmente muito dobrados e mostram leitos micáceo alternando com outros mais ricos em quartzo. São normalmente muito siliciosos podendo apresentar lenticulas de quartzo de exsudação. § A associação mineralógica, mais frequente, é a seguinte: quartzo, moscovite, clorite. Podem conter, às vezes, biotite e alguma albite-oligoclase. § É em associação com estes xistos que ocorrem os principais afloramentos de rochas verdes.”⁶⁰

As rochas Ígneas pertencem todas a esta Era. Numa faixa central, no extremo sudeste e na parte leste do concelho, existem granitos calco-alcálinos, de grão médio, não porfiróide⁶¹. Na parte norte, onde Vidigueira e Vila de Frades se encontram, as mais abundantes são as quartzodioríticas “...mesocráticas e leuco-mesocráticas, porfíricas, de grão grosseiro a médio. (...) Existem granodioritos com hornblenda e biotite ou apenas biotite.”⁶² Para os quartzo-dioritos a “...composição mais frequente é a seguinte: andesina (40% An), hornblenda verde, biotite e quartzo...”, encontram-se também “...oligoclase (25-30% An), feldspato potássico, apatite, zircão, clorite, calcite, esferna, epidoto, serite, produtos caulínicos e óxidos e hidróxidos de ferro.” Os granodioritos “...apresentam habitualmente a seguinte constituição: plagioclase (oligoclase-andesina), micropertite, microclina, quartzo, biotite e hornblenda verde.”⁶³

Do Período Pérmico encontra-se o filão, já referido, de “...dolerito pigeonítico que faz parte do «grande filão do Alentejo»”⁶⁴.

Do Terciário, encontram-se várias evidências, desde o Paleogénico⁶⁵ ao Pliocénico⁶⁶. Destaca-se o “complexo de Marmelar” onde se encontram dois “...horizontes litologicamente distintos: calcários, na base, discordantes sobre o soco

⁵⁸ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 21.

⁵⁹ Desde 570 a 500 milhões de anos.

⁶⁰ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 20.

⁶¹ Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, p. 23.

⁶² Planarq – PDM de Vidigueira, p. 9.

⁶³ Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, p. 23.

⁶⁴ CARVALHOSA, A. Barros e; ZBYSZEWSKI, G. – Carta Geológica de Portugal; notícia explicativa da folha 40-C Viana do Alentejo (Terciário e Quaternário), p. 18. Este filão, considerado o mais extenso da Península Ibérica, “...pois ultrapassa 500 km de comprimento, é conhecido em Portugal, desde Vila do Bispo e Torre de Aspa, onde desaparece no mar, até Campo Maior e Ouguela; cruza a fronteira em direcção a Placência que ultrapassa. No nosso país, passa (...) a sul de Odemira, Messejana, Aljustrel, Vidigueira, Portel (...) Elvas e Ouguela.” Gonçalves e Teixeira – Introdução à geologia..., p. 232

⁶⁵ Desde 136 a 65 milhões de anos.

⁶⁶ Desde 26 a 7 milhões de anos.

antigo arrasado; sucedem-lhes, particularmente, na região de Marmelar-Pedrogão, depósitos detríticos grosseiros⁶⁷, às vezes, muito consolidados.”⁶⁸

Do Miocénico⁶⁹ encontram-se as argilas, margas, calcários e conglomerados. Mariano Feio refere que pertencem ao Paleogénico⁷⁰. Destas, encontra-se um depósito na freguesia de Vidigueira. Apresentam-se como: “[g]rés de cor vermelha e esverdeada a cinzenta claro, de grão médio a grosseiro com seixos por vezes de constituição quartzítica. Podem conter também leitos de argila com vegetais fósseis; Margas de cor vermelha, arenosa e muito rijas; Calcários de cor esbranquiçada a branco-esverdeada e rósea com grãos de quartzo e muito fossilífero.”⁷¹

Da passagem do Período Terciário para o Quarternário, isto é, do Pliocénico para o Plistocénico⁷² encontram-se nas rochas sedimentares essencialmente detríticas, depósitos de terraços fluviais⁷³ e cascalheiras com intercalações argilo-arenosas vermelhas.

As cascalheiras fazem parte da “mancha de Marmelar” que “[c]orresponde no conteúdo e em extensão ao «Complexo de Mesas»”⁷⁴. Esta desenvolve-se a sul da escarpa de Vidigueira, que desempenha grande influência na sua formação⁷⁵.

As aluviões e os depósitos de vertente são as formações mais recentes, do Período Quaternário⁷⁶. As primeiras localizam-se, preferencialmente, nos cursos de

⁶⁷ Os depósitos de detritos grosseiros “São arenitos de grão médio a grosseiro, por vezes conglomeráticos, vermelhos [ou avermelhados], de cimento argilo-ferruginoso e margoso, geralmente muito consolidados...” cujas “...intercalações de cascalheiras são formadas por calhaus grosseiros, subangulosos e angulosos de quartzo, micaxistos, rochas verdes, corneanas e quartzitos negros.” Planarq – PDM de Vidigueira, p. 5.

⁶⁸ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 5. “Granulométricamente estes arenitos, mal calibrados, testemunham [o] carácter torrencial” da deposição. Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, p. 17.

⁶⁹ Desde 38 a 26 milhões de anos.

⁷⁰ Feio – A evolução do relevo..., p. 35.

⁷¹ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 5.

⁷² Desde 7 a 2 milhões de anos.

⁷³ Na parte Este do concelho, apresentam “...extensas superfícies horizontais, escalonadas a vários níveis, cobertas por calhaus rolados de calibre mediano compreendido entre 3 a 15 cm, embora sejam raros os blocos com 20 a 30 cm.” São constituídos por “...quartzitos vários, de quartzo filoniano e de metalidito, envolvidos em matriz areno-argilosa. Consideram-se “...quatro níveis de terraços, escalonados aos níveis 12-15 m (Q4), 25-35 m (Q3), 50-60 m (Q2) e 80-90 m (Q1). Estes correspondem aproximada e respectivamente aos níveis 0, 1, 2 e 3 de M. Feio. Em todos eles a constituição é muito semelhante.” A espessura destes vai desde os 20-30 m, do mais antigo, até aos 10 m dos mais recentes. Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, p. 9 e 10.

⁷⁴ “...corresponde à «raña» da classificação de Mariano Feio.” Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, pp. 11-12.

⁷⁵ Cf. a este respeito Feio – A evolução do relevo..., p. 74. É “...formado por cascalheiras de elementos angulosos a subangulosos, de quartzo, e rolados a sub-rolados, de micaxistos, com matriz arenosa e cimento argilo-ferruginoso, por vezes com grau de consolidação elevado. Ocorrem, neste complexo finas intercalações argilosas e arenosas vermelhas.” Planarq – PDM de Vidigueira, p. 4.

⁷⁶ Desde 7 milhões de anos até a actualidade.

água secundários, de muito pequeno declive⁷⁷, e os depósitos de vertente localizam-se no sopé da escarpa⁷⁸.



Figura 9 - Representação geológica, freguesia de Vidigueira, segundo o PDM de Vidigueira⁷⁹

⁷⁷ Também podem ser consideradas aluviões os depósitos finos dos terraços 12-15 m, que atingem de 10 até 12 m de espessura. Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, p. 8.

⁷⁸ São "...formados por concentrações caóticas de blocos e calhaus angulosos de xisto, rocha verde, quartzo filiano, etc., envolvidos por matriz areno-argilosa." Carvalho e Carvalhosa – Carta geológica de... folha 43-B Moura, p. 9.

⁷⁹ Para um mapa geológico do concelho ver a figura 4 dos Anexos da 1ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 7.

3. Caracterização dos solos

Os terrenos do Alentejo são “...sobretudo de constituição paleozóica e granítica, com uma mancha terciária entre Alvito e Odemira. Quase todo o Baixo Alentejo é paleozóico. Os granitos abundam em Évora, dando origem a boas terras, Portalegre, Crato, Montemor-o-Novo, Serpa e Vidigueira. (...) Uma faixa diorítica atravessa o distrito de Beja (Serpa, Beja, Ferreira, Alcáçovas) e dá-nos os famosos Barros de Beja, as melhores terras de pão de Portugal.”⁸⁰

Do ponto de vista concelhio, podem contar-se 7 “Ordens dos Solos”⁸¹, incluindo os afloramentos rochosos que detém uma parcela de 500 ha ou 2% da Superfície Livre (SL em oposição à área ocupada do Espaço Urbano). Os solos argiluvitados são de longe os mais representados, com 17 206 ha, que correspondem a 55,3% da SL. Os restantes são: solos incipientes, com 5997 ha ou 19,3%; solos litólicos, com 3286 ha ou 10,6%; solos calcários, com 2921 ha ou 9,4%; solos de barros, com 1118 ha ou 3,6 %; e Solos hidromórficos, com 104 ha ou 0,3%. Acresce-se o facto de haver “Ordens” de solo com penetrações esporádicas, identificáveis cartograficamente, cuja composição contém frequentemente solos argiluvitados. De referir que estes intervêm com todas as restantes “Ordens”, com excepção dos solos incipientes e dos afloramentos rochosos.

Quanto às “Subordens”, os solos mais frequentes são os mediterrâneos vermelhos ou amarelos, com 33% da S.L., seguidos dos mediterrâneos pardos, com cerca de 22% S.L., dos litossolos, com perto de 15% da S.L., e por fim os solos litólicos não húmicos, com cerca de 11% da S.L.⁸².

O PDM de Vidigueira explica ainda as várias zonas pedológicas⁸³ e dividi-as em 8 partes, cada uma com particularidades próprias. As zonas que mais interessam para os propósitos desta dissertação correspondem à “Zona Norte - A”⁸⁴ e à “Zona Oeste - B”, em especial a sub-zona B1. Nesta última, tendencialmente uma zona de transição entre o norte e o sul do concelho, incluem-se as localidades de Vidigueira e Vila de Frades.

⁸⁰ AAVV – Arquitectura popular em Portugal, p. 6.

⁸¹ Ver figura 6, p. 11, e o quadro 1 dos Anexos da 1ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 13-14.

⁸² Planarq – PDM de Vidigueira, p. 60.

⁸³ Cf. figura 7 nos Anexos da 1ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 11.

⁸⁴ Caracteriza-se por ter declives “...acentuados a escarpados (...) com riscos de erosão (...) elevados a muito elevados, excepto nas zonas planas de aluviões, onde são nulos.” Predominam os “...Litossolos (Ex) [solos Esqueléticos], Solos Mediterrâneos Pardos e Vermelhos ou Amarelos não Calcários Normais (Px e Vx), todos de origem xistosa, Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Materiais não Calcário Normais de rochas Cristalofílicas (Pv) e afloramentos rochosos; a sua grande maioria encontra-se em fases delgadas; os Litossolos (Ex) são os mais frequentes, tanto em grandes «manchas» estremes, como em complexos com os outros solos referidos. Nas Zonas planas atrás referidas ocorrem Aluviössolos, na grande maioria Modernos (A).” Planarq – PDM de Vidigueira, 52-53.

No geral, os declives são nulos ou moderados e os riscos de erosão mantém a mesma tendência. Na freguesia de Vidigueira os mais representativos são os solos litólicos não húmicos de granitos ou rochas afins (Pg), os solos mediterrâneos pardos de materiais não calcários de para-barros (Px) e os solos mediterrâneos pardos ou vermelhos de materiais não calcários normais (Pmg)⁸⁵, que serão aqueles mais utilizados na taipa local.

Predominam, ainda, os solos esqueléticos de xistos (Ex); os solos de materiais aluvionares ou coluvionares modernos de textura mediana (A, Sb e At), “...dispersos ao longo das linhas de água ou em bolsas de deposição”⁸⁶; os solos litólicos não húmicos de granitos ou rochas afins (Pg); os solos mediterrâneos pardos ou vermelhos normais, de xistos, gnaisses ou rochas afins (Px, Vx, Pgn) nas zonas norte e noroeste; os solos mediterrâneos pardos ou vermelhos normais de rochas eruptivas ou metamórficas (Pmg) numa zona mais central; os solos mediterrâneos pardos ou vermelhos de para-barros, de rochas eruptivas (Pm, Vm), espalhados por toda a área; os solos hidromórficos de origem aluvionar ou coluvionar de textura mediana, não calcários (Ca) (solos sem horizonte eluvial); e os solos hidromórficos de origem não aluvionar ou coluvial, de para-solos argiluvitados localizados a norte desta área⁸⁷.

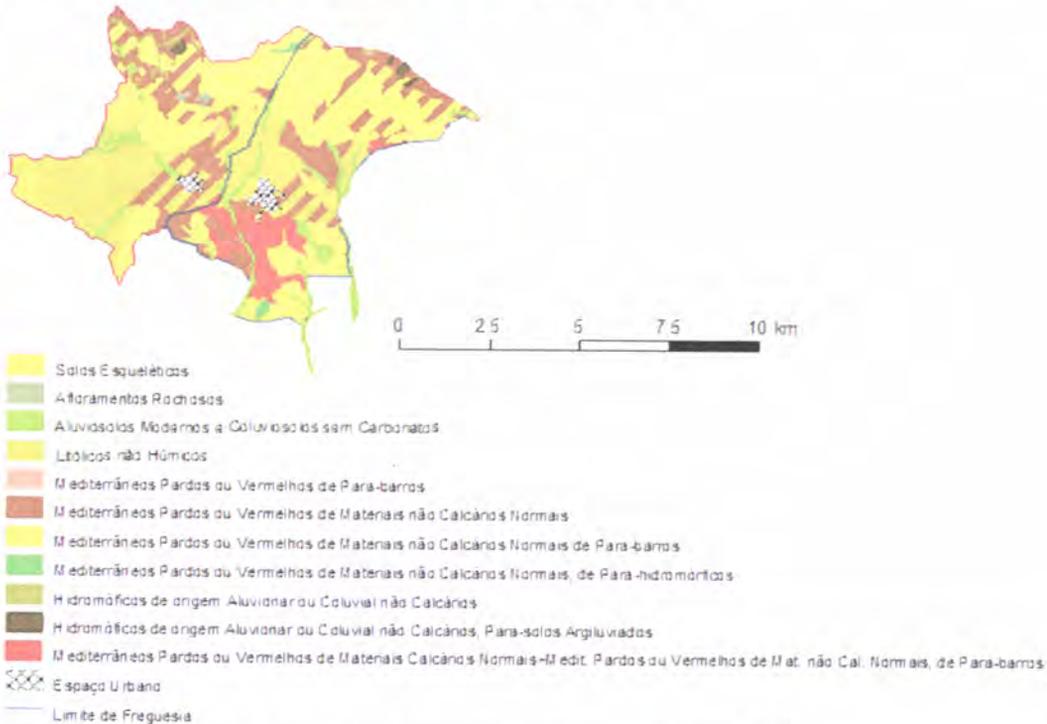


Figura 10 - Classificação dos solos, freguesias de Vidigueira e Vila de Frades

⁸⁵ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 53.

⁸⁶ Planarq – PDM de Vidigueira, p. 63.

⁸⁷ Planarq – PDM de Vidigueira, pp. 62 a 69.

4. Hidrologia⁸⁸

O concelho de Vidigueira está praticamente distribuído pelas bacias hidrográficas das ribeiras de Odearce⁸⁹ e Marmelar⁹⁰, que correm no sentido noroeste-sudeste, e pertencem à bacia hidrográfica do Rio Guadiana⁹¹. Por sua vez, a ribeira de Mac Abraão e a de



Figura 11 - Concelho de Vidigueira, linhas de água

Marruais, que correm no sentido leste-oeste, vão desaguar na ribeira de Alvito, pelo que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Sado. Estas duas grandes unidades são separadas pela linha de cumeada que atravessa o concelho a noroeste, aproximadamente na direcção nordeste-sudoeste, segundo uma linha que passa por Santana (no concelho de Portel), Vila de Frades e Cuba.

Vários factores contribuem para a definição dos cursos de água neste concelho. Os dois grandes elementos geomorfológicos presentes, a serra de Portel e a peneplanície baixo alentejana, definem os seus cursos. Se na parte norte, com a influência da serra, estes apresentam-se com “... padrões de drenagem bastante recortados, de linhas de água declivosas e de vales encaixados...”, na parte sudoeste “a área é abrangida pela peneplanície alentejana de vales ondulados, onde as linhas de água se desenvolvem com menores declives e o padrão de drenagem é menos recortado.”⁹²

A maioria das linhas de água são de duração efémera, mas “...há também algumas ribeiras de maior caudal e que normalmente correm durante todo o ano.”⁹³ De

⁸⁸ Ver figura 11 desta 1ª Parte e figura 5 dos Anexos da 1ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 9.

⁸⁹ A ribeira de Odearce apresenta, no concelho, uma área de 439 km², a que corresponde 36 km de comprimento da linha de água que correm a uma altura média de 203 m. Cf. Planarq – PDM de Vidigueira, quadro 1

⁹⁰ A ribeira de Marmelar surge como o aglutinador dos cursos de água da parte nordeste do concelho. O seu principal afluente é o barranco do Vale da Serra que nasce perto do alto do Falcato.

⁹¹ Esta abrange uma área total de 66 800 hm³, sendo 11 580 hm³ em Portugal. Cf. nota nº 94 desta 1ª Parte.

⁹² Planarq – PDM de Vidigueira, p. 26.

⁹³ Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 23.

facto, a maioria das linhas de água são afluentes das duas ribeiras referidas que desaguam no rio Guadiana⁹⁴.

Na serra de Portel nascem as principais linhas de água que passam pela freguesia de Vidigueira. As ribeiras do Freixo⁹⁵ e de Selmes⁹⁶ correm no sentido norte-sul e que vão desaguam na ribeira de Odearce. A primeira tem uma área de 40 km² que se alongam por 17 km. A de Selmes é superior a esta em área, com 59 km², mas só percorre 14 km. Ambas são afluentes de pequenas linhas de água de duração efémera e que dependem das abundantes águas que caem na serra de Portel.

Apesar de não se localizar na freguesia de Vidigueira, deve referir-se a importância que detém actualmente a barragem do Alqueva e o Açude o Pedrógão. A primeira, devido à sua dimensão⁹⁷ e importância estratégica para a região, a segunda, embora de dimensões consideravelmente mais reduzidas⁹⁸, encontra-se inserida no concelho de Vidigueira, na freguesia do Pedrógão, e apresenta um nível estratégico mais elevado no contexto local.

De referir que estas linhas de água, particularmente aquelas que correm nas freguesias de Vidigueira, Vila de Frades e Selmes, permitiram a formação de bolsas de solos de materiais aluvionares ou coluvionares modernos de textura mediana que foram essenciais para o desenvolvimento das manufacturas de peças cerâmicas para construção nesta região.

Quadro 2 - Linhas de água secundárias no concelho de Vidigueira⁹⁹

Linha de água	Área (km ²)	Comprimento (km)	Altura média (m)
Rib. Odearce	439	36	203
Rib. Marmelar	132	27	214
Rib. de Selmes	59	14	243
Rib. de S. Pedro	47	12	148
Rib. do Freixo	40	17	238

⁹⁴ Este é o curso de água mais extenso e caudaloso deste concelho. Nasce na lagoa de Ruidera, em Espanha, e tem um total de 810 km, sendo que em Portugal percorre 260 km e no Alentejo 212 km. Ministério do Ambiente - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: 1ª fase análise e diagnóstico da situação. Vol. III [em linha], p. 6.

⁹⁵ Nasce na serra mas no concelho de Portel.

⁹⁶ Tem a sua origem perto do alto do Mendro já no concelho e freguesia de Vidigueira.

⁹⁷ Capacidade total de armazenamento de 4170 hm³, e ocupação de cerca 255 km²: Cf. MINISTÉRIO DO AMBIENTE/INSTITUTO DA ÁGUA – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão: características gerais do empreendimento [em linha].

⁹⁸ Capacidade total de armazenamento de 97 hm³, área de ocupação de 10,8 km²: Cf. Ministério do Ambiente/ Instituto da água – Plano de Ordenamento das....

⁹⁹ Cf. Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. I, Quadro 1. A negrito as que percorrem a freguesia de Vidigueira.

5. Condições climatéricas

O Alentejo detém características particulares que o tornam único no panorama nacional. De acordo com a divisão administrativa entre Alto e Baixo Alentejo, cada uma destas representa características culturais, económicas, geológicas, ecológicas e climatéricas próprias. Àquelas divisões acrescenta-se uma outra: o Alentejo Litoral. Se o nordeste alentejano é definido pela presença do maior relevo a sul do Tejo, com uma cultura e economia decorrentes das condições naturais que esta proporciona, também o Baixo Alentejo interior detém características específicas decorrentes da vasta peneplanície em que se insere. No entanto existe uma certa unidade climatérica, porque na generalidade “le climat de la partie du sud du pays est chaud et sec.”¹⁰⁰ Estas regiões apresentam verões prolongados, sob a influência dos anticiclones subtropicais e pelas depressões do centro da península, que quando estabilizam trazem “un vent de l’est, chaud et sec” que ajuda a manter uma seca generalizada de Junho a Setembro, sendo este, em geral, um mês irregular¹⁰¹.

Pelo Inverno, as altas pressões do interior da península, que trazem um vento frio e seco, associando-se às dos Açores, apronta para que as influências atlânticas predominem trazendo chuva e humidade relativa, sem ser regular nem constante¹⁰². Aqui, a influência do relevo assume bastante importância, verificando-se uma maior intensidade de chuva nas zonas sob a influência de altos relevos, como é o caso da serra de Portel. As características meridionais do Baixo Alentejo contrastam com o clima mais ameno do Alto Alentejo e do Litoral alentejano. De facto, o Alto e o Baixo Alentejo apresentam uma distinção “...favorisée par une limite naturelle vigoureuse: l’escarpement de Vidigueira, haut de 200 m.”¹⁰³

5.1. Precipitação

O concelho de Vidigueira apresenta níveis pluviométricos diferentes para a totalidade do território. Para além dos fenómenos climatéricos gerais, esta disparidade está associada à proximidade da serra do Mendro, à influência do planalto de Évora, à

¹⁰⁰ Feio – Le Bas.... p. 23.

¹⁰¹ Feio – Le Bas p. 25.

¹⁰² Feio – Le Bas p. 26.

¹⁰³ Feio – Le Bas p. 30.

plano do Baixo Alentejo e à influência das bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, que partilham este território. De facto, “...a distribuição da precipitação (...) pode-se caracterizar por uma diminuição da sua quantidade de Noroeste para Sudeste, à medida que deixam de ter significado os relevos do planalto de Évora e da serra do Mendro”¹⁰⁴.

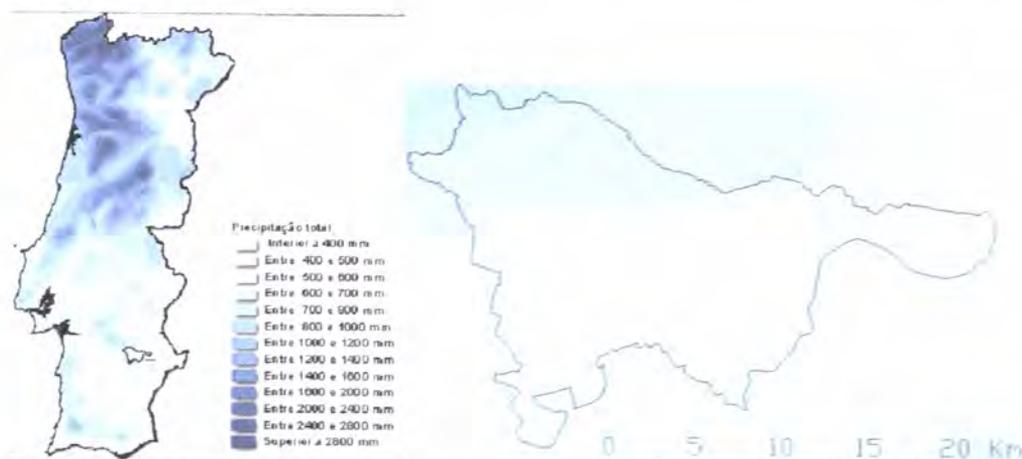


Figura 12 - 1 e 2; Precipitação total anual

Este concelho situa-se numa das zonas mais secas de Portugal, na «região climática continental», estando a zona de Vidigueira no «sub-tipo: Alentejo oriental»¹⁰⁵. Os valores médios de precipitação para Vidigueira são de 594, 10 mm¹⁰⁶, sendo que nas localidades mais próximas os valores são equivalentes. Para Alcáçovas ascendem aos 688 mm, Viana do Alentejo aos 661,40 mm e Alvito aos 611,20 mm, a noroeste de Vidigueira. Cuba regista valores inferiores aos de Vidigueira, com 555, 70 mm, da parte sudoeste. A norte, Portel apresentam valores superiores aos últimos, mas inferiores a Vidigueira, com 582,60 mm. Estes números são irrisórios quando comparados com Gerês¹⁰⁷, com 2750,70 mm, ou Castelo de Vide, no sopé da serra de S. Mamede, com 819,20 mm¹⁰⁸.

Os dados pluviométricos para Évora e para Beja¹⁰⁹ localizam-se abaixo dos números de Vidigueira: 563, 70 mm para Évora e 569 mm para Beja.

¹⁰⁴ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. I, p. 29.

¹⁰⁵ Suzanne Daveau Apud Medeiros – Geografia de Portugal..., p. 98.

¹⁰⁶ Cf. Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. [em linha]. Valores referentes aos últimos 50 anos hidrológicos, entre 1958/ 59 e 2007/ 2008; Min. Ambiente - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana [em linha], Vol III, figura 3.1.

¹⁰⁷ Mais concretamente Covide, a c. de 7 km do Gerês por ter os dados mais actualizados.

¹⁰⁸ Cf. Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. [em linha].

¹⁰⁹ Cf. Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. [em linha]. Estes dados reportam-se às localidades de Azaruja e Salvada, respectivamente, em substituição de Évora e Beja. Salvada localiza-se a cerca de 13 km de Beja e Azaruja a cerca de 22 km de Évora.

Quanto à distribuição da precipitação ao longo do ano, verifica-se que existe um “...semestre húmido de Outubro a Março, onde se concentra 75% a 80% da precipitação anual, com os meses mais chuvosos em Dezembro e Janeiro e por um semestre seco, com os meses mais secos em Julho e Agosto.”¹¹⁰ Seria neste semestre seco que se construiriam os edifícios em taipa neste território.

Quadro 3 - Precipitação entre 1958/ 09 e 2007/ 08, em ml por m²

Castelo de Vide	Alcáçovas	Viana	Alvito	Portel	Salvada	Azaruja	Cuba	Covide/ Gerês	Vidigueira	Pedrógão
819,20	688	661,40	611,20	582,60	569	563,70	555,70	2750,70	594,10	520,60

5.2. Temperatura e Insolação

As temperaturas médias do ar são mais uniformes ao longo do concelho. Registam-se valores bastante elevados nesta zona, sendo que é “...principalmente condicionada pela latitude, pelo seu afastamento do mar e pelo relevo e regime e exposição aos ventos”¹¹¹, e aumentando gradualmente de noroeste para sudeste. Assim apresenta-se uma média até 16 ° C na zona de Vidigueira, Vila de Frades, Alcaria da Serra e Marmelar e uma média de 18° C para Selmes e Pedrógão¹¹².

De facto, “as médias diárias variam entre cerca de 9° C em Janeiro e 24° C em Julho e Agosto.”¹¹³ As médias máximas variam de 13,3° C em Dezembro e 13, 6° C em Janeiro e os 32, 6° C em Julho e 32, 4° C em Agosto, sendo que a média anual se situa nos 16, 2° C. A média mínima mais baixa é registada em Dezembro com 5° C e 5, 6° C em Janeiro e Fevereiro. Quanto às temperaturas máximas absolutas, estas ultrapassam frequentemente a escala do 40° C, situando-se em Junho e Agosto nos 40, 7° C, em Julho nos 42, 7° C e em Setembro nos 40, 3° C. A temperatura mínima registada foi de - 4, 9° C em Dezembro¹¹⁴. Deste modo, os dias com temperatura máxima superior a 25° C ocorrem no período entre Março e Novembro e as temperaturas mínimas inferiores a 0° C ocorrem entre Novembro e Fevereiro, embora em número de dias reduzido¹¹⁵.

Quanto aos valores para a insolação, estes apresentam-se também bastante elevados. Para dados referentes à estação de Beja, o valor anual médio verificado foi de

¹¹⁰ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, p. 30.

¹¹¹ Ministério do Ambiente - Plano da Bacia Hidrográfica..., p. 11.

¹¹² Ministério do Ambiente - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: Relatório final, anexo cartográfico/ Temperatura do Ar Anual Média. Figura 3.2.8. [em linha].

¹¹³ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, p. 20.

¹¹⁴ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, figura 1.

¹¹⁵ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, p. 20.

2928, 7º h, ou 65, 7% do total de horas possível. Estes valores variam entre as 153, 3 em Janeiro, ou 50, 1%, e as 381, 5 h em Julho, ou 84, 8%¹¹⁶.

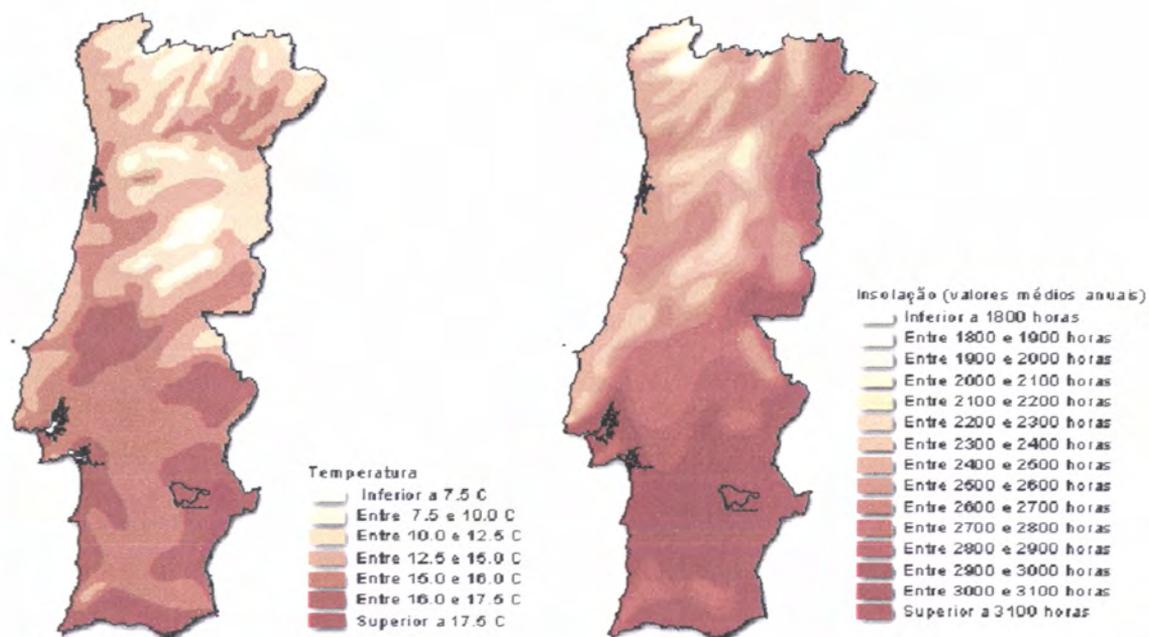


Figura 13 – 1 e 2; Temperatura média anual e insolação média anual

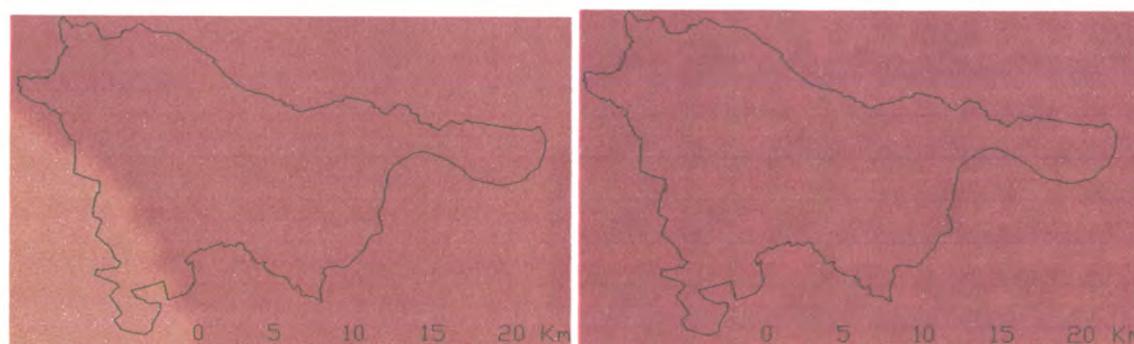


Figura 14 – 1 e 2; Temperatura média anual e insolação média anual, concelho de Vidigueira

¹¹⁶ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, p. 20. Cf. ainda MINISTÉRIO DO AMBIENTE - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: Análise e Diagnóstico da Situação de Referência/ Insolação Anual Média [em linha], Figura III.1 - 3.03 que apresenta valores diferentes, mais baixos, mas mais recentes.

5.3. Humidade Relativa do Ar e outros Meteoros

Neste campo, para além da humidade relativa, incluir-se-á informação relevante quanto à nebulosidade, geada, nevoeiro, orvalho, granizo e saraiva e vento, sendo que a maioria dos dados são referentes à estação meteorológica de Beja.

Quanto á primeira, deve referir-se que “...depende fortemente da temperatura, atingindo-se os valores mínimos durante a tarde quanto a temperatura do ar é mais elevada, sendo essa diminuição mais importante nos meses de verão.”¹¹⁷ Os dados recolhidos para as 6 h (utc), na estação de Beja, marcam uma média anual de 90 % de humidade relativa. O valor mais alto encontra-se em Janeiro, com 94%, e o mais baixo em Agosto, com 85 %¹¹⁸. Os valores para as 9 h (utc) são consideravelmente mais baixos, apresentando o concelho de Vidigueira valores anuais médios na ordem dos 76 a 78 %¹¹⁹.

Nesta zona, o número de dias semi-encobertos predominam com um total anual de 171, 85 dias, contra 141, 4 dias descobertos e 52 dias encobertos. Os últimos ocorrem, tendencialmente, nos meses de Outono e Inverno, prolongando-se com alguma relevância até Junho, com 2, 3 dias ao mês¹²⁰.

A geada, por seu lado, resume-se quase exclusivamente aos meses de Inverno, contando o valor mais elevado em Dezembro com 5, 3 dias. Abril tem 0, 3 dias e Novembro 0, 8.

O nevoeiro apresenta outra persistência ao longo do ano. Tem os valores mais elevados no mês de Dezembro, com 7, 9 dias, e o mais baixo em Julho, com 1, 2 dias.

O orvalho é ainda mais persistente e abundante. A sua presença conjuga bem com os níveis referidos para a humidade relativa do ar. Notam-se números consideráveis ao longo de todo o ano sendo que o valor superior de 9 dias em Novembro, seguindo-se Janeiro e Abril, com 8, 9 dias. O menor acontece em Agosto, com 3, 3 dias, seguido de Setembro, com 4, 3 dias.

Esta tendência ascendente nos números não se verifica no granizo e saraiva, salvaguardando este território dos efeitos nefastos da sua acção. Acontece 1, 2 dias por

¹¹⁷ Min. Ambiente - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: Análise e Diagnóstico da Situação de Referência/ Humidade Relativa do Ar Anual Média [em linha], p.13.

¹¹⁸ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, figura 5.

¹¹⁹ Min. Ambiente - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: Análise e Diagnóstico da Situação de Referência/ Humidade Relativa do Ar Anual Média [em linha], Figura III.1 - 3.04.

¹²⁰ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, figura 6.



ano, entre os meses de Novembro (0, 1) e Junho (0, 1). Os valores mais altos acontecem em Março e Maio, com 0, 3¹²¹.

O vento sopra mais frequentemente de oeste, mas atinge maiores velocidades no rumo sudoeste quase atingindo os 20 km/h. No entanto, a velocidade média anual é de 14, 4 km/h, variando ao longo do ano entre 12, 2 e 15, 5 km/h, valores bastante aceitáveis¹²². As calmas são pouco frequentes bem como os dias com ventos de velocidade superior a 55 km/h: ocorrem em Fevereiro e Dezembro, com valores de 0, 3 dias, e em Novembro, com cerca de 0, 1 dias¹²³.

Estes dados, essencialmente relativos à precipitação, comprovam a existência de uma relativa abundância de água, que se apresenta sob a forma de ribeiras, barrancos, fontes e inúmeros poços, na parte norte do concelho. As linhas de água que correm para sul, desaguando na ribeira de Odearce, na ribeira de Marmelar ou Selmes e no rio Guadiana renovam-se todos os anos devido à presença da serra de Portel e às condições favoráveis à instalação de um microclima específico nas faldas da mesma.

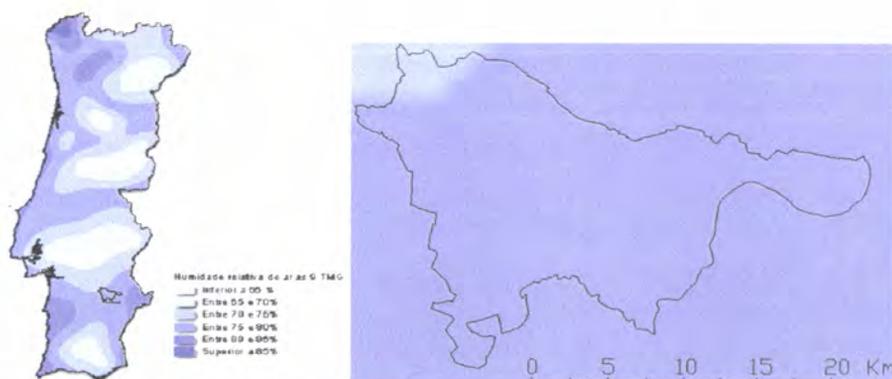


Figura 15 – 1 e 2; Humidade relativa do ar, às 9 horas

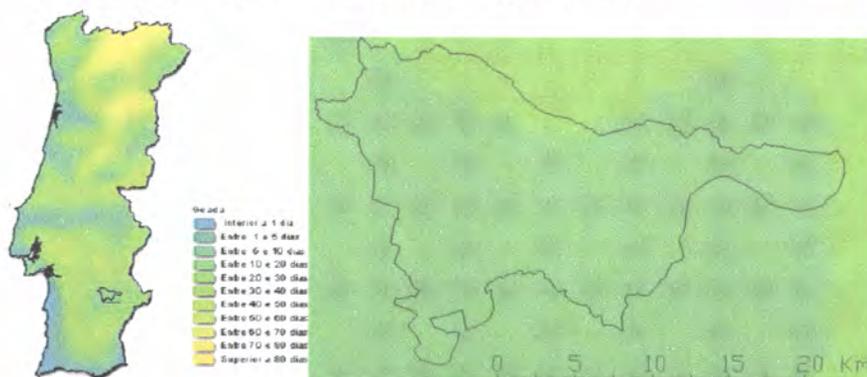


Figura 16 – 1 e 2; Geada número de dias por ano

¹²¹ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, figura 7.

¹²² Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, p. 22.

¹²³ Planarq – PDM de Vidigueira, Vol. 1, figura 8.

6. Parcelamento da propriedade e identidade própria

O parcelamento da propriedade rural neste território reveste-se de características excepcionais no contexto regional. Segundo alguns autores, este território pertence a uma sub-unidade de paisagem, dentro da unidade “Terras Fortes do Baixo Alentejo”. Predomina aqui a cultura da “...vinha, surge também olival, pomares, pastagens, num mosaico diversificado, onde é notória a maior abundância de água proveniente das escorrências da serra de Portel.”¹²⁴ Se na sua zona de influência a “...estrutura da propriedade é maioritariamente constituída por explorações com áreas superiores a 200 hectares”¹²⁵, o território de Vidigueira e Vila de Frades (e a zona de Alcaria da Serra) caracteriza-se pela policultura, pela propriedade de pequena e média dimensão, por um povoamento e estrutura dos aglomerados urbanos distinta da restante unidade, encontrando-se mais próximos entre si e associados a uma maior dispersão de edifícios de apoio à agricultura¹²⁶. Apesar das diferenças, mantém-se as características morfológicas em relação à zona em que se insere.

Também Mariano Feio atribuiu a esta zona características particulares, denominando-a de “Le pays”¹²⁷ de Vidigueira com características particulares como a diversidade agrícola, a abundância de água e o elevado parcelamento da propriedade¹²⁸. Assim, várias condicionantes interagem no sentido de formalizar a sua identidade local¹²⁹.

Mariano Feio, na continuação do exposto anteriormente, define esta zona como “...une oasis de cultures qui contraste par sa fraîcheur et par sa richesse avec les champs de blé et les *montados* qui les environnements. La vigne est la culture principale, puis l’olivier et le figuier. Dans les endroits plus frais il y a des *hortas* avec des oranges (aux fruits petits mais excellents). La propriété y est très morcelée : elle est formée, pour la plupart, par de petits champs résultant d’anciens lotissements par contrat d’emphytéose.

¹²⁴ CORREIA, Teresa P.; D’ABREU, Alexandre C.; OLIVEIRA, Rosário – Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental: E (Alentejo Central) a V (Algarve), Vol. V, p. 86.

¹²⁵ Nas zonas de Moura e Serpa “...registra[-se] um maior número de explorações com áreas compreendidas entre os 50 e os 200 hectares...” Correia, D’Abreu e Oliveira – Contributos para a..., Vol. V, p. 82.

¹²⁶ Correia, D’Abreu e Oliveira – Contributos para a..., Vol. V, p. 86.

¹²⁷ “...[O] *pays* é um território, com uma paisagem que lhe é própria, com características naturais, sociais e culturais suficientemente homogêneas para contribuir para a existência e reconhecimento da sua identidade, quer pelos que lá vivem como pelos que o consideram do exterior.” CORREIA, Teresa P.; D’ABREU, Alexandre C.; OLIVEIRA, Rosário – Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental: E (Alentejo Central) a V (Algarve), Vol. I., p. 28.

¹²⁸ Feio – Le Bas..., p. 48.

¹²⁹ Correia, D’Abreu e Oliveira – Contributos para a..., Vol. I, p. 28.

§ A peu près dans la moitié de ces petits champs, les arbres n'appartiennent pas au propriétaire de la terre. L'habitat reste concentré, malgré la division de la propriété.”¹³⁰

Apesar da concentração urbana, “...as casas de Vidigueira e Vila de Frades que sendo aglomerados concentrados existem em regime de propriedade bastante parcelada, em regiões frescas, onde a vinha é a cultura principal, e onde as viçosas hortas abundam, criando-se até em muito boas condições a laranja.”¹³¹

Em suma, a pequena propriedade domina na freguesia de Vidigueira atingindo no século passado 65% da área das mesmas, maior percentagem que no resto do concelho¹³². A cultura da vinha é a mais abundante e a mais característica, seguida das hortas e dos pomares onde dominam a laranjeira e o limoeiro. A abundância de água proporciona estas culturas que coexistem com as culturas cerealíferas bem como com os montados, onde predomina a azinheira e o sobreiro.



Figura 17 - Parcelamento da propriedade em Vidigueira e Vila de Frades, Ortofotomapa SNIG

O parcelamento da propriedade é elevado, atribuindo-se a sua origem aos contratos enfiteúticos¹³³ bem como à própria economia de exploração da terra assente nas culturas definidas que funcionam, desde períodos antigos, em pequenas parcelas mais fáceis de cultivar e cuidar, bem como decorrentes das condições topográficas que as proporcionam.

Estas condições poderão ter condicionado a construção local, no que diz respeito aos materiais e às técnicas utilizadas. A sua adaptação a um meio físico exigente terá definido a sua identidade certamente com características próprias.

¹³⁰ Feio – Le Bas ..., p. 48.

¹³¹ AAVV – Arquitectura popular em Portugal, p. 31.

¹³² Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 131.

¹³³ Enfiteuse: convenção pela qual o proprietário de um prédio transfere para outrem o domínio útil desse prédio contra o pagamento de uma renda anual ou foro; aforamento; aprazamento. Cf. Infopédia – Enfiteuse [em linha].

7. Enquadramento histórico

Não obstante a história do concelho ser bastante recente, este tem vindo a ser povoado desde tempos imemoriais. Infelizmente para o conhecimento da história local, demasiado “imemoriais” visto os dados disponíveis serem muito esparsos e pouco actualizados. Apesar de tudo, destaca-se aqui o trabalho do Dr. Palma Caetano¹³⁴, que coligiu várias informações referentes à história local e deixou em aberto diversas questões às quais deve dar-se conta num futuro próximo.

Os trabalhos de eminentes arqueólogos portugueses, como Abel Viana¹³⁵ e Victor S. Gonçalves sobre a Pré-História, o Dr. Jorge Alarcão¹³⁶ e a Dr.^a Maria Conceição Lopes sobre o período romano ou ainda do Dr. Leite de Vasconcelos¹³⁷ sobre vários períodos históricos, também devem ser referidos pela sua qualidade e pela necessária inclusão desta zona da região em que se insere. Infelizmente, dos trabalhos do arqueólogo amador João de Villanova de Vasconcellos Corrêa de Barros, que nasceu nesta localidade, em 1877, e que explorou do ponto de vista arqueológico esta região, chegando a registar algumas descobertas importantes como a anta da Vinha da Mangancha, posteriormente escavada pelo Dr. Leite de Vasconcelos, nada resta senão alguns vestígios de materiais que deixou na sua casa em Vidigueira¹³⁸. Ainda quanto aos estudos arqueológicos, também devem destacar-se o trabalho do Instituto Português de Arqueologia e da EDIA, pelos importantes inventários que foram elaborados e o grande contributo que prestam ao conhecimento do património local e nacional.

Não se ambiciona, neste capítulo, introduzir questões demasiado elaboradas para o interesse desta dissertação. Pretende-se dar uma perspectiva global, mas actualizada, do contexto histórico local. Tentar-se-á incluir as informações necessárias à compreensão destes elementos.

¹³⁴ “Vidigueira e o seu Concelho” que conta com 2ª edição.

¹³⁵ Nasceu em 1896 e morreu em 1964.

¹³⁶ Conjuntamente com o Dr. Robert Étienne e a Dr.^a Françoise Mayet da Universidade de Bordéus.

¹³⁷ Nasceu em 1858 e morreu em 1941. Foi um grande entusiasta da arqueologia no Alentejo tendo dedicado muitos trabalhos a esta região.

¹³⁸ Largo D. Violante, n.º 13.

7.1. Primeiros vestígios

Assim, e começando pelo “início”, existem vestígios neste concelho desde o Paleolítico¹³⁹ localizados na freguesia de Pedrógão. Este facto é evidente visto ser o local mais prospectado neste concelho devido à Barragem do Alqueva e ao Açude do Pedrógão no rio Guadiana, cujas margens têm vindo a presenciar ocupações humanas desde aquele período. Atestando esta presença, os vestígios localizam-se junto e ao longo do rio sendo, essencialmente, superficiais. Compõem-se de materiais macrolíticos, bifaces, raspadores, lascas corticais e não corticais, entre outros macro-utensílios.

Do Neolítico¹⁴⁰ são mais e maiores os vestígios. Entre eles encontram-se várias antas, ou dólmenes, onde se destacam as antas no Monte da Mangancha¹⁴¹, na estrada de Vidigueira para Alcaria da Serra (EM 519), já na freguesia de Selmes. Encontra-se



Figura 18 – 1 e 2; Menir do Mac Abraão e anta da Mangancha de Cima (antes de ter sido destruída)

também, na freguesia de Vila de Frades, um menir denominado de menir do Mac Abraão, de pedra da região (granito porfiróide de grão médio), de grande importância ao nível local e classificado como Imóvel de Interesse Público em 1990¹⁴².

No entanto, é na freguesia de Pedrógão que se encontra o local arqueológico pré-histórico melhor estudado deste concelho, tendo sido escavado e estudado no ano 1987, sendo reconhecido pelos especialistas contemporâneos como “...talvez um dos mais importantes do Sul de Portugal.”¹⁴³: a Sala n.º 1. Terá sido ocupado desde o Neolítico

¹³⁹ Cerca de 2 milhões anos a. C. a 10 000 anos a. C.. Cf. INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA – Base de dados: Endovélico [em linha].

¹⁴⁰ Até c 4100 a. C..

¹⁴¹ As antas da Vinha da Mangancha e a anta da Mangancha de Cima que se encontra actualmente destruída. Consola o facto de ter sido escavada em 1987 pelo Dr. Victor Gonçalves.

¹⁴² DECRETO 29/90. D.R. I Série. Nº 163 (17-07-1990). pp. 2972-2973.

¹⁴³ Victor S. Gonçalves. Cf. Cactano – Vidigueira e o seu..., p. 452.

Final¹⁴⁴ até à Idade do Bronze¹⁴⁵ e encontraram-se aí vestígios tanto de pedra lascada como cerâmica decorada ou ainda elementos metálicos. “A esmagadora maioria do espólio aponta, porém, uma ocupação maciça do sítio ao longo da primeira metade do terceiro milénio”¹⁴⁶.

Do Calcolítico¹⁴⁷, para além da Sala n.º1, destaca-se o povoado de São Lourenço, também na freguesia de Pedrógão¹⁴⁸, e o povoado do Alto da Mangancha, em associação com a anta aí existente¹⁴⁹, também escavado e prospectado em 1987 pelo arqueólogo Victor S. Gonçalves. Aqui foram encontrados vestígios construtivos de abrigos rudimentares que implicavam a abertura de buracos para postes, provavelmente de madeira¹⁵⁰. Não se verificou a utilização de terra ao estudar estas estruturas, mas é possível que possa ter desempenhado um papel fundamental na construção destes abrigos.

7.2. Período pré-Romano e Romano

Do período pré-romano poucos são os vestígios registados. Identificou-se um único local da I Idade do Ferro, localizado em Pedrógão, denominado de Porto da Barca¹⁵¹. Do mesmo período e na mesma freguesia, existe um outro local denominado Atalaia da Insuinha, que percorre os períodos da Idade do Bronze-Médio até ao período Romano¹⁵², onde se encontrou um aparelho construtivo irregular, utilizando pedra de xisto¹⁵³ como matéria-prima.

¹⁴⁴ Cerca de 4500 a 4100 anos a. C..

¹⁴⁵ Cerca de 3800 a 2700 anos a. C..

¹⁴⁶ GONÇALVES, Victor S. – O Povoado Pré-Histórico da Sala N.º1. **Portugalia**. Nova série; vol. VIII. Porto;1987. p. 17 Apud Cactano – Vidigueira e o seu... , p. 452.

¹⁴⁷ Cerca de 4500 a 3800 anos a. C..

¹⁴⁸ “É possível que tenha sido fortificado. Não existem vestígios de metalurgia. (...) Espólio: Taças carenadas, pratos de bordos “almendrados”, crescentes.” IPA – Povoado de S. Lourenço. Base de dados: Endovélico [em linha].

¹⁴⁹ Anta da Mangancha de Cima.

¹⁵⁰ Cf. IPA – Alto da Mangancha. Base de dados: Endovélico [em linha].

¹⁵¹ Cf. LOPES, Maria Conceição - A Cidade Romana de Beja: Percursos e debates acerca da “civitas” de *Pax Iulia*: Catálogo de sítios, p. 88.

¹⁵² “Localiza-se numa plataforma de origem coluvionar, junto à margem direita do Rio Guadiana. Trata-se de uma atalaia de estrutura triangular e de aparelho construtivo irregular, utilizando pedra de xisto como matéria-prima. O conjunto estrutural parece apontar para cronologias anteriores à construção da atalaia. (...) Espólio: Fragmentos de cerâmica de bronze médio (decorações incisas formando motivos geométricos, decorações penteadas formando linhas sobrepostas, matrizes incisas e com cordões incisos de depressões nas panças dos potes, taças carenadas, duas peças com perfurações) romana e medieval (vidrada de chumbo de pasta vermelha e vidrado melado de cronologia medieval). Conta de colar ou cossoiro em galena e algumas peças líticas.” IPA – Insuinha. Base de dados: Endovélico [em linha].

¹⁵³ Gnaises, leptimitos e xistos quartzo-feldspáticos (Paleozóico).

A esta escassa ocorrência sucede um conjunto bastante significativo de sítios do período romano e tardo romano. A Dr.^a Maria Conceição Lopes e o Dr. Jorge Alarcão¹⁵⁴ encontraram *villae* e pequenos sítios espalhados pela totalidade do espaço concelhio, mas é nas freguesias de Vidigueira e Vila de Frades que existe um número mais concentrado de achados.

Entre estes, o mais importante será a *villa* romana de S. Cucufate, na freguesia de Vila de Frades, junto à EN 258 que liga Vidigueira a Alvito. Esta *villa* teve um período de ocupação relativamente longo desde o séc. I d.C. ao séc. V. Apresenta 3 fases de ocupação, correspondentes a alterações na mesma propriedade: a *villa I*, de meados século I a 120/130; a *villa II*, de 120/130 à 340/350; a *villa III* de 340/350 à segunda metade do século V¹⁵⁵.

Os materiais aqui utilizados são os característicos nas construções romanas, nomeadamente, a pedra, frequentemente da região, a cerâmica cozida, sob a forma de tijolos, ladrilhos, quadrantes de coluna e outros¹⁵⁶, e os sempre presentes e importantes *opus caementicium* e *opus signinum* como argamassa e rebocos. A presença de terra em estado cru não foi verificada pelos investigadores. Os aparelhos construtivos tornaram-se mais elaborados ao longo dos séculos sendo que as fundações da *villa I* apresentam um aparelho de pedra mais irregular de granito que as *villae II* e *III*. As paredes da *villa III*, do que resta do monumento, apresentam um *opus mixtum*¹⁵⁷ de pedra e tijolo que aparenta a divisão similar às das paredes de taipa¹⁵⁸.

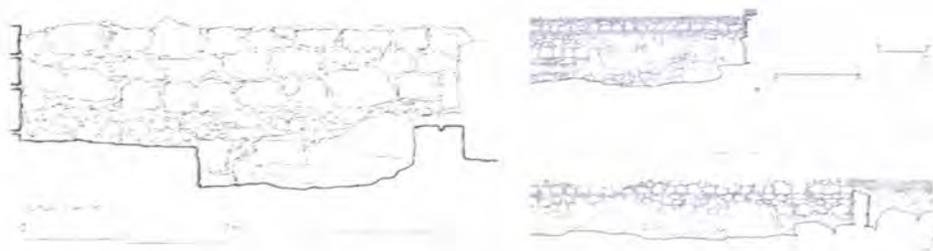


Figura 19 – 1 e 2; Aparelhos construtivos dos muros das *villae I* e *II* de S. Cucufate¹⁵⁹

¹⁵⁴ Em conjunto com a equipa que o acompanhava por altura em que escavou a *villa* romana de S. Cucufate desde 1979 a 1985. Entre a sua equipa encontravam-se a Dr.^a Conceição Lopes e o Dr. Vasco Mantas, entre outros.

¹⁵⁵ Dossiers d'Arqueologie – Le Portugal: de la Préhistoire à l'époque romaine, p. 56. Para mais informações sobre este local cf.: ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, F. – Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal).

¹⁵⁶ Aqui pode referir-se a utilização de canalizações de cerâmica.

¹⁵⁷ Junção de dois materiais construtivos e de dois aparelhos construtivos diferentes.

¹⁵⁸ Cf. Alarcão, Étienne e Mayet – Les Villas Romaines..., pp. 58-62.

¹⁵⁹ ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, F. – Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal): Planches, figuras XLII e XLV.

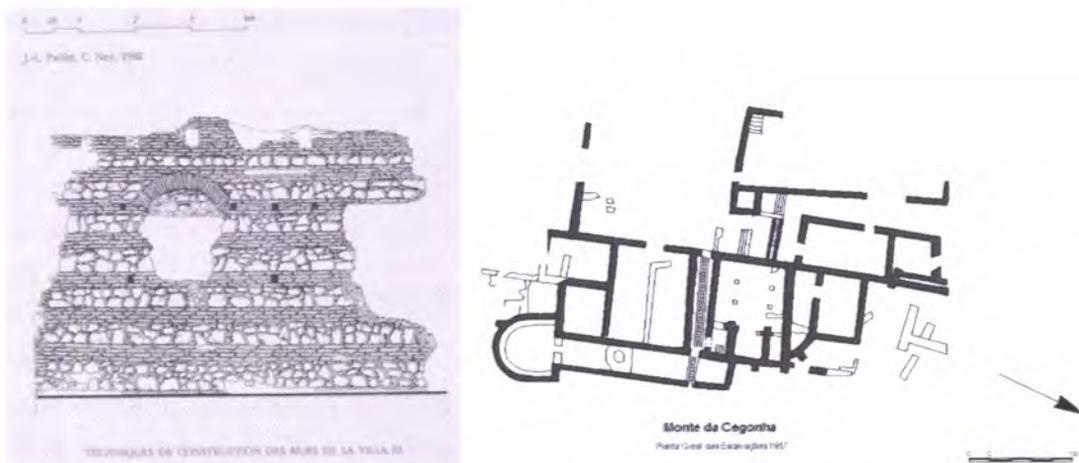


Figura 20 – 1 e 2; Aparelhos construtivos das paredes da *villa III* de S. Cucufate¹⁶⁰ e Monte da Cegonha, Selmes (Planta CMV)

Para além deste, um outro sítio, também merece referência: a *villa* romana do Monte da Cegonha. Situada na freguesia de Selmes, num local com abundantes vestígios romanos¹⁶¹, a sua ocupação percorre os séculos desde o Alto Império Romano (séc. I a. C.) até à época Muçulmana (séc. XIII)¹⁶².

7.3. Do Período Pós-Romano até à “Reconquista” cristã

A presença visigótica não deixou muitos vestígios. Os mais significativos são uma necrópole de inumação encontrada por debaixo da igreja de Selmes e um elemento arquitectónico, em forma de bloco paralelepípedo de mármore, encontrado em Marmelar¹⁶³. Para além destes, encontraram-se outros vestígios no mesmo local o que indicia uma ocupação do território que se estenderia até Vera Cruz, no concelho de Portel. Também no convento de S. Cucufate se encontraram vestígios visigóticos numa campa¹⁶⁴, pelo que apenas se prova que estes ocuparam este edifício.

Da época muçulmana poucos são os vestígios conhecidos



Figura 21 - Pedra visigótica encontrada em Marmelar

¹⁶⁰ Alarcão, Étienne e Mayet – Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal) : Planches, figura LV.

¹⁶¹ Lopes – A Cidade Romana de Beja..., p. 90.

¹⁶² Lopes – A Cidade Romana de Beja..., p. 90.

¹⁶³ IPA - Visigótico [em linha].

¹⁶⁴ Cf. Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 449.

e os conhecimentos sobre a presença dos muçulmanos nesta região, para além dos já referidos. Certamente que foi incluída nos territórios bem seguros do *al-Andalus* muçulmano a partir de 714¹⁶⁵ e, a partir do século XII, terá sido conquistada e reconquistada por cristãos e muçulmanos à medida que Évora e Beja também o eram¹⁶⁶. Com a conquista de Beja, provavelmente entre os anos de 1232 e 1234¹⁶⁷, a Vidigueira terá passado para os cristãos, tendo sido iniciado o processo de colonização pelos guerreiros do norte de Portugal. A presença das populações autóctones hispano-romanas, essencialmente moçárabes¹⁶⁸, mas também *muladis*¹⁶⁹, poderá estar na origem da delimitação dos territórios administrativos nesta região.

7.4. Primeiros dados concretos

Neste ponto a *villa* romana de S. Cucufate volta a desempenhar um papel de relevo na história desta região. Apesar da polémica que persiste acerca da fundação do mosteiro de S. Cucufate, se no período visigótico, muçulmano ou cristão¹⁷⁰, foi em torno da sua posse que os primeiros documentos sobre esta região surgiram. Estes referem-se à constituição do termo e paróquia de S.

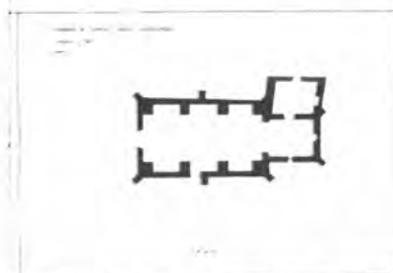


Figura 22 - Planta da Igreja de St. Clara (DGEMN)

Cucufate, na actual freguesia de Vila de Frades, que datam do início da década de 50 do século

XIII, já no reinado de D. Afonso III. Em 1254, por acção deste rei, o pretor, alvazis e concelho de Beja doam ao Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa o mosteiro de S. Cucufate¹⁷¹ onde aparece pela primeira vez o nome de Vidigueira¹⁷². Um ano mais

¹⁶⁵ Évora e Beja foram conquistadas em 715. Cf. Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 61.

¹⁶⁶ Esta região foi conquistada pelos cristãos em 1162, para cair novamente em poder dos muçulmanos no seguinte. Em 1172, Beja foi novamente ocupada pelos cristãos; abandonaram-na em Janeiro de 1173. D. Sancho I conquista esta cidade em 1178 para a perder logo de seguida. Só entre 1232-34 é que voltou definitivamente para o poder dos cristãos. Cf. MATTOSO, José (coord.) – História de Portugal: a monarquia feudal, pp. 77-79 e 116-124.

¹⁶⁷ Mattoso – História de Portugal..., p. 214.

¹⁶⁸ Moçárabe: Termo geralmente aplicado para designar um grupo de cristãos que residiam no território do al-Andalus. (árabe: *musta'rib*, "que se tornou árabe").

¹⁶⁹ Muladi: Termo geralmente aplicado para designar os autóctones hispano-romanos que se converteram ao islamismo.

¹⁷⁰ Cf. Caetano – Vidigueira e o seu..., pp. 58-74.

¹⁷¹ (IAN/TT, S. Vicente, 1ª incorporação, m.º 3, n.ºs 16 e 16-A, 1254.) Cf. Cf. SILVA, Carlos Guardado da – O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regente e o património rural (séculos XII-XIII), p. 79. Cf. ainda, Livro das Lezírias D'El-Rei Dom Dinis, p. 81-82.

¹⁷² Pouco mais tarde, em 1258, existe uma outra referência a Vidigueira na carta de doação a D. João Peres de Aboim dos territórios de Portel: "Aí se menciona, na demarcação dos limites, uma «via de Athaladoiro de Vidigueira per ubi

tarde, o bispo de Évora confirma essa oferta e delimita com mais pormenor os limites daquela paróquia¹⁷³.

O termo, ou território, de Vidigueira já existiria, portanto, antes de 1255 altura em que os de S. Cucufate foram juridicamente confirmados, não permitindo o alongamento característico dos territórios baixo alentejanos. O mesmo terá acontecido com Vidigueira, pelo que parece evidente que os limites dos dois territórios tenham sido condicionados um pelo outro e pela existência de uma memória colectiva que os definia¹⁷⁴.

Decorrente da discussão anterior, assume-se que esta localidade terá sido doada a Mestre Tomé, o seu primeiro donatário, entre 1248 e 1254, que terá mandado edificar a primitiva igreja de Santa Clara¹⁷⁵, provavelmente no local onde se ergue a actual. Terá competido a este a fundação da localidade e o povoamento do seu território.



Figura 23 - Ermita de Santa Clara que terá substituído a sua congénere construída pelo primeiro donatário de Vidigueira

7.5. Donatários medievais e a casa dos Gama

Após a morte de Mestre Tomé terão sido os seus sobrinhos os herdeiros da localidade. Poderá ter pertencido a D. João Peres de Aboim, donatário de Portel, antes de aqueles terem assumido a sua posse, mas tais conjecturas parecem ser circunstanciais¹⁷⁶. Posteriormente este território passou por vários domínios até chegar à posse de D. Nuno Álvares Pereira e depois à casa de Bragança por doação ao seu neto, D. Fernando I de Bragança, que aqui terá mandado edificar o castelo, em 1425.

dividid Elbora cum Begia» (...) O que, todavia, não é certo, e pode oferecer ainda mais dúvidas que no documento anteriormente referido [de 1255], é se o topónimo designa aqui apenas o local ou a povoação.” Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 74. Crê-se que nesta altura já seria um local no termo de Vidigueira.

¹⁷³ (ANTT, *S. Vicente de Lisboa*, 2ª inc., mc 71 – n.º 14 e L.º 124, fls 19-20 e ACSE, CEC 3-III, fls 36-36v.) Cf. VILAR, Hermínia Maria Vasconcelos Alves – *As dimensões do poder: a diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, pp. 477 e 478. Cf. ainda, *Livro das Lezírias...*, pp. 77-79.

¹⁷⁴ Caetano – *Vidigueira e o seu...*, p. 74.

¹⁷⁵ Santa Clara de Assis, de nome Chiara d'Offreducci, 11 de Julho de 1193 a 11 de Agosto de 1253. Fundadora do ramo feminino da Ordem Franciscana, as clarissas. Cf. Caetano – *Vidigueira e o seu...*, pp. 74-77 para uma perspectiva sobre a fundação da primitiva igreja de Santa Clara.

¹⁷⁶ Caetano – *Vidigueira e o seu...*, p. 78.

Quadro 4 - Donatários medievais até D. Vasco da Gama

1º	Mestre Tomé	13º	Gonçalo Nunes de Alvelos
2º	Pêro Fernandes, Pedro Peres, Martim Anes e Vasco Anes	14º	D. Nuno Álvares Pereira
3º	D. Martinho Pires de Oliveira, 95º Arcebispo de Braga	15º	D. João I
4º	D. Dinis	14º(16º)	D. Nuno Álvares Pereira
5º	D. Isabel	16º(17º)	D. Fernando I de Bragança
6º	D. Maria de Castela	17º(18º)	D. Fernando II de Bragança
7º	D. Joana de Lara	18º(19º)	D. João II
8º	D. Pedro I	19º(20º)	Nuno Pereira
9º	D. Fernando I	20º(21º)	Reimão Pereira
10º	Vasco Martins de Melo	21º(22º)	D. Jaime de Bragança
11º	D. João Telo	22º(23º)	D. Vasco da Gama/ Casa dos Gama
12º	D. Isabel		

Fonte: José A. Palma Caetano – Vidigueira e o seu concelho, pp. 78-87.

Em 1520, a 29 de Dezembro, apresenta-se em Vidigueira, nos paços do concelho, o licenciado Estêvão Lopes para tomar posse de Vidigueira e de Vila de Frades, em nome do almirante D. Vasco da Gama¹⁷⁷, da sua esposa e de seu filho primogénito, apresentando para isso uma procuração do conde para este efeito. Deste processo ficou o registo num auto contendo todas as informações de relevo que envolveram todo este acto. Ao receber as vilas, os novos senhorios viram-se também na posse de todas as rendas, direitos reais, foros, fazendas de raiz, jurisdição cível e crime, padroado da igreja de Vidigueira e do castelo.

Ter-se-á instalado no castelo, que terá mandado embelezar, e marcou desde logo uma posição de benemérito ao oferecer à localidade o sino que veio a ser colocado na Torre do Relógio (construída pouco antes usando pedra granítica da região) desta localidade, em 1520. Pouco tempo passou o conde nas suas novas terras, pois em 1524 embarcou novamente para a Índia para tomar posse como vice-rei¹⁷⁸.

O caminho como donatário de Vidigueira iniciado por D. Vasco da Gama foi prosseguido pelos seus descendentes. A “Casa dos Gama” foi assim criada e tornou-se

¹⁷⁷ Precisamente um ano antes, a 29 de Dezembro de 1519, o rei concede a Vasco da Gama, a quem já tinha concedido o título de “Dom”, o tão ambicionado “...título de conde da Vidigueira, com todas as honras, preeminências, prerrogativas, autoridade, graças, privilégios, liberdades e franquezas que tinham e usavam os condes do Reino.”Caetano – Vidigueira e o seu.... p. 89.

¹⁷⁸ Ter-se-á sentido impelido a isso para que o rei, agora D. João III, confirmasse o seu título de conde e o tomasse sucessório. O que veio a acontecer a 5 de Fevereiro de 1524, por alvará do rei D. João III. Caetano – Vidigueira e o seu...., p. 98.

numa das mais importantes do reino, contando com inúmeras personalidades de relevo na política nacional e em especial na diplomacia.



Figura 24 – 1 e 2; Torre do Relógio de Vidigueira, foto a preto e branco do *Album Alentejano*, p. 197

7.6. As Memórias Paroquiais de Vidigueira

Um dos registos mais importantes sobre as localidades portuguesas do século XVIII são as *Memórias Paroquiais*, ou *Dicionário Geográfico de Portugal*, de 1758. Foram elaboradas na sequência do terramoto de Lisboa de 1755 no sentido de se ter uma percepção aproximada dos estragos que o dito terramoto poderá ter provocado no país e nas infra-estruturas existentes à época.

Um dado inicial diz respeito ao orago desta localidade que passou de St.^a Margarida para S. Pedro com a construção da nova igreja dedicada ao Apóstolo concluída em 1590, que por altura das *Memórias* ainda se localizava “...[e]m uma ponta da vila” e contava com “...cinco alta/res ...” e “...três naves entre doze colunas altas...”¹⁷⁹. Deste imóvel não restam quaisquer vestígios no local, e apenas se encontram algumas fotografias já em ruína.



Figura 25 - Igreja da Misericórdia de Vidigueira

¹⁷⁹ IAN/TT - Dicionário Geográfico...: Vidigueira, fl. 1019.

Pela sua observação reconhece-se um aparelho construtivo de pedra ordinária de granito da região¹⁸⁰.

Também no convento de Nossa Senhora das Relíquias, construído no final do séc. XV, foi fundada nova igreja, em 1593, que terá sido em grande medida paga por D. Miguel da Gama, filho do segundo conde de Vidigueira¹⁸¹. Do mesmo século é a igreja da Misericórdia, ambas de aparelho de pedra, que veio a envolver a antiga igreja paroquial de St.^a Margarida¹⁸², que apresenta actualmente construções em taipa anexas, sem haver certezas quanto à sua originalidade.

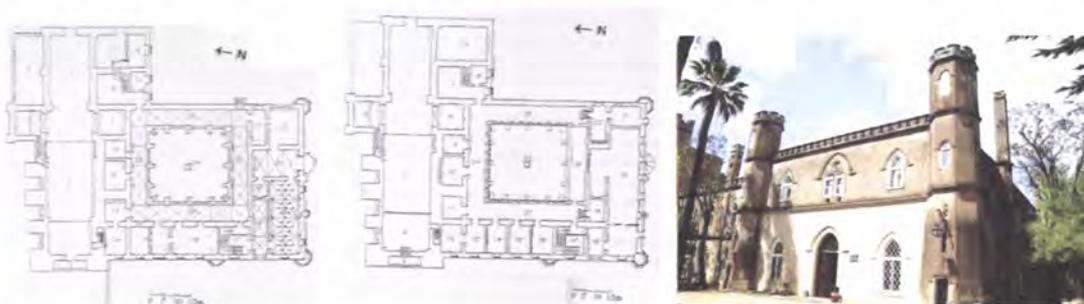


Figura 26 – 1, 2 e 3; Plantas e fotografia do Convento de Nossa Senhora das Relíquias, tal como se encontra hoje

Ainda relativamente às igrejas e ermidas desta localidade, as *Memórias* referem mais algumas. Tais como Santa Clara, S. Rafael¹⁸³, S. João Baptista e S. Braz¹⁸⁴, fora da vila. Refere ainda o Recolhimento do Espírito Santo, do século XVII (1668)¹⁸⁵. Existe ainda uma referência à igreja do “Senhor Jesus” que pode ser identificada como a actual Igrejinha Nova¹⁸⁶. Anterior a este documento é a igreja de S. Francisco (1732) mas não existe qualquer referência a esta, talvez por ainda não estar terminada¹⁸⁷.

¹⁸⁰ Cf. Caetano – Vidigueira e o seu...., figura 28.

¹⁸¹ Caetano – Vidigueira e o seu...., p. 189.

¹⁸² Esta igreja ainda hoje está inserida no edifício da igreja da Misericórdia.

¹⁸³ Mandada construir pelo 4º conde de Vidigueira, D. Francisco, a fim de receber a imagem de S. Rafael que viajou com Vasco da Gama à Índia. Séc. XVI-XVII.

¹⁸⁴ Que estaria na rua com o mesmo nome, actualmente denominada de Luís Vaz de Camões.

¹⁸⁵ Denominado como hospício do Espírito Santo. Já existiria neste local uma capela com esta sagração visto o 1º marquês de Nisa referir que: “...se quiserem a do Espírito Santo daria o seu consentimento”. Caetano – Vidigueira e o seu...., p. 116.

¹⁸⁶ ANBA, IPPAR – Inventário do património....

¹⁸⁷ Caetano – Vidigueira e o seu...., p. 114.

As *Memórias* referem ainda a existência do castelo de Vidigueira¹⁸⁸, situado numa pequena eminência do lado Ocidental da vila. Em 1882 ainda se encontrava em situação isolada numa “...eminência sobranceira ao rossio em que está a matriz...”¹⁸⁹.



Figura 27 - Torre de menagem, ou castelo, de Vidigueira

Aquando da conservação e consolidação da única torre que lhe restava¹⁹⁰, achou-se por bem colocar junto ao edifício acastelado uma janela lavrada no estilo de transição manuelino-renascença que se supunha ter pertencido a este edifício¹⁹¹. Conjectura-se que aqui teve a sua origem, devido às obras de beneficiação que D. Vasco da Gama terá executado, onde se incluiu a construção da alcáçova utilizando granito da região, e pelo brasão deste donatário de mármore similar.

A janela, que hoje se encontra encaixada numa moldura em cimento que foi feita propositadamente para a acolher, foi esculpida utilizando “mármore da região”¹⁹², em especial os “...mármore do Alentejo [que] constitu[em] pois um universo geológico de certo modo homogéneo, mas com variadas apresentações...”¹⁹³. Terá sido durante o período de D. Vasco da Gama que a utilização do mármore alentejano ganhou maior incremento, associando-se a muitas e variadas construções¹⁹⁴ por parte do Alentejo, devido à proximidade do Rei e da corte em Évora¹⁹⁵. Foi durante este período que o donatário esteve nesta cidade e daí terá trazido as ideias e o gosto particular pelos mármore da região associado ao estilo manuelino, que teve grande profusão em finais do séc. XV e inícios do séc. XVI, segundo as quais terá embelezado o castelo de Vidigueira.

¹⁸⁸ IAN/TT - Dicionário Geográfico...: Vidigueira, fl. 1022.

¹⁸⁹ LEAL, Pinho – Portugal Antigo e Moderno, p. 657.

¹⁹⁰ Processo iniciado em 1967 e concluído em 1969 com a classificação do monumento como “imóvel de interesse público”, segundo o Decreto 251/70. D.G. nº 129 (03-06-1970). pp. 726-727.

¹⁹¹ “...e que se encontrava em Vila de Frades, no muro de uma horta pertencente a Charlotte Rendelman Passanha Pereira, que para aquele fim a cedeu.” Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 445.

¹⁹² ANBA, IPPAR – Inventário do património....

¹⁹³ NUNES, Manuel de Castro - Mármore do Alentejo: uma Patine Milenar, p.17.

¹⁹⁴ Nunes – Mármore do Alentejo, p. 48.

¹⁹⁵ Nunes – Mármore do Alentejo, p. 53-56.

7.7. O século XIX em Vidigueira

Do século XIX é de referir a extinção das Ordens Religiosas por decreto do novo regime liberal de 28 de Maio de 1834, que levou ao encerramento do convento de N.ª Sra. das Relíquias em 28 de Junho desse ano¹⁹⁶. Este convento foi posteriormente vandalizado e pilhado, até que foi comprado na hasta pública por D. José Gil de Borja de Meneses e Macedo, de Portel, por 3300\$00 réis que recuperou o edifício e adaptou às novas funções habitacionais, utilizando como materiais preferenciais o tijolo e a pedra. Certas dependências deste edifício, tais como a casa do caseiro, foram executadas em taipa. Desconhece-se, no entanto, a sua originalidade.

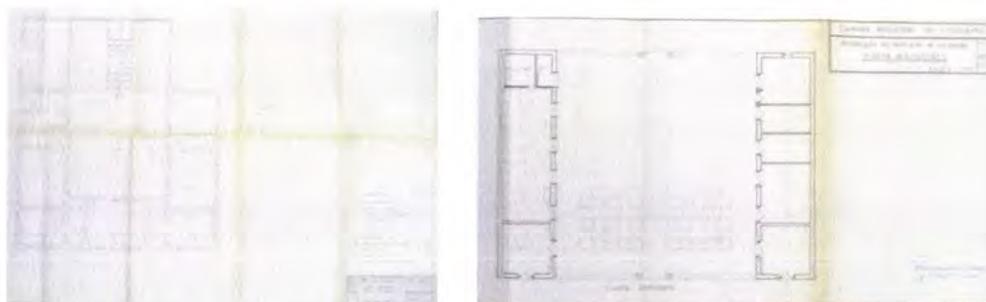


Figura 28 - 1 e 2; Plantas da Escola Primária Vasco da Gama e do Mercado Municipal de Vidigueira (CMV)

Destaca-se ainda a construção da Escola Primária D. Vasco da Gama, iniciada a 7 de Junho de 1880 inteiramente construída em pedra e tijolo.

Quem mais marcou a localidade durante este período terá sido o visconde da Ribeira Brava¹⁹⁷. Pela sua actuação demonstrou interesse em



Figura 29 - Escola Primária de Vidigueira, adaptada a Museu Municipal (2004)



Figura 30 - Mercado Municipal de Vidigueira

¹⁹⁶ Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 123.

¹⁹⁷ Trisavô da Isabel Inês de Castro Curvelo de Herédia, esposa de Duarte Pio, descendente do duque de Bragança. Francisco Correia de Herédia, 1º e único visconde da Ribeira Brava, chegou a Vidigueira por ter desposado a filha do dono do convento de Nossa Senhora das Relíquias. Após a morte deste, herdou a propriedade e manteve-a na família cuidando do monumento fazendo obras no espaço residencial, em especial no claustro, e na igreja. Foi presidente da Câmara Municipal de Vidigueira por duas vezes, a primeira de 2 de Janeiro de 1890 a 1 de Janeiro de 1893 e novamente desde 5 de Janeiro de 1899 a 16 de Novembro de 1900, altura em que foi exonerado do cargo por decreto de 12 de Novembro do mesmo ano, por alegada gestão danosa.

promover, para a população, os melhoramentos necessários à vivência no mundo moderno. Impulsionou o arranjo dos arruamentos e estradas municipais; promoveu a criação de uma “circunvalação”; promoveu a construção de um açougue, hoje demolido, e do mercado municipal, cujas paredes são em taipa e que ainda hoje funciona no seu local original; e actuou também na esfera da assistência promovendo a construção do hospício para os expostos e a remodelação e colocação em funcionamento do Hospital Civil que funcionava no Recolhimento do Espírito Santo e estava à responsabilidade da Misericórdia. No entanto a sua maior façanha ao nível local terá sido o abastecimento de água a Vidigueira e Vila de Frades.



Figura 31 - Inauguração da bica da Cascata, primeiro posto de abastecimento de água canalizada de Vidigueira, 1891

Destaca-se ainda a construção, na rua Longa, do edifício do actual Clube de Futebol Vasco da Gama, datado de 1893, alvo de recuperação para ser convertido em Centro de Dia. Pelas obras de que é alvo, reconhece-se uma estrutura mista de tijolo, pedra e taipa que tinha escapado à atenção deste relator.



Figura 32 – 1, 2 e 3; Edifício do Clube F. Vasco da Gama antes da intervenção, em 2007; Edifício do Clube Futebol Vasco da Gama em 2009 (1 e 2)

2ª Parte:

**Materiais e técnicas
de construção**

As técnicas tradicionais de construção perpetuam um saber antigo baseado na riqueza de soluções profusamente utilizadas, frequentemente apreendidas de forma empírica e adaptadas pelos mestres que conheciam a diversidade dos materiais¹ e das técnicas utilizadas. Permitem a utilização destes materiais de forma continuada, com sabedoria e exactidão, através da transmissão dos conhecimentos sobre cada um deles aplicando-os às mais variadas soluções. Tradicionalmente, as soluções encontradas aproximam o homem da natureza, na medida que é neste universo que recolhe as suas soluções técnicas e práticas, embora algumas sejam decorrentes de tratamento mais elaborado e recorrendo a soluções químicas e físicas específicas².

A utilização de pedras, madeiras, canas ou outros materiais de origem mineral ou vegetal, foi sempre um dado adquirido. Também na zona de Vidigueira esta associação de materiais se verifica. A utilização de “pedras artificiais”, mais disseminadas e recorrentes, como o tijolo ou o bloco de taipa³, em conjugação com as pedras naturais, em especial o granito, as madeiras, frequentemente o pinho, o azinho e o sobro, e a cal para argamassas verifica-se em todas as construções. Apesar de tudo, as técnicas tradicionais de construção alentejanas conjugam variados materiais apesar da insuficiência de alguns.

1. Os materiais nas técnicas tradicionais de construção

No território estudado a atenção vai para as técnicas de construção em terra crua que podem ser classificadas, pelo menos, de dois modos: segundo o estado em que o material é utilizado⁴ ou segundo a forma em que é utilizado⁵.

¹ Entende-se por material: “[t]odo o produto, destinado a ser incorporado na construção, obtido na natureza ou mediante um processo industrial ou artesanal, quer seja utilizado isoladamente, quer seja misturado ou conjugado com outro.” BELÉM, Margarida da Cunha; TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa – Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção, p. 17.

² Cf. Belém e Teixeira – Diálogos de edificação, pp. 8-10.

³ Cf. Belém e Teixeira – Diálogos de edificação, p. 17. Esta definição não dirá tanto respeito às qualidades morfológicas e mineralógicas dos materiais mas sim à função que desempenham na construção: a mesma que a pedra para erigir edifícios.

⁴ Cf. MAÏNI, Satprem – Earth as a raw material [em linha]. Auroville Earth Institute.

⁵ Cf. CRATerre – ENSAG [em linha].



Figura 33 - Diagrama de Auroville, segundo o estado em que a terra é utilizada



Figura 34 - Diagrama do CRA Terre, segundo a forma em que a terra é utilizada

- A – Utilização de terra crua sob a forma monolítica e portante;
- B – Utilização da terra crua sob a forma de alvenaria portante;
- C – Utilização da terra crua como enchimento de uma estrutura de suporte.

Ao centrar-se nas construções que têm na taipa⁶ e na sua técnica de execução o principal constituinte, ter-se-á que referir materiais e técnicas complementares. Ao longo do território português a convivência de vários tipos de materiais originam diversas uniões dos mesmos. Na região norte e centro interior do país, território da taipa de fasquio e a taipa de rodízio⁷, coexiste uma ligação mais estreita entre a terra e o tijolo com a madeira⁸. No sul, em especial no Alentejo, essa ligação é mais ténue, associando-

⁶ Número 5 do diagrama de Auroville e do CRA Terre, ver figura 33 e figura 34 da 2ª Parte deste trabalho, p. 46.

⁷ CORREIA, Mariana; MERTEN, Jacob - A Taipa Alentejana: Sistemas Tradicionais de Protecção [em linha].

⁸ Cf. Belém e Teixeira – Diálogos de edificação.... pp. 62-65.

se frequentemente no contexto das coberturas, como materiais de apoio e em estruturas complementares. As madeiras utilizadas são, normalmente, as da região. Do mesmo modo, neste território existe ainda a utilização da cana como sistema complementar de coberturas. É ainda frequente a utilização de pedra na construção, que pode ser encontrada em vários pontos da estrutura. Mais uma vez, a pedra utilizada é a da região, o



granito e o xisto tal como se verificou na Parte anterior⁹.

Figura 35 - Planta da gruta de Lascaux, França, cujos vestígios remontam a 15 000 a. C.

Um outro ponto a ter em consideração diz respeito às condições naturais dos diferentes territórios. Como se sabe, ao tratar das construções em que a terra é o principal elemento, as características dos solos definem, em grande medida, as técnicas construtivas utilizadas e estas aplicam-se, por sua vez, de formas diferentes¹⁰.

1.1. A terra como material de construção

A terra como material de construção utiliza-se desde tempos remotos¹¹. O recurso a abrigos escavados na estrutura geológica, que correspondiam a um imperativo natural e às necessidades construtivas (ou “desconstrutivas”, visto ser a supressão de matéria e não a sua adição que definia estes abrigos primitivos) do homem, terá sido o que antecedeu a “arquitectura de terra”¹². Assim, o recurso à terra em estado cru esteve no início das necessidades habitacionais humanas¹³.

As técnicas de construção em terra crua actualmente utilizadas derivam, tudo o que indica, das regiões a oriente da Península Ibérica. Plínio, o Velho, na sua *História Natural*, descreve que existiam homens, na terra dos *Pigmeus*, que viviam em construções feitas de terra¹⁴. Já na *Hispania* romana refere a existência de “torres e de

⁹ Cf. o capítulo 2.3 da 1ª Parte desta dissertação, pp. 13-16.

¹⁰ Cf. Gonzáles – Geometrias da arquitectura ..., p. 73.

¹¹ Cf. AAVV – Building with earth [em linha], p. 9; DETHIER, Jean – La génie de la terre: Au commencement était la terre. In Des architectures de terre, p. 7.

¹² Cf. MULLENDER, Jacques – Éloge de la terre. In Des architectures de terre ou l'avenir d'une tradition millénaire, p. 5; Gonzáles – Geometrias da arquitectura ..., p. 25.

¹³ De referir que outros animais utilizam a terra como elemento construtivo, em especial para fazer abrigos. Tal é o caso das térmitas africanas ou de certo tipo de abelhas.

¹⁴ Cf. Plínio, o Velho – História Natural, Livro VII, cap. II [em linha].

casas muito antigas construídas em terra”¹⁵. No actual território português, os achados arqueológicos revelam que as construções em terra remontam ao Neolítico¹⁶, o que denota a importância que este material teve.

A terra é retirada no elemento natural onde o ser humano vive e, enquanto elemento constituinte do solo, assume características construtivas decorrentes da sua própria composição que inclui fragmentos sólidos, de várias granulometrias, resultantes da transformação das rochas por acção física, química ou biológica. Por sua vez, o solo é “...um corpo natural, sujeito a evolução, resultante da acção conjunta do clima e dos seres vivos sobre as rochas, de acordo com determinadas condições topográficas, durante um certo período de tempo.”¹⁷

A presença de inertes, principalmente matéria mineral proveniente da desagregação das rochas, e elementos aglutinadores, essencialmente a argila e o limo, fazem da terra um autêntico “betão magro”. Exposto isto, de referir que são as areias e as argilas aqueles que maior expressão têm para a construção em terra crua: “[a] combinação dos dois componentes (...) fazem com que se possam obter boas condições para a construção com o material terra.”¹⁸

1.1.1. A taipa

A origem da taipa é desconhecida. Os registos arqueológicos comprovaram a sua anterioridade às ocupações romana e islâmica da Península Ibérica¹⁹, registando-se desde o III milénio a. C. a sua utilização no sul do actual território português, juntamente com o adobe²⁰. Apesar destes registos antigos, “[d]as cinco técnicas de construção monolíticas em terra conhecidas²¹, a taipa é um sistema relativamente recente na história da construção e que se julga, ter evoluído tecnologicamente a partir do simples sistema de terra em cofragem.”²² Neste território, terá sido a presença da

¹⁵ Plínio, *o Velho* – História Natural. Livro III, cap.?. Apud Correia – Taipa no Alentejo, p. 35.

¹⁶ CORREIA, Mariana – Taipa no Alentejo, p. 33.

¹⁷ CERQUEIRA, Joaquim M. – Solos e clima de Portugal. Lisboa : Clássica editora, 1992. p. 9. Apud GONZÁLES, Filipe Duarte – Geometrias da arquitectura de terra: a sustentabilidade geométrica das construções em terra crua, p. 59.

¹⁸ Gonzáles – Geometrias da arquitectura ..., p. 61. Cf., ainda, MAÍNI, Satprem – Earth as a raw material [em linha].

¹⁹ Cf. PINTO, Fernando – Origens da arquitectura de terra em Portugal. Pedra e Cal, pp. 10-11.

²⁰ Cf. GOMES, Mário Varela – Arquitectura de terra na proto-história do sul de Portugal. In AAVV – Terra: forma de construir, p. 60.

²¹ Ver a figura 35 desta 2ª Parte, p. 46.

²² FERNANDES, Maria – A taipa no mundo, p. 1.

cultura islâmica que mais contribuiu para a sua utilização generalizada como técnica de construção²³.

No contexto português continental identificam-se três técnicas de construção de terra, em geral: a taipa, o adobe e o tabique²⁴, encontrando-se estruturas à base de terra numa área que abrange o Algarve, o Alentejo, o Ribatejo, a Estremadura e a Beira Litoral. No Alentejo a taipa predomina, embora existam bastantes edifícios que conjuguem as técnicas da taipa e do adobe, onde as paredes exteriores são de taipa e as divisões interiores em adobe. Do mesmo modo, a utilização de tijolo cozido e de pedras é recorrente.

Um elemento fundamental, para a forma e soluções técnicas da taipa, é o local onde esta é executada. Tal como em toda a arquitectura de terra, as condições do solo de cada local condiciona as suas características. Assume-se que “... não há duas composições de terra iguais, logo, não poderá haver dois adobes – ou taipas – iguais. A variedade de tipos de construção em terra, por todo o Mundo, é disso prova evidente.”²⁵

Devido a esta grande diversidade, também as casas apresentam tipos diferentes aos quais não podem dissociar-se as condicionantes geográficas, económicas, sociais, históricas e culturais das comunidades residentes. O “sistema casa”²⁶ é um produto da relação do homem com o meio que o rodeia “...e, como tal, traduz este último na sua diferenciação regional, já directamente, pela utilização dos materiais locais (...), já mediamente, pelas soluções especiais de ajustamento às peculiaridades climáticas desse meio...”²⁷. Só assim se justifica haver nas mesmas localidades diferentes tipos de taipa²⁸. Para reafirmar esta posição: “A taipa alentejana apresenta variantes no tipo de construção da habitação rural, dependendo da terra utilizada, da tradição de construção da região ou do taifeiro.”²⁹



Figura 36 - Edifício em taipa, rua Nova das Hortas, nº 9

²³ PAULA, Frederico Mendes – Construção em terra. Jornal dos Arquitectos. Lisboa : AAP. (Março, 1986). p. 8. Apud Fonseca – Arquitectura de terra em Avis, p. 41.

²⁴ Correia – Taipa no Alentejo, p. 29. Apesar de também se encontrarem em Vidigueira, não se verificaram estruturas de tabique nesta investigação. Verificam-se em certos edifícios de 2º piso, pelo que este tema não se aprofunda nesta dissertação.

²⁵ Pinto – Origens da arquitectura de terra.... p. 35.

²⁶ Cf. Gonzáles – Geometrias da arquitectura.... p. 40

²⁷ GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga – Arquitectura tradicional portuguesa, p. 13.

²⁸ Cf. o capítulo 2.2 da 4ª Parte desta dissertação, pp. 170-172.

²⁹ Correia; Merten – A Taipa Alentejana.... p. 5.

Para a execução da taipa, utiliza-se uma série de utensílios e rituais de que deve dar-se conta³⁰. Designa, ao mesmo tempo, a técnica de construção e o bloco construído utilizando esta técnica. Utiliza como material primário a terra, recolhida frequentemente no próprio local de construção, ou num sítio próprio que possa ter terra de melhor qualidade. Este “betão magro” é utilizado após ser-lhe adicionado água, terra ou, se necessário, outro elemento natural não orgânico, de modo a corresponder às condições ideais para ser utilizada. Por vezes, é deixada a repousar durante determinado tempo, para adquirir as propriedades que se considerem as adequadas. A quantidade de tipos de terra que pode ser utilizada³¹, bem como a facilidade do sistema empregue, definem a sua expressão no actual território português.

Apesar da variabilidade das condições locais para a execução da taipa, a terra que se utiliza deve ter determinadas características gerais. Assim, esta deve ser “...muito arenosa e rica em pedras e cascalho, muito pouco argilosa (10 a 20%), arejada após a extracção (...) Os solos de origem glacial ou de aluvião são muito propícios à realização de excelentes *pises* (taipas) ...”³².

Embora seja uma técnica de construção bastante disseminada pelo Alentejo, com origens bastante antigas e bem inculcada na tradição local, a taipa tem vindo a ser abandonada como modelo preferencial para a construção tradicional.

1.1.2. O adobe

O adobe³³ tem origens no próximo-oriente, encontrando-se os seus ascendentes na “...Palestina, no X e IX milénios (Natoufiense) e na edificação das célebres muralhas de Jericó (VIII milénio a. C.)”³⁴. Na Península Ibérica, surge pela influência da “...forte colonização fenícia”³⁵.

³⁰ Cf., a título de exemplo, Belém e Teixeira – Diálogos de edificação..., pp. 82-87 ou ainda MESTRE, Victor - Arquitectura de terra: a taipa. *Jornal dos Arquitectos*, p. 4, entre outros autores que se dedicaram com entusiasmo à descrição desta técnica construtiva.

³¹ Cf., por exemplo, Gonzáles – Geometrias da arquitectura ..., p. 73-76. [segundo: MAÏNI – Earth as a raw material [em linha]. Auroville Earth Institute.]

³² [s/a] – Construir em Terra Crua: técnicas antigas e modernas, p. 35.

³³ “Os adobes, produzidos com terras muito plásticas, misturadas com inertes e palha, moldados à mão, ou em formas de madeira, e secos ao Sol, tiveram, por certo, invenção multacentrada, em diferentes continentes.” Varela Gomes – Arquitectura de terra na proto-história do sul de Portugal. In AAVV – Terra: forma de construir, p. 60.

³⁴ Varela Gomes – Arquitectura de terra na proto-história ..., p. 60.

³⁵ PINTO, Fernando Rocha – Arquitectura tradicional de terra no Alentejo. In *Arquitecturas de Terra: Actas do seminário animado por Jean Dethier e Hugo Houben e realizado pela Alliance Française de Coimbra e pelo Museu Monográfico de Conimbriga*, p. 35. Cf., ainda, Varela Gomes – Arquitectura de terra..., p. 60.

Autores romanos, como Vitruvius³⁶ e Plínio, *o Velho*, dedicam a esta técnica capítulos nas suas obras³⁷ o que demonstra a importância desta técnica para as necessidades habitacionais humanas.

O termo adobe, que deriva do egípcio *thobe* e do árabe *ottob*, designa o tijolo cru ou seco ao sol. Encontra-se em Portugal continental nas zonas de grande aluvião, em especial na Beira Litoral e em parte da Estremadura, Ribatejo e Alto Alentejo. Encontram-se ainda bolsas individuais em zonas de aluvião no Baixo Alentejo e Algarve³⁸. Por conseguinte, este material construtivo utiliza terras bastante argilosas, mas muito arenosas, à qual se junta água até à obtenção de uma pasta semi-dura com 15 a 30% de água³⁹. Segundo o CRATerre⁴⁰, as proporções ideais para o adobe são: 55 a 75% de areia; 10 a 28% de siltes; 15 a 18% de argila. Estas percentagens nem sempre se conseguem, pelo que adições de outros materiais, como fibras vegetais quando existe uma elevada percentagem de argila, podem ocorrer⁴¹. Retiram-se estas terras, frequentemente, das margens das ribeiras ou de locais onde existam bolsas de aluvião.

Após ser extraída, a terra é colocada em montes e coberta por panos e, mais recentemente, por plásticos. É cavada novamente para arejar até ter a consistência necessária para poder ser moldada.

Para o processo da moldagem recorre-se a moldes de madeira, que em Vidigueira têm as mesmas dimensões que o lambaz. Sempre mantendo os utensílios e as mãos húmidas, colocavam-se porções do composto nos moldes, sem pressionar muito, até estes estarem cheios. Seguiu-se a desenformagem e a repetição do processo descrito.

Eram deixados em eiras a secar durante algum tempo, tendo o cuidado de os ir rodando, numa primeira fase, para secarem uniformemente. Posteriormente, eram empilhados para perderem a humidade interior. O tempo de secagem podia ir desde 15



Figura 37 - Parede interior de adobe, estrada da Cuba, nº 21

³⁶ Autor mais antigo e que terá decerto inspirado Plínio no seu texto sobre os adobes

³⁷ Cf. RUA, Maria Helena – Os dez livros de arquitectura de Vitruvius, p. 34-35 e Plínio, *o Velho* – História Natural, Livro XXXV, cap. XLIX [em linha].

³⁸ Cf. Correia – Taipa no Alentejo, p. 29.

³⁹ Pinto – Arquitectura tradicional de terra..., p. 35.

⁴⁰ Centre International de la Construction en Terre, com sede em Grenoble, França.

⁴¹ Cf. FERNANDES, Maria – O adobe moldado. In Arquitectura de terra em Portugal, p. 46.

dias até mais tempo⁴². Devido às elevadas temperaturas que se fazem sentir em algumas das regiões onde se fazia o adobe, os trabalhos eram executados apenas durante as épocas da Primavera e início do Verão.

1.1.3. O tijolo

O tijolo⁴³ maciço, tijolo de burro ou lambaz, que terá origens no adobe, apresenta as mesmas características formais que o seu antecessor⁴⁴, atingindo em Vidigueira as mesmas dimensões. A sua dispersão ao nível nacional é generalizada e utilizou-se até há relativamente pouco tempo como material construtivo principal.

O seu processo de fabrico é similar ao do adobe com as excepções dos tempos de secagem (cerca de 1 dia) e pelo facto de serem cozidos, o que lhes proporciona características estruturais diferentes. Os tijolos apresentam um volume de argila cozida superior a 85% do volume total⁴⁵, diferindo também mineralogicamente do seu congénere cru. A sua porosidade torna-o susceptível á acção da água que pode provocar o desgaste precoce deste material. Esta absorção, que pode acontecer de várias maneiras desde o



Figura 38 - Parede em tijolo maciço, rua Nova das Hortas nº 9

final da produção até ao estaleiro de obra, pode provocar, quando em excesso, problemas estruturais ao próprio material e à construção⁴⁶. Não obstante esta grande capacidade de absorção de água, o tijolo deve manter níveis que permitam uma boa aderência das argamassas, bem como uma boa capacidade de se libertar desse líquido.

Além dos tipos de tijolo que existem, tradicionalmente o tijolo maciço de 32x16x3,5 ou 4 cm e o lambaz de 32x16x6,5 ou 7 cm, em Vidigueira o ladrilho e o *adobo* também eram utilizados sendo executados nos telheiros locais. Os primeiros,

⁴² Vitruvius, na passagem referida, afirma que em certos locais só era permitido utilizar os adobes a partir de 2 anos de secagem.

⁴³ Do castelhano *tejuelo*, diminutivo de *Tejo*: “caco de telha”. Cf. Infopédia – Tijolo [em linha].

⁴⁴ Cf. BRANCO, J. Paz – O manual do pedreiro, p. 25.

⁴⁵ Cf. Belém e Teixeira – Diálogos de edificação, pp. 22.

⁴⁶ Cf. Belém e Teixeira – Diálogos de edificação, pp. 24-25.

frequentemente com 32x32x4 cm, eram utilizados para pavimento e eram assentes directamente na terra e adossados com argamassa de cal e areia ou terra nas casas dos mais pobres. O adobo era um grande bloco cerâmico com 44x44x4,5 cm e era colocado nas lareiras adossados á parede. Servia como capa da parede, protegendo-a da acção do fogo e do calor.

De utilização menos frequente eram as *meias* ou *pandeiretes*⁴⁷. Este era um tijolo com 32x16x1,5 cm que era utilizado para adorno e mais frequentemente nas coberturas daqueles mais “endinheirados”, substituindo a *folha-guarda-pó*⁴⁸.

1.1.4. A telha

Dos trabalhos do telheiro falta ainda referir as telhas, conhecidas no Alentejo por telha de canudo ou de “canal e cobrideira”⁴⁹. A terra utilizada para as produzir tinha características similares que a utilizada para fazer os tijolos, com a diferença de ser mais plástica e ter um tratamento diferenciado. Decorrente dos requisitos técnicos que este material deve cumprir, em especial a impermeabilidade, ser leve mas resistente e permitir o bom escoamento das águas pluviais⁵⁰, a terra, bastante argilosa, deve ter boas características plásticas e não ter inertes. A sua existência deixaria vazios por onde a água poderia passar. Do mesmo modo, a adição de areias ou terras em demasia pode provocar um aumento de peso desnecessário e prejudicar as propriedades plásticas do material.



Figura 39 - Telhado de telhas de canudo, largo Visconde da Ribeira Brava, n.º 21

⁴⁷ Na região de Moura associam os pandeiretes aos tijolos utilizados na construção de abobadilhas alentejanas. As suas dimensões são menores que as do tijolo aqui descrito (22x10x35 cm). Cf. AAVV – Arquitectura Popular Portuguesa, p. 38.

⁴⁸ *Folha-guarda-pó*: forro assente em estrutura de madeira, constituído por tábuas de madeira onde se colocam as telhas. Cf. capítulo 2.3.3.1 desta 2ª Parte, pp. 112-115.

⁴⁹ Cobrideira: telha mais abaulada que as de canal e que fecha o espaço por estas deixado.

⁵⁰ Cf. Belém e Teixeira – Diálogos de edificação, p. 26.

1.2. As pedras naturais

O Alentejo não apresenta uma diversidade e quantidade de pedras naturais como outras regiões de Portugal. Tal como já se avançou, este facto terá contribuído decisivamente para a disseminação das construções em terra neste território. Aqui as pedras naturais surgem como elementos complementares nas construções, mas com grande importância estrutural. Encontram-se frequentemente nas fundações e nos cintamentos horizontais dos blocos de taipa.

Verificam-se também em menor dimensão misturadas na própria terra do bloco de taipa ou ainda nas ligações entre a parede e as coberturas de madeira.

As pedras mais usuais no Alentejo, utilizadas na construção, são o granito, o xisto e o calcário, sendo que na zona de Vidigueira o primeiro assume maior preponderância⁵¹. Apesar de as rochas metamórficas estarem bastante representadas neste território, ocupando faixas a norte e sul desta localidade, sendo os micaxistos e os xistos e quartzitos negros (rochas xistentas) os mais representativos seguidos dos metavulcanitos básicos e das corneanas (maciças ou não xistentas), são as rochas ígneas, os granodioritos e quartzo-dioritos, que se localizam imediatamente a norte da localidade⁵², que são os mais utilizados na construção tradicional. Os calcários têm muito pouca expressão pelo que são parcamente utilizados.

A utilização do granito, em detrimento do xisto, poderá ter sido potenciado pelas boas qualidades físicas deste material. As pedras utilizadas em construções ao longo dos séculos, apresentam características físicas que determinam a sua eficácia estrutural, respectivamente a resistência mecânica aos esforços, em especial à compressão e às acções físicas externas à construção, uma resistência eficaz face ao desgaste perante os vários agentes atmosféricos bem como à acção do fogo. Apresentam também qualidades geomorfológicas que permitem o seu manuseamento e talhe ajustando-se convenientemente às funções que exercem em sintonia com os outros materiais da construção⁵³. Quando bem aplicados⁵⁴ os granitos acompanham estas características e



Figura 40 - Pedra granítica da região utilizada na construção, rua do Fojo nº 6

⁵¹ Esta ocorrência foi desde logo identificada pelos autores da *Arquitectura popular em Portugal* no ano de 1961. Cf. a p. 48.

⁵² Cf. o capítulo 2.3 da 1ª Parte desta dissertação, pp. 13-16.

⁵³ Cf. Branco – *O manual do pedreiro*, pp. 9-10; Belém e Teixeira – *Diálogos de edificação*, p. 20.

têm maior resistência mecânica, rompendo aos 1500 a 1700 kg/cm², e melhor aderência que o xisto⁵⁵.

1.3. A cal



Figura 41 – 1 e 2; Rua do Frade, nº 3, e rua da Boavista, nº 57

A cal tem vindo a ser utilizada na construção desde o Neolítico, no entanto as suas primeiras utilizações, só antecedidas por materiais como a pedra, o barro, a terra e a madeira, podem reportar-se a períodos anteriores. Na Europa terão sido os romanos a utilizar largamente este material deixando exemplos da sua aplicabilidade ao longo do território que constituía o seu império. Na sequência desta ocupação, a cal tem vindo a ser utilizada na construção tradicional, associada a vários tipos de agregados, ao longo do actual território português. Terá sido menos usada durante a ocupação visigótica, a contar pelos vestígios verificados. A sua recuperação terá sido consumada pelos muçulmanos que difundiram a utilização da cal nas construções, tanto nas alvenarias como nos revestimentos, em especial no sul de Portugal que teve um maior período de ocupação. A tradição de utilizar a cal como principal elemento ligante das argamassas manteve-se até cerca de 50 anos quando passou a ser paulatinamente substituída pelo cimento.

A cal é um ligante⁵⁶ ou aglomerante que se associa a inertes ou agregados para formar uma argamassa, envolvida recorrendo a água em volume suficiente. Apesar de

⁵⁴ Cf. sobre a boa escolha dos granitos AIRES-BARROS, Luís – As rochas dos monumentos portugueses: tipologias e patologias, p. 77.

⁵⁵ Cf. Branco – O manual do pedreiro, p. 15.

⁵⁶ Existem ligantes de origem mineral e de origem orgânica. Os primeiros têm vindo a ser aqueles mais utilizados na construção. A cal aérea é aquele, dentro dos ligantes minerais, que teve maior profusão na construção tradicional.

vários autores antigos desaconselham a utilização da cal com terra peneirada para argamassas, liberta de inertes de granulometrias maiores e de matéria vegetal, de entre os quais se destaca Vitruvius⁵⁷, esta associação de materiais⁵⁸ tem vindo a verificar-se no actual território português até há pouco tempo. Tradicionalmente, estas associações de materiais têm constituído a base das argamassas utilizadas nas construções alentejanas utilizando a cal aérea⁵⁹ em pasta, de composição cálcica ou dolomítica⁶⁰, como o ligante mais frequente. No Alentejo, tal como no resto da Península Ibérica, as proporções daqueles materiais parecem corresponder ao traço 1:3 (1 de cal em pasta para 3 de areia ou terra peneirada)⁶¹.

Este tipo de cal tem origem nas pedras calcárias naturais de elevado grau de pureza (CaCO_3 – 98% a 96% de pureza). Através de um processo de cozedura⁶² sofre uma alteração química que origina a sua calcinação (CaCO_3 [calcário] + calor = CaO [óxido de cálcio] + CO_2 [dióxido de carbono]). Deste processo resulta a cal viva em pedra ou em pó⁶³.

Em qualquer das formas referidas, o passo seguinte para se utilizar este material compreende a sua extinção. Para tal utiliza-se água [H_2O]. Ao adicionar-se a água necessária⁶⁴ para dar origem à reacção obtém-se cal hidratada em pó, extinta por aspersão. Ao colocar-se água em excesso obtém-se cal hidratada em pasta, extinta por imersão ou por fusão ($\text{Ca}(\text{OH})_2$), sendo esta a que mais se utilizaria na construção em Vidigueira.



Figura 42 - Rua do Poço

O manuseamento deste composto deve ser feito com **Novo, nº 74** cuidado pois a reacção de extinção atinge temperaturas elevadas, entre os 90° C e os 130° C, num processo com duração variável. Devido às temperaturas que atinge, é

⁵⁷ Rua – Os dez livros de arquitectura..., p. 36.

⁵⁸ Cf. SANTIAGO, Cybèle Celestino – Estudo dos materiais de construção de Vitruvius até ao século XVIII: uma visão crítico-interpretativa à luz da ciência contemporânea, pp. 176-177.

⁵⁹ Ligante aéreo, tal como a argila e o gesso.

⁶⁰ Rocha de proveniência: rocha cálcica ou rocha dolomítica. A dolomítica tem uma percentagem de magnésio na sua composição.

⁶¹ FIGUEIREDO, Miguel – Argamassas e revestimentos tradicionais. Pedra & Cal. Ano III, nº9, p.19.

⁶² Num forno entre 800° a 1000°.

⁶³ Esta última é designada por cal viva micronizada. Neste estado, a cal é um composto químico instável devido ao facto de ser passível de ser extinta ao adicionar-se água.

⁶⁴ Também se podia utilizar a técnica da extinção por imersão, desde que o tempo em contacto com a água fosse só o necessário para iniciar a reacção.

frequente ouvir os locais afirmarem que “se coziam batatas-doces enquanto se extinguia a cal”.⁶⁵

Após a hidratação, a cal em pasta seria mantida em água durante vários meses para que todo o processo de extinção se concluísse. Um modo de precaver as boas condições deste material seria passá-lo por um coador, peneira ou joeiro antes de ser utilizado na construção. Quando em repouso, imersa em água, a cal em pasta dá origem a água de cal devido ao processo de decantação, que pode ser utilizada em acções de conservação de alvenarias antigas. Ao misturar-se a água de cal com a pasta de cal, por revolvimento das mesmas, produz-se leite de cal também utilizado para acções de conservação, mas maioritariamente para caiação.

A este leite de cal podem ser adicionados pigmentos, de origem natural⁶⁶ ou artificial⁶⁷, de modo a originar as cores utilizadas nos edifícios tradicionais⁶⁸.

A cal preta também se utilizava nas construções antigas. Esta resulta da cozedura de pedras calcárias com certo teor de ferro. A cozedura ocorre com temperaturas mais baixas e do seu processo de extinção deverá resultar em pó. Como endurece tanto por via aérea como por acção da água, a manutenção das suas boas condições de armazenamento é essencial. Esta cal era basicamente utilizada nas alvenarias, não sendo aconselhada a sua utilização nos rebocos.

1.4. Madeiras e outros materiais de origem vegetal

A não existência de florestas que possam suportar uma utilização massiva deste material, condicionou o seu uso e determinou que a sua utilização se cingisse a determinadas partes das construções.

⁶⁵ Cf. MARGALHA, Maria Goretti – Reabilitação urbana: práticas concertadas. Colóquio Reabilitação urbana: práticas concertadas. Mértola, 2007. pp. 4-12.

⁶⁶ Como o almagre ou o ocre.

⁶⁷ Como óxidos de ferro vermelho ou amarelo, entre outros.

⁶⁸ AAVV – Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, pp. 45-48.



Figura 43 – 1, 2 e 3; Sobreiro, azinheira e pinheiro, madeiras mais utilizadas em Vidigueira

As madeiras são assim parcamente utilizadas na construção tradicional no Alentejo, verificando-se também um reduzido número de espécies utilizadas, condicionadas pelas condições naturais desta zona. As que têm maior expressão são o azinho e o sobreiro, madeiras rijas provenientes dos vastos montados e matas circundantes semi-selvagens alentejanas, que têm fraca aplicabilidade na construção. Contudo, desde que se introduziu o pinheiro e o eucalipto que estes têm vindo a ser utilizados, em especial na construção de telhados. Para estas estruturas também se utilizava a madeira do castanheiro, por importação, devido às suas boas qualidades.

Nas construções antigas era também comum o uso de madeira nos lintéis de portas e janelas.

No âmbito das coberturas também se recorria às canas para isolamento e suporte de telhas, combinando-se com os caibros de madeira para fazer as coberturas. Serão anteriores às coberturas de *ripa-de-salto-de-rato*⁶⁹ ou *folha-guarda-pó* de madeira.



Figura 44 - Eucaliptos nos arredores de Vidigueira



Figura 45 - Canavial na ribeira de Freixo, entre Vidigueira e Vila de Frades

⁶⁹ *Ripa-de-salto-de-rato*: Forro de madeira assente em estrutura de madeira, constituído por ripas de madeira onde se colocam as telhas. Cf. capítulo 2.3.3.1 desta 2ª Parte, pp. 112-115.

2. As técnicas tradicionais em Vidigueira: relatos dos ofícios

Neste ponto iniciar-se-á uma descrição mais detalhada das técnicas de construção em Vidigueira na perspectiva daqueles que as executavam. Para tal, entrevistaram-se vários mestres e compararam-se informações de modo a chegar a um conjunto de dados fundamentais para esta investigação.

De referir que a maioria destes mestres entrevistados, que já são poucos, têm uma idade avançada. A recolha do seu saber é, por estar ameaçado, uma prioridade ao nível local. Certas particularidades, caso as haja, foram assim registadas de modo a perpetuar o conhecimento tradicional, transmitido localmente e que adapta técnicas disseminadas ao nível regional e nacional às condições peculiares que encontramos neste território.

2.1. Os mestres taapeiros

A construção em taipa neste território, à imagem de outras zonas do Alentejo,



Figura 46 - Sr. António João Trole



Figura 47 - Sr. António Faísco

terá decerto origens bastante recuadas. Já no *Livro das Posturas* [municipais] de Vila de Frades, de 1830, designa-se esta técnica para construir muros de divisão de propriedade, com

alicerces de pedra adossada com argamassa de barro ou

de cal e três blocos de taipa por cima cobertos por tijolo ou telha e nunca com “lenha”⁷⁰. A contar pela quantidade de construções que hoje ainda se conservam, tal como se irá verificar na 3ª Parte e 4ª Parte deste trabalho, era sem dúvida a técnica eleita para as necessidades habitacionais dos locais. Apesar desta

⁷⁰ Art.º 3 “Nenhum dos vizinhos de quintais confinantes entre si, quiser mura-los da sua parte, e discordar o outro vizinho, aquele o poderá fazer com alicerce de pedra com barro ou cal, que sobressaia ao terreno de um e outro lado, e sobre este edificará três taipais, que bardará com tijolo ou telha...” fl. 16 verso. *Livro Novo das Posturas desta Vila de Frades*, 1751: “Sobre quem puser barda § Toda a pessoa, que bardar parede em ruas públicas, a bardará de tijolo, ou telha, e não será de lenha de nenhuma casta, a pena de duzentos reis...” fl. 78.

importância primordial, caiu em desuso desde meados do século XX ao ponto de serem poucos aqueles ainda vivos que utilizaram esta técnica.

A taipa tem a aparência de um bloco monolítico de terra comprimida entre cofragens. Este sistema de elevação de paredes portantes, constituídas por fiadas de blocos, revela boas propriedades de resistência às forças por compressão e uma relativa facilidade de execução que a definiram como uma técnica essencial de construção no Alentejo. O sistema consistia, basicamente, em preencher aquela cofragem com



Figura 48 - Execução de parede de taipa, *Arquitetura popular em Portugal*, p. 35

terra, deitada a uma cadência própria e com recipientes de várias qualidades, sendo batida com um malho até perfazer a altura do taipal. Esta compactação permite a diminuição dos vazios, fundamentalmente à custa da sua fase gasosa⁷¹, e deste modo melhorar as capacidades de resistência à compressão da parede.

O conhecimento desta técnica construtiva em Vidigueira assume importância devido à elevada expressão que teve no quotidiano desta comunidade. Pela observação directa, torna-se evidente que grande parte dos edifícios são ou ainda conservam estruturas em taipa, pelo que a recolha das experiências daqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta técnica constitui uma realidade incontornável. Infelizmente, apenas foi possível recolher três entrevistas de mestres taipeiros/ pedreiros⁷², apesar dos esforços em procurar mais testemunhos⁷³.

⁷¹ Cf. FERREIRA, F. Guedes; MELO, H. Novais – Controle da construção de obras de terra., p. 7

⁷² Uma entrevista foi efectuada a um mestre de Santana, no concelho de Portel, que fica a 7 km de Vidigueira.

⁷³ Teve-se conhecimento de mais um mestre taipeiro em Vidigueira. Trabalhou durante cerca de 3 anos como aprendiz até terem terminado estes trabalhos: Sr. José Francisco Viegas.

2.1.1. As formas da casa de taipa em Vidigueira

Os edifícios construídos por estes mestres taapeiros revelam a simplicidade e rectidão formal que os caracterizam. Estas habitações são relacionadas, com frequência, com as populações com menor poder económico pelo que estas características se verificam. No entanto, também aqueles que tinham mais posses construía em taipa, sendo um fenómeno transversal à comunidade vidigueirense.

As paredes que desempenhavam um importante papel estrutural eram executadas em

taipa e as paredes interiores laterais eram executadas em adobe, ou tijolo cru. Pelo relato dos mestres taapeiros, colocavam-se tijolos crus

misturados com uma fiada de tijolo cozido para dar mais consistência estrutural à parede. A utilização deste material cru é frequentemente associada ao preço que tinha em comparação com o cozido, cerca de metade. “4 ou 5 fiadas de [tijolo] cru, ao principio, e depois seguia: 3 de [tijolo] cru e 1 de [tijolo] cozido. E com abobadilhas em cima!”⁷⁴ Esta conjugação de materiais, que será mais recente, permitia um maior aproveitamento do espaço disponível e formar divisões maiores. No entanto, a construção de paredes laterais em taipa também foi referida. As preocupações espaciais que se verificam noutras localidades não se verificariam no Alentejo interior.

“As minhas casas [divisões], mesmo as meias [paredes laterais], são em taipa.”⁷⁵ Estes tijolos crus eram executados recorrendo à mesma terra que se utilizava para a taipa, sendo moldados com um molde com as mesmas dimensões que aqueles utilizados nos telheiros para os seus congéneres cozidos.

A casa essencial descrita pelos mestres taapeiros era composta por 4 divisões e um corredor. Posteriormente, a parte da frente deste corredor terá evoluído para uma “casa

de entrada” onde se recebiam as visitas. “Isso geralmente era tudo casas de 4 metros. 4x4 e



Figura 49 - Edifício oitocentista pertencente a famílias abastadas construído em taipa, rua do Outeiro nº 5

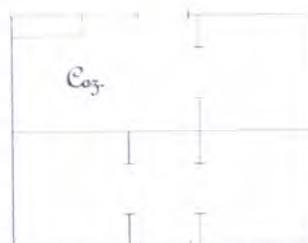


Figura 50 - Planta de habitação no Alentejo, *Arquitetura tradicional portuguesa*, p. 160

⁷⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

⁷⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 45.

depois faziam as divisões interiores a tijolo cru. Que era feito no próprio lugar da própria casa. (...) Na casa, praticamente, faziam-se as paredes à volta. 4 com mais 4 são 8, mais 2 pró corredor são 10 m⁷⁶. Geralmente era assim. E depois faziam a divisão lá dentro. (...) E depois vinha o corredor que era dividido com 1, 80, 1, 70, 1, 60 m mais ou menos assim variáveis (...). Depois começaram a juntar o corredor com a casa, já não faziam parede do corredor e recebiam as pessoas numa sala. Geralmente tinham o capricho de fazer um arco redondo. Mas era mais dispendioso. Fazia-se depois de estar tudo feito. Abriam-se os portados, com arcos e sobre-arcos e ficava tudo a funcionar.”⁷⁷

Nestas 4 divisões ficava a cozinha com a tradicional chaminé, sendo que a sua localização não é fixa.

Numa interpelação posterior ao Sr. António João Trole, este comunicou que não havia nenhum módulo definido para a compartimentação das divisões nem da altura das paredes. Para contrariarem as forças de tracção impressas pelas coberturas colocavam “linhas de ferro”, ou tirantes metálicos, feitos no ferreiro segundo as especificações do mestre taieiro. Segundo o Sr. António João Trole, “[o] freguês é que dizia como queria a casa e os módulos eram conforme o taipal e o feitio da parede. Se fosse preciso encurtar a parede faziam-se os cantos e dava-se o desconto logo no início com os cutelos.”

As coberturas, geralmente de duas águas (ou duas coberturas de uma água visto ocorrerem duas estruturas separadas por uma trave central), eram colocadas um mês depois de erguidas as paredes. “A minha casa..., bom agente faz a parede e depois tem que estar aí mais um mês, ou dois para aquilo enxugar, para pôr os telhados e pôr os madeiros. Não pode logo fazer.”⁷⁸ No entanto, não convinha esperar muito tempo devido às adversidades climatéricas: “Isso era logo tapada. Fazia-se a casa e tapava-se logo. Se não chovia e estragava.”⁷⁹

Um ponto interessante relacionado com a construção em taipa que se verifica noutros locais diz respeito ao comunitarismo que se associa às construções⁸⁰. Pelo relato dos mestres taieiros e também de outros locais, observa-se que a construção era essencialmente familiar. As ajudas exteriores remetiam-se aos “muito amigos”. “Isso eram só os muito amigos. E muita gente não sabia, muita gente não sabia. E outros iam fazer e faziam mal só para agente dizer: “é pá, vai... Amanhã já não venhas, estares aqui para não fazeres nada, deixa estar que faço eu.” Não sei como é que fazem isto agora! Tem que haver muito dinheiro nos bancos.”⁸¹

⁷⁶ 10 metros exteriores. Com a construção das paredes a área útil ficava mais reduzida.

⁷⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 21.

⁷⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 42.

⁷⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 97.

⁸⁰ PEREIRA, Catarina – Mestres-taieiros. In *Arquitectura de terra em Portugal*, p. 256.

⁸¹ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 50.

2.1.2. O tempo e os trabalhadores

Pelas características do material que se utiliza, a construção dos edifícios, ou de outras estruturas (como muros), em taipa teria que decorrer nos períodos de menor pluviosidade e de menor humidade relativa do ar, sendo a Primavera e o Verão, mais a primeira, as estações escolhidas. No mês de Fevereiro não se fazia taipa, tanto mais que se dizia: *Fazer taipa em Fevereiro, ou é louco ou tem muito dinheiro*⁸². No mês de Março já havia quem começasse a erguer os edifícios tendo preparado as terras nos meses anteriores. Apesar desta precocidade, era nos meses de Abril até meados de Julho que se trabalhava. A sua execução no Verão era mais difícil devido às elevadas temperaturas e baixa humidade relativa que se fazem sentir nesta região. Nestas condições tornava-se mais difícil manter as propriedades ideais da terra para a sua aplicação, para já não falar das difíceis condições para os obreiros.

Para executar a taipa seriam necessários, pelo menos, 3 trabalhadores: 1 a amassar e a carregar a terra e sempre 2 a bater a taipa. Há medida que se avançava em altura podia ser necessário recorrer a mais um trabalhador. *“E quando chegava já além às 4 fiadas pedia-se o auxílio de mais 1 homem.”*⁸³ Apesar de existir um mestre taifeiro, nos restantes trabalhadores podiam encontrar-se os proprietários que ajudavam para poupar dinheiro. *“Faziam pois. O meu sogro fazia, mas eles [os proprietários] ajudavam. Havia aí muitos trabalhos em que os donos é que eram os serventes. Poupavam muito. Hoje já ninguém se põe a fazer isso.”*⁸⁴. Também os mestres taifeiros passavam necessidade, chegando a trabalhar de noite para fazer as suas próprias casas. *“Olha, o meu pai fez a casa dele em taipa, de noite! Andavam de noite. As pessoas faziam as casas mas não tinham dinheiro. Quem é que tinha umas casas nesse tempo? Quando eu casei aventava-se o chapéu [o mesmo que “tirava-se o chapéu”] a quem levava umas casas.”*⁸⁵

Pelo relato dos mestres taifeiros, e tendo em atenção que o tempo de execução de uma habitação dependia de muitos factores, tais como o terreno, as condições financeiras e o pessoal de que se dispõe, levantar as paredes *“[s]e corre tudo bem..., além 4 casas e um corredor..., para aí umas 3 semanas.”*⁸⁶ As despesas eram menores que recorrendo a outras técnicas construtivas e o tempo total de execução também seria menor. *“[D]epois que um homem começava uma casa dessas, isso faziam pouca despesa, quer dizer fora os melhoramentos*

⁸² Ditado local transmitido pelo Sr. António João Trole.

⁸³ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 29.

⁸⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 97.

⁸⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 96.

⁸⁶ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 42.

faziam pouca despesa. Com telhados..., demorava ali 5 ou 6 meses.”⁸⁷ A um ritmo e cadência correcta, 3 homens a trabalhar faziam cerca de 12 taipais por dia. “A gente chegava a fazer 4 fiadas seguidas, 2 m de altura, no mesmo dia. Até dizíamos que tínhamos que voltar para trás para não perder tempo. Porque a média disto eram 12 taipais por dia.”⁸⁸ “Não é fartura, é que quanto mais tempo levasse mais bem batida ficava e quanto mais depressa, mas mal batida ficava. Era só advertir isso e mais nada. (...) Para ficar bem feita. E para ser 10 num dia já uma coisa boa. Havia aí “bichos” que faziam 17 e 18.”⁸⁹

2.1.3. A terra

As terras utilizadas seriam aquelas mais próximas do espaço de construção. Frequentemente, seriam aquelas do próprio quintal do proprietário, que as cavava e tratava previamente para poderem ser aplicadas na construção, retirando primeiro a camada de húmus superior. “A terra era do próprio lugar. Se eu quisesse fazer aqui uma casa abria ali um buraco e depois disfarçava-se aquilo. Se abrisse ali meio metro dá muito metro cúbico. Geralmente a casa ficava mais alta que o quintal porque era de lá que vinha a terra.”⁹⁰ Ao construir-se em espaços já urbanizados, tendo-se procedido à demolição total ou parcial de edifícios anteriores, utilizava-se a terra que resultava da sua demolição. Deste processo resultam “taipas de entulho”: “Isso já são taipas feitas novamente. Chamávamos-lhes de entulhos, já não era terra virgem.”⁹¹



Figura 51 - Terra de entulho utilizada na taipa, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 39

Atendendo às condições de recolha das terras utilizadas, aquelas que predominam nesta região são as que se encontram nas construções. Tradicionalmente referem-se a ela como “saibro”, uma areia argilosa que contém fracas propriedades construtivas, pelo que implicava um maior tratamento antes de ser aplicado. “Ali na Vidigueira, aquele saibro, aquilo valia alguma coisa para taipas. A terra da Vidigueira nunca prestou para taipas. Nem presta. Que aquilo metade é saibro. Muitas vezes têm de por uma carreira de lambazes. Faziam um taipal, não é verdade, e corriam uma carreira de lambazes de

⁸⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 50.

⁸⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 23.

⁸⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 43.

⁹⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 22.

⁹¹ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 23.

*cada lado, com massa de cal, que nesse tempo não havia cimento, e depois é que começava a terra a bater. Portanto ainda se vê em certas terras, em certas casas, aquela carreira de lambaz em volta. E aqui não [em Santana]. Aqui punha-se era uma camadinha de massa e de cal, naquele tempo não havia cimento.”*⁹² Este saibro resulta de 2 tipos de terra: solos litólicos não húmicos de granitos ou rochas afins (Pg), que predominam a norte, noroeste e nordeste da localidade e se estendem para leste, os solos mediterrâneos pardos ou vermelhos de materiais não calcários normais (Pmg), que acompanham toda a zona sul da localidade misturando-se com os referidos atrás a leste e a sudoeste (Pmg+Pg), e no extremo sul, ocupando uma pequena faixa recentemente urbanizada, encontra-se uma mistura de solos mediterrâneos pardos ou vermelhos de materiais calcários normais e de solos mediterrâneos pardos ou vermelhos de materiais não calcários normais de para-barros (Pm+Px)⁹³.

Quem tinha mais posses ou quem queria fazer edifícios de 2 pisos, recorria às terras da serra, frequentemente de solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de xisto (Vx), de solos mediterrâneos pardos de xistos ou grauvaques (Px) ou ainda a solos esqueléticos litossolos de xistos ou grauvaques (Ex). Principalmente os primeiros dois tipos de solo permitem a execução de taipas mais fortes onde é frequente verificar-se a inexistência de juntas entre os blocos de taipa⁹⁴, como é o caso de Santana. A esta terra chamam os locais de “piçarra”. “*Agente vai cavar aqui agora esta terra, e se for cavar bem como também aquela “chapada” [encosta] além, não tem além mais que é 15 cm de terra. E depois está aquela terra assim encarniçada que agente vai cavar e desfaz-se mais em pedras. Isso é que é a terra de piçarra, essa é que é a terra mais prática para a taipa. Esta terra aqui não presta [sem pedra], porque depois não dá aperto nos taipais. Esta terra não dá aperto.”*⁹⁵ Esta terra, que misturava quantidades correctas de argila com pequenas pedras de xisto de forma e granulometria irregular, era a melhor que se encontrava localmente para a execução destes blocos.



Figura 52 – Terra de piçarra em bloco de taipa, habitação na serra de Portel, freguesia de Santana

⁹² Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 37.

⁹³ Cf. o capítulo 3 da 1ª Parte desta dissertação, pp. 17-18.

⁹⁴ Tal como acontece em Avis, cf. Fonseca – Arquitectura de terra em Avis, p. 44.

⁹⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 34.

2.1.4. Preparação da terra

A preparação da terra para ser utilizada tinha que seguir alguns preceitos. Apesar de não serem muito elaborados, a sua correcta execução era importante para manter a qualidade da construção. Pelo relato dos mestres taapeiros chega-se à conclusão que a sua preparação, bem como saber se estava ou não no ponto correcto, resultava de um processo de reconhecimento puramente empírico.

A mistura de terras era frequente quando aquelas do local da construção não eram as melhores. “A terra às vezes era dos quintais. Isso a terra, quando era muito forte tinha que levar saibro misturado. (...) [Q]uando tem menos liga tem que misturar-se barro [terra mais argilosa].”⁹⁶ O mesmo acontecia para a execução de edifícios de 2 pisos: “Por exemplo a Firma José Mendes Carvalho e Sobrinhos, o meu pai contava-me, que assistiu àquilo tudo, eram terras que iam buscar mais “desviadas” [ao que o Sr. “Zé do Ó” terá referido como devio; talvez dévio], com mais força, juntavam-na com terras mais fracas...”⁹⁷

A preparação das terras, quando se planeava a construção, começava no Inverno para beneficiar-se da humidade própria da estação. Cava-se a terra e deixava-se num monte, tapado com folhas de cana ou panos de serapilheira de modo a deixar entrar pequenas quantidades de água que se iam infiltrando na terra com o tempo.

“Depois aquilo ficavam empilhadas aquele tempo, acabadas em Janeiro, ficavam a curtir e depois eram cavadas novamente quando iam fazer o trabalho, e aquilo dava mais consistência mesmo até no bater.”⁹⁸ Se não

fosse esse o caso, eram cavadas na altura, regadas com um regador e amassadas (passadas) até ter a consistência correcta. Certamente que não seriam utilizadas no mesmo dia para dar-se o processo de “apodrecimento” da terra. “Faz-se um moitão e depois vai-se regando, com um regador. (...) Era logo. Vai-se fazendo, vai-se fazendo, até que faça assim [que faça uma bola e não se desfaça]. Agente pega na terra e ela não se desmancha, é que está boa para se bater. Era para o mesmo dia ou para o outro. Tinha que se ir indo passando [cavando], que não podia ficar bem seca.”⁹⁹



Figura 53 - Pormenor da terra e do sistema construtivo da taipa do edifício da Firma José Mendes Carvalho e Sobrinhos, largo José Mendes Carvalho

⁹⁶ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107

⁹⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 23.

⁹⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 23.

⁹⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

Na altura de aplicar-se a terra na construção tinha que atender-se à sua observação e se necessário tinha que amassar-se novamente para adquirir as propriedades necessárias. Os níveis de humidade eram essenciais para a sua consistência e para evitar grandes retrações da terra. “Bem, ia-se passando [a terra], com um “enxada” [enxada grande, nos meios rurais era símbolo de vigorosidade] ou com uma enxada, via-se quando ela estava, mais ou menos, no tempero... Depois na mudança dos taipais sempre havia um bocadinho de termo, não é verdade. Dizia ao outro lá em baixo e depois era só preparar a terra para o outro taipal a seguir. Depois era só chegar e carregar. Mas isso também tinham que saber os dois lados, não é verdade. (...) Via-se mesmo a terra além ao passar [com a enxada], via-se logo que a terra ligava. Que não estava encharcada em água nem estava seca. Ia passando. Se via que não estava um bocadinho mais branda [mole], dava mais umas “passages”. Em chegando lá acima, esse que estava lá em cima dizia logo: “Pssst éi, dá lá mais uma passage.”¹⁰⁰

2.1.5. Utensílios

2.1.5.1. Côvados



Figura 54 - 1 e 2; Posição dos côvados no taipal e com as suas dimensões

A denominação côvado deriva da representação da antiga medida do cúbito (cotovelo; distância que vai do punho ao cotovelo) e que tinha 66 cm. Este, apesar de ser inspirado no anterior apresenta somente 50 cm. Segundo o Sr. António João Trole, onde foi possível observar os utensílios que transitaram do seu pai, existiam em número de 3. Os côvados, de madeira, eram colocados na parte da frente do taipal, 2 no topo superior dos taipais e outro no topo inferior. Os vazios por eles deixados eram posteriormente utilizados para colocar as agulhas do bloco superior.

A sua forma era cónica para facilitar a sua saída do bloco de taipa. “E quando chegava, a gente até experimentava, porque tinha que meter o côvado sempre para deixar o furo, os

¹⁰⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 35.

buracos, para meter as agulhas, quando às vezes deixava um bocadinho mais justo, quando chegava ali para o fim tinha que jogar umas malhadas mais fortes “dencontro” [contra] às tábuas para as cordas cederem um bocadinho. Senão já não entrava o côvado. E o côvado é cónico, como vês.”¹⁰¹

2.1.5.2. Agulheiros

Os agulheiros, ou agulhas, perfazendo um conjunto de 3, funcionavam como os suportes inferiores dos taipais que atravessavam a parede e são inseridos nos espaços deixados pelos côvados. Eram frequentemente de ferro, tinham numa ponta a forma de T e na outra tinham vários furos para permitir o aumento ou diminuição dos blocos em espessura, juntamente com a comporta. A



Figura 55 - Sistema de travamento do agulheiro com o preguinho

acompanhar as agulhas encontravam-se os pregos ou chavetas¹⁰², denominados “preguinhos” em Vidigueira. *“Eram de ferro. A agulha eram o seguinte ..., tinham assim..., [fez um desenho na terra] eram assim não é verdade, eram com estas duas partes e isto ia enfiar na agulha de baixo [fez um desenho do encaixe da comporta em a agulha], depois enfiava assim, porque a ponta da agulha tinha aqui um travessal. Que era para quando agente apertasse não abalar daqui. Da outra parte não abalava. Tinha uma cunhazinha para não abalar [na comporta].”¹⁰³ “A grossura da taipa, se quiser ir para os 60, aumenta 10 cm, e as agulhas estão preparadas.”¹⁰⁴*

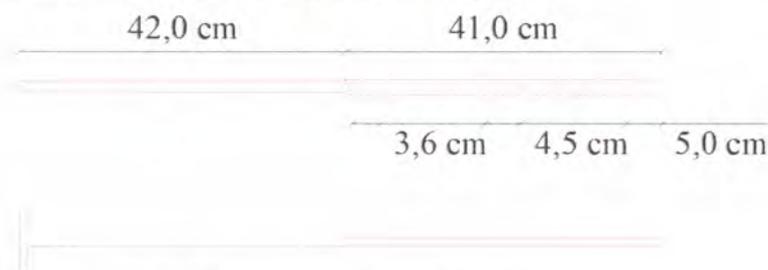


Figura 56 - Agulheiro e as suas dimensões

¹⁰¹ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 29.

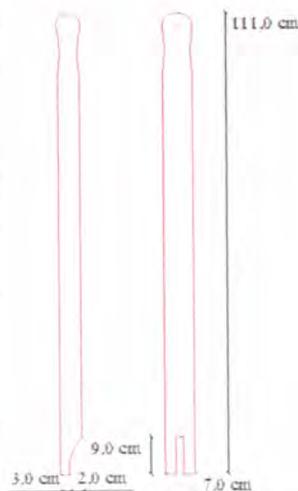
¹⁰² ROCHA, Miguel – Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva. In Arquitectura de terra em Portugal, p. 24.

¹⁰³ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 49.

¹⁰⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 29.

2.1.5.3. Costeiros

Estes apresentavam-se com 3 pares e funcionavam como suportes laterais dos taipais, dando o aperto necessário para poder bater-se a taipa. Eram colocados nas pontas e ao meio dos taipais, um contra o outro, presos inferiormente pelas agulhas e superiormente por cordas que tradicionalmente eram feitas de pita (*Agave americana*). Este sistema de prensão superior é diferente de local para local. Na zona da Chamusca utilizava-se uma *canga* para prender os pares de costeiros¹⁰⁵.



Eram feitos de madeira e apresentavam na parte superior um espaço para receber a corda e na inferior eram chanfrados, com uma cunha, para inserir o agulheiro. Se fosse necessário mais aperto lateral, viravam os costeiros ao contrário, com a parte chanfrada para o interior. Os côvados eram colocados entre os costeiros, servindo também como reforço lateral dos taipais. “Isto são os costeiros e as agulhas, que é o que vem por baixo. As agulhas são furadas derivado a gente querer, muitas das vezes..., até o costeiro é chanfrado, se vê que não dá aperto volta ao contrário e aperta logo. O sistema é ali da parte de baixo. Se voltar ao contrário aperta mais. A parte do chanfre sobe e desce aqui na agulha.”¹⁰⁶

A altura dos costeiros, apesar de não estar definida, era essencial para não se bater nas cordas ao trabalhar com o malho. “Porque se ficar mais baixo depois vai impedir, quando o malho chega aqui a cima, e ele bater nas cordas. Depois de ‘tar cheio chega aqui e vai bater, bate na corda. E isto já ‘tava preparado para isso. ‘Tás a ver?’”¹⁰⁷



Figura 58 - Pita, *Agave americana*, arredores de Vidigueira

¹⁰⁵ Fonseca – Arquitectura de terra em Avis, p. 40.

¹⁰⁶ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 28.

¹⁰⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 29.



Figura 59 – 1, 2, 3 e 4; Costeiros e processo de os atar na parte superior

2.1.5.4. Taipais

As peças mais importantes dos utensílios seriam os taipais, em conjuntos de 2, de onde a técnica e o bloco recebe o nome. As suas dimensões definiam o comprimento e a altura dos blocos. Eram feitos de pranchas de madeira, frequentemente de duas, presas por duas ripas que em Vidigueira se chamam de *seguranças*, localizadas nos extremos, uma de cada lado das pranchas. Estas funcionavam como suportes da comporta e a sua posição auxiliava na colocação dos costeiros.

Os taipais tinham ainda uma ou mais pegas, ao centro ou às pontas, para permitir o seu fácil manuseamento. Eram colocados junto ao bloco de taipa precedente mais do que a distância da segurança (cerca de 0,60 m) perfazendo um bloco com cerca de 1,60 m de comprimento.

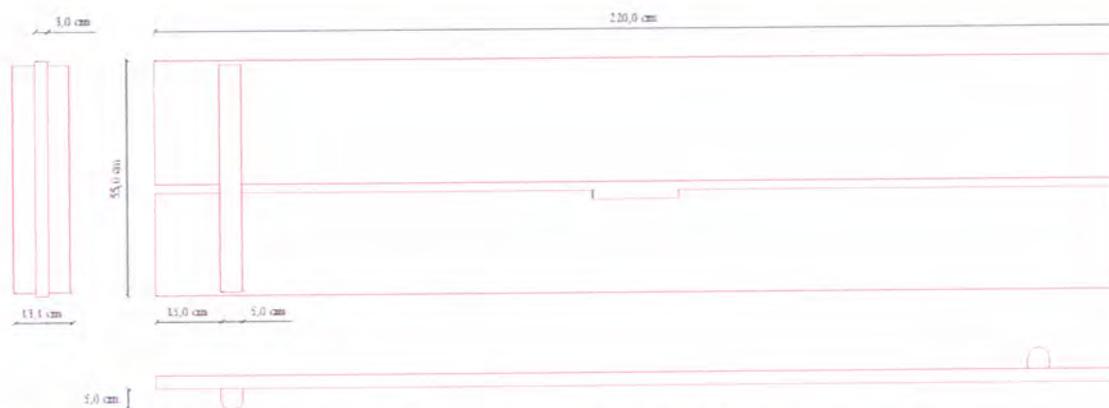


Figura 60 - Taipais utilizados em Vidigueira, propriedade Sr. António João Trole

2.1.5.5. Comporta

Esta peça era colocada na parte de fora do taipal, sempre no sentido em que se construía a fiada, servindo de fecho ou final do bloco. Era feita de tábuas de madeira e tinha uma pega superior que também servia de travamento, juntamente com mais duas travessas. As suas dimensões definiam a grossura do bloco da taipa e a altura seria maior que a do taipal, do qual sobressaia, para albergar as pegas na parte superior. Podia haver duas comportas para serem utilizadas em ambos os extremos dos taipais para fazer o primeiro bloco da fiada, caso não se fizesse um *cutelo* (técnica de travamento).

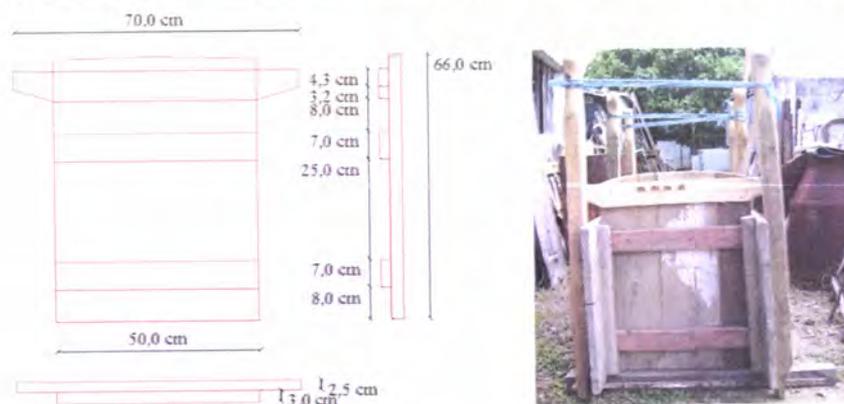


Figura 61 – 1 e 2; Comporta, suas dimensões e inserida nos taipais, propriedade do Sr. António João Trole

2.1.5.6. Malho

Esta era a peça que se utilizava para comprimir a terra. Eram feitas recorrendo a dois tipos de madeira. No cabo, com dimensões variáveis dependendo da estatura do trabalhador, utilizava-se o pinho sendo que esta era uma madeira mais barata e utilitária. Na parte útil da peça, a inferior, utilizava-se uma madeira mais forte e pesada, geralmente o azinho. “Se bater a terra com isto [malho] vai acalcando a terra e o maço fazê-a pular. Há-de dizer lá à professora, que quem te ensinou isso fui eu.”¹⁰⁸

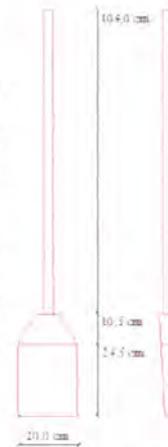


Figura 62 - Malho e as suas dimensões



Figura 63 - Malho, propriedade do Sr. António João Trole

2.1.6. Caboucos e fundações

Essenciais para a manutenção das paredes, a profundidade dos caboucos e a altura das fundações eram tema de grande preocupação por parte dos mestres taipeiros. Estes edifícios levavam sempre alicerces de modo a evitar o contacto da parede de terra com o solo e absorver humidades prejudiciais. Deve referir-se que as fundações, ao subir alguns centímetros acima do nível do solo, permitiam uma maior protecção dos escorrimentos laterais da chuva e dos salpicos dos beirados, que podem infiltrar-se pela base das paredes, e da ascensão da água por capilaridade.

Os caboucos eram cavados, sendo que a sua profundidade dependia das propriedades do terreno e do tipo de edifício que se iria construir. “Isso dependia dos terrenos como eram e como não eram. Se eram terrenos rijos, de saibro bom, de boa qualidade, fazia-se aí de meio metro, 40 cm, 50. Depois levantava um pouco mais, sempre para evitar as humidades de vir à taipa. Lá ‘tava a pedra agulha que se usava sempre.”¹⁰⁹

As fundações eram executadas, normalmente, de pedra da região, a “pedra agulha”, onde o granito e o xisto são os mais frequentes argamassados com terra, barro ou um composto de terra/barro e cal. As pedras de xisto, de forma irregular mas regra

¹⁰⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 28.

¹⁰⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 26.

geral achatada, trazidas da serra de Portel, eram utilizadas frequentemente por haver em mais abundância. As dimensões das fundações eram relativas, mas a sua largura seria sempre superior à das paredes. “*Mais largo, até, que a taipa. Se isto [o taipal] tinha 50, aquilo ia sempre aos 55 no mínimo, 70 [cm], que era para ficar espaço de um lado e outro.*”¹¹⁰ A altura dependia também do terreno. Naqueles em que o nível era regular, as fundações subiam entre 0,15 a 0,20 m acima do nível do terreno. Quando havia desnível tinham que regularizar os edifícios o que implicava uma subida das fundações. “*Não..., o alicerce, mesmo que fosse um bocadinho mais largo não fazia mal. O alicerce podia ficar com 60. O alicerce é que é que é a firmeza da casa. As minhas casas, há casas só de terreno direito, não é verdade, mas as minhas... [estão implantadas num terreno inclinado na rua, em Santana]. Nessa altura agente ia trazendo o alicerce até encher o chão. O chão estava feito. Depois nessa altura tirava-se o nível, depois do chão estar feito, o nível da terra para ficar um bocadinho “o menos ou menos” 15 cm por cima do nível da terra. Quando o chão está a descer aqui [na extremidade mais baixa] fica com 50 ou 60.*”¹¹¹ As reduzidas dimensões referidas poderão corresponder à escassez de pedra de qualidade nesta região e ao facto dos níveis de pluviosidade serem relativamente baixos. Apesar de tudo, o Sr. António Faísco afirma que as fundações podiam subir, normalmente, 0,50 m.



Figura 64 - 1 e 2; Pormenor das fundações de pedra granítica e pedra de xisto da serra de Portel, praça Vasco da Gama, nº 9/10 e rua de S. João, nº 3

¹¹⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 26.

¹¹¹ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 33.

2.1.7. Execução dos blocos de taipa

Após ter-se passado por todos os processos descritos atrás (e outros que aqui podem não vir discriminados) e de montados e preparados os utensílios, dava-se início à execução dos blocos de taipa. Os taipais eram colocados sobre a fundação que poderia receber uma argamassa de barro, barro e cal ou de areia e cal entre a pedra e a terra.

“Quando se fazia um alicerce completo, quando se deixa o alicerce completo para se começar o taipal da terra agente punha até primeiramente uma massa de cal, em cima da pedra. Não se punha a terra em cima da pedra só. Uma comparação, fazia-se o primeiro taipal, não é verdade, fazia-se além 2 ou 3 taipais e punha-se a cal com a areia, para não ficar a terra só própria em cima da pedra. Depois acabava-se a primeira volta das taipas a seguir punha-se aquela vista da parte de fora e mais nada.”¹¹²

De seguida começava-se a encher os taipais recorrendo a uma cesta de esparto¹¹³ ou a um caixote de madeira com um lado em forma de rampa para deitar a terra mais

facilmente. *“Isso era, muita gente, aqui pouca gente, muita gente aí para fora que era com uma alcova. Mas agente aqui era com um caixote. Uma “comparação”, o caixote era assim [fez um desenho na terra]..., e depois, para não ser muito grande, ia assim em cunha para descarregar melhor. E depois deste lado tinha uma asa, de cada lado tinha uma asa. (...) Eu mesmo é que fazia aquilo. Demorava algum tempo a fazer um caixote?! Em tendo madeira... Agora a alcova dava muito mais cabo da cabeça. Eu nunca usei isso.”¹¹⁴*



Figura 65 – 1 e 2; Cesta de esparto, propriedade do Sr. António João Trole

Após ser deitada na cofragem, a terra era espalhada com os pés, para cobrir uniformemente a superfície, e era depois batida/comprimida com o malho. Também este processo tinha os seus segredos. Os batimentos teriam que ser ritmados, alternado entre os dois trabalhadores, sendo que os primeiros batimentos eram dados perpendicularmente aos taipais, ao centro e nas pontas, e os segundos seriam na diagonal a cobrir toda a área.

¹¹² Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 38.

¹¹³ Planta herbácea, da família das Gramíneas, utilizada na indústria de capachos, cordas, esteiras.

¹¹⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 49.

Malhadas paralelas aos taipais, junto às suas tábuas, não eram aconselhados pois dizia-se que era só para “dar lustro à taipa”.

“O bater tinha que ser sempre duas pessoas certas. Até porque aqui no bater tem um sistema, com os malhos, em que a pessoa faz isto [bateu no taipal com o malho na perpendicular], depois com o outro faz isto [bateu com os dois malhos

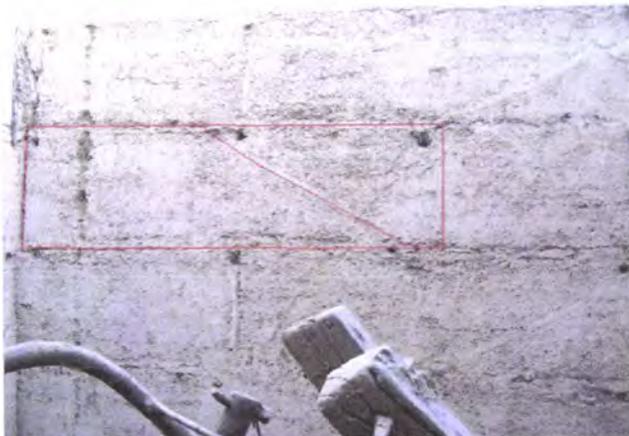


Figura 66 - Cutelo, rua do Carmo, nº 17

alternadamente]. Quer dizer, não pode andar certo, têm de andar alternado. (...) Quando se vai junto ao taipal já é para deixar o brilho na taipa. Porque aperta a terra contra a tábua. O meu pai ensinou-me assim. As primeiras malhadas eram essas [ao centro do taipal] e outras vezes cruzadas. Não andar assim [paralelamente ao taipal], ou andar cá a dançar e no meio não ter. No meio tinha que correr isto tudo assim. As primeiras malhadas eram estas. Se fizer só assim [malhar junto ao taipal, paralelamente, a apertar a terra contra o taipal] é ‘tar a mostrar aquilo que não ‘tá feito. (...) Havia muitos que andavam no meio às voltas mas por dentro nada. O meu pai fazia era: quando os via a andar de um lado para o outro assim dava logo uma malhada além à biqueira do sapato para tomarem caminho.”¹¹⁵

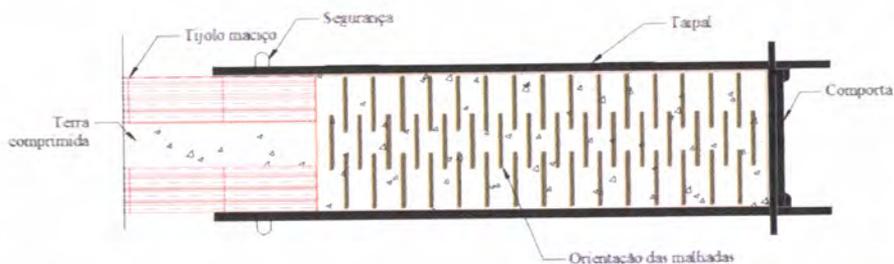


Figura 67 - Primeiras malhadas para comprimir a terra do bloco de taipa

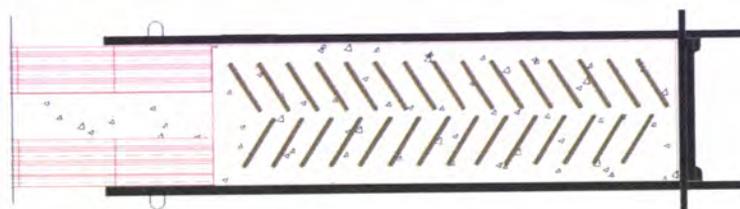


Figura 68 - Segundas malhadas, as terceiras também eram diagonais ao contrário das apresentadas

A terra estava bem batida quando se formava à superfície uma película de

nata castanha, vertendo-se então mais terra na cofragem¹¹⁶.

No início da parede, ou muro, fazia-se frequentemente um

cutelo, que era um sistema de travamento da

¹¹⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 18.

¹¹⁶ Mestre - Arquitectura de terra..., p. 4.

parede que consistia em fazer um meio taipal em forma de cunha. Segundo o relato dos mestres taapeiros não existiam nenhuma comportas para executar o cutelo, sendo que a sua forma era dada somente pela acção do malho na terra. Colocava-se argamassa nesta junta, e por vezes não, e completava-se o bloco.

Quando se concluía um bloco, desmontava-se parcialmente a cofragem e colocava-se na posição para fazer a seguinte de modo a perfazer todo o perímetro da construção. Retiravam-se os dois costeiros e agulheiros da extremidade posterior e colocavam-se na parte da frente, nos espaços deixados pelos côvados aquando da execução do bloco inferior, para os taipais deslizarem por cima. Ficava sempre no lugar o costeiro e o agulheiro da frente, facilitando o trabalho e permitindo uma mudança mais rápida. *“Porque, quando se mudavam os taipais, tinha que... quando se mudava ficava lá o da ponta [o costeiro], ficava lá, puxava-se o taipal, tirava-se o do meio e punha-se logo à outra ponta, o do meio. Só nessa altura é que se tirava o terceiro e punha-se ao meio. Depois de estarem os três é que se apertava.”*¹¹⁷ *“Quando chegava à parte de “toca a desarmar”, chegava aqui [junto ao taipal] o outro passava para a frente, tirava as agulhas do meio, meti-as logo que era para o taipal correr na agulha que ‘tavam nos buracos que já lá ‘tavam. Tirava-se a agulha de trás e passava para a frente. E a pessoa andava além encantado da vida, além em cima.”*¹¹⁸

Estando uma fiada completa, colocava-se a cofragem em cima dos blocos de baixo, que foram endurecendo pela exposição ao sol, e executa-se do mesmo modo. Esta nova fiada ficava desencontrada da inferior de modo a permitir o travamento da parede nos cunhais. *“Havia depois em sentido contrário [o travamento]. Juntavam-se os taipais ao canto. Quando vinha, outra vez, passava por cima e fazia outra vez o canto.”*¹¹⁹

Para a construção das paredes interiores laterais, em taipa ou de outro material, procedia-se do mesmo modo para travar as paredes. Caso não fossem logo executadas, escavava-se um pouco a taipa para inserir o novo bloco ou os tijolos, crus ou cozidos. Para reforçar a ligação entre estas paredes, essencialmente com as laterais interiores de taipa, colocava-se uma pedra comprida para ligar os dois blocos após a parede estrutural ter sido escavada para albergar a lateral interior.



Figura 69 - Parede interior lateral em adobe ligada à parede estrutural do meio, rua do Fojo, nº 6

¹¹⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 48.

¹¹⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 30.

¹¹⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 17.

2.1.7.1. “Cintamento”

Por vezes, segundo a técnica local, decorrente da tradição, do saber e da experiência dos mestres taapeiros e dos materiais disponíveis, colocava-se entre os blocos de taipa, nas juntas horizontais, tijolos ou pequenas pedras a perfazer um cintamento inferior e superior. A sua colocação, sujeita à disponibilidade financeira do proprietário, seguia imperativos funcionais específicos: causar atrito entre os blocos de taipa, auxiliando a sua função estrutural, preencher a ligação entre os blocos e evitar o desgaste desta frágil ligação. *“Se não houvesse dinheiro eram umas pedras. Chamávamos-lhe a gente a “pedra agulha”. (...) Eram assim. Chegava-se e dizia-se: “vai ai pedra para a primeira fiada” [no momento em que a iam buscar às pedreiras]. Depois levava um bocadinho de massa ali por cima, quando a pedra chegava agarrava-se àquela massa e ficava tudo encantado da vida.”*¹²⁰ A sua colocação protegia ainda o buraco que os agulheiros deixavam. *“Faziam-se logo lá dentro do taipal. Junto ao início da taipa, se houvesse pessoas com dinheiro, com condições, punha-se logo uma fiadinha de tijolo ali à volta. Depois tínhamos que proteger as saídas das agulhas. (...) Protegíamos com tijolos de um lado e do outro e outro por cima para poderem sair à vontade. Porque a gente apertava-as de tal maneira que já não saltavam [saíam]. Principalmente esta [a do meio] as outras nem tanto.”*¹²¹



Figura 70 - bloco de taipa dividido ao meio, rua do Fojo, nº 7

Devido à fraca qualidade da terra utilizada em Vidigueira, o recurso a cintamentos intermédios era frequente. *“Chegava a aparecer no mesmo taipal aparecerem 3 fiadas. Era a primeira, outra ao meio e a de cima. Quando a gente chegava ali, as tábuas já tão marcadas, já sabíamos que era hora de fazer outra cinta. Cintávamos de um lado, cintávamos do outro, e quando começávamos novamente levava outra cinta. No taipal aparecia dividido em 25 cm. (...) Quando chegávamos aqui com a terra, cintávamos aqui [apontou a separação entre as tábuas], esta estava mais alta do que esta [a de baixo], quando começávamos outro era cintado novamente. Depois do taipal estar armado [montado] a gente metia as cintas e depois “toca a marchar”, dávamos-lhe.”*¹²² Este processo era mais dispendioso mas dava maior segurança estrutural à construção.

¹²⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 22.

¹²¹ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 21.

¹²² Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 24.

2.1.7.2. Juntas verticais e horizontais

Entre os blocos de taipa era frequente colocar-se uma percentagem de argamassa de terra/barro peneirado, ou do mesmo barro com cal. Era colocada na face exterior dos blocos, tanto na vertical como na horizontal, mas não desempenharia nenhuma função estrutural relevante. O seu assento prendia-se com as mesmas necessidades que para as juntas horizontais: preencher a ligação entre os blocos e evitar o desgaste desta frágil ligação. Verifica-se ainda a colocação de tijolo ou pedra nas juntas verticais de modo a ajudar à sua coesão¹²³. Pelo relato dos mestres taapeiros, a colocação desta argamassa nas juntas verticais era só para “dar feitiço”: *“Aquilo era só uma impostura de serviço, mais nada.”*¹²⁴ *“Aquilo não vai segurar nada. Aquilo é só..., a gente ‘tá a trabalhar e chega ali ao canto e corre a colher com um bocadinho de massa. Só fica é a vista.”*¹²⁵

A função destas juntas verticais, tal como das horizontais, também seria ajudar à fixação do reboco à taipa.



Figura 71 - Junta vertical e horizontais, rua 25 de Abril nº 32

¹²³ Rocha – Taipa na arquitectura..., p. 25.

¹²⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 40.

¹²⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 24.

2.1.7.3. Cunhais



Figura 72 – 1 e 2; Cunhal em escadinha, rua do Carmo, nº 17 e cunhal direito, rua do Pombalinho nº 9

Os ângulos das construções são pontos sensíveis devido ao desgaste que têm ao longo do tempo. A sua importância é maior por desempenharem um papel de relevo no sistema de travamento das paredes. O cruzamento dos blocos era executado como já se referiu anteriormente. Quando se faziam de tijolo ou de pedra, eram compostos dentro da própria cofragem à medida de se construía o bloco. Os tijolos, colocados na face exterior da taipa, eram comprimidos contra a terra e adossados com barro ou areia e cal. “O que era é que quando começava com 2, vinha diminuindo que quando chegava cá acima só aparecia 1 assim. Vinha fazendo uma escadinha. Resultado, quando continuava com o outro [taipal], continuava na mesma vida: continuava outra vez com os 2, outros 2 deste lado, vinha um bocadinho ao centro e depois os 2 passavam a 1 e meio e em cima era já 1.”¹²⁶ A sua forma, se a fazer uma escadinha ou rectos, dependia das possibilidades financeiras do proprietário.

Segundo informações fornecidas por pedreiros locais, aquando da desconstrução de paredes de taipa é frequente encontrar-se madeira em forma de cotovelo ou pedras compridas a reforçar os cantos quando não existem cunhais de tijolo. Apesar dos esforços, não foi possível verificar nenhum caso destes.

¹²⁶ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 26.

2.1.8. Abertura dos vãos (portas e janelas)



Figura 73 – 1, 2 e 3; Lintel de madeira, rua 25 de Abril, nº 32; porta escavada na parede, rua Luís Vaz de Camões, nº 38; e folha de tijolo num arco de janela, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21

A abertura de vãos em paredes de taipa podia fazer-se de dois modos: ou eram logo executadas ou abriam-se depois das paredes construídas¹²⁷. No primeiro caso, à medida que se construíam as paredes marcavam-se os espaços destas aberturas, colocando os lintéis e as ombreiras, utilizando frequentemente tijolos mas também madeira ou pedra. No segundo caso, levantavam-se as paredes e depois marcavam-se as aberturas, frequentemente só a porta da entrada ou do quintal, e cavava-se a taipa.

*“Porque, a vida nesse tempo estava má. E fui lá para as minhas casas só com porta para o quintal. Nem janelas nem porta para a rua. Só abri isso tudo passado 5 ou 6 anos.”*¹²⁸

Para reforçar os vãos colocavam-se tijolos para fazer as ombreiras e os arcos. Estes últimos podiam ser arcos abatidos ou *folhas*, que consiste na colocação de 3 ou mais tijolos deitados, com um a fazer de cunha e com uma pequena flecha. *“Isso, as aberturas faziam-se logo. (...) Ora, isso então..., como é que se marcavam. Eram um metro. Marcava-se aqui [fez um desenho na terra], era para um portal, não é verdade, o taipal chegava só até à parte de prumo, do outro lado até chegava a tapar a parte de cima do portal. Depois nessa altura faziam aquilo, e*

¹²⁷ Miguel Rocha refere que havia um terceiro método: “Igualmente se podia começar a construção pela execução dos aros dos vãos, com tijolo, contra os quais se apertavam as pranchas de madeira, para em seguida se proceder à compactação da terra e dar forma às paredes.” Rocha – Taipa na arquitectura..., p. 25.

¹²⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 45.

depois passavam o taipal por baixo..., quem tinha... [dinheiro para tijolo], quem não tinha, fazia-lhe o feitiço depois, cavava a terra e fazia-lhe o feitiço.”¹²⁹ “Portas não existiam, abriam-se depois. (...) Abriam-se os portados, com arcos e sobre-arcos e ficava tudo a funcionar.”¹³⁰ “Aos cantos, depois cavava-se e metia-se ou bocados de tijolo, porque ficava sempre melhor que sempre só a taipa crua. Aos cantos, quem diz às quinias, ao canto que faz assim para a porta levava a obreira em obra, porque para firmar além as coisas das portas, não é verdade, as... [dobradiças], e se fosse só em terra já se sabe.”¹³¹ “Era uma folha que era feita com lambaz, segundo e conforme a dimensão da porta. Eram 3 lambazes, com um bocadinho de volta e depois eram apertados ao meio com uma cunha, quer dizer, os próprios lambazes fechavam por si, e depois levavam uma pancadinha. Punha-se umas fiadas por cima e era assim que fazíamos os arcos. Outras vezes fazíamos os arcos com tijolo ao alto, que chamávamos de volta de luz. Era marcado [o arco o vão] consoante o portal. Tirávamos-lhe o eixo, marcávamos às pontas e depois fazíamos-lhe a volta de uma ponta à outra.”¹³²



Figura 74 - Ombreira em tijolo, largo de S. Francisco, nº 6

2.1.9. Argamassas e rebocos

As argamassas utilizadas nestas construções tradicionais eram executadas tendo a cal aérea em pasta como principal ligante. Os principais inertes ou aglomerantes utilizados seriam a areia e a terra, liberta daqueles de granulometrias maiores e de matéria vegetal. Apesar da prioridade da cal, as argamassas constituídas somente de barro também se verificam, tanto nas



alvenarias como nos revestimentos. “Não, não. Era areia, mas era areia aí dos barrancos. Nesse tempo não havia areia dos areiros. As minhas casas só viram areia depois quando eu as “comeci” [comecei] a “amanhar” [arranjar]. Nas taipas nunca cheguei a “empregar” [utilizar, colocar] areia.”¹³³



Figura 75 – 1 e 2; Reboco de barro, rua da Boavista, nº 23

¹²⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 42.

¹³⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 21.

¹³¹ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 42.

¹³² Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 98.

¹³³ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 37.

cal em pasta para 3 ou 4 de areia ou de terra nas condições referidas. Os rebocos eram executados, frequentemente, com traços similares. “Para um reboco fazia ali 3x1, era o máximo. E era as areias seja como for. Eram massas sempre mais fracas que fortes para segurar sempre junto a isto tudo. Porque rebocar isto em cimento, 2 cm ou outro Não tem força.”¹³⁴

Tanto para alvenarias como para rebocos, a utilização da argamassa de cal e de terra peneirada, chamada em Vidigueira de *maçacote*, era frequente. “Era uma mistura de cal branca e da mesma terra que a taipa. Chamávamos-lhe a gente de *maçacote*.”¹³⁵ Também se utilizava cal preta, mas só nas alvenarias e não nos rebocos devido ao seu maior período de apagamento. “Essa cal existia, até era melhor que a cal branca. Mas a cal preta tinha um inconveniente. Sabes qual é? (...) Imitava uma espécie do cimento, era mais escura. Era feita de uma pedra mais rija. Para isto podia-se que não havia grande problema [para colocar no cintamento e no resto da construção da taipa], mas rebocar com ela ..., e chegava-se ao fim do ano e ainda rebentava na parede. Ainda estava a apagar. A gente até joeirava com joeiros finos e aquilo deixa um grãozinho de nada e a gente deitava aquilo fora. Se não se fizesse, depois chegava-se ao pé da parede e dizíamos logo: “olha, já lá estão as silarcas” [cogumelo que estala a terra]. A cal preta era mais forte mas não dava para acabamentos. Até era mais barata, mas não se queria nas obras por causa dos acabamentos. Se se descuidasse com ela era logo chamado: “olhe lá para aqui o que a cal me fez!” Era assim.”¹³⁶



Figura 76 - Trollha

A execução do reboco era a última coisa a fazer-se na construção de taipa, utilizando para esse efeito uma trollha. Após terminar os trabalhos de construção das paredes e colocadas as coberturas, era frequente esperar 1 ano até rebocar as paredes exteriores de modo a que a acção das chuvas degradasse a superfície para que o reboco agregasse melhor. Do mesmo modo, a colocação do reboco imediatamente a seguir à construção das paredes podia causar fissuras devido à retracção natural da taipa por secagem. “Havia quem

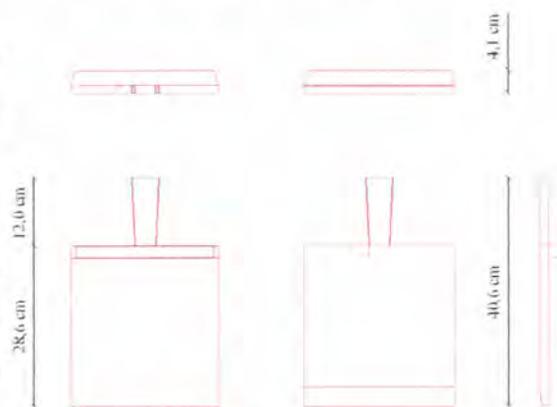


Figura 77 – Trollha e as suas dimensões

¹³⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 25.

¹³⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 22.

¹³⁶ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 22.

*acabasse a casa hoje e só daí a 6 meses é que rebocava. Porque a taipa encolhe. Não podia levar logo o reboco senão rachava.*¹³⁷

Apesar de existir um certo tempo de espera para que a taipa enxugasse, a colocação do reboco não tinha que ser só efectuada passado 1 ano da construção da casa. De certo que os paramentos interiores eram rebocados logo que fosse possível. Para tal, escovava-se a parede, com uma vassoura áspera, de modo a simular o efeito produzido pela chuva. *“Mas, agente tínhamos uma vassoura áspera..., e aquilo era próprio fazerem*

*aquilo porque, havia muita pedrinha que caía ao chão e ficavam aqueles buraquinhos. Dá mais processo para o reboco depois pegar na parede. Se a parede estiver lisa o reboco estala mais depressa. Mesmo “agente”, quando eu fazia isso, tinha umas escovas, quando eram paredes de taipa, íamos com uma escova de aço e raspávamos a parede, para assentar melhor o reboco.*¹³⁸



Figura 78 - Taipa picada para receber melhor o reboco, praça Vasco da Gama, nº 10

Nos paramentos exteriores, podia utilizar-se esta técnica ou ainda podia picar-se a parede para produzir um efeito similar, utilizando para uma picareta ou um martelo.

De referir, que estes trabalhos decorriam desde Março/Abril a Outubro, evitando as alturas de maior chuva, bastante prejudicial às construções em terra crua.

Era também frequente, junto da população mais pobre, não se rebocar as paredes, colocando-se somente camadas de cal por caiação. *“Havia até muitos que nem rebocavam.”*¹³⁹ *“Eram caiadas, e pronto. Ainda deve haver aí muitas, ainda. Pois então. Deve haver muitas e muitas, ainda.”*¹⁴⁰

¹³⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 96.

¹³⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 46.

¹³⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 97.

¹⁴⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 47.

2.2. Os mestres de “obra grossa” e de telhas

A manufactura de peças cerâmicas para ser utilizadas na construção tem fundamentos bastante antigos neste território. O exemplo determinante para este facto encontra-se na *villa* romana de S. Cucufate, em Vila de Frades. Apesar de conjugar dois dos elementos essenciais na construção romana, a pedra e o tijolo, é o último que se destaca pela sua larga utilização e



Figura 79 - Pormenor da estrutura construtiva da *villa* romana de S. Cucufate

notável acabamento. Apesar da precoce utilização deste material em edifícios de destaque ao nível local, o material preferido durante os séculos seguintes foi a pedra.

No entanto, a utilização deste material nesta zona manteve-se até aos dias de hoje. Não se sabe se ininterruptamente ou não, mas já no século XIX, em 1819 no *Livros das Posturas de Vidigueira*, encontra-se no art.º 51, sob o título “Sobre os Oleiros” uma referência a produção e comercialização das telhas e dos tijolos¹⁴¹. Pode deduzir-se que a existência destas indústrias artesanais se manteve durante bastante tempo até cerca de 35 anos, altura em que o tijolo industrial começou a dominar o mercado da construção em substituição do seu congénere artesanal.

No contexto alentejano, pelo *Regimento das Procissões de Évora*¹⁴², do final do século XIV, onde aparecem escalonados hierarquicamente os ofícios desta cidade, os telheiros e os tijoleiros surgem com os oleiros no 4º grupo. Esta posição oferecia alguma importância a estes mesteirais, essenciais para a tradição construtiva alentejana. A separação dos ofícios dever-se-ia à especialização de cada um. Atendendo ao relato dos mestres dos telheiros de Vidigueira, a produção de telha era mais especializada que

¹⁴¹ “Todo o Oleiro desta vila, quando desenformar sua loiça, será obrigado a dar parte ao Almotacé e ao Juiz do ofício, para ver se está cozida a dita loiça; e o mesmo se observará a respeito dos que cozem tijolo e telhas, e todos serão obrigados a vendê-la, segundo o que lhe for taxado com pena de dez tostões...” p. 56.

¹⁴² Cf. MARQUES, A. H. De Oliveira – A sociedade medieval portuguesa, pp. 136-137.

a produção de “obra grossa” (lambaz, tijolo, ladrilho, adobo e meia ou *pandeiretes*) pelo que a matéria-prima e os restantes materiais diferia substancialmente.

No mesmo *Regimento* destaca-se a produção de telhas de canudo, assumindo-se como uma indústria de relevo desde tempos remotos. A análise a estes dados¹⁴³ revela que os gastos em mão de obra eram maiores (83,2% do total) que os gastos de produção e dos materiais (16,8% do total). Uma fornada (cerca de 10 milheiros = 10 000 telhas) levava 12,5 dias a completar utilizando para tais tarefas cerca de 6 pessoas¹⁴⁴; os homens ganhavam 7 soldos por dia e as mulheres recebiam 3 soldos por dia. O mestre do telheiro receberia o mesmo que os trabalhadores e mais uma parte “...chamado *ganho e cabedal*, correspondente à oficina e aos apetrechos que possuía.”¹⁴⁵ No final da produção os custos ficavam distribuídos da seguinte forma: 1 milheiro custava 4 libras e 10 soldos e uma telha custava 1,08 dinheiros¹⁴⁶.

Em Vidigueira, pelo relato dos mestres dos telheiros, podem verificar-se vários pontos relacionados com esta indústria artesanal¹⁴⁷, sendo possível descrever os processos e assuntos que se consideram pertinentes.

2.2.1. A localização dos telheiros e instalação no terreno

Estas indústrias encontravam-se distribuídas por vários locais. Os mais referenciados foram: ao longo da estrada EM 520, para Vera Cruz no concelho de Portel, e na zona da Várzea, que se localiza no seguimento desta estrada. Outros sítios referidos são: junto à ribeira de Freixo, o sítio dos Pisões, e o sítio de Vale de Marcos. Na freguesia de Vila de Frades havia um outro local de grande importância, no limite com a freguesia de Vila Alva no concelho de Cuba, que corresponde à zona das ribeiras de S. Tiago e de Mac Abraão. Os lugares preferidos para a instalação de telheiros são, portanto, junto às linhas de água, locais onde predominam os aluviosolos modernos e coluviosolos sem carbonatos (A). A sua associação com outros tipos de solo, como os

¹⁴³ Cf. Marques – A sociedade medieval portuguesa, pp. 145 e 238 (nota n.º 25 e 26).

¹⁴⁴ 3 eram mulheres. Cf. Marques – A sociedade medieval..., p. 238 (nota n.º 26).

¹⁴⁵ Marques – A sociedade medieval..., p. 144.

¹⁴⁶ 1 libra=20 soldos=240 dinheiros. Cf. Marques – A sociedade medieval..., p. 145. Admitindo que um telhado com 130 m² possa levar cerca de 2800 telhas de canudo, os custos com este material poderiam ser 12 libras e 10 soldos. O real valor dos materiais é difícil de aferir, no entanto pode fazer-se uma aproximação ao comparar com outros preços. Assim 1 alqueire (cerca de 15 kg) de trigo custava 40 soldos, 1 par de botas custava 30 soldos, 1 par de sapatos custava 14 soldos e 1 saco de carvão custava 3 soldos. Do mesmo modo, 1 pão poderia equivaler a 1 soldo e 6 dinheiros, tomando o preço do trigo e assumindo que pode fazer-se cerca de 20 pães.

¹⁴⁷ Noutros locais esta actividade assumia características comunitárias, como na zona de Bragança. Cf. BORGES, Jorge F. – A telha. Sua importância económica [em linha]. Aqui eram autênticas empresas de produção privadas.

solos litólicos não húmicos (Pg), define as suas aptidões para serem utilizados nos telheiros.

Os melhores solos, segundo estes relatos, eram os da Várzea e junto à ribeira de Freixo. O primeiro local apresenta uma mistura de vários tipos de solo. A presença de solos aluviais e coluviais, de solos mediterrâneos pardos ou vermelhos não calcários e de solos litólicos (Pg+Pv) definiam as suas boas propriedades para se trabalhar este material, com pouca incidência de pedra miúda, em especial a pedra

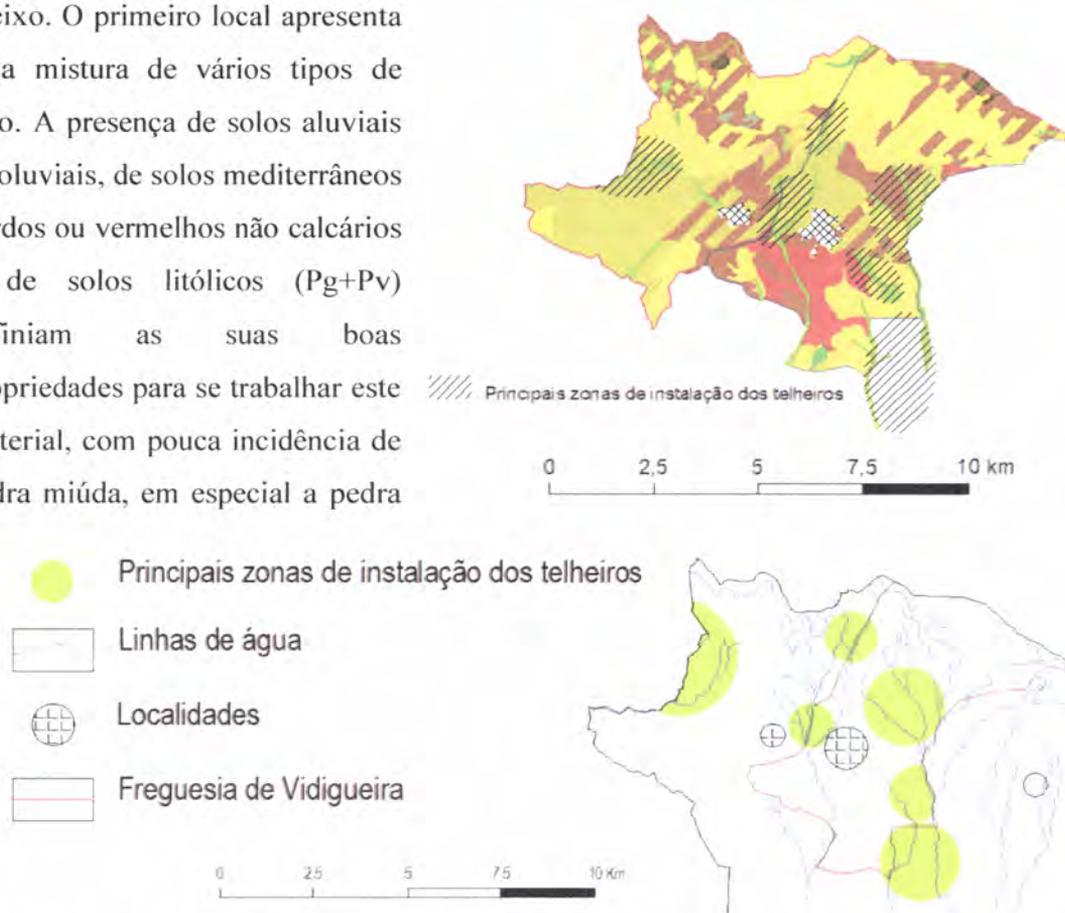


Figura 80 – 1 e 2; Principais zonas de instalação de telheiros, segundo a qualidade dos solos e segundo as linhas de água

calcária que cozia no forno e levava à ruptura da peça cerâmica; aqui chamava-se a este barro de *caliço*. O segundo local, onde predominam os solos aluviais e coluviais e os solos litólicos, era onde havia o barro mais fino, existindo aqui vários telheiros. Curiosamente, a zona a sul da ponte que liga Vidigueira a Vila de Frades, onde se encontram solos mediterrâneos pardos ou vermelhos calcários e não calcários, não foi tão explorada como a norte desta via de comunicação, possivelmente devido à existência daquelas pequenas pedras calcárias.

A zona dos Pisões, onde se encontram grandes bolsas de solos aluviais e de solos mediterrâneos pardos ou vermelhos não calcários de para-barros, mas também com penetrações de solos mediterrâneos pardos ou vermelhos calcários, não foi tão explorada provavelmente devido à mesma razão que o local anterior. “*Uns eram mais finos*

outros eram mais abertos, de maneiras que... Esta região aqui, chamavam-lhe aqui os Freixiais, é aqui onde lhe chamam a ponte de Vila de Frades, ali aquela região ali foi sempre onde se faziam melhores obras também. E lá esses dos Pisões o mesmo. Agora aqui à estrada da Vera Cruz os também havia uma meia dúzia deles, mas era assim uma coisa mais aberta, mais ensaibrado, até era um barro melhor de lidar que não se pegava tanto, não se agarrava tanto nem aos pés nem às mãos, que se tinha que andar descalço.”¹⁴⁸

Os trabalhos no telheiro duravam somente durante o período de menor pluviosidade, do final da Primavera até ao início ou meados do Outono. A sua sazonalidade implicava que os trabalhadores dos telheiros se dedicavam a outras actividades durante o resto do ano, em especial aos trabalhos agrícolas à imagem de outros locais em Portugal¹⁴⁹. Tradicionalmente, o final da ceifa do trigo marcava o início da actividade, em inícios de Junho.

Antes de se instalar um telheiro tinha que tomar-se consciência da qualidade do barro que havia no local. Embora não tenha sido afirmado, a escolha de sítios junto a outros telheiros, locais que se sabia ser adequados, poderia ser uma forma de despistagem para a sua instalação. Após esta análise prévia,

conjugada com a observação do terreno e valendo-se da experiência destes mestres, realizava-se um ensaio para saber se o barro tinha as propriedades exigidas. Retirava-se uma porção de barro, moldava-se e levava-se a um outro forno a cozer para saberem se era o pretendido e para que peças seria melhor. *“Essa experiência era feita antes de fazerem o lambaz, antes de fazerem a obra (...) para experimentar se o barro dava para lambaz, para telha, para tijolo (...). Qualquer bocadinho de barro noutro forno, e iam experimentar. Faziam uma bola, ou uma coisa qualquer e experimentavam.”¹⁵⁰*

Escolhido o local, o passo seguinte era fazer uma cova, ou caldeira, para se construir o forno, normalmente pelos pedreiros locais. *“Atão, o António João Trole, ele era pedreiro, ele é que fez os arcos do forno do meu marido. Quando o meu marido fez o telheiro, lá nesse sítio, na Várzea (...).”¹⁵¹*



Figura 81 - Forno de cozer tijolo, arredores de Ferreira do Alentejo

¹⁴⁸ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 68.

¹⁴⁹ Cf. AAVV – Materiais, sistemas e técnicas..., p. 171.

¹⁵⁰ Passagem da entrevista à Sr.ª Maria Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 55.

¹⁵¹ Passagem da entrevista à Sr.ª Maria Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 54.

A preparação das eiras seguia-se logo. A sua dimensão era variável. Uma eira para a telha teria espaço para cerca de 1500 telhas, isto é, cerca de 20x20 m. Para a “obra grossa” poderia ser maior. Esta era preparada, retirando-se todos os vestígios de ervas e alisando o terreno recorrendo à metade de um tijolo para que nada ficasse agarrado, nem aos utensílios nem às peças: “Primeiro aquela erva era toda raspada (...). Depois aquilo limpava-se tudo, regava-se com um regador e, em estando ali mais ensombrado, era esfregado com um bocado [metade] de tijolo. Isto fazia-se mais que uma vez por ano. Havia aquele que com o andamento daqui para acolá começava a fazer buracos, uns aqui e outros ali. Tínhamos que lá ir com um tijolo e alisar aquilo.”¹⁵²

A localização das eiras era consoante a localização do forno, nunca sendo muito longe para facilitar o transporte das peças. “Havia sempre [uma organização do espaço]. O lambaz ficava logo à boca do forno que era o primeiro a ir para dentro do forno. E a depois a telha ficava um bocadinho mais à retaguarda. A gente fazia mais ou menos aquilo para se pôr primeiro os lambazes, depois o tijolo e depois a telha até chegar lá acima. Conforme era o sítio das coisas, ficavam logo postas na eira. Carregavam-se para o alpendre quando estava enxuta.”¹⁵³

Após estes preparos, iniciava-se a actividade produtiva. Começava-se pelas obras grossas, ou “lambazias”.

2.2.2. O barro para cada peça e a sua preparação

Os barros que se utilizavam para cada uma das peças tinham características diferentes. “Para as qualidades de obra, a qualidade da massa, do barro, já não era a mesma. Depois cada maneira de fabrico tinha outra. Conforme era a qualidade de fabrico dele.”¹⁵⁴ Por norma, o barro resultava de uma mistura de dois tipos de barro: o barro preto e a nata. “Primeiro era o devio [talvez devio: tresmalhado, desviado; intransitável (latim deviu-, desviado)], depois era o barro preto e por baixo do barro preto era a nata. E depois, em função de ser mais fundo, já começava a aparecer aquele cascalho e aquela coisa. E essa já não dava.”¹⁵⁵ A nata seria aquele que teria maiores propriedades plásticas. Corresponderá aos aluviosolos.

Para além desta mistura, a adição de barros com consistências diferentes era frequente. “Às vezes tinha que ser todo misturado. Se era muito forte ia-se buscar areia, uma terra

¹⁵² Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 93.

¹⁵³ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 88.

¹⁵⁴ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 70.

¹⁵⁵ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 92.

*mais fraca, uma nata mais fraca. (...) Outras vezes aquele era muito fraco ia-se buscar outro, a outro lado mais forte, para se misturar com aquele. Ia-se buscar o tempero das coisas.*¹⁵⁶

O barro da telha era o mais fino e aquele que exigia mais cuidados, quer ao cavar como ao amassar. “E a da telha, atão, era do barro da telha. O barro da telha que era o principal. Mais fininho de tudo, sem pedrinha nenhuma. Tanto que era o barro da telha.”¹⁵⁷ Por vezes era coado para retirar-se todas as pequenas pedras que pudesse ter. “Havia muitos terrenos, bem como há aí, como a gente lhe chama aí cascalho, para poder misturar, às vezes havia com pedrinhas dessas. De maneiras, que para se fazer, esse barro era coado. Eram uns tanques. Passava de um tanque para o outro. (...) Era cheio de água, punha-se a gente além de um lado para o outro (...). A fazer aquilo tudo em papa. Aquilo era um caldo que ali ficava. E depois à saída aquilo tinha um boquete [bocal] mais baixo, com um cano, como aqueles das hortas de um tanque, para passar para outro tanque. Tínhamos um arneiro, uma ciranda, um arneiro, pronto, que era para aparar a água. Era para a água cair toda nesse arneiro, para a terra..., as pedrinhas geralmente ficavam no fundo do tanque (...) mas com o correr da água sempre vinha alguma e ficava assim no arneiro. Aquela era uma obra finíssima, era um do barro coado. (...) Esse era para a telha.”¹⁵⁸ “Mas aqui na estrada do Carmo não havia barro coado. Era mesmo o barro que era mesmo bom, não tinha pedras nenhuma. Agora lá [nos Pisões] tinha.”¹⁵⁹



Figura 82 - Arneiro, propriedade do Sr. Francisco Batuca

O barro para o tijolo e o ladrilho era similar e correspondia a um material com um tratamento intermédio entre o barro da telha e do lambaz. Este era um barro mais fraco, com menor quantidade de argila.

Pelo relato dos mestres dos telheiros, a quantidade de argila presente para o lambaz poderia ser menor que 85%. “Pois, um tinha que ficar num tempero, outro tinha que ficar noutra..., nem o barro era o mesmo. O barro sempre mais fraco, e mesmo para a peça não rebentar, era sempre para os lambazes. Era sempre o barro mais fraco..., qualquer terra que tivesse assim uma ligazinha assim que pegasse era para esses lambazes. Para o tijolo já não podia ser assim, tinha que ser assim..., tinha que ser um barro assim mais fino, para o ladrilho (...) era também um barro mais fino com menos pedras”¹⁶⁰.

¹⁵⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 68.

¹⁵⁷ Passagem da entrevista à Sr.ª Maria Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 53.

¹⁵⁸ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 72.

¹⁵⁹ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 85.

¹⁶⁰ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 70.

Amassar o barro era um processo fundamental para a boa consistência das peças. Fundamentais para este processo eram as enxadas e os enxadões, para o cavar dos barreiros e amassar para ser moldado, e a água para molhar o mesmo ao longo de todo o seu manuseamento. Cavar o barro previamente faria com que perdesse algumas das suas propriedades plásticas, que “apodrecesse”, não permitindo a quebra das peças quando estavam a secar. *“Os pés era só para andar lá por dentro dele. A área era grande e tínhamos que andar por dentro dele. Tínhamos que andar descalços e arregaçados. De maneiras que era à enxada e íamos batendo, mexendo, até que ficasse em condições.”*¹⁶¹ *“Ficava [picado] já da véspera, o da telha. E o outro barro também era picado. Depois no dia que era feito é que era amassado. Quer dizer, levava uma voltinha à enxada e depois no outro dia é que era amassado.”*¹⁶² *“Normalmente o barro preto tinha que se cavar 2 ou 3 dias antes que era para enxugar. Não podia ir brando, senão havia lá partes em que ficava amaçarocado. Tinha que andar o barro preto sempre adiantado. A nata não, a nata era uma coisa que deslaçava mais..., a nossa até podia ser tirada mesmo à hora. Era aquela que não tinha mesmo pedra nenhuma.”*¹⁶³

O barro era cavado no próprio local e depois era transportado para uma cova aberta perto dos locais onde era trabalhado. No dia que era cavado levava uma primeira “passagem” ao final do dia de trabalho, no dia seguinte seria misturado e amassado, recorrendo-se a abundante água e tapado com um pano¹⁶⁴, e no dia em que era moldado era amassado novamente para adquirir as propriedades que se pretendiam para cada peça. Perto do alpendre da telha “[h]avia uns sítios mesmo próprios para amassar o barro da telha. Em ar de um tanquezinho..., carregava-se para lá uma porção de barro preto e de nata..., primeiro punha-se o barro preto e depois a nata por cima, e depois punha-se umas paredzinhas para se encher de água. Depois picava-se as paredes, dava-se uma volta na véspera e depois no dia é que se amassava.”¹⁶⁵

O processo de cavar o barro e amassá-lo era também diferente para cada uma das peças. O barro para as telhas era o mais trabalhoso de todos. Devido ao facto da peça ser bastante frágil o barro em que era feita, além de ter propriedades mineralógicas diferentes, teria que ser alvo de maior atenção por parte do amassador. *“É como o barro da telha. Esse tinha que levar muitas voltas. Depois, era amassado primeiro com a enxada. Depois era com a mão fazerem bonecos, tudo bem batido, lá no sítio onde estavam amassando. Depois era carregado cá*

¹⁶¹ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 70.

¹⁶² Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 89.

¹⁶³ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 89.

¹⁶⁴ No Algarve usava-se um pano de serapilheira. Aqui, pelo relato destes mestres, utilizava-se um pano como os da azeitona. Cf. AAVV – Materiais, sistemas e..., p. 174.

¹⁶⁵ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 89.

para dentro do alpendre e depois era tudo bem batido e esfregado, ali bem, com a mão e depois era batido e iam fazendo os bonecos... Aquilo era um barro trabalhoso, o barro da telha.”¹⁶⁶

2.2.3. Trabalhos, trabalhadores e utensílios

Recorrendo a cerca de 5 ou 6 trabalhadores, dependendo este número do tamanho do telheiro e o volume de produção, os trabalhos eram rapidamente cumpridos, embora com muito esforço. “Ora no telheiro..., na telha eram 3: era o amassador para amassar o barro, era um para cortar a telha, que era estender o barro na forma, e era o do galápio. (...) Para o tijolo podiam ser outros 2 ou 3. 1

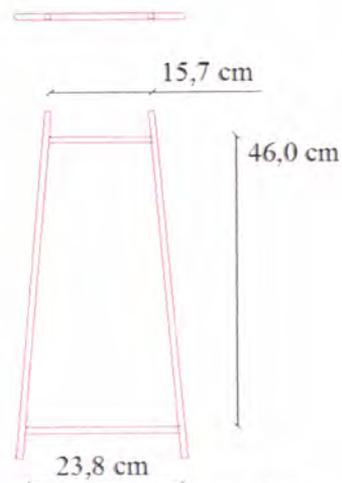


Figura 83 - 1 e 2; Grade de ferro, propriedade do Sr. “Zé do Ó”

para amassar o barro e os outros para fazer o tijolo.”¹⁶⁷

A organização dos trabalhos e a escolha dos barros para cada peça era da responsabilidade do encarregado do telheiro, que poderia ser ou não o dono da propriedade ou o arrendatário. Este e os trabalhadores mais especializados, que eram aqueles que faziam a telha e a obra grossa, desempenhavam papéis fundamentais no telheiro.

O *cortador* era aquele que cortava a telha utilizando uma *grade* de ferro¹⁶⁸ assente num poial com uma *pedra*¹⁶⁹. No alpendre, que estava bem tapado e protegido do sol, tinha um *rebolo* de barro já amassado e preparado, do qual ia retirando partes para estender nessa grade com a ajuda de uma *rasoira*¹⁷⁰ que cortava o barro excedente, e tinha ainda uma *tulha* cheia de cinza. A cinza servia para espalhar na pedra, na grade e na rasoira para o barro não pegar aos utensílios. “A gente chamava-lhe uma tulha, feita de tijolo, lambazes, em ar de tanquezinho, e depois tinha uma pedra onde se estendia o barro. E ali, a cinza, a

¹⁶⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 85.

¹⁶⁷ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 90.

¹⁶⁸ Noutros tempos poderia ser de madeira. Cf. AAVV – Materiais, sistemas e..., p. 175.

¹⁶⁹ Não se especifica que pedra seria, apenas se afirma que seria uma pedra lisa. No Algarve era de mármore. Cf. – Materiais, sistemas e..., p.174.

¹⁷⁰ Ou rasoira ou *raseiro*. Cf. Jorge F. Borges - A telha. Sua importância económica [em linha]. Seria uma tábua de 20 cm de comprimento, 5 de largura e 1,5 de espessura que se utilizava para estender o barro na grade.

gente tinha o carregador que trazia o barro para trás d' agente, que fazia um queijo grande, quase da largura aqui deste tapete aqui [cerca de 1, 5 m de diâmetro], um queijo grande, que dava para todo o dia e às vezes dava mais para outro. A gente cortava uma manchinha de barro, qualquer manchinha dava para fazer uma telha, mais ou menos assim [um pequeno monte de barro que enchesse a mão]. Depois, deitava a mão à cinza, que tinha ali em cima da paredinha dessa dita tulha, (...) punha a cinza ali, ensaburralhava ali o barro na cinza, fazendo um rebolo, e depois estendia-se. Ah, e depois uma manchinha de cinza em cima da pedra, a grade..., não sei se já viste alguma grade, é uma coisinha de ferro, punha-se com cinza e estendia-se o rebolo ali, para o outro que andava carregando para a eira puxar e ele despegar. Se não levasse essa cinza não era capaz de a arrancar dali. (...) Tinha que andar sempre tudo enxuto.¹⁷¹

O deitador passava o barro estendido para o galápio, que também tinha cinza. A este cabia-lhe ainda deitar a telha na eira ou “lançar a telha à eira”¹⁷², tratar da eira e da cinza. “Depois ia eu mais o meu Zé [o irmão] fazer a telha. Eu

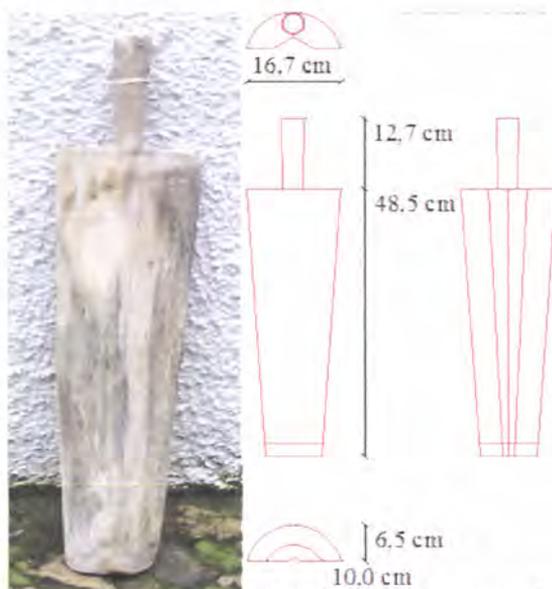


Figura 84 – 1 e 2; Galápio de madeira, propriedade do Sr. "Zé do Ó"

fazia telha, ele tratava lá da eira..., andava lá com um regador, que era regada primeiro. Regava a eira e tratava da cinza, tinha lá uma

coisa, assim funda, tudo cheio de cinza.¹⁷³ A cinza no galápio era para facilitar a transferência da telha acabada de moldar para a eira, onde era deitada para secar. Tinham ainda uma vassoura de erva “mata-pulgas”¹⁷⁴ que utilizavam para varrer os utensílios e o local de trabalho. “A gente tinha sempre ali uma vassoura que a gente usava muito aí de mata-pulga, que é uma erva que há aí no campo, a gente fazíamos daí as vassouras para varrer. (...) Era um vasculho. De maneiras que o galápio (...) em não andando bem enxuto agarrava e a telha custava a ficar lá. E depois para ficar lá era a poder de moer, a passar a mão por cima, a fazer-lhe festas. A fazer-lhe festas mas a apertar onde fazia falta apertar. Havia fases se não apertasse ela não ficava lá. E às vezes a gente a apertar e ela a vir atrás porque o galápio e a cinza estavam húmidos.”¹⁷⁵

¹⁷¹ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 73.

¹⁷² Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 91.

¹⁷³ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 86.

¹⁷⁴ Planta utilizada para fazer vasculhos ou vassouras pequenas. *Pulicaria arabica*.

¹⁷⁵ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 73.



Figura 85 - 1 e 2; Sr. Francisco Batuca e os irmãos no telheiro dos Pisões a amassar o barro com as latas e as enxadas e no poial com a pedra, os galápios (nas mãos do irmão e no chão) e a rasoira (mãos do Sr. Francisco, à direita nas fotos); forno de cozer tijolo a fumegar ao fundo

Havia ainda os *amassadores*. Tal como o nome indica, amassavam o barro e carregavam-no para perto dos alpendres, preparando-o para ser utilizado pelos trabalhadores da obra grossa e pelo cortador da telha. “No outro dia de manhã, esse dito amassador tinha que ir mais cedo para preparar o barro, para quando a gente chegava estar em ordem de estender, fosse a qualidade de obra que fosse. Fosse o lambaz, fosse o tijolo, fosse o ladrilho, fosse telha.”¹⁷⁶ Normalmente havia um amassador para a telha e outro para a obra grossa. Competia-lhe ainda carregar a água para amassar o barro, embora essa tarefa, por ser extenuante, fosse partilhada com outros trabalhadores. Competia-lhe ainda rodar e levantar as peças das eiras e levá-las para o alpendre junto ao forno.



Figura 86 - Enxadão para amassar o barro

Os trabalhadores da obra grossa tinham uma eira própria e ritmos de trabalho diferentes. As peças eram executadas nas eiras onde ficavam a secar. “Havia um amassador para a obra grossa e eles tinham o barro e as eiras feitas, tinham um carrinho de mão para carregar o barro lá para ao pé da forma, e então eles faziam. A gente estava na telha e eles na obra grossa. Quando às vezes era preciso adiantar a obra grossa, íamos todos. Trazia-se uma grande mondice [grande quantidade] de barro e

¹⁷⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 70.

depois ia a malta toda, todos encarreirados uns atrás dos outros, depois de empreitada..., tínhamos que dar além o litro.”¹⁷⁷

Para fazer estas peças recorria-se a formas de madeira, sempre ao par, que eram cheias de barro na medida certa para não haver atrasos na produção.

“Mas tínhamos que saber a conta do barro para encher a forma, tínhamos que saber para não andar depois a tirar.

Tínhamos que saber para não atrasar. Mas já tínhamos muita prática e tirávamos logo à conta e truz, fazia aqueles.”¹⁷⁸

Os tijolos, os ladrilhos e as meias era *arrezoirados*, isto é, depois de colocar o barro nas formas passavam com a rasoira para alisar o topo das peças. O lambaz e o adobo eram só alisados com a mão. Para fazer estas peças tinha que haver sempre água em abundância para molhar o barro e lavar as formas após cada utilização. “[o barro] *Era só posto e depois a gente molhava as mãos e acalcava o barro, e depois fazia além uma coisa de lado [alisava de lado] e depois do outro e depois lavava-se com a mão [o molde].”¹⁷⁹*



Figura 87 - Formas de madeira do ladrilho, do tijolo e do adobo

2.2.4. Secagem e cozedura das peças

Após serem executadas, as peças secavam nas eiras durante cerca de 1 dia. Tinham que ser viradas para secar uniformemente, em especial as telhas a partir do final do mês de Agosto. *“E enxugava todos os dias. Quando vínhamos à tarde, esse dito amassador era quem levantava isso tudo para a gente, no outro dia de manhã, começar outra vez. Só que eu puxei a conversa do enxugo..., na telha, é que, por causa da volta do Sol a gente tinha que puxar as voltas da carreira das telhas. Quer dizer, em o Sol caindo em cima da telha assim a direito, a telha ficava direita. Que o barro tivesse o tratamento preciso, se não fosse muito forte. Agora, em o Sol andando assim mais baixo..., cá está aquilo que eu disse, aí até Agosto, apertava mais de um lado, e ela*



Figura 88 - Moldagem e secagem dos tijolos, *Arquitectura popular em Portugal*, p. 39

¹⁷⁷ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 82.

¹⁷⁸ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 82.

¹⁷⁹ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”. Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 90.

torcia. Ficava entrouxada. Parecia que não era feita com a mesma forma nem com as mesmas mãos. Era mesmo o Sol é que as voltava.”¹⁸⁰

Depois de secas, mas sem estar demasiado duras, as peças eram *canteadas* recorrendo a uma pequena foice¹⁸¹. “*A telha..., fazia-se a telha de manhã, à tarde já dava canteação e a que se fazia depois de tarde já era canteada no outro dia depois de almoço [depois da 10h da manhã]. E o tijolo também. Fazia-se hoje de manhã e amanhã à tarde era canteado. Demorava 1 dia. Tinha que vir calores suficientes para se irem estendendo e secando.*”¹⁸² Este trabalho era executado “[à] noite. Em princípio era assim. E depois, porque eles..., por exemplo, para tirar as arestas era quando eles estavam mesmo na conta e que estavam um bocadinho moles. Se estavam muito duros não eram capazes, não é? Encostavam aquilo à perna e toma. Viam que ficava tudo certo. E depois iam pondo e iam mudando.”¹⁸³ Após serem canteadas eram levadas para um alpendre junto ao forno. “*E depois punha-se em espiga..., o lambaz era em boneco. A 2 e 2 até 12.*”¹⁸⁴ “*O ladrilho e o tijolo era em espiga, era assim [colocavam-se empinados, uns encostados aos outros], fazia-se um cordão e ia-se enfiando e ia-se fazendo um cordão atrás da gente para enxugar. A telha em estando a enxugar punha-se em braçados de 10 ou 12. Canteava-se e uma é que segurava as outras. Quer dizer, era o braçado da telha isto é depois punha-se a outra assim encostada [na diagonal a especar as restantes].*”¹⁸⁵

Tentava-se cozer todas as semanas, mas era a conta do material que definia o início deste trabalho.

“[as peças] *Ficava[m] lá até ter a quantidade que fazia falta para se meter dentro do forno. Ficava lá 8 dias, podia estar 3 dias..., em se levantando da eira estava logo em ordem de entrar dentro do forno.*”¹⁸⁶

O forno do telheiro localizava-se num local longe da água, para não se correr o risco de inundar.

“*Tinha que se achar um sítio mais enxuto, a gente tinha o forno um bocadinho cá mais em cima e depois por baixo do forno, aí uns 15 ou 20 metros, tínhamos o poço que era para sangrar mais a caldeira do forno. E mesmo assim, às vezes, enchia-se de água, a caldeira. Tínhamos que ir lá dentro com o burro que estava tudo cheio.*”¹⁸⁷ O forno tinha



Figura 89 - Forno de telheiro, Ferreira do Alentejo

uma forma quadrangular, com cerca de 4 m de diâmetro, e os seus componentes

¹⁸⁰ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 71.

¹⁸¹ O Sr. “Zé do Ó” refere que as telhas eram esfregadas umas nas outras para retirar as arestas e demais excedentes.

¹⁸² Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 88.

¹⁸³ Passagem da entrevista ao Sr. Diogo Quarenta, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 61.

¹⁸⁴ Os outros mestres referem que a conta era 10 peças.

¹⁸⁵ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 88.

¹⁸⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 74.

¹⁸⁷ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 91.

estavam dispostos na vertical. Dividia-se em 3 partes: a câmara da lenha, os arcos e a câmara de cozedura. A câmara da lenha e os arcos (4 arcos), que estavam debaixo de terra até cerca de 1,5 m e aos quais se acedia por uma entrada em rampa normalmente virada para norte, faziam parte do sistema da fornalha que aquecia a câmara da cozedura acima. Era nesta que se colocavam as peças para serem cozidas. Apesar de as suas dimensões serem variáveis, os dados recolhidos junto dos mestres dos telheiros evidenciam que teria cerca de 2 m de altura e teriam barreiras ou contrafortes exteriores para sustentar as suas paredes. “[A]quilo era um forno aí da altura de qualquer casa destas, (...) ou até mais alto [cerca de 2 metros], que era um piso em roda e a gente estava de pé e olhava para lá e víamos muito alto. Estava também aqueles aterros [espécie de contrafortes de terra, em declive a acompanhar as paredes do forno] encostados ao forno, para o forno não rebentar, levava aqueles aterros tudo encostados de terra.”¹⁸⁸

O forno era ainda todo barrado com barro, inclusive a porta que dava acesso à câmara de cozedura. O topo era coberto com cacos de ladrilho e telha que mantinham o calor no interior mas deixavam sair o excesso do fogo¹⁸⁹. “E depois quando tínhamos essas fiadas íamos pondo tijolo, que era para ir tapando a porta, e depois barrada com barro. O barro é que servia de... Era barrada com barro que era para o calor não sair. Quando estava a cozer, íamos dar uma volta. Se havia uma fenda, pegava-se num bocado de barro e pumba, barro lá para dentro para não deixar sair o calor.”¹⁹⁰

As peças mais grossas eram as primeiras a entrar no forno. O lambaz ficava no fundo, seguido do tijolo e do ladrilho. A partir do meio da caldeira de cozedura, colocavam-se as telhas. No total, o forno levava até 30 andares ou cerca 15 000 peças (10 000 lambazes ou 20 000 telhas). “Era, até ao meio era tudo em obra grossa. Levava o lambaz, levava o tijolo..., levava as encomendas e depois de estar os andares tudo coiso, levava a telha. Levava 4 ou 5 andares de telha, em cima umas das outras, tudo encarreirado, tudo aquilo era bem amanhado dentro do forno. Depois era cozida. Uma noitada em grande, além às escuras.”¹⁹¹ Cozia-se à noite, quando estava mais fresco, durante cerca de 18 h, dependendo da consistência do barro.

¹⁸⁸ Passagem da entrevista ao Sr. Sebastião Cabaço, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 75.

¹⁸⁹ Cf. AAVV – Materiais, sistemas e..., p. 176, figura 3 para uma representação deste processo.

¹⁹⁰ Passagem da entrevista ao Sr. Diogo Quarenta, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 66.

¹⁹¹ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 82.

Levava-se a lenha para dentro da fornalha, descendo por uma rampa, e colocada com o auxílio de uma *forqueta*. Consumia lenha de rápida combustão no início e para o final, de modo a manter a temperatura, lenha mais grossa. Ao longo da noite tinham que mexer as brasas, com um *ranhador* para distribuir o calor por toda a câmara uniformemente. “Começava-se assim ao serão (...), para aí às 6 horas ou às 7 para aí, começava-se devagarinho. Depois era a noitada. Levava-se um garrafão de vinho para a malta beber. Depois um homem enchia lá a rampa [com lenha], e às vezes um homem deitava-se, conforme se deitava vinha logo o outro à pressa, metia a lenha dele e dizia: “vamos lá deitar outra”. Vá de ir carregar com a lenha e tojos. E depois, com uma forqueta, vá de meter lá para dentro. Depois era o esburrallar [espalhar as brasas] com um ferro, o ranhador [também chamado de ranhadouro] ..., havia lá uns novos que ficavam logo despachados com o calor. Fazia aquelas chamas que parece que apanhavam um homem no meio. Um perigo, mas era assim.”¹⁹²

“Depois punha-se 4 ou 5 homens a enfornar e

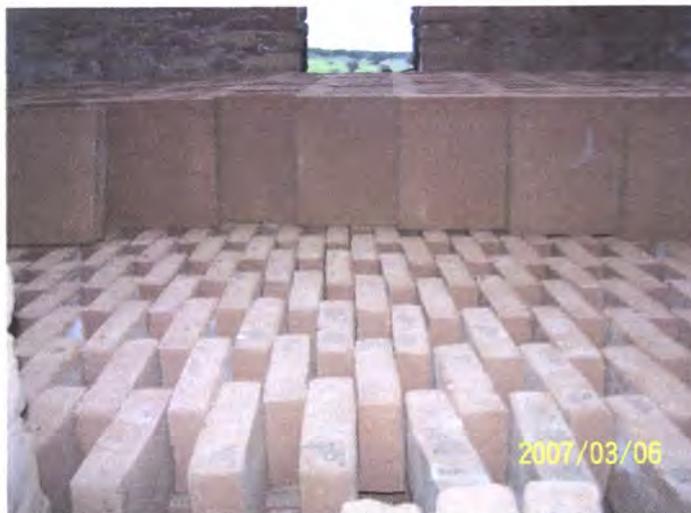


Figura 90 - Disposição das peças dentro do forno, Ferreira do Alentejo

vestia-se o forno, era todo bem barradinho. (...) Depois tínhamos um ranhador, com um ferro na ponta, que tinha para aí uns 6 metros, ou 7, que a gente metia lá dentro da caldeira para mexer aquela coisa, que ela ficava com um calor danado [em brasa].”¹⁹³

A distribuição do calor pela fornalha seria essencial para a boa cozedura das peças¹⁹⁴. Os primeiros lambazes, sempre colocados ao cutelo e na perpendicular em relação aos andares inferior e superior, eram colocados mais espaçados e depois iam encurtando os espaços entre eles à medida que se subia na câmara de cozedura, de modo a distribuir melhor o calor na vertical. “Como é que agente fechava o



Figura 91 - Ranhador

tijolo: o primeiro a gente punha-o aqui assim, depois púnhamos aqui assim, mas depois começávamos a puxar mais para aqui, e então como ele vinha vindo ficava com menos fugas para cima. Quer dizer, primeiro púnhamos aqui, ficava com uma abertura muito grande lá em baixo, depois outro aqui, mas o outro já vinha mais aqui e ia fechando mais um pouco. Era o sistema de fechar que era assim. (...) [S]e

¹⁹² Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 82.

¹⁹³ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 80.

¹⁹⁴ Cf. AAVV – Materiais, sistemas e..., p. 176, p. 177 figuras 3 e 4. Nos fornos algarvios colocava-se a lenha junto à paredes do forno para uma melhor distribuição do calor. A temperatura destes fornos atingia os 800° C o que proporcionava uma cozedura fraca.

*deixássemos os espaços todos abertos o calor desaparecia todo dali e não cozia. Era começar a fechar para o calor não sair tão rapidamente.*¹⁹⁵

O processo de cozedura estava concluído quando se subia ao topo da câmara de cozedura e, ao olhar para as peças, estas estavam incandescentes e o topo fazia uma caldeira. *“Aquilo dava sempre uma pancadinha. A gente iamós lá acima ver o forno. Quando aquilo estava cozido amagava. Fazia uma espécie de caldeirazinha. E a gente via assim, mais ou menos, quando aquilo estava cozido. Ficava tudo em brasa. Pelo menos umas 16 ou 18 horas lá ficava a arder.”*¹⁹⁶

Para arrefecer retiravam os bocados de telha e ladrilho do topo, para arejar a câmara de cozedura, e deixavam estar durante cerca de 3 dias antes de retirar as peças e colocá-las no local devido. *“Depois estavam aí uns 2 ou 3 dias a arrefecer. Às vezes, quando havia mais freguesia, tinha que ser mesmo com eles quentes. A queimar os dedos.”*¹⁹⁷, *“Depois ia arrefecendo, arrefecendo, depois quando ia a tirar via-se que estava boa. Assim toda encarnadinha. Não havia nenhuma porrinha. Porrinha é o que chamávamos quando estava assim queimada.”*¹⁹⁸ No final de todo este processo limpava-se todo o forno e retirava-se a cinza da fornalha que, depois de arneirada, era utilizada na execução das telhas.

Para além destes utensílios, o auxílio de animais de carga e de carros de mão era essencial para transportar o barro e as peças, cruas e cozidas, para os locais devidos. *“Era com um carro e um burro. Com uma besta. Era aí desses carros. E às vezes era com uma parelha, com 2 bestas, era mais prático. Quando era mais longe era com uma parelha e um carro. Quando era mais próximo, ali com um carrinho, como esses que há aí, com um burrinho.”*¹⁹⁹

¹⁹⁵ Passagem da entrevista ao Sr. Diogo Quarenta, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 63.

¹⁹⁶ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 91.

¹⁹⁷ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 91.

¹⁹⁸ Passagem da entrevista ao Sr. Francisco Batuca, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 83.

¹⁹⁹ Passagem da entrevista ao Sr. “Zé do Ó”, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 92.

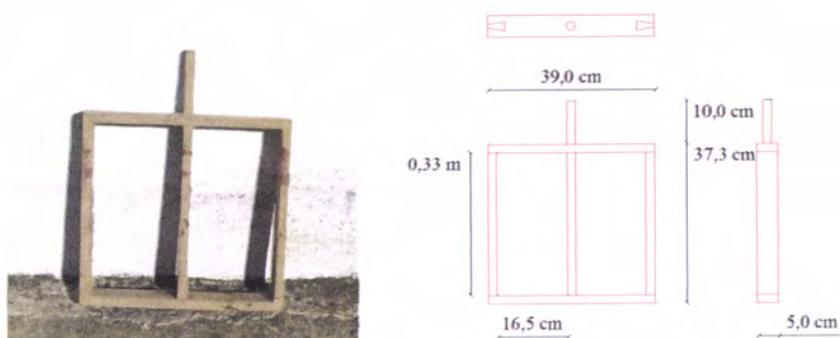


Figura 92 - 1 e 2; Forma do tijolo, propriedade do Sr. Diogo Quarenta, e desenho com as dimensões

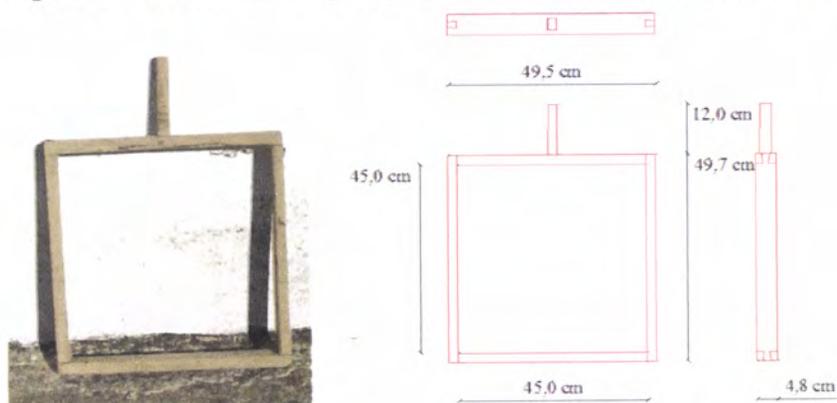


Figura 93 - 1 e 2; Forma do adobo, propriedade do Sr. Diogo Quarenta, e desenho com as dimensões



Figura 94 – Alguns dos utensílios do telheiro, Museu Municipal de Vidigueira

2.3. Perspectivas sobre os tectos e coberturas tradicionais

Apesar de já serem poucos os pedidos que os mestres pedreiros afirmam ter para executarem coberturas tradicionais, a memória destes trabalhos e as experiências vividas ainda estão bem presentes. Quer seja a descrever os tectos ou as coberturas, os pormenores são variados e os métodos apresentam uma riqueza de soluções técnicas que devem ser referidas.

2.3.1. Madeira e cana, elementos básicos dos telhados em Vidigueira

A madeira tem vindo a ser o principal material utilizado nos telhados da arquitectura tradicional nesta região. As árvores nativas, como o sobreiro e a azinheira, são utilizadas na construção embora a sua fraca aplicabilidade, essencialmente decorrente das suas formas irregulares. Apesar de tudo, o seu aproveitamento respondia à necessidade de recorrer ao tipo de materiais disponíveis.



Figura 95 - Freixos na ribeira de Freixo

A introdução do pinheiro e do eucalipto vieram a resolver a inadequação das madeiras anteriores. Este tipo de árvores, em especial as segundas, cresce mais rápido e mantém uma forma rectilínea propícia a várias adequações. A relativa capacidade de resistir à colonização biológica, em especial de insectos, que se atribui à madeira de pinho, contribuiu para a sua larga utilização nas coberturas.

Outro tipo de árvores utilizado, a fazer jus ao relato dos locais, era o carvalho. Estas, que também são de importação, apresentavam as melhores qualidades para ser utilizada visto ser uma madeira mais resistente a patologias e ter melhores propriedades estruturais.

O choupo, ou álamo, e o freixo, também foram referenciados²⁰⁰, apesar de não apresentarem as qualidades essenciais para serem utilizadas na construção.

A recolha deste material, após as espécies terem sido escolhidas, certamente por pessoas que disso fariam actividade diária ou sazonal²⁰¹, deveria corresponder à época de menor actividade da planta de modo a evitar a sua degradação precoce. O Outono e o Inverno correspondem às épocas de diminuição da actividade de certas plantas, que entram num estado de repouso, sendo a altura em que tem pouco *viço* ou que transportam menos seiva²⁰². Este preceito, apesar de já não representar nenhuma actividade associada à construção tradicional em Vidigueira, ainda sobrevive associado às podas de várias plantas²⁰³.

Quer sejam inteiros, em tábuas ou em ripas, os troncos e os ramos teriam que receber o tratamento adequado de modo a corresponder às necessidades construtivas dos locais.

Tal como para a madeira, também a escolha, recolha e tratamento da cana tinha que ser acautelada. Aquela que era utilizada na construção dos forros das coberturas seria a espécie vulgar que se encontra nos barrancos e demais linhas de água da região. Apesar de não ter sido relatado pelos mestres pedreiros, a escolha deste material com as



Figura 96 - Caibros de madeira de uma cobertura, rua do Carmo, nº 17

dimensões e características adequadas seria uma preocupação sempre presente. Canas demasiado jovens seriam excluídas por não terem altura nem grossura suficiente que lhes permitissem manter as boas condições de flexibilidade e resistência. Do mesmo modo, aquelas muito velhas também seriam excluídas por estarem mais susceptíveis à degradação por acção climatérica e biológica. Por informações fornecidas pelos habitantes locais, as melhores canas para serem colocadas nos telhados, deveriam ter cerca de 2 ou 3 anos²⁰⁴.

²⁰⁰ Informações fornecidas pelos locais. Cf. ainda a entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²⁰¹ Informações transmitidas pelos habitantes locais. Cf. ainda a entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (2ª parte), Vol. 2, p. 107, referente à apanha da cana.

²⁰² Líquido nutritivo que circula nas plantas. Por informações recolhidas junto dos habitantes de Vidigueira, certas plantas eram abatidas na altura da Primavera e Verão, como o pinheiro e eucalipto.

²⁰³ Por exemplo a época da poda das vinhas ou dos olivais que decorre desde Novembro a Março.

²⁰⁴ Cf. ainda AAVV – Materiais, sistemas e técnicas..., pp. 57-58.

A altura de colher as canas, também por pessoas que faziam dessa a sua actividade diária ou sazonal²⁰⁵, seria na altura de repouso das mesmas, no Outono e Inverno, tal como para as restantes plantas. “Na altura havia pessoas que se dedicavam a isso, a ir aos canaviais, arranjar canas e vendiam aos molhos (...) O final da cana [dos telhados] foi porque havia dificuldade em arranjar [encontrar] a cana, porque as pessoas deixaram de ir apanhar e arranjar. Não era o pedreiro que o fazia.”²⁰⁶



Figura 97 - Canavial nos arredores de Vidigueira

Após serem colhidas, eram limpas e colocadas em feixes ou molhos para secar durante o resto do tempo que faltasse para serem empregues nas coberturas. “Têm que colher e deixar secar um x de meses para atingirem aquela força delas para se poderem colocar.”²⁰⁷

2.3.2. Tectos

Não servindo a própria estrutura da cobertura de forro, como se indicará a seguir, os tectos das habitações eram executados com um certo requinte e com



Figura 98 - Abobadilha alentejana feita pelo Sr. José Luís Fáisco, terreiro de S. Pedro



Figura 99 - Tecto de tampa de caixão, rua 25 de Abril, nº 19

características eruditas. Embora sejam os populares a executar estes trabalhos, os encargos que estes implicavam eram certamente superiores ao rendimento do comum

²⁰⁵ Cf. a entrevista ao Sr. José Luís Fáisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²⁰⁶ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Fáisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²⁰⁷ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Fáisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

trabalhador rural. Estes tectos, identificados pelos mestres pedreiros, eram as abobadilhas alentejanas e os tectos de tampa de caixão²⁰⁸ ou abóbada de caixão²⁰⁹.

Apesar de hoje em dia as abobadilhas alentejanas se encontrarem espalhadas por várias habitações de Vidigueira, visto a melhoria das condições de vida dos habitantes locais terem permitido a sua disseminação, em tempos mais recuados apenas se encontrariam nas divisões principais daqueles que podiam suportar o encargo para as executar.

2.3.2.1. Abobadilha alentejana

As abobadilhas alentejanas, executadas com o tijolo deitado, podem assumir várias formas, adaptando-se com relativa facilidade ao feitio das divisões em que são colocadas. Estas divisões, raramente ortogonais, apresentam formas quadrangulares ou rectangulares e são compostas por paredes de variados materiais. Entre estes encontram-se as paredes de taipa e de tijolo maciço, mas também as paredes de adobe e de tabique, tal como referido pelo Sr. António Faísco. As abobadilhas que os mestres pedreiros referiram é a que os autores da Arquitectura Popular Portuguesa apelidam de abóbada de engra²¹⁰, mas também as abóbadas de berço foram relatadas²¹¹. Uma das características mais peculiares deste tecto resulta do facto de não ser utilizado qualquer cimbriço para a sua execução.

A construção da abobadilha alentejana começa pela escolha dos materiais. Tanto em tempos anteriores como hoje em dia, os que constituem a sua base são os tijolos maciços de 32x16x3,5 ou 4²¹² e o gesso.

A cal resume-se, frequentemente, aos rebocos. A sua utilização na argamassa de ligamento dos tijolos correspondia a condições extraordinárias: quando se pretendia retardar a secagem do gesso aquando da construção de abobadilhas de maiores

²⁰⁸ Segundo o Sr. José Luís Faísco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²⁰⁹ Segundo o Sr. António Faísco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²¹⁰ A abóbada de engra poderá corresponder à abóbada abatida: na qual a altura é menor que o raio que serviu de base ao seu traçado. Cf. CALADO, Margarida; SILVA, Jorge Henrique Pais da – A. abatida. In Dicionário de termos de arte e arquitectura, p. 11.

²¹¹ AAVV – Arquitectura popular portuguesa, p. 43. Cf. ainda BRANCO, J. Paz – O manual do pedreiro, pp. 93-97. Este último autor descreve a construção de abobadilhas de berço, de aba de cesto (abobadilha abatida) e de barrete de clérigo. O método apresentado para a construção das últimas duas diferem daquele apresentado pelos mestres pedreiros.

²¹² Na região de Moura, identificado pelos autores da Arquitectura Popular Portuguesa, os tijolos aplicados nas abobadilhas, denominados de pandeiretes, tinham dimensões menores: 22x10x35 cm. AAVV – Arquitectura Popular Portuguesa, p. 38.

dimensões²¹³. “Por vezes, quando as abobadilhas seriam maiores, também se misturava um bocadinho de cal no gesso. Cal em massa [em pasta], cal de cair. Isto era para que o gesso não secasse tão rápido.”²¹⁴ “A cal era só para rebocar. Havia quem fizesse, para poupar o gesso. Juntar uma coisa com a outra. Juntar a cal em pó com o gesso. Mas isso era sempre mais fraco e estava sujeito a uma pessoa quando punha mais tijolos em cima uns dos outros e aquilo não secar rápido e ainda caíam... Enfraqueciam o gesso e enquanto a fiada não estava fechada não tinha força.”²¹⁵

No Inverno havia que ter especiais cuidados para manter a boa qualidade do gesso. Com o frio, os tempos de secagem do gesso seriam mais prolongados pelo que tinham que aquecê-lo para adquirir as propriedades necessárias. “E havia outro sistema. No Inverno, por vezes, o gesso tinha que ser aquecido, porque em estando o tempo muito frio, o gesso estava frio, e se não fosse aquecido não tinha força suficiente para secar nos tijolos na altura devida e depois davam-se resultados imprevistos. Agora caía um [tijolo] e logo caía outro. Depois começou-se a ver que era o gesso... Quer dizer, fazia-se um bocado de gesso e ficava ali à parte para ver o tempo que o gesso demorava a secar. Às vezes fazia-se essa experiência. Em levando muito tempo tinha que pôr-se em cima de um bidão para o gesso secar e com um lumezinho por baixo e ele aí já tomava força e já se trabalhava com o gesso à vontade.”²¹⁶

Os outros materiais utilizados eram o barro, misturado com cal e tijolos para o carregamento da abobadilha. A utilização de pedras era desaconselhada porque não absorvia a humidade, não salvaguardando os tijolos da abobadilha.

Os utensílios também eram bastante básicos. Para além de um estrado, cavalete



Figura 100 - Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar a marcação do centro da abobadilha

ou andaime, para se apoiarem até à altura das fiadas, recorria-se a um martelo, um fio-de-prumo, uma trolha, uma colher de pedreiro, um nível pequeno, algumas escápulas e pelo menos 3 fios, ou *cintéis*.

O processo de construção da abobadilha começa pela sua marcação nas paredes. A altura do arranque dependia das características da própria divisão: qual a altura das paredes e tendo em conta a altura da cobertura. “Antigamente usava-

²¹³ Os autores da *Arquitectura popular em Portugal* referem que na região de Alvito se utilizava a cal preta. Em Vidigueira isto não aconteceria. As razões estarão nos tempos incertos de apagamento desta cal, tal como o Sr. António João Trole referiu. Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 22.

²¹⁴ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 101.

²¹⁵ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²¹⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 101.

se, para fazer essas abobadilhas de volta, era marcada, fazia-se um roço, todo à volta, com 2,20, 2,30 m, começava a arrancar porque depois, por causa da volta, se for uma casa de 3 metros já aumenta uns 60 cm de volta, já vai para 2,90 m, por isso não convinha o arranque ser muito alto.”²¹⁷

Após definir-se a altura do arranque fazia-se um roço, da dimensão suficiente para sustentar o tijolo, à volta da parede tendo em atenção que num dos lados da divisão, e na parede oposta, o roço ficava 7 a 8 cm mais baixo²¹⁸. Este preceito tinha como objectivo preparar o arranque da abobadilha para o sistema de travamento que lhe é natural: a *boca-de-lobo* ou o *malhete*²¹⁹. “Agente fazia de malhete. (...) Para ser emalhetado tem que ficar uma parte 7 cm mais alta e outra 7 cm mais baixa, que é a metade do tijolo.”²²⁰ “Na parte mais comprida fazia-se 8 cm mais baixo. E nos topos, onde a casa fosse mais estreita, eram 8 cm mais alto. Para fazermos o corte no tijolo, para fazer a boca-de-lobo, chamávamos-lhe nessa altura.”²²¹



Figura 101 - 1, 2 e 3: Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar a marcação da flecha da abobadilha

Estando este ponto resolvido, marca-se a volta da abobadilha. Poderá ter de flecha entre os 0,60 e os 0,65 m para as divisões quadrangulares e para as rectangulares, como os corredores, 0,45/0,50 m. Para fazer esta marcação recorre-se a um prego ou a um lápis, aos cintéis, a três pregos ou escáfulas, a um nível ou a uma régua e um fio-de-prumo. Primeiro mede-se a parede e acha-se o meio da mesma; depois, recorrendo a uma régua e a um fio-de-prumo ou um nível, marca-se a altura pretendida ao centro da parede; de seguida delimita-se um ponto intermédio para fazer a marcação da volta da

²¹⁷ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 98.

²¹⁸ Neste ponto os mestres pedreiros entram em desacordo. O Sr. José Luís Faisco refere que a parte mais estreita da divisão fica 7 cm mais baixa; o Sr. António Faisco (vídeo) refere que a parte mais estreita da divisão fica 7,5 cm mais alta; o Sr. Manuel Francisco Fialho refere que a parte mais estreita da divisão fica 8 cm mais alta; o Sr. António João Trole refere apenas que uma parte tem que ficar mais alta 7 cm. Havendo várias posições expressas, pode concluir-se, com as devidas ressalvas, que poderá ser indiferente qual a parte que fica mais baixa, tal como parece afirmar o Sr. António João Trole.

²¹⁹ O Sr. Manuel Francisco Fialho apelida o sistema de travamento de *boca-de-lobo*, os Srs. António João Trole (vídeo) e António Faisco apelidam-no de *malhete*. Malhete: encaixe nos bordos de duas peças para se ajustarem.

²²⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²²¹ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 99.

abobadilha que poderá ser feito de dois modos: ou colocam a metade do cintel, da medida total da parede, no topo do arco da abobadilha e cruzam com a linha de arranque, marcando depois o ponto de intercessão, ou colocam o centro do cintel no topo do arco da abobadilha e cruzam ao mesmo tempo com a linha de arranque dando os dois pontos de intercessão. O processo é similar, mas o segundo método poderá implicar mais uma pessoa para a sua delimitação.



Figura 102 – 1 e 2; Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar a marcação do ponto intermédio para a marcação da volta da abobadilha e a marcar a volta da abobadilha

Achados estes pontos intermédios, prega-se uma escápula ou prego, de modo a que não oscilem, e ata-se-lhes o cintel. Por último, recorrendo a um prego ou a um lápis, risca-se a parede esticando o cintel pela parte de dentro, desde o ponto de arranque da abobadilha no extremo da parede até ao centro e depois ao extremo do outro lado.



Figura 103 - Sr. Manuel Fialho a mostrar como se faz a boca-de-lobo

Após a marcação e feito o roço, têm que preparar-se os tijolos para ser colocados nos devidos lugares. Se a abobadilha tem dimensões maiores ou quando na mesma parede se colocam duas abobadilhas (uma de cada lado), as primeiras duas fiadas são de

lambaz. Pode também reforçar-se este apoio colocando uma escápula em cada tijolo. *“Quando as abobadilhas são grandes mete-se duas fiadas de lambaz e reforço aos cantos que é onde faz a força.”*²²² *“O roço era aí de 5 cm. e às vezes podia ser mais. Sendo uma parede onde se fazia duas abobadilhas, a parede tinha 16 cm, que era a grossura do lambaz, fazia-se uma abobadilha de um lado e outra do outro. Aí a primeira fiada, normalmente, era feita com lambaz. Era a primeira fiada com lambaz e depois era toda acompanhada em volta com o lambaz e depois a partir daí era com tijolo.”*²²³

A abobadilha é sempre executada dos cantos (engras²²⁴) para o centro (pano da abobadilha). Para auxiliar o trabalho dos mestres utilizam-se dois cintéis: um de parede a parede, no caso das divisões quadradas, para marcar a altura máxima da abobadilha; e outro no intradorso da abobadilha, cruzado de canto a canto, nos quais se estiver a trabalhar, para saber sempre se a direcção está correcta e alinhada. Este cintel do intradorso podia ser sempre o mesmo e acompanhar o mestre nas suas deslocações aos 4 cantos da casa. Se a abobadilha fosse muito grande, utilizam-se dois cintéis para melhor controlo das engras. *“Como o tijolo fazia isto [ficava inclinado], unia às pontas e ficava um bocadinho aberto [em baixo] para fazer a volta, depois era todo acompanhado em volta. E aquela parte que ficava mais alta era depois corta para fazer a boca-de-lobo, que era para travar. A boca-de-lobo é que trava a abobadilha. (...) O sistema das fiadas..., começasse aos cantos. Num qualquer, a qualquer canto. Põe-se um tijolo de um lado, um tijolo do outro [do canto], depois vai fazer o outro canto. E depois pode fechar o canto mais estreito, como outro, depois vai indo fechando-a assim em volta. Os cantos sobem sempre que é para ir alinhando com o fio.”*²²⁵ *“Quando é uma pessoa levanta [entre] dois cantos duas fiadas e fecha [nos panos], quando são duas pessoas há um que vai levantado os cantos e outro que vai sempre fazendo as fiadas.”*²²⁶

Para colocar os tijolos utiliza-se gesso, feito à medida que é necessário. Ao contrário de outras estruturas, apenas se colocam três pequenas porções de argamassa no tijolo. *“O assentamento do tijolo é sempre com gesso. Com três pontos de gesso. (...) Na ponta do topo e um a cada canto. Os do meio nunca leva gesso, senão o tijolo dança.”*²²⁷ Ao meio nunca se coloca gesso para que a parte do meio dos tijolos não entre em contacto. Por vezes, para evitar que toquem no ponto referido, tem que cortar-se o tijolo para ajustar a sua posição. *“Há tijolos que são completamente direitos e agente tem que fazer uma covazinha no tijolo*

²²² Passagem da entrevista ao Sr. António Faisco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²²³ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 99.

²²⁴ Engra: canto, ângulo.

²²⁵ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexo da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 99.

²²⁶ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (1ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²²⁷ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (1ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

que é para quando o tijolo assentar aos cantos, sob o gesso, o meio ficar sempre um bocadinho... [com uma fenda]. Tem que ficar uma folga, 3/4 mm e depois é rebocado.”²²⁸

Há medida que se vai construindo a abobadilha dos cantos para o centro, os tijolos vão-se afastando do alinhamento com os anteriores até perfazer cerca de 0,03 m ao centro do pano da abobadilha. Este pormenor auxilia na definição da volta da estrutura e, quando se faz o seu carregamento, permite que esta ceda

um pouco e aperte melhor os tijolos uns contra os outros. “Fechava-se um canto que vinha subindo; ia circulando sempre em volta. Fazia-se sempre em volta, sempre das pontas para o meio, que era para o fecho ser ao meio, ou um pouco mais ou menos sempre ao meio e com um bocadinho de volta. Porque a abobadilha não convinha vir com o tijolo a direito. Porque se viesse a direito, com o carrego e com alguma flexibilidade que ela pudesse vir a ter, que elas todas têm, a dar um aperto, ela pode meter um bocadinho para dentro [abater]. E ao meter para dentro, se ela já estiver a direito a copa, como se chama a copa a direito, dava origem a que ela mete-se para dentro. E assim se ficar com 2 cm, ou 3, medida para fora, com o carrego ela aperta e une. Nunca dá origem a que fique para baixo.”²²⁹

Para o fecho das fiadas, cortam-se diagonalmente as faces exteriores nos tijolos que ficam de topo um com o outro de modo a encaixarem na perfeição. No caso de ficar um pequeno espaço para completar a fiada procede-se de igual modo para os tijolos que fazem o fecho mas inclui-se um outro em jeito de cunha. Este processo tem como objectivo auxiliar o sistema de travamento da abobadilha.

Um método bastante importante para a sustentabilidade desta estrutura diz respeito ao seu carregamento, essencialmente com barro e tijolos. Começa-se a carregar a abobadilha a partir da 2ª fiada até à 4ª ou 5ª, colocando uma argamassa de barro, bem amassado por vezes com um pouco de cal, de modo a “apertar” esta estrutura. “E



Figura 104 - Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar como se utiliza o cintel do intradorso para corrigir a abobadilha



Figura 105 - Fechamento das fiadas da abobadilha com cunha de tijolo, largo D. Violante

²²⁸ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faísco, vídeo (1ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²²⁹ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 101.

*antigamente o carregamento era feito com barro, tijolos, pedras..., até às 4/5 fiadas. Era carregada aos cantos e ao meio que era para ela ficar firme.*²³⁰ *“Conforme o tamanho da casa são as fiadas que leva. Pode ser carregada às 5 fiadas; os cantos é a primeira coisa.”*²³¹ *“Conforme é o tamanho é o carregamento que tem que lhe pôr. E à medida que se vai trabalhando vai vendo se ela precisa de mais ou menos carregamento.”*²³²

O número de fiadas para completar uma abobadilha depende da sua dimensão. No caso dos corredores, devido ao facto de haver uma maior proporção em relação aos lados, era frequente colocar um arco ao meio do mesmo para que as fiadas não fossem demasiado longas. *“Quando era uma abobadilha muito grande [corredor], aí com 7 ou 8 m, fazíamos com um arco ao meio para encurtá-la. Por causa das fiadas não serem tão compridas, ... [fazíamos] um arco de volta perfeita.”*²³³

No fecho das abobadilhas podem executar-se as mais variadas formas geométricas, dependendo da inspiração e habilidade do mestre pedreiro. No caso de serem rebocadas, segundo o método tradicional que conserva melhor estas estruturas, pode colocar-se simplesmente um taco de madeira ou um tijolo corto em forma de cunha e sendo coberto de gesso por todas as faces. *“O fecho era ali um tacozinho de madeira.”*²³⁴ *“E quando fecha ao meio o tijolo é corto, assim à laia [com a forma de] cunha, que é para entrar na outra parte. Era todo cheio de gesso de um lado e do outro.”*²³⁵

Para a execução das abobadilhas de berço o processo de marcação é mais simples. Após marcar-se o meio da abobadilha, coloca-se um fio nesse local, ao nível do arranque, e risca-se a flecha na parede, na proporção de metade da largura total da estrutura. O roço que se faz na parede é em profundidade e a sua execução resulta mais fácil porque não se utilizam nem engras nem boca-de-lobo. *“Abobadilhas de berço dão menos trabalho do que estas [que as de engras], porque não se faziam engras e não tinham malhetes.”*²³⁶

Os rebocos destas abobadilhas são frequentemente de areia e cal, sendo colocados com uma *desempenadeira* em tempos mais recuados. *“Naquela altura era cal branca. Dávamos um enchimento de cal branca com areia. Areia um bocadinho mais grossa. Depois dava-se com uma massa um bocadinho mais fina e passava-se além com uma talocha. Havia..., não era esponja, que naquele tempo não havia esponja, era uma *desempenadeira* assim arredondada. Hoje há de tudo um pouco, há um bocadinho de esferovite, de esponja, há outros tipos. Naquela altura tínhamos só aquele tipo. Fazíamos com uma *desempenadeira* arredondada, recortada assim aos cantos para fazer*

²³⁰ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 98.

²³¹ Passagem da entrevista ao Sr. António Faisco, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²³² Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²³³ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²³⁴ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²³⁵ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 101.

²³⁶ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, vídeo, Anexos da 2ª parte desta dissertação alho, Vol. 2, p. 107.

*assim os cantos das arestas e pronto. Com essas desempenadeiras íamos passando. Levava imenso tempo a fazer. Hoje as coisas são mais fáceis e mais rápido.*²³⁷

2.3.2.2. Tampa de caixão ou abóbada de caixão (Tecto de caixotão)

Os tectos de tampa de caixão, que também se podem designar por tectos de caixotão²³⁸, em divisões amplas e mais ortogonais, eram executados com uma estrutura mista de madeira e canas, rebocadas e decoradas com estuque. Estes tectos apresentam características medievais e renascentistas, visto ter sido nestes períodos que se disseminaram pela Europa. A sua reconversão em tectos planos de madeira surge a partir do século XVIII²³⁹.

Embora também tenha sido referido que estes tectos podiam ser completamente executados em madeira, pelo relato dos Sr. António Faísco e Sr. José Luís Faísco, era frequente executar-se uma armação de madeira e depois pregar-se canas. Estas seriam cortadas ao meio, ou pelo menos seria-lhes cortada uma face, e depois seriam cobertas com estuque. A sua decoração seguir-se-ia de seguida, em especial nas zonas de divisão de planos e ao centro da composição. *“Até as abóbadas, essas abóbadas de caixão, são feitas com cana. Leva cana aberta ao meio, entre os paus da armação, para segurar o reboco. Ainda há aí coisas dessas.”*²⁴⁰ *“Aqui na nossa zona ainda há - poucos, poucos, - com algumas pinturas que é o tipo de tecto de tampa de caixão. Eu por acaso fiz - acompanhei, que eu não fui cá... [não cheguei a fazer], era o encarregado da obra - acompanhei a fazer tipo tectos de tampa de caixão, bonitos. Mas só envernizados. Mas ainda encontrei, cá na Vidigueira, uns tectos de tampa de caixão em pintura. (...) Como já estão destruídos, alguns, quase todos estão destruídos (...). Aquilo era, uns em cana, tinha a armação em*



Figura 106 - Tecto de tampa de caixão ou abóbada de caixão, rua 25 de Abril, nº 19

²³⁷ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte deste trabalho, Vol. 2, p. 102.

²³⁸ Cf. BONIFÁCIO, Horácio; RODRIGUES, Maria; SOUSA, Pedro – Caixotão. In Vocabulário técnico e crítico de arquitectura, p. 69.

²³⁹ Cf. Calado e Silva – Tecto. In Dicionário de termos ..., p. 348.

²⁴⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António Faísco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 95.

madeira tipo a tampa de caixão e depois calafetados por cima com uma água de cal e por baixo na mesma e depois pinturas. E outros em folhas. Desmanchei alguns.”²⁴¹

2.3.3. Coberturas

As coberturas com estrutura de madeira utilizadas em Vidigueira apresentam, quase invariavelmente, a característica de serem de duas águas. A ocorrência de uma parede intermédia, mais alta, ou de um pau-de-fileira ou cumeeira apoiado nas paredes laterais pode sugerir que são de facto dois telhados de uma água, cada um pendendo para um lado do edifício²⁴², em posição perpendicular à rua em que se encontra. A sua inclinação é geralmente pouca²⁴³ (26° a 27°²⁴⁴) devido aos baixos níveis pluviométricos de grande parte da região Alentejo. Segundo o Sr. António João Trole, em interpelação posterior às entrevistas efectuadas, a inclinação da cobertura seguia um módulo básico de 25:1, isto é, por cada metro de parede subia-se 0,25 m a cobertura.

A revestir a estrutura de madeira, de cana ou de tijolo surge, frequentemente, a telha de canudo ou de canal e cobrideira que dá a característica cor alaranjada aos telhados das localidades alentejanas.



Figura 107 - Telhado de duas águas de ripa-de-salto-de-rato, largo Visconde da Ribeira Brava nº 21

²⁴¹ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faísco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²⁴² Cf. Galhano e Oliveira – Arquitectura tradicional portuguesa, p. 152.

²⁴³ Cf. Galhano e Oliveira – Arquitectura tradicional portuguesa, p. 152.

²⁴⁴ Cf. CORREIA, Mariana – Técnicas portuguesas de construção em terra: a taipa alentejana, p. 5.

2.3.3.1. Telhados de folha-guarda-pó e de ripa-de-salto-de-rato

Pelo relato dos mestres pedreiros²⁴⁵, estes tipos de telhados eram completamente feitos de madeira, sendo que a folha-guarda-pó também desempenhava a função de forro interior para além de suportar as telhas. O telhado de ripa-de-salto-de-rato apenas serviria para cobrir o edifício e suportar as telhas, tendo um entreforro por baixo, apesar de ainda se encontrar à vista em dependências secundárias nas habitações urbanas.

*“Depois com o aparecimento das abobadilhas deixou-se de utilizar a folha e começou a utilizar-se a ripa [ripa-de-salto-de-rato]. Depois era a ripa que era mais económico. A abobadilha era feita por baixo e fazia-se menos despesa.”*²⁴⁶ É frequente

associarem-se as coberturas em folha-guarda-pó a pessoas com mais posses financeiras e a ripa-de-salto-de-rato aos mais pobres. *“Uns de ripa e outros de folha. Esses que tinham tudo em folha, pois está claro... [tinham mais posses e gastavam mais dinheiro], o resto punha ripas. Era tudo a ripas. Ripas desta largura [c de 5 a 8 cm], e de uma à outra, para entrar bem o ar... [gracejar]”*.²⁴⁷

Como estrutura principal utilizavam-se barrotes de madeira colocados em pontos específicos do edifício.

Estes caibros eram de madeira de eucalipto ou de pinheiro e eram muitas vezes cortados ao meio para se

poupar dinheiro. *“Quem tinha menos dinheiro punha barrotes quadrados e abriam-nos ao meio. Ainda há aí muitos desses com paus redondos abertos ao meio. Eram abertos, serravam-nos e depois era posto ao meio. E vendiam também já abertos, aí o Matos Rosa. Em vez de levar 10 paus redondos levavam 5.”*²⁴⁸



Figura 108 - Caibros de madeira cortados ao meio e ripa-de-salto-de-rato, largo Frei António das Chagas nº 57



Figura 109 - Pareda de cumeira escavada para receber os caibros de madeira, rua do Carmo nº 17

²⁴⁵ Srs. António Francisco Carraça, António João Trole, António Faisco, José Luís Faisco e Manuel Francisco Fialho.

²⁴⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 102.

²⁴⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 44.

²⁴⁸ Passagem da entrevista ao Sr. António Faisco, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 95.



Figura 110 - 1 e 2; Espaço escavado para um barroto intermédio, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 8; caibro intermédio para sustentação da restante estrutura de madeira

A utilização de frechais ou de paus-de-fileira ou cumeeira era condicionada pelo tipo de edifício que se construía, apenas sendo referenciados pelo Sr. António Faísco como uma possibilidade. Verifica-se, no entanto, que se colocavam barrotes de madeira intermédios, de maior dimensão e grossura, para suportar melhor a estrutura de madeira formada pelos caibros. Era frequente escavar as paredes anteriores, posteriores e interiores em taipa para colocar-se os caibros de madeira no seu interior, sendo posteriormente “acompanhadas” com barro e bocados de tijolo. “O sítio era marcado e depois cavava-se um bocadinho [a parede] e levava um barroto á volta da parede. (...) Depois abria-se uma caixazinha na parede, fosse como fosse, uma parede de taipa, abria-se uma caixa na parede.”²⁴⁹ Por outro lado o Sr. António Francisco Carraça refere que era frequente, em Santana (concelho de Portel), colocar a estrutura em cima da parede, assentes recorrendo a tijolo e argamassa para fechar os espaços entre as ripas e os caibros de madeira, defendendo que este método conservava melhor a madeira. “Não, aquilo não entravam na parede. Ficavam em cima. (...) [E] depois de estarem todas pregadas nos barrotes, ficava aquele intervalo. Depois agente ia com uma “macheia” [mão cheia] de massa de cal, e ficava certinho com a madeira de um lado e do outro. Ficava tudo certo. Não ficava aquele buraco entre as madeiras. Ficava perfeito. Para, mais ou menos, a telha ficar toda a direito. (...) [E]ra mais limpo. “Mande” [por causa de] isso ficava mais limpo. A parede. E a madeira ficava dentro da massa. Quer dizer, durava mais tempo do que ficando dentro da terra.”²⁵⁰

Os caibros ficavam entre 0,40 a 0,50²⁵¹ m de distância entre si para poder acomodar o ripado superior. Era também frequente colocarem-se caibros junto às paredes laterais para evitar repasses nestes pontos susceptíveis à entrada de água. “Um a

²⁴⁹ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 103.

²⁵⁰ Passagem da entrevista ao Sr. António Francisco Carraça, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 44.

²⁵¹ Cf. as entrevistas aos Sr. Manuel Francisco Fialho e Sr. António Faísco.

*cada canto da casa e depois a 40 ou 45 cm. Mais não porque depois começa a fazer um vão muito grande e começa a fazer “pandeiro”, começa a bandear.”*²⁵²

Tal como já foi referido, a colocação de forro de folha-guarda-pó ou de ripa-de-salto-de-rato poderia tanto depender das condições financeiras do proprietário como também da função ou edifícios que iria cobrir. A ripa era frequentemente de madeira de pinho, com cerca de 0,05 m de largura e cerca de 0,02 m de grossura. Eram colocadas no sentido da cumeeira, pregadas aos caibros de madeira com 1 ou 2 pregos, e ficando um espaço entre elas da dimensão de 1 ripa. O Sr. Manuel Francisco Fialho refere que este compasso era da dimensão de uma mão-travessa²⁵³. *“Ficavam para aí de 8 em 8 cm. O compasso. Assim uma mão-travessa. Em ficando as ripas muito largas dá origem a pessoa quando dá por isso..., pode cair a telha e tem que meter uns cacos até apanhar lá a outra ripa, ou ao meter o pé pode aleijar. Porque até tenho ali [na obra em que está a trabalhar] buracos entre as ripas deste tamanho [mais que 8 cm], em que cabe lá o pé. Já me aconteceu noutros locais, também por as ripas já estarem um pouco pobres, aleijar as canelas.”*²⁵⁴



Figura 111 - Forro de folha-guarda-pó (recente), rua Comendador José Domingos Fazenda, nº38

O forro de folha-guarda-pó era considerado melhor pelo facto de não ter tantas aberturas. As ripas da folha, que podem ter dimensão variável mas não inferior a 0,15 m, eram colocadas segundo a mesma ordem que as anteriores, sendo pregadas com três pregos aos caibros da estrutura. Estas ripas da folha eram ainda sobrepostas umas nas outras cerca de 0,02/0,025 m já a contar com as retrações características da madeira ao secar. *“Até dou mais, gasto mais um maço de folhas, mas a folha tem tendência a encolher quando começa a secar e começam a ver-se as fissuras cá de baixo, as gretas. 2,5 cm, tenho dado 2,5 cm e não me tenho queixado. Ai já se prega um preguinho em baixo, um ao meio e outro em cima. Três preguinhos de folha.”*²⁵⁵

²⁵² Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

²⁵³ Antes de 1814 correspondia a 11 cm e depois a 10 cm, ou um decímetro (décima parte de um metro). Actualmente corresponderá à medida da largura de uma mão, excluindo o polegar, cerca de 8 cm.

²⁵⁴ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 103.

²⁵⁵ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

Por cima destas estruturas eram colocadas as telhas de canudo. Para que se mantivessem direitas, em especial nas coberturas de ripa-de-salto-de-rato, a sua arrumação recorrendo a cacos de telhas colocados por baixo do canal era frequente. Com o propósito de manter as telhas no lugar e evitar que escorregassem pela cobertura, colocavam-se ainda grampos de arame em forma de S a segurá-las.



Figura 112 - Grampo de arame

2.3.3.2. Cana (forro de caniço)

Os forros de cana terão sido os primeiros a ser utilizados, provavelmente devido à relativa abundância da matéria-prima e da escassez de madeira apta a ser transformada em ripas de qualquer dimensão. “Antes até começou a haver canas. Depois é que começou a haver folha que era mais [melhor] (...). Depois com o aparecimento das abobadilhas deixou-se de utilizar a folha e começou a utilizar-se a ripa [ripa-de-salto-de-rato]. Depois era a ripa que era mais económico.”²⁵⁶ A sua



Figura 113 - Caibros de madeira cortados ao meio e forro de cana, largo de S. Francisco, nº6

utilização seria generalizada visto serem os forros mais económicos que existiriam. “Em caniço. Geralmente era o que se usava. Quem tinha lá a folha era o senhor “feital” [pessoas endinheiradas]. Existia a folha lá para o patrão e para a patroa e o resto era cana.”²⁵⁷

A estrutura de madeira que servia de vigamento para o telhado seria a igual à da utilizada para os outros forros bem como o método de se colocar na parede. O recurso a caibros cortados ao meio, para poupar dinheiro, também se verificava bem como a existência de um barrote de madeira intermédio em compartimentos com maior amplitude espacial.

As canas, após terem sido limpas e terem secado durante alguns meses, eram colocadas em cima da estrutura de madeira, à qual eram pregadas. Por cima era pregada uma ripa, mais fina e talvez de uma madeira mais leve (como o choupo ou faia, mas

²⁵⁶ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 102.

²⁵⁷ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 21.

também de eucalipto e pinho), para reforçar este forro superiormente. As canas eram colocadas em conjuntos, ficando um com a parte do talo para um lado e no conjunto seguinte trocava com a parte da copa das canas. Este processo tinha como objectivo manter o forro numa posição paralela à parede cumeeira ou ao pau-de-fileira. *“Depois íamos pondo a cana voltando meia dúzia para um lado e outra meia dúzia para o outro, porque a parte de baixo é mais grossa que a parte de cima. Então voltávamos umas para um lado e outra para outro e íamos voltando assim. Quer dizer, não tinha número certo. Para mais ou menos chegar sempre certo, a chegar ao centro da casa, onde estava a trave, ver-se as canas alinhadas com a trave [ou com a parede]. Depois, chegado até aí, pregávamos uma ripa neste pau [caibro], uma ripa no outro e eram pregadas aos paus e seguíamos até acima. Depois com uma serra acertávamos as canas à face da parede que era para levar as telhas em cima e ficavam as coberturas assim.”*²⁵⁸

Este trabalho podia ser efectuado por três pessoas, uma de cada lado da parede, que podiam chegar a fazer uma água de um telhado num dia de trabalho utilizando este sistema. *“Bastava além 3 pessoas que faziam um caniço daqueles, numa casa dessas de 4 m, num dia de trabalho. Um mandava de um lado, e outro do outro, o outro segura e depois manda outro, e o outro e depois andam as ripas no ar. Quando chega à altura de “vamos a segurar”, prega-se um preguinho naquela brincadeira e fica pronto.”*²⁵⁹

Tal como para o forro de folha-guarda-pó e de ripa-de-salto-de-rato, prolongava-se as canas cerca de 0,05 m em cima da parede para prevenir retracções provocadas por secagens periódicas. *“Existia um pau à rés da parede e as canas sobrepunham à volta de 5 cm em cima da parede que era para, havendo alguma inflamação ou as canas mirrarem ou não sei o quê, porque as canas algumas ainda estavam verdes, depois de mirrar para não estalar, porque o que se utilizava era barro, na altura não havia grandes influências para assentar as telhas e assentar...”*²⁶⁰

Por cima das canas, para auxiliar a sua função de cobertura das habitações, colocava-se uma “calda” de areia e cal para impermeabilizar melhor este forro. A este sistema dava-se o nome de “calafetado”.

Por cima desta estrutura seriam depois colocadas as telhas, auxiliadas pelos cacos de telha e pelos grampos se fosse necessário.

²⁵⁸ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 102.

²⁵⁹ Passagem da entrevista ao Sr. António João Trole, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 25.

²⁶⁰ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 102.

2.3.3.3. Tijolo (perspectiva sobre o tijolo de meia ou pandeirete)

Este tipo de forros, que já vem identificado na Arquitectura Popular Portuguesa²⁶¹, é relacionado pelos habitantes locais com as habitações das pessoas com mais posses financeiras. Esta evidência pode ser aferida pelo facto de ser necessário ter mais posses para poder construir utilizando tijolos mais finos e certamente mais caros²⁶².

O sistema estrutural que suportava este forro de tijolo era similar aos descritos anteriormente. Os caibros ficam a uma distância mais curta, a cerca de 0,30 m de distância, seriam aparelhados, isto é eram-lhe feita uma face para assentar melhor os tijolos, e também seriam mais grossos para a base de assentamento do tijolo ser maior. Para assentar os tijolos recorria-se a uma argamassa de cal com areia (traço 1:3 ou 1:2) colocada em cima dos caibros e entre as juntas dos tijolos. Se fosse possível, os tijolos eram cobertos por uma calda de cal de modo a reduzir as aberturas ao máximo e impermeabilizar melhor este forro. *“Esse telhado era feito com uns paus aparelhados, ou a 1 face, e depois levava um bocadinho de cal branca em cima dos paus e depois eram postos os tijolos, de baixo para cima, até chegar ao topo e depois a pessoa era só pôr as telhas em cima dos tijolos.”*²⁶³ *“São dois barotes redondos, e de meio em meio do pau leva um tijolo. Quem tinha dinheiro na altura, levava uma caldazinha de cal, quem não tinha era só nas juntas e agente de cá de baixo via o tijolinho e os paus.”*²⁶⁴

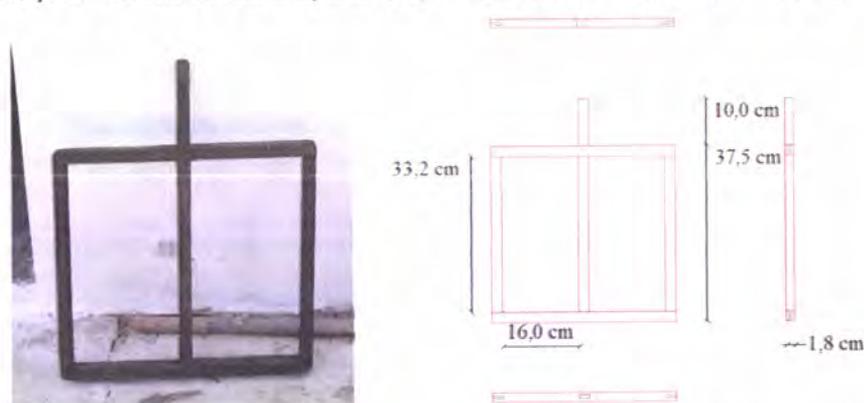


Figura 114 – 1 e 2; Molde de tijolo de meia e as suas dimensões, propriedade do Sr. António João Trole

²⁶¹ AAVV – Arquitectura Popular em Portugal, p. 43.

²⁶² Pela sua reduzida grossura, propriedades impermeáveis e utilização decorativa, o barro utilizado para o formar teria que ser mais fino e mais trabalhado.

²⁶³ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 104.

²⁶⁴ Passagem da entrevista ao Sr. José Luís Faisco, vídeo (2ª parte), Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 107.

Pelo relato do Sr. Manuel Fialho, este tipo de forro manteria melhor as boas condições térmicas no interior das habitações. *“Supõem-se que seria por tornar a casa mais fresca. Na altura o tijolo seria barato para quem tinha mais posses, e havia muita gente a vender, pronto achava-se que era uma compostura. As dimensões dos tijolos era de 16x32 cm, este era mais delgado este podia ter 2 cm. Era mais frágil. Quer dizer, qualquer um é frágil, não se podia era pôr o pé fora do barrote. Porque em pondo o pé fora do barrote está sujeito ao tijolo partir-se a pessoa magoar-se. Por vezes até usavam estes tijolos para fazer acabamentos de muros. Era mais para adornos. Nunca usei muito mais esses tijolos, mas como era mais frágil, acho que seria mais para essas coisas.”*²⁶⁵

2.3.4. Beirais

Os beirais, enquanto elemento essencial para o bom funcionamento do telhado como estrutura de escoamento de águas pluviais, desempenham um papel bastante importante nas construções tradicionais. O seu avanço e afastamento das paredes permitem a boa conservação das mesmas e das fundações, evitando escorrências e salpicos indesejados. Sendo um elemento constituinte da fachada é frequente aproveitar este espaço para embelezar os edifícios.

Os beirais descritos pelos mestres pedreiros²⁶⁶ apresentam características tradicionais alentejanas e mantêm a uniformidade de materiais e técnicas típica destas construções. Os principais materiais são a argamassa de cal, o tijolo ou ladrilho e as próprias telhas. Para a execução de beirais simples²⁶⁷, onde o beiral apresenta pouco avanço, apenas a telha se utiliza em ligação com a argamassa de cal e areia. Nos beirais duplos, com um maior avanço, a utilização das telhas como elemento decorativo assume



Figura 115 - Beiral simples, rua da Guarda, nº43



Figura 116 - Beiral duplo, rua Dr. António Carlos da Costa, nº11

²⁶⁵ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 105.

²⁶⁶ Cf. Entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho nos Anexos desta dissertação.

²⁶⁷ Para a tipologia dos beirais seguiu-se a nomenclatura definida pelos autores do livro: **Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional**.

especial importância. Os beirais com sub-beirado simples, aqueles que apresentam o maior avanço dos referidos, conjugam os três materiais num elemento funcional e decorativo com um efeito simples. Os beirais com sub-beirado duplo e os beirados compostos também se verificam, apesar de não terem sido referidos pelos mestres pedreiros. Como implicam um maior investimento financeiro e de trabalho não estariam ao alcance do comum trabalhador rural. Apesar de tudo, bem como os beirais de sub-beirado simples, conjugam os três materiais característicos com os quais desempenham a sua dupla função. “As composturas? Pode fazer-se um beiral com as telhas voltadas para baixo²⁶⁸, a telha é voltada para baixo e depois leva um meio fio²⁶⁹ e outra voltada para cima. Depois desse beiral estar todo feito põe-se um meio fio e depois põe as outras ao contrário. Isso vai dar mais saliência ao beiral, vai fazer com que... Enquanto deixamos à volta de 15 cm para um beiral, assim já vem para 30 cm e a água..., quando os telhados são mais altos com um beiral de 15 cm a água ficava muito agarrada à parede e a água escorria em cima da parede, e fazendo esse processo, vinha para 30 cm já não dava as águas, mesmo as águas mortas, não escorrerem em cima da parede. (...) Isso era feito com uma fiada de tijolo, ou de lambaz, e outras vezes era ladrilho e depois punha-se um beiral em cima²⁷⁰. Esse ladrilho também tinha 30 cm, assentando esse ladrilho, era carregado atrás e o balanço ficava com 15 cm. Depois, com a telha, dava-se mais um 20 cm de balanço ao beiral. Depois, como a telha também fazia peso no ladrilho, nunca dava origem a haver o beiral a debruçar-se. A outra telha, a cobrideira, também levava massa. Era sempre uma coisa que havia um certo carregamento atrás que nunca deixava cair. Ficava um beiral de 35 cm. Um telhado de uma casa de rés de chão ficava com um beiral com um balanço de 35 cm.”²⁷¹



Figura 117 -1 e 2; Beiral com sub-beirado, rua da Boavista, nº 57; e beiral composto, rua da Boavista, nº 23

²⁶⁸ Beiral duplo.

²⁶⁹ Meio-fio: fiada de tijolos e argamassa que serve para regularizar uma superfície, tanto de uma parede como um beiral.

²⁷⁰ Beiral com sub-beirado simples

²⁷¹ Passagem da entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho, Anexos da 2ª parte desta dissertação, Vol. 2, p. 104.

3ª Parte:

**História da
construção**

A definição dos períodos históricos do tecido urbano desta localidade, por aquilo que se expõe, é de importância capital para entender as lógicas de ocupação do território. O reconhecimento destes espaços permitirá também, embora não com todas as certezas, identificar a que período histórico pertencem os edifícios desta localidade. Se para tempos mais recuados essas certezas são menores, admitindo várias reconstruções e alteração em certos pontos, noutras zonas, ou quarteirões, mais recentes haverá maior confiança em afirmar a originalidade dos seus edifícios.

Iniciar-se-á, assim, a apresentação de uma extrapolação sobre a evolução urbanística para esta localidade de modo a definir a provável originalidade dos edifícios, e de algumas das suas possíveis características formais, que hoje compõem a Vidigueira.

1. Dados prévios para a compreensão da evolução histórico-urbanística de Vidigueira

Um dos problemas associados aos primórdios de Vidigueira reside no desconhecimento do seu processo de evolução urbana. Se do século XX existem informações mais seguras, dos períodos anteriores, desde a sua provável fundação, os dados ou são insuficientes ou simplesmente inexistentes.

Podem ser diversas as fontes que documentem o urbanismo de uma localidade ao longo dos séculos. Arriscar-se-ia dizer que para esta localidade apenas existem três fontes de informação passíveis de fornecer dados fidedignos: registo arqueológico, o relato escrito e ao suporte planimétrico.

Quanto ao primeiro, no contexto urbano são escassos, alcançando maior relevo os registos em contexto rural que parecem anunciar determinadas proposições quanto ao estabelecimento original desta localidade que, como mais adiante se irá verificar, não apresentam consenso.

Do relato escrito apenas existem dados acerca da disposição da localidade, mas parcialmente, no século XVIII, com as já referidas *Memórias Paroquiais*. Isto quanto ao relato directo. Quanto ao indirecto, isto é, quanto às fontes que permitam estabelecer uma cronologia de evolução construtiva, os relatos chegam desde os inícios do século XV com a descrição da tomada de posse de Vidigueira e Vila de Frades pelo enviado do almirante Vasco da Gama.

Em Portugal o panorama é semelhante. O próprio D. Afonso III, durante o seu período de estadia em Bolonha, tomou conhecimento da política de povoamento francesa, trazendo para Portugal esse modelo e tendo-o aplicado, em maior escala, no Alentejo². Foi o principal impulsionador do povoamento dos territórios recém-conquistados, considerado fundamental³, utilizando para tal empreendimento instituições eclesiásticas, senhores laicos da sua confiança e a sua própria iniciativa⁴ o que implicava um reforço da centralização bem como uma afirmação de poder. Os imperativos fiscais também devem ter contribuído para os intentos do *Bolonhês* em fixar as populações, bem como a reafirmação de domínio perante o reino de Castela sobre estes territórios⁵.

Alheio a esta questão não é o facto de vastos territórios terem sido doados a pessoas de confiança do rei. É este o caso de D. João Peres de Aboim, Mordomo-mor do rei D. Afonso III, que recebeu o território de Portel alienado aos

poderosos concelhos de Évora e Beja⁶. Algo similar poderá ter acontecido com Mestre Tomé⁷, que, para além de tesoureiro da Sé de Braga, era servidor de D. Afonso III.



Figura 119 - Castelo de Portel, Alentejo



Figura 120 - Ruínas Romanas de S. Cucufate

² ABEL, António Borges – Vilas de fundação medieval no Alentejo: contributos para o estudo da morfologia urbana, p. 9.

³ Fundamental para: ocupar e povoar as zonas recém-conquistadas; organizar o território de modo a distribuir benesses aos vários intervenientes (àquelas instituições e particulares que podiam ser úteis ao povoamento); acesso individual à propriedade privada; manter ou criar bases produtivas e reactivação da economia local; recolha de contributos fiscais; reforçar o poder interventivo do rei nos destinos dos territórios, portanto um aumento da centralização régia; e construir baluartes fortes que impedissem a reacção dos muçulmanos. Cf. a título de exemplo MARQUES, José – Povoamento e defesa na estruturação do Estado Medieval português, p. 13.

⁴ Marques – Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis: alguns aspectos, p. 79.

⁵ Marques – Os municípios portugueses..., p. 78.

⁶ Denotando "...uma clara intenção por parte do monarca em colocar um homem da sua inteira confiança entre os dois mais portentosos concelhos do Sul..." PAGARÁ, Ana; SERRÃO, Vítor; SILVA, Nuno Vassalo e – Igreja de Vera Cruz de Marmelar, p. 27.

⁷ A primeira referência a este donatário surge no documento da doação de Vidigueira a D. Dinis por D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga, em 06 de Outubro de 1305. Cf. Livro das Lezírias..., pp. 90-92.

Talvez aqui esteja a razão para o limite da freguesia de S. Cucufate referido anteriormente. O rei, na sua tentativa de controlo do território, terá concedido a Vidigueira a um homem da sua confiança, de modo a não permitir o aumento das terras e do poder neste local pelos monges de S. Vicente de Fora⁸.

A primeira referência que se tem de Vidigueira aparece na carta de doação do convento de S. Cucufate aos monges de S. Vicente de Fora, por parte de D. Afonso III, em 1254, por intermédio do pretor, alvazis e concelho de Beja⁹. No entanto, existem muitas dúvidas relacionadas com a fundação desta localidade antes desta data. Os relatos tradicionais referem que esta mudou de sítio 3 vezes: o primeiro seria o sítio das Ferrarias, na herdade dos Alfaiates; o segundo seria no local onde se encontra hoje a igreja de Santa Clara; e por último o sítio actual. A localização da primeira igreja de Santa Clara indicia alguma razão ao facto de ter sido um ponto de fixação da população. Na verdade, não era estranho a igreja paroquial estar próxima da povoação¹⁰, mas tal parecem “...realmente mudanças a mais...”¹¹. No entanto, a existência de comunidades nesses locais, anteriores ao processo de estabelecimento no local actual, não pode ser refutada. O agrupamento da população de um determinado território de modo a criar uma povoação com condições mais prósperas e obter melhores rendimentos fiscais¹² fazia parte do ímpeto povoador do rei. A



delimitação do território de Vidigueira pode ter sido condicionada pela existência de

Figura 121 – Selo do Mosteiro de S. Vicente de Fora em Vila de Frades, na Casa do Priorado/ Casa do Almeida

comunidades anteriores, sem dúvida de moçárabes e de mouros¹³, embora não nas condições que foram colocadas a partir do povoamento dos donatários¹⁴. Portanto,

⁸ Pretender-se-ia também colmatar os espaços entre as grandes propriedades: Portel (norte). Beja (sul e este) e S. Vicente de Fora (oeste). Do lado de lá do rio Guadiana encontrava-se a Ordem Militar dos Hospitalários. Cf. Vilar – As dimensões do poder..., p. 38.

⁹ Cf. nota n.º 171 da 1ª Parte desta dissertação, p. 34.

¹⁰ Cf. Abel – Vilas de fundação medieval..., pp. 182-183 sobre este assunto acerca da localização da matriz em algumas vilas alentejanas.

¹¹ Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 76.

¹² Teixeira e Valla – O urbanismo português..., p. 25.

¹³ Após a conquista cristã do al-Andalus estes grupos devem ter permanecido nos seus territórios tomando-se essenciais à recuperação económica das regiões bem como à organização territorial que terá tido em conta os antigos assentamentos fundiários. Cf. a título de exemplo Vilar – As dimensões do poder..., pp. 30-31; COELHO, Maria Helena da Cruz – O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV, p. 36.

arrisca-se a afirmar a existência de comunidades antigas neste território nos locais indicados atrás, mas a Vidigueira a que aqui se refere, que aqui ainda existe, foi criada, tudo o leva a crer, pela acção determinante de Mestre Tomé.

Assume-se ainda que foi durante o reinado D. Dinis que a povoação começou realmente a crescer de forma continuada¹⁵, pois recaiu neste rei “...a consolidação territorial e política do território português de D. Afonso III, concretizando muitas das iniciativas de seu pai e promovendo ele próprio a fundação de novas cidades”¹⁶.

De todos os modos, a tomada de posse de Vidigueira pelo primeiro donatário parece ter sido consumada entre 1248 e 1254¹⁷.

1.2. Evolução urbanística medieval, moderna e contemporânea: dados prévios e integradores

Antes de mais, devem referir-se algumas palavras acerca das localidades de fundação medieval e algumas considerações sobre os períodos de maior evolução e mudanças nas mesmas. Deste modo, fazem-se breves considerações sobre os séculos XIII/XIV, XV/XVI e XVIII.

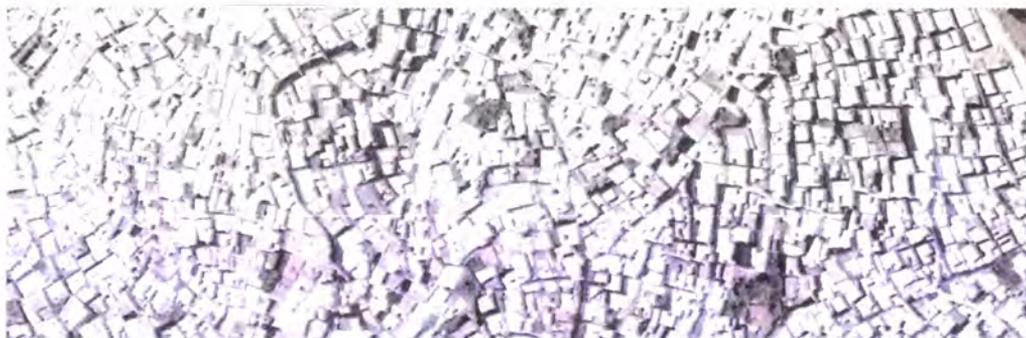


Figura 122 - Cidade de Tétouan, Marrocos. Exemplo de evolução urbanística sem plano pré-estabelecido

No que respeita à Idade Média, parecem existir duas filosofias urbanísticas, correspondentes ao início e ao final deste período. No primeiro, momento encontram-se as cidade cujo “...desenvolvimento terá acontecido sem planos preestabelecidos, por

¹⁴ Ver quadro 4 da 1ª Parte desta dissertação com a lista dos donatários de Vidigueira até Vasco da Gama, p. 36.

¹⁵ Cf. ainda Abel – Vilas de fundação, p. 11.

¹⁶ Teixeira e Valla – O urbanismo português..., p. 34.

¹⁷ Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 77.

um processo dito *orgânico*¹⁸, correspondentes às cidades da Alta Idade Média até ao século XIII; num segundo momento, “[a] partir do séc. XIII [até D. Afonso III] surgem cidades construídas de novo, sejam as *bastidas* (edificadas rapidamente, de uma só vez, obedecendo a malhas ortogonais), sejam outras cidades novas. Muitas delas terão sido já enquadradas por planos previamente elaborados.”¹⁹

Assim, naquele período, que poderá corresponder à cultura urbana da Alta Idade Média, embora sobreviesse uma intenção povoadora, não existiriam modelos, tipologias nem traçados pré-definidos. As localidades surgiriam de forma espontânea e anónima²⁰ e com muitas variações quanto à sua composição²¹. Apesar de tudo, o traçado urbano e a rede viária, subsidiária daquela das cidades islâmicas, mas sem grandes paralelos nas urbes portuguesas, encontram-se organizadas e hierarquizadas no espaço com ruas principais, secundárias e até praças²².

A partir do século XIII, por toda a Europa, as fundações de novas urbes passam a ser planeadas e são levantadas de acordo com um plano regular²³. Essa atitude planeadora verifica-se na adopção de sistemas e padrões urbanos que se inserem na nova preocupação medieval de padronizar e racionalizar certos procedimentos de modo a redefinir e melhorar o sistema social medieval.

Em Portugal, terá sido D. Afonso III “...o grande impulsionador deste processo de racionalização, de que os funcionários régios e municipais eram os primeiros



Figura 123 - Monpazier, Aquitânia, França. Exemplo de fundação e evolução urbanística com plano pré-estabelecido



Figura 124 - Parte antiga da vila de Nisa, fundada a partir de 1199

¹⁸ CARVALHO, Jorge – Formas urbanas, p. 19.

¹⁹ Carvalho – Formas urbanas, p. 19.

²⁰ DELFANTE, Charles - A grande história da cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos, p. 89, 96-97.

²¹ Delfante – A grande história da..., p. 97; Abel – Vilas de fundação, p. 161.

²² Delfante – A grande história da..., p. 90; Carvalho – Formas urbanas, p. 13.

²³ Teixeira e Valla – O urbanismo português..., p. 25.

instrumentos e difusores”²⁴. A evidência de uma regularidade nas povoações parece comprovar a existência de algum modelo²⁵ e daquilo a que se pode apelidar de “...uma teoria e uma prática urbanística medieval portuguesa.”²⁶

Sistemático das fundações do período de D. Afonso III e D. Dinis são os padrões geométricos, a organização ortogonal de ruas e quarteirões e a existência de praças, mais ou menos centradas, sem certezas quanto à sua originalidade, visto que estas poderiam ser simples terreiros que serviam de praça colectiva, de mercado e onde estava o poço²⁷. Verifica-se, em Portugal, a “...adopção de princípios de centralidade e de simetria e a concepção da cidade como um todo”, onde a ortogonalidade, embora não tão rígida como nas congéneres europeias, não deixa de ser uma característica formal. Ainda assim, neste período apresentam-se como: um conjunto de quarteirões com uma forma alongada, constituídos por lotes estreitos e paralelos, orientados no mesmo sentido, com a frente para a rua principal e a traseira para uma rua secundária. As novas “urbes” localizam-se em sítios predominantemente elevados²⁸ e algumas numa leve pendente para sul²⁹.

Não é de mais referir que a organização urbanística também era condicionada pela existência de outros factores como o religioso, com a sacralização do espaço comunitário³⁰, e por grupos sociais e religiosos específicos, agrupados ou não³¹.



Figura 125 - Praça da República de Beja, renovada no tempo de D. Manuel I

²⁴ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 30.

²⁵ O “povoador do rei”, que poderia ser um funcionário régio, percorreria o reino para auxiliar o povoamento em territórios desabitados ao estabelecer os órgãos municipais, mesmo antes do aval do rei. Marques – Povoamento e defesa..., p. 14-15. Estes *povoadores* são conhecidos desde 1219. Marques – Os municípios portugueses..., p. 79.

²⁶ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 27.

²⁷ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 26.

²⁸ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 26.

²⁹ Como é o caso de Nisa, no distrito de Portalegre. Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 36.

³⁰ Cf. Abel – Vilas de fundação medieval ..., p. 170 e CONCEIÇÃO, Luís F.P. – Análise urbana de uma povoação. Bem como as concepções relativas ao traçado urbano. Assim encontram-se capelas e outros templos às entradas e nos cruzamentos de vias diferenciando o sagrado (a vila) do profano (o campo).

³¹ Abel – Vilas de fundação medieval..., p. 13.

Já nos “...finais do século XV e no século XVI observa-se um amplo movimento de renovação urbanística em Portugal, consistindo na reforma, alteração ou expansão de cidades existentes.”³² Existe uma modernização da vida civil apoiada, em parte, nas *Ordenações Manuelinas*³³, que também formalizavam medidas urbanísticas³⁴. Assiste-se à reforma dos espaços públicos pela formalização das praças com novos edifícios públicos e religiosos. Esta modernização planeada decorreu do aumento populacional, das novas necessidades sanitárias e funcionais das cidades e da reforma da administração pública que se acomodou em novos espaços e edifícios.



Figura 126

**Ordenações
Manuelinas**

Houve assim uma acção concertada em intervir na cidade³⁵. Estas concepções formais diziam respeito, por exemplo, à localização das igrejas quanto às casas³⁶ e onde iam desembocar as ruas na praça³⁷. Ainda pela influência renascentista³⁸, adoptaram-se “...três tipologias urbanas fundamentais, utilizadas extensivamente nas suas intervenções: a rua com um traçado rectilíneo e ordenado; as praças fechadas e regulares; e as malhas urbanas ortogonais.”³⁹

Deste modo, começam a surgir nas cidades, se não existissem antes, casas da câmara ou paços do concelho, cadeias e tribunais, igrejas e hospitais da Misericórdia e igrejas matrizes bem como a delimitação das praças⁴⁰.

³² Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 83.

³³ Herdeiras de códigos legislativos anteriores, aqui podem inserir-se as cartas de foral, as *Ordenações Afonsinas* e as traduções que se fizeram das *Siete Partidas*, de Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, no tempo do seu neto D. Dinis.

³⁴ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 83. As *Ordenações Manuelinas* revelaram-se revolucionárias ao introduzir novas concepções construtivas e urbanísticas.

³⁵ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 84.

³⁶ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 85. “O afastamento da igreja das casas vizinhas prescrito por D. Manuel era uma ideia inovadora.”

³⁷ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 85. A rua ia desembocar ao meio da praça enquanto nas medievais o trânsito era tangente à mesma e as ruas desembocavam nos ângulos.

³⁸ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 27. Parecem já existir influências vitruvianas quanto ao traçado urbano no período de fundação de algumas das localidades no Alentejo, cf. Abel – Vilas de fundação medieval..., p. 170

³⁹ Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 85.

⁴⁰ Alguns exemplos paradigmáticos disto podem ser encontrados em Beja com a formação da Praça Nova, a actual Praça da República, à custa de várias demolições de edifícios; as construções da igreja e do hospital da Misericórdia, a primeira na referida praça e o segundo no final numa das principais ruas a norte da praça. A construção de praças pretendia valorizar o espaço público com aspectos funcionais, simbólicos, estéticos e formais. Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., pp. 84-85.

Este modelo urbanístico terá perdurado no tempo até que a partir do século XVIII, decorrente do terramoto de 1755, novos entendimentos se fizeram sentir, tanto mais que a reconstrução de Lisboa a isso obrigou. Devido a este empreendimento, procuraram-se as mais modernas tendências urbanísticas europeias que até esse momento quase não tinham sido experimentadas⁴¹.

Com o triunfo do regime liberal novas concepções foram sendo implementadas, com especial relevância para as condições de salubridade e de habitabilidade que alteraram tímida e paulatinamente, apesar de bastante tardio, as cidades portuguesas, à imagem do que sucedia por toda a Europa industrializada. Tal fenómeno teve repercussões mais



Figura 127 - Representação de edifícios após o Terramoto de 1755, LNEC

prementes no início do século XX e a partir dos anos 40/50 até aos anos 60/70, quando as maiores vagas de migração para as grandes cidades se fizeram sentir alterando-as significativamente. Sendo aquelas migrações resultado do êxodo rural, também as localidades que compunham esse universo sentiram a alteração demográfica. Muitos foram os edifícios abandonados nas localidades e propriedades rurais, processo retomado a partir de 1975 com a reforma agrária, embora com contornos diferentes. Este processo veio a contribuir decisivamente para o abandono e degradação dos edifícios construídos recorrendo às técnicas tradicionais de construção nos meios rurais.

⁴¹ Em Vila Real de Santo António "...estão expressos de uma forma sintética e clara os princípios do urbanismo regular português da segunda metade de Setecentos: traçado ortogonal regular, simétrico, com uma praça central quadrada que constituía o elemento gerador do plano, e construída com edifícios obedecendo a um mesmo programa arquitectónico." Teixeira e Valla – O urbanismo português..., p. 286.



Figura 128 – 1 e 2; Azenha abandonada nos arredores de Vidigueira, ao longo da estrada municipal 519 para Alcaria da Serra (Foto a preto e branco na *Arquitectura popular em Portugal*, p. 51.)

2. Evolução urbanística de Vidigueira

A sua localização, no interior do país, na passagem da serra de Portel para a peneplanície baixo alentejana, portanto num suave planalto virado para sul, e a ausência de cerca amuralhada, indicia que esta localidade não detinha qualquer função defensiva. Pode, então, caracterizar-se como uma “vila aberta”, que não foi murada por “...a sua localização no interior do território não justifica[r] a adopção de estruturas defensivas...”⁴². A sua função era iminentemente agrícola e de povoamento de uma região de difícil acesso pela irregularidade topográfica, não obstante a relativa abundância de água e de solos de boa qualidade.

2.1. Núcleo primitivo

A procura de uma regularidade no traçado urbano inicial de Vidigueira será uma procura inglória. De facto, assume-se que existam bastantes localidades alentejanas cuja malha urbana não apresenta qualquer plano previamente concebido, sendo que a maioria são “vilas abertas”⁴³.

O carácter orgânico da malha urbana torna difícil a determinação do núcleo inicial bem como das fases de crescimento posteriores. No entanto, crê-se que o núcleo primitivo seria no lugar, ou nas proximidades, da actual praça da República⁴⁴, isto é, junto à igreja que estaria no lugar da igreja da Misericórdia, a igreja de St.^a Margarida. Toda a zona aqui definida como o núcleo original detém características particulares, sendo que cada uma delas diz respeito aos três níveis de evolução no conjunto: a sul, com uma dicotomia entre a parte leste e oeste, com divisão na rua da Malheira; e a norte da praça da República.



Figura 129 - Rua dos Mercadores

Convém destacar o caso da rua Longa que se apresenta como o elemento integrador do modelo urbanístico actual nesta zona, ligando dois pontos de importância

⁴² Abel – Vilas de fundação medieval..., p. 168.

⁴³ Abel – Vilas de fundação medieval..., p. 175.

⁴⁴ Antiga praça do Município. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1910, em homenagem à revolução republicana do mesmo ano.

como o largo 5 de Outubro⁴⁵ e a praça Vasco da Gama⁴⁶. À primeira vista é aquela que se destaca e que regulariza o traçado e o crescimento da localidade; no entanto, originalmente, não teria existido⁴⁷.

Apesar de existirem outras possibilidades de evolução urbanística da localidade e de poderem ser apresentados elementos que possam contrariar ou alterar a que aqui se expõe, acredita-se que esta poderá corresponder a uma aproximação bastante palpável. Dados mais fidedignos podem vir a ser revelados pela continuação da investigação sobre este assunto, com especial relevo para a investigação arqueológica que poderá contribuir decisivamente.

Assim, o primeiro estabelecimento poderá corresponder ao conjunto que aqui se denomina de “Pedras Altas”. As características orgânicas deste conjunto, onde as condições topográficas⁴⁸ desempenham um papel determinante na formação da malha urbana, bem como o facto de se encontrarem neste espaço vários edifícios e elementos de características tardo-medievais e modernas, apresentam-se como elementos integradores do mesmo.



Figura 130 - "Pedras Altas", possível núcleo inicial, século XIII

⁴⁵ Antigos largos de S. Pedro e das Fontes Novas. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1910.

⁴⁶ Antigo Rocio da Fonte. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1880, como homenagem ao 1º conde de Vidigueira.

⁴⁷ O Plano de Urbanização de Vidigueira assume que esta rua poderá "...corresponder à antiga Estrada Real para Beja [ligando] (...) a Matriz de S. Pedro com a área mais urbanizada...". Planarq – PUV, p. 76. No entanto, originalmente, esta via deveria corresponder à actual rua Miguel Bombarda, à rua dos Caldeireiros e à actual rua Eng. Aires da Fonseca. A rua Longa poderia equivaler, isso sim, à saída para Moura, tal como à rua dos Escudeiros poderia corresponder a saída para Vila de Frades e Alvito.

⁴⁸ Este espaço corresponde a uma zona plana a sul da praça da República, limitada a sul por uma depressão até ao largo Vasco da Gama.

Este conjunto teria como limites: a norte o rossio antigo, hoje praça da República e a rua do Granado; a sul o próprio desnível topográfico correspondente à travessa das Fragasas, das Pedras Altas e do Meirinho Velho; a oeste a rua Longa e o largo D. Violante; e a leste a rua da Malheira. Tinha como elemento integrador a rua dos Mercadores, paralela à rua Longa, constituindo um “proto-elemento” regular. Posteriormente, numa fase de



Figura 131 - Rua dos Escudeiros

estruturação urbana, talvez por altura de D. Dinis, assiste-se a um reordenamento da malha urbana com a inclusão de uma rua principal que unia a praça às saídas mais importantes⁴⁹ e procedeu-se à construção de outros quarteirões, tendo como base a existência da igreja de St.^a Margarida. Corresponde, portanto, a um crescimento para norte e para oeste, correspondente às ruas Miguel Bombarda⁵⁰, Cândido dos Reis⁵¹ e Longa, e ruas dos Caldeireiros, Malheira e a rua dos Escudeiros numa fase posterior.

O rossio terá transitado para sul aquando da passagem do primeiro para praça, apesar de esta ter sido provavelmente formada espontaneamente⁵² e cercada pelas construções em redor.

A presença da igreja de St.^a Margarida e as condições topográficas existentes, que delimitaram o traçado urbano dos séculos XIII a XV, terão tido um papel fundamental. Um factor que pode ter tardado a delimitação da via de passagem Évora-Beja poderá respeitar à própria cidade de Beja, que esteve desde o final da ocupação muçulmana fora das rotas comerciais e económicas do reino⁵³.



Figura 132 - Praça da República, antiga praça do Município

⁴⁹ Assiste-se no “...século XIV (inclusive) (...) a adopção de modelos de malha rectangular, integrando uma rua principal que unia a praça e as portas mais importantes”. Carvalho – Formas urbanas, p. 21.

⁵⁰ Antiga rua do Espírito Santo. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1910.

⁵¹ Antiga rua do Município. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1910.

⁵² Cf. Carvalho – Formas Urbanas, p. 21.

⁵³ Évora manteve a sua importância como “...entrepasto de ligação da costa atlântica com Sevilha, através de Badajoz. (...) Beja definiu, para voltar a recuperar lentamente no século XIV.” Mattoso – História de Portugal..., pp. 208-209. Este desenvolvimento tardio de Beja poderá ter implicado um atraso no desenvolvimento urbanístico, por falta de população, de Vidigueira pois “...as manchas urbanas são tão mais densas quanto mais habitados os pólos de que dependem...”. Mattoso – História de Portugal..., p. 208.

A função da praça poderá ter sido a exposta, visto ter fundamentos formais de cariz medieval, o trânsito ser tangente à mesma e as ruas desembocarem nos seus ângulos⁵⁴. A alusão, neste espaço, a importantes “profissões”, ou ofícios⁵⁵, bem como à religiosidade dos espaços e o seu carácter civil, mostra a sua importância no panorama cultural de apropriação de um espaço público comum, complexo e unitário⁵⁶.



Figura 133 - Possível evolução urbanística, séculos XIII-XIV

2.2. Séculos XV-XVI

Do século XV-XVI será a formalização da praça da República, coincidindo no tempo com o momento das renovações urbanas expressas anteriormente. O conjunto de equipamentos civis estaria neste espaço, ou nas suas imediações, pois já existiam as casas da Câmara, a cadeia, o castelo e paços senhoriais⁵⁷ e a Torre do Relógio⁵⁸, que veio a



Figura 134 - Câmara Municipal de Vidigueira e janela da cadeia, à esquerda

⁵⁴ Cf. Teixeira e Valla – O urbanismo Português..., p. 85.

⁵⁵ Cf. Abel – Vilas de fundação medieval..., p. 84, 124. Na mesma obra recolheram-se dados relativos aos nomes das ruas e praças de algumas localidades alentejanas. Reconheceram-se algumas concordâncias para os períodos propostos de crescimento e consolidação da localidade, tais como: rua dos Escudeiros em Alcáçovas, p. 28; rua do Relógio em Almodôvar, p. 41; rua da Corredoura em Montalvão, p. 98 e Rossio da Fonte em Vila Nova da Baronia, p. 146.

⁵⁶ Delfante – A grande história da..., p. 90. Travessa das Fragosas (Fragoso: de difícil acesso), Rua das Freiras (freiras do Recolhimento do Espírito Santo; concedido a estas por D. Vasco da Gama, 1º marquês de Nisa, em 1668. Actual Centro de Saúde), do Espírito Santo, Município, Caldeireiros (que faz, conserta ou vende caldeiras ou outros objectos de cobre ou latão/ popular: o que traz ou anuncia chuva), Malheira (malheiro: fabricante de malhas para cotas/ antiquado: tratador de abelhas), Escudeiros (pajem ou criado que levava o escudo do cavaleiro/ criado de família nobre / título honorífico que designa o grau menos elevado de nobreza) e Mercadores. Definições retiradas de www.infopedia.pt [em linha].

⁵⁷ Caetano – Vidigueira e o seu..., p. 92.

⁵⁸ ANBA, IPPAR – Inventário do património....

dar maior importância à via de passagem de Évora e Portel até Beja. Para marcar os limites do espaço inicial existiam também capelas que sacralizavam a principal via Évora-Beja⁵⁹. As presenças, a norte, da igreja de St.^a Margarida, depois da renovação, igreja da Misericórdia, e da igreja de S. Pedro⁶⁰, e no extremo sul a capela do Senhor Jesus⁶¹, certificam a antiguidade do conjunto e a sua importância local.



Figura 135 - Rua do Granado e fachada lateral da Câmara Municipal

Nas traseiras da Câmara, na rua do Granado⁶², poderiam localizar-se os celeiros⁶³ o que contribuiu para o tardio crescimento da localidade para leste.



Figura 136 - Evolução urbanística, séculos XV e XVI

2.3. Séculos XVII e XVIII

De 1715 a 1742 é o *Livro da Irmandade do Carmo*⁶⁴ que apresenta alguns dados concretos, nomeadamente uma lista de “Irmãos e Irmãs da Irmandade”, a data de ingresso na mesma e a rua em que moravam. Por estes dados pode ter-se uma ideia dos limites da localidade bem como definir, aproximadamente, quais as zonas onde

⁵⁹ Correspondente às ruas Miguel Bombarda, dos Caldeireiros e Eng. Aires da Fonseca, antiga rua da Corredoura. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1910

⁶⁰ Inaugurada no dia 1 de Abril de 1590. Hoje extinta. ANBA, IPPAR. Cf. p. 38 da 1ª Parte desta dissertação.

⁶¹ Poderá corresponder à actual Igrejinha Nova. Templo referido nas “Memórias Paroquiais” de Vidigueira, de 1758. IAN/TT – Dicionário geográfico...: Vidigueira, fl. 1019. Cf. p. 38 da 1ª Parte desta dissertação.

⁶² Granar: verbo transitivo: dar a forma de grão a; granular; verbo intransitivo: criar grão. Granado poderá aludir ainda, a muros de divisão de propriedade rural; pomar de romãzeiras (romã=granado, em castelhano); ou notável ou experiente.

⁶³ “Auto de posse” de Vidigueira e Vila de Frades de D. Vasco da Gama, em 1519.

⁶⁴ CMV – Livro da Irmandade do Carmo de Vidigueira... 1715 a 1742. Encontrado avulso no Arquivo Municipal de Vidigueira.

morariam mais pessoas e elaborar-se uma planta, onde se delimitam os espaços ai referidos, delimitando a vila entre o final do século XVII e meados do século XVIII. Certamente, não eram todos os habitantes que faziam parte desta irmandade, mas pela sua importância, pertencendo a um dos "...milhores da sua Província e dos mais ricos, em que/ com a mayor fé, e devoção dos moradores da terra..."⁶⁵, pode inferir-se que fariam parte muitos habitantes desta localidade.

A dispersão populacional neste período, pela análise a este documento, estima que a rua mais densamente povoada seria a rua Dr. António Carlos da Costa ⁶⁶, logo seguida da rua 25 de Abril⁶⁷ e da rua do Outeiro. Este alinhamento sugere que a parte populacional mais antiga foi sendo paulatinamente substituída pela mais recente onde se encontram ruas abertas recentemente, a contar com a sua localização periférica, e pelas

suas características rectilíneas como são os casos das ruas dos 25 de Abril, do Outeiro, de Frade, de Dr. Carlos César SottoMayor e a General Humberto Delgado⁶⁸. A rua

Longa terá consolidado a sua posição a partir deste período visto desempenhar o papel atribuído anteriormente de ligação entre a parte norte e sul da localidade.



Figura 137 – 1 e 2; Largo Visconde da Ribeira Brava e rua 25 de Abril ao fundo, antiga rua dos Brancos (Foto a preto e branco de Álbum Alentejano, 1931, p. 198.)

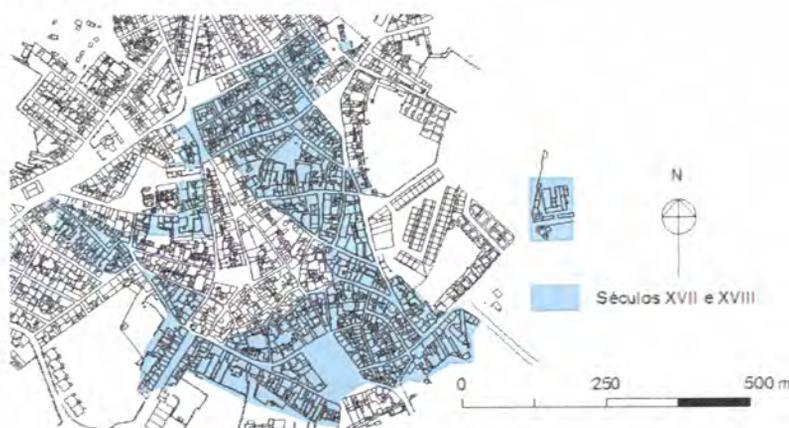


Figura 138 - Evolução urbanística, séculos XVII e XVIII

⁶⁵ IAN/TT - Dicionário geográfico...: Vidigueira, fl. 1019.

⁶⁶ Antiga rua Carrascos. Nome alterado por decisão camarária em reunião de Câmara em 1910.

⁶⁷ Antiga rua dos Brancos.

⁶⁸ Antigas rua de Lisboa e de Moura, respectivamente.

2.4. Século XIX e XX

A partir deste momento os maiores desenvolvimentos apenas se contarão a partir do século XIX. A progressão para norte e noroeste terão tido os cursos indicados. Esta acepção é corroborada pela acção do já referido visconde da Ribeira Brava que impulsionou o crescimento da localidade para norte, pela construção do primeiro ponto de abastecimento de água de Vidigueira⁶⁹, e pela criação da circunvalação. Esta veio a ser importante no século XX aquando da expansão para nordeste e, nas décadas de 20/30 a 50/60, para a construção da zona conhecida pelas Olarias, na sequência do actual largo Frei António das Chagas e estrada de Cuba.

Ainda do tempo do visconde enquanto presidente da Câmara, encontrou-se avulso no Arquivo Municipal uma planta da parte norte de Vidigueira, datada de 1899, que para além de corroborar as afirmações precedentes definem uma intenção expansionista da localidade baseada em pressupostos planeadores característicos do século XIX⁷⁰ visto ser a representação de um loteamento à época. Nesta planta verifica-se ainda a ocorrência de vastas zonas vazias dentro da malha urbana, que perduraram até 1991/1992. Estas localizavam-se, se não existissem outras de que não se tem conhecimento, no actual Bairro dos Quintalões⁷¹, e entre as actuais ruas de Santa Clara (leste), Luís Vaz de Camões (oeste), da Torre (norte) e da Matriz (sul), formando um quadrado quase perfeito denominado de “Horta do Marquês”. Verifica-se ainda que da rua da Guarda para leste ainda não existiam quaisquer



Figura 139 - Plano de loteamento de 1899, Vidigueira

⁶⁹ Nesta planta da parte norte de Vidigueira encontra-se ainda um pormenor assaz curioso: nos edificios a norte do 1º posto de abastecimento de água, conhecido como a Cascata, surgem, ao lado de uma casa de habitação que faz esquina com a actual estrada de Portel, alguns armazéns que ainda hoje podem ser identificados. Na inauguração da referida Cascata, 8 anos antes, numa foto da cerimónia no local pode reparar-se por detrás do palanque (p. 41 da 1ª Parte desta dissertação) que estes armazéns ainda não estavam construídos. Esta evidência demonstra que desde 1891 até ao início do século XX a expansão para norte, ao longo desta via, se efectivou bastante rápido.

⁷⁰ Carvalho – Formas Urbanas, p. 52 e seguintes.

⁷¹ Chamado na altura “quintalões do Dr. Garcia”.

construções, corroborando o referido anteriormente para o crescimento da localidade para oeste e sudoeste, ao longo das vias referidas.

Deve fazer-se referência à existência, em 1715 e também em 1830⁷², de uma rua da Fonte nesta localidade que hoje não pode ser identificada com certeza. Este caso pode dever-se ao reordenamento na zona sul da localidade, correspondente ao *Rocio* da Fonte, por altura da construção da Escola Primária de Vidigueira, em 1880. Embora não existam registos conhecidos até ao momento, pode admitir-se ou supor-se que, à luz das concepções urbanísticas da altura, se tenham demolido alguns edifícios de modo a “construir” a praça Vasco da Gama, suprimindo-se, portanto, esta rua da qual só restou a memória na rua Nova da Fonte, que já vem referenciada em 1825⁷³.

Do século XX é o *Ante-Plano de Urbanização de Vidigueira*⁷⁴. Estes planos, tal como o de Vidigueira, preconizavam a recuperação e a renovação urbanística das localidades, promovendo a demolição de zonas consideradas insalubres se fosse necessário, e impulsionavam a construção de novos equipamentos públicos⁷⁵.

Apesar de tudo, a importância deste plano não está tanto no que propõe para o futuro mas sim aquilo que revela do passado urbanístico da localidade. Observa-se que os limites de então quase correspondem aos actuais, com a excepção dos loteamentos mais recentes da Tapada das Tendas, do Bairro Dr. Covas Lima, da rua do Fojo e o Bairro dos Quintalões. Verifica-se que ainda não estava concluída a construção da zona das Olarias, no extremo sudeste, como um dos crescimentos proporcionados pela acção do visconde da Ribeira Brava.



Figura 140 - Ante-Plano de Urbanização de Vidigueira, 1953

⁷² *Mapa dos Irmãos da Confraria de nossa Senhora do Rosário desta villa da Vidigueira*, 1830, encontrado avulso no Arquivo Municipal de Vidigueira.

⁷³ *Rol dos Irmãos da Confraria do Rosário da Vila de Vidigueira*, 1825-1828, encontrado avulso no Arquivo Municipal de Vidigueira.

⁷⁴ Processo iniciado em 26 de Setembro de 1949, por aprovação da Câmara Municipal de Vidigueira e findo a 6 de Novembro de 1953 com a homologação por despacho do Ministro da Obras Públicas.

⁷⁵ Abel – Vilas de fundação..., p. 24 e 87.

Analisando os vários espaços, cronologicamente diferenciados, tal como aqui se entendem, a ortogonalidade das novas áreas contrasta com a irregularidade das mais antigas. Observando a totalidade do núcleo urbano, verifica-se que a uma zona irregular a sul, sudeste e até à rua da Guarda a leste, sucede uma ortogonal a norte da rua 25 de Abril e no seguimento da estrada de Portel, largo Frei António das Chagas e estrada de Cuba.



Figura 141 – Possível evolução urbanística, séculos XIX e XX

3. O edifício habitacional baixo-alentejano

Após discursar sobre a evolução urbanística, também merece atenção o edifício característico e tradicional baixo-alentejano, que alberga informações quanto à evolução económica e social destas comunidades.

Apesar de se encontrar no território alentejano outros tipos de edifícios, como o caso dos “montes alentejanos”, aquele que predomina, essencialmente no contexto urbano, é a casa térrea, “...de um modo geral, pequena e singela.”⁷⁶ Ocorrendo um pouco por todo o país, este tipo de casa define as características arquitectónicas dos territórios e “...exprime verdadeiramente a vida doméstica e económico-profissional da sua população...”⁷⁷.

Na Idade Média, este modelo de habitação, de influência romana e muçulmana, era aquele que dominava nas povoações portuguesas. Eram frequentemente de piso térreo e apresentavam poucas aberturas para o exterior sendo a porta da rua, na maioria dos casos, a única⁷⁸. No sul, devido à escassez de madeira, construíam-se em taipa, pedra ou tijolo. Os pavimentos, quando não eram em terra batida, seriam de ladrilhos cerâmicos e os tectos eram abobadados com tijolo, caso não se utilizasse a estrutura de madeira do telhado como forro



Figura 142 - Praça Vasco da Gama nº 28

interior. Os telhados eram de colmo para uns e de giesta para outros⁷⁹. Apesar de tudo, devido à tradição moura de utilizar a telha, haveria casas que a ostentavam como sinal de abastança.

Um dos tipos mais simples de habitação medieval, onde apenas se encontra uma única divisão plurivalente em termos funcionais, correspondia àquele que deu origem às tipologias mais usuais de entre as casas urbanas menos abastadas. A cozinha seria a divisão mais importante da habitação e o espaço onde decorriam as principais tarefas

⁷⁶ GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – Arquitectura tradicional portuguesa, p. 20.

⁷⁷ Galhano e Oliveira – Arquitectura tradicional portuguesa, p. 19.

⁷⁸ Cf. CONDE, Manuel Silvío - Sobre a casa urbana no Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média. Revista de Arqueologia Medieval, pp. 243-266.

⁷⁹ A.H. de Oliveira Marques – A sociedade medieval..., p. 76.

domésticas e mesmo comerciais⁸⁰. Estaria numa posição central, frequentemente logo a seguir à entrada da casa.

As paredes divisórias interiores eram construídas em “taipa ou de «tavoado»”⁸¹ e acedia-se às diferentes divisões por reposteiros (quando existia uma evolução dos tipos mais simples de habitação criando espaços especializados nas casas⁸²). Aludindo à tradição muçulmana, a presença de um hortejo ou de um pomar



Figura 143 - Quintal com pomar, rua da Boavista, nº 5

deveria compor o espaço da casa⁸³. Este modelo deve ter-se mantido nas povoações mais rurais do país, pois encontram-se destes exemplos até há pouco tempo nas habitações urbanas do Alentejo.

Também em Vidigueira, tal como noutros locais, esta casa é subsidiária da sua congénere medieval. São geralmente construídas em taipa e recorre-se à pedra da região para solidificar a estrutura. As coberturas são, frequentemente, de madeira e a presença da tradicional telha de canudo é fundamental para construir o ambiente destes edifícios. Esta casa reflecte o clima, a natureza e às actividades humanas em geral.

As propriedades do material com que se constroem delimitam e limitam as formas que apresentam. Tendo a taipa como sistema principal de construção, a geometria dos edifícios está condicionada à forma prévia dos moldes que também condiciona a sua aparência. Assim, este tipo de construções apresentam plantas condicionadas a molde e os arcos estão condicionados à abertura de vãos em superfícies⁸⁴. A sua melhor resposta aos esforços por compressão, obriga a que o vencimento dos vãos seja feito recorrendo a outros sistemas construtivos, “...nomeadamente a utilização da madeira como estrutura de suporte de uma cobertura.”⁸⁵ Sendo que este tipo de edifícios podem ter ou não tectos, aqueles que são mais característicos do território de Vidigueira é a abobadilha alentejana⁸⁶.

De um modo geral, as construções neste território distinguem-se pela sua horizontalidade, pelos telhados de 2 ou 1 água e pelas características chaminés que surgem, por vezes, na fachada. Surgem em contextos urbanos, geralmente, em

⁸⁰ Cf. M. Sílvio Conde - Sobre a casa urbana... p. 247.

⁸¹ M. Sílvio Conde - Sobre a casa urbana... p. 247.

⁸² M. Sílvio Conde - Sobre a casa urbana... pp. 247 e 255.

⁸³ Cf. A.H. de Oliveira Marques - A sociedade medieval... p. 67.

⁸⁴ Cf. Gonzáles - Geometrias da arquitectura... pp. 160-162.

⁸⁵ Gonzáles - Geometrias da arquitectura... p. 195.

⁸⁶ AAVV - Arquitectura popular em Portugal, pp. 43-47.

aglomerados populacionais concentrados e exprimem a ruralidade do meio em que o homem vive. Tem, maioritariamente, propósitos habitacionais, onde a cozinha desempenha uma função vital, mas conjuga essa faceta com a existência de pequenos quintais onde se cultiva produtos hortícolas e pomares, cria gado ou aves e de onde se retira a água para consumo de poços ou cisternas⁸⁷. As aberturas são escassas e os edifícios apresentam a alva cor da cal, recolocada todos os anos por altura da Primavera⁸⁸.

3.1. Dos edifícios de Vidigueira: caracterização morfológica

Pela análise ao *Ante-Plano de Urbanização* de Vidigueira verifica-se que em quase todas as habitações, em especial nas zonas mais recentes, a área do lote destinada a quintal era muito maior que a actual. Isto prende-se com as condições higiénicas da altura e pela necessidade de ter um quintal onde se pudesse manter uma pequena horta para alguns produtos essenciais. A dimensão dos quintais pode ser aferida pela análise efectuada às matrizes prediais urbanas até 1940, realizada na Repartição de Finanças de Vidigueira⁸⁹,



Figura 144 - Ante-Plano de Urbanização de Vidigueira

que revela que existia uma média de 288,6 m² por lote, num total de 1227 prédios registados⁹⁰. Do total das matrizes, apenas 814 (66%) contam com área descoberta, com

⁸⁷ Cf., por exemplo, MEDA-CORPUS – Urban row house on one level [em linha]; AAVV – Arquitectura popular em Portugal; Galhano e Oliveira – Arquitectura tradicional portuguesa, pp. 151-167.

⁸⁸ AAVV – Arquitectura popular em Portugal, p. 263; Galhano e Oliveira – Arquitectura tradicional portuguesa., pp. 151-152.

⁸⁹ Cf. Quadro 1 nos Anexos da 3ª Parte desta dissertação, Vol. 2, p. 111.

⁹⁰ Optou-se por remover aqueles prédios que contavam com áreas demasiado elevadas. Retirou-se para a área coberta 7 prédios e 8 para a área descoberta. De referir que este expediente foi iniciado no ano 1937. Registaram-se os 3 anos seguintes no sentido de manter uma data certa para a sua análise e colmatar alguns atrasos no registo dos prédios desde a data do seu início.

uma média de 175,5 m² de área, sendo que 63% eram para quintal, restando 37% para zona coberta.

Segundo o PUV em 2001 existiam 1635 edifícios sendo que apenas 24% destes tinham sido construídos antes de 1919. Por outro lado, os anos 80 foram aqueles onde 34 % dos edifícios foram construídos. Estes números devem ser interpretados no sentido de ter sido nesta década que se fizeram obras de reabilitação ou reconversão dos edifícios pois, pela análise às referidas matrizes prediais de Vidigueira, chega-se à conclusão que apenas 88 edifícios que havia até 1940, foram demolidos. Por outro lado, a grande maioria sofreu alienações, partimentando-se o lote até 5 vezes.

Quanto à volumetria dos edifícios, o mesmo PUV, afirma que “[a] zona mais antiga, que se situa na área central da vila, é onde se concentra a maioria das construções com dois pisos. Os edifícios de 2 e 3 pisos são relativamente raros e correspondem ou a edifícios com particular significado...”⁹¹. Os dados das matrizes prediais corroboram esta asserção. Pode afirmar-se que, até 1940, apenas 98 (8%) edifícios tinha 1º andar, e apenas 2 (0,1%) edifícios tinha 2º andar. No entanto, quanto às divisões interiores, os primeiros apresentam uma média de 14 compartimentos e 7 dependências⁹², e os segundos 53 compartimentos e 9 dependências, para uma média total de 6 e 2 respectivamente. Numa contagem excluindo os edifícios de 1º e 2º andar, portanto só com os edifícios térreos, verificam-se médias de 5 compartimentos e 2 dependências por edifício.

⁹¹ Planarq – PUV, p. 118.

⁹² “Áreas Brutas dependentes – As áreas brutas dependentes são as áreas cobertas de uso exclusivo, ainda que constituam partes comuns, mesmo que situadas no exterior do edifício ou da fracção, cujas utilizações são assessorias relativamente ao uso a que se destina o edifício ou fracção, considerando-se, para esse efeito, locais assessoriais, as garagens e parqueamentos, as arrecadações, as instalações para animais, os sótãos ou caves acessíveis, desde que não integrados na área bruta privativa, e ainda outros locais privativos de função distinta das anteriores.” MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – Declaração Mod. 1 do IMI: Instruções de preenchimento.

4. Definição das zonas de onde se irão retirar as amostras

As zonas que se estabeleceram para retirar as amostras serão aquelas que correspondem aos vários períodos de evolução urbanística de Vidigueira, tal como foi exposto. Apesar de tudo, tal como se adverte no início desta parte, a originalidade dos edifícios mais antigos, correspondentes aos séculos XIII a XVI, não pode ser aferida com certezas. Dos séculos XVII e XVIII pode ocorrer uma maior certeza e das duas últimas centúrias, aparte poucos casos, a sua originalidade é quase certa.

Assim, definiu-se que para a recolha de amostras se criariam 4 Zonas de análise. A saber: Zona 1 – séculos XIII, XIV, XV, XVI; Zona 2 – séculos XVII e XVIII; Zona 3 – Século XIX; Zona 4 – século XX. A escolha desta metodologia recaiu na dimensão das zonas definidas e pelas certezas relativamente à originalidade das construções que contêm. Do mesmo modo, a esta divisão corresponderão as maiores fases de evolução desta localidade, crescimento acompanhado por alterações de mentalidade que definiram caminhos urbanísticos específicos em Portugal e no resto da Europa, tal como já foi exposto.

Apesar desta divisão, tentar-se-á contribuir para o reconhecimento das construções em cada um dos períodos apresentados. Se a Zona 1 contém uma grande amplitude temporal, a separação das características que se identificarem por períodos será uma prioridade.

O mesmo sucede para a Zona 2, não pelas mesmas razões, mas por notar-se quatro áreas distintas de evolução urbanística. A estas correspondem: área A – denominada da “Parreira”, entre a praça Vasco da Gama (oeste), o final da rua General Humberto Delgado (leste e sul) e a rua Dr. António Carlos da Costa; área B – denominada do “Outeiro”, entre a travessa do Romão Mendes (sul), travessa do Beco (norte) e Largo Visconde da Ribeira Brava (leste); área C – denominada do “Frade”, entre a rua 25 de Abril (sul) e a rua da Matriz (norte); área D – denominada “Nascente”, que corresponde à área a Este da praça Vasco da Gama, pela rua Longa, até à rua da Guarda.

As Zonas 3 e 4 parecem ter características comuns que poderão ser identificadas ao longo da análise.

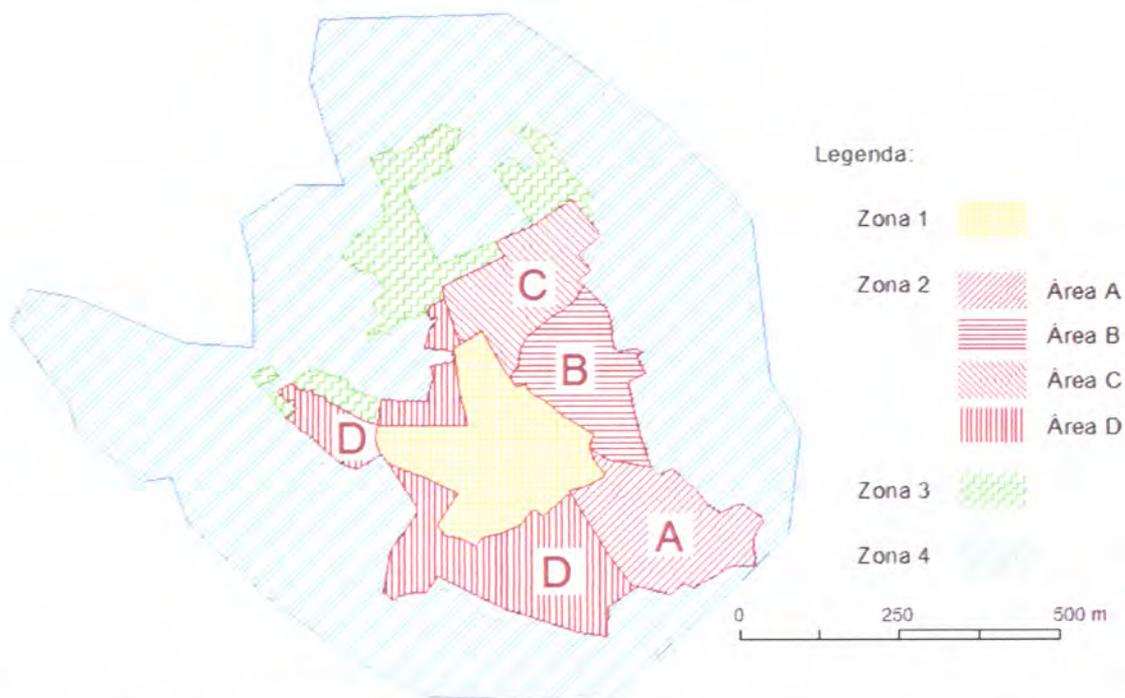


Figura 145 – As 4 Zonas de análise

4.1. Escolha dos edifícios

A escolha dos edifícios revela-se essencial para uma justa análise à construção em taipa de Vidigueira. A definição de critérios formais, identificáveis por observação directa exterior aos mesmos, é fundamental. Assim, num primeiro momento, procedeu-se a um levantamento dos edifícios em taipa, ou com estruturas em taipa, de Vidigueira.

A observação exterior e um inquérito preliminar aos proprietários foram essenciais para a elaboração desta primeira aproximação ao total de edifícios em taipa. Verifica-se que existe uma grande concentração de construções, que recorrendo a esta técnica ainda persistem, apesar de ter deixado de utilizar-se há cerca de 50 anos. No entanto, esta representação não é total pois haverá alguns, certamente, que também serão de taipa mas são irreconhecíveis pela observação do exterior.

Após esta primeira abordagem, e definida a ficha de inquérito, procedeu-se ao levantamento de amostras. Tentou-se escolher aqueles edifícios que apresentassem características mais próximas com as originais e onde fosse possível identificar a técnica construtiva com relativa certeza pelo menos. No entanto, e para motivos estatísticos, o levantamento de maior número de edifícios foi elaborado tendo em vista a definição de tipos arquitectónicos e a sua evolução, dimensões das estruturas de taipa, tipos de

coberturas e tectos utilizados. Quanto a estes últimos, tomam especial relevo as abobadilhas alentejanas e quais as divisões em que se encontram. Infelizmente, devido às características do levantamento que se elaborou, a recolha das dimensões das abobadilhas nem sempre foi possível. Este facto prendeu-se, grandemente, com a indisponibilidade dos proprietários e pelo facto de os edifícios serem habitações e terem o devido recheio no lugar, pelo que se tornava bastante difícil a sua medição.



Figura 146 - Edifícios de taipa, ou com estrutura de taipa, identificados em Vidigueira

Para a escolha dos edifícios a ser inquiridos estabeleceram-se algumas considerações prévias. Para além de terem que ser de taipa, a escolha de edifícios térreos, enquanto representantes das vivências socioculturais e económicas das população comum, definiu-se como condição essencial. Do mesmo modo, a escolha de edifícios que possam apresentar características ancestrais e alterações pouco vincadas também foram alvo de atenção. Durante a elaboração do inquérito, perguntar se o edifícios tinham sido alterados substancialmente foi essencial para definir quais os que mantinham as características formais intactas ou pouco alteradas. Além destas definições, aquela que mais importância teve na escolha dos edifícios foi efectivamente o acesso aos mesmos.

Estes levantamentos revelaram-se bastante frutíferos, apesar das dificuldades encontradas. Além daquela quanto às medições das abobadilhas alentejanas, devem

contar-se outras relevantes para a limitação deste levantamento. Em primeiro lugar, deve referir-se que muitos dos edifícios que seriam ótimos exemplares para esta investigação encontram-se em estado de abandono e o acesso a eles é bastante difícil, pois muitos dos proprietários não se encontram na região. Uma outra razão prende-se com a resistência por parte dos proprietários. Apesar de identificado, a população desta localidade, composta em grande parte por idosos, receia ser burlada ou então, com medo que este inquiridor seja de algum organismo governamental ou municipal, não querem que se elabore qualquer levantamento que possa implicar um aumento de impostos sobre os imóveis. Casos houve em que os proprietários também se revelaram receosos devido a algumas construções clandestinas, principalmente nas traseiras dos lotes, ou ainda por não quererem que se revelasse o que este continha devido às restrições à alteração dos volumes impostas pelo PDM e pelo Plano de Urbanização de Vidigueira.



Figura 147 – Distribuição geral dos edifícios de taipa inquiridos em Vidigueira⁹³

⁹³ Cf. Figura 1 nos Anexos da 3ª Parte desta dissertação. Vol. 2, p. 159.

4ª Parte:

**Consideração
analítica dos dados
recolhidos**

Pelo exposto anteriormente, acerca da técnica de construção em taipa e das coberturas tradicionais, da evolução histórico-urbanística de Vidigueira e uma apreciação morfológica e volumétrica aos edifícios desta localidade, cabe neste momento verificar como se adequam aquelas informações às moradias urbanas construídas em taipa, de acordo com a metodologia definida anteriormente. O inquérito¹ que se efectuou por edifício permitiu a recolha de dados sobre as suas características tipológicas e técnicas e um breve levantamento das patologias mais frequentes.

O método de selecção da amostra resultou adequado para os objectivos a alcançar, pois permitiu a racionalização da amostragem por zonas específicas que mantêm características similares histórico-urbanísticas. A única zona da qual não foi possível recolher mais amostras foi a referente aos séculos XV-XVI. Além de ser aquela que apresentava menor área e maior número de edifícios de 1º piso, aliam-se ainda as razões expostas anteriormente sobre as dificuldades encontradas para recolher as amostras. Refere-se ainda que terá sido nesta área que as alterações aos edifícios mais se fizeram sentir, a julgar pela quantidade de edifícios com características setecentistas e oitocentistas.

1. Caracterização tipológica dos edifícios urbanos

No decurso dos levantamentos efectuados, num total de 106² inquéritos que abrangem as áreas anteriormente definidas, a percepção dos tipos habitacionais construídos em taipa mais frequentes em Vidigueira tornou-se mais clara. A originalidade destes edifícios, quanto à época de construção, não pode ser assegurada devido às dinâmicas de renovação ou alteração dos espaços urbanos. O reconhecimento de espaços com características próprias e uma abordagem individualizada aos mesmos, trouxe dados sobre quais as lógicas de implantação a que poderão ter correspondido e o tipo de edifícios que poderão ter sido construídos.

¹ Cf. Ficha de inquérito nos Anexos da 4ª Parte desta dissertação, p. 165.

² No inquérito ao edifício da rua da Boavista nº 57 não se efectuou um levantamento total. Esta habitação foi considerada por apresentar dados de valor considerável quanto à percepção da técnica construtiva em taipa. Deste modo apenas 105 habitações são consideradas para a definição dos tipos arquitectónicos habitacionais em Vidigueira. Cf. Quadro 1 nos Anexos da 4ª Parte desta dissertação, p.169.

A definição de tipos arquitectónicos teve em atenção os modelos de raiz medieval, identificada noutras localidades³ e que parecem encontrar-se na base da formação dos espaços habitacionais alentejanos desde aquele período histórico.

Este tipo de edifício apresenta uma planta simples que corresponde a uma divisão de forma rectangular ou quadrangular que se integra num lote de características medievais⁴. Na repetição deste modelo, em lotes de fachadas estreitas mas alongados em comprimento, frequentemente com duas frentes no quarteirão, estará a origem dos tipos habitacionais que se identificaram em Vidigueira.

O reconhecimento deste modelo de “casa elementar”, desenvolvido por Fernando Galhano e Ernesto

Veiga de Oliveira na “Arquitectura tradicional portuguesa”⁵, referido em modelos similares por A. H. de Oliveira Marques na

“Sociedade medieval portuguesa”⁶ e por outros autores que se debruçaram

sobre este assunto⁷, apontam para esquemas de evolução que se baseiam nos contextos económico-sociais das comunidades em que se inserem. As necessidades básicas de ter espaços de alojamento e de várias outras vivências, associadas à pobreza de imobiliário que se registava nesta fase de transição histórica⁸ e a um estilo de vida baseado nos trabalhos agrícolas e da pecuária, terão delimitado um espaço básico de um

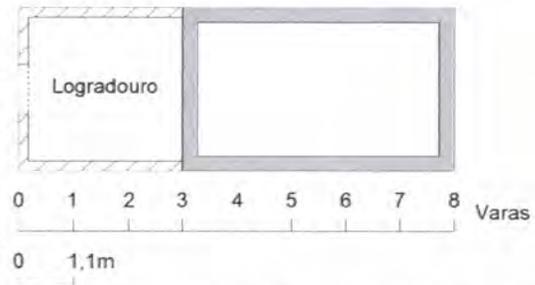


Figura 148 - Possível modelo medieval de divisão única ou casa elementar; tipo 1 segundo Manuel Silvío Conde, casa de Évora.



Figura 149 - Possível modelo medieval de duas divisões para habitação, casa elementar duplicada; tipo 2 segundo Manuel Silvío Conde, casa de Évora.

³ Cf. Fonseca – Arquitectura de terra..., pp. 61-81. Conde – Sobre a casa urbana..., pp. 243-266.

⁴ Cf. o capítulo 3 da 3ª Parte desta dissertação, sobre algumas características do lote medieval, p.143 .

⁵ Galhano e Oliveira – A arquitectura tradicional..., pp. 23-24.

⁶ A. H. de Oliveira Marques – A sociedade medieval portuguesa, pp. 63-86.

⁷ Destaca-se ainda Manuel Silvío Conde com o seu contributo na revista Arqueologia Medieval. Manuel Silvío Conde - Sobre a casa urbana..., pp. 243-266.

⁸ Cf. A. H. de Oliveira Marques – A sociedade Medieval..., pp. 76-86.

compartimento ou divisão com um quintal nas traseiras. Na sequência do exposto, pode afirmar-se que é a organização interior destas habitações que definem a sua tipologia⁹.

No que diz respeito às dimensões da casa medieval, o exemplo de Évora é revelador: seria bastante pequena, com áreas entre os 11 e os 30 m². Esta ocorrência parece ter sido condicionada por razões culturais: “A casa eborense é, simultaneamente, baixa e pequena, assemelhando-se a uma casa rural instalada na cidade, «reduzida aos seus elementos mais simples – *casa dianteira e celeiro*», e o espaço intramuros parece abundar [ao contrário de Lisboa mais estreita e alongada que parece ter sido condicionada pelos espaços públicos].”¹⁰

A evolução deste modelo inicial ter-se-á efectuado no sentido das traseiras, ocupando o quintal, simplesmente pela repetição da casa original. Evoluções posteriores, possivelmente durante o período Moderno, terão dado origem a modelos das mesmas casas mas em altura (tipo 3 segundo Manuel Silvío Conde¹¹), último espaço que poderia ser ocupado em virtude da manutenção do espaço do quintal, essencial para várias funções, tanto higiénicas como de suporte alimentar.

No período Moderno e Contemporâneo terão surgido novas concepções habitacionais decorrentes dos ideais da época¹². A concepção da planta elementar terá evoluído para comportar formas diferentes. A repetição no sentido lateral da *casa elementar duplicada*, sugere que a forma desta casa, agora quadrangular e com quatro divisões, já não se alonga para as traseiras ou em altura, mas ocupa uma maior área de fachada. Esta concepção estará na origem na maioria dos tipos de habitação que se encontraram em Vidigueira.

Mais uma vez, novas regras sociais, inexistentes em períodos anteriores¹³, terão contribuído para a evolução deste tipo no sentido de incluir novos elementos, como as



Figura 150 - Possível evolução lateral da casa elementar, no sentido lateral, nos períodos Moderno e Contemporâneo

⁹ Cf. DEMANGEON, Albert – *Problèmes de géographie humaine*. Paris : [s.n.], 1942. p. 263. Apud Galhano e Oliveira – *Arquitectura tradicional portuguesa*, p. 13.

¹⁰ Manuel Silvío Conde - *Sobre a casa urbana...*, p. 250.

¹¹ Manuel Silvío Conde – *Sobre a casa urbana...*, p. 245.

¹² Sobre este assunto cf. capítulo 3 da 3ª Parte desta dissertação, p. 143.

¹³ Fonseca – *Arquitectura de terra em Avis*, p. 62.

chaminés, que pouco se verificavam no período medieval¹⁴, ou corredores centrais ou laterais às divisões.

A dimensão dos lotes nos séculos XIX e princípios do século XX, parecem deter dimensões similares às actuais. Esta concepção urbanística terá ainda contribuído para o alargamento das fachadas das habitações, com três divisões de fachada e, por vezes, um casão lateral, criando novas organizações internas.

Os materiais em que seriam construídos seriam aqueles disponíveis na região. Apesar de tudo, não parecem ser os materiais nem o método construtivo que condicionam os tipos habitacionais, mas sim a memória que as pessoas têm dos seus edifícios e das funções que lhes atribuem¹⁵. Tal facto é justificado pela observação de habitações com as mesmas tipologias construídas com outros materiais¹⁶.

1.1. Tipos arquitectónicos habitacionais em Vidigueira¹⁷

De entre as várias Zonas de análise (Zona 1 – núcleo inicial, séculos XIII-XIV e séculos XV-XVI; Zona 2 – séculos XVII-XVIII, dividida em 4 áreas: A, B, C e D; Zona 3 – século XIX e Zona 4 – século XX¹⁸) conseguiu-se identificar sete tipos de edifícios habitacionais, todos de piso térreo, de acordo com os objectivos desta dissertação.

1.1.1. Tipo 1 – Casa de uma divisão de raiz medieval

Poucas evidências se encontraram deste tipo em Vidigueira. Na Zona 1 (Séculos XIII a XVI) apenas se identificaram duas habitações correspondentes aos séculos XIII-XIV. As restantes distribuem-se pelas restantes Zonas (três nos séculos XVII-XVIII, uma no século XIX e outra no século XX). As habitações identificadas nos séculos XIX e XX parecem ser alienações de habitações contíguas pelo que não merecerão tanta consideração.

¹⁴ Manuel Silvío Conde – Sobre a casa urbana..., p. 254.

¹⁵ MESTRE, Victor – **Arquitectura popular da Madeira**. Lisboa : Argumentum, 2002. p. 69. Apud Fonseca – *Arquitectura de terra...*, p. 64.

¹⁶ A título de exemplo, refira-se o caso da habitação na rua do Fojo, nº 8 em Vidigueira, construída em tijolo na mesma altura que o nº 6 da mesma rua, que foi construída em taipa e adobe ou tijolo cru.

¹⁷ Cf. Quadro 1 nos Anexos da 4ª Parte desta dissertação, p. 169.

¹⁸ Cf. Capítulo 4 da 3ª Parte desta dissertação, p. 147.



Figura 151 - Rua dos Mercadores, nº13, habitação Tipo 1

Dos oito edifícios identificados, aqueles que se encontram na rua dos Escudeiros nºs 33 e 40, na rua 25 de Abril nº 32 e na rua dos Mercadores nº 13, serão aqueles que melhor contribuem para o reconhecimento deste tipo.

O modelo de habitação encontrado apresenta um lote estreito mas alongado, bastante preenchido com pelo menos três compartimentações internas. No caso da habitação da rua dos Escudeiros nº 40 encontram-se cinco compartimentos correspondentes a divisões interiores de modo a proporcionar

melhores condições de alojamento aos proprietários.

De entre os referidos, o edifício que melhor representa este tipo encontrar-se-á na rua dos Mercadores nº13, embora não se encontre na Zona correspondente à época medieval, mas nas suas imediações.

Esta habitação apresenta uma chaminé na fachada que poderá validar a sua origem seiscentista ou setecentista, observando que as chaminés pouco se verificavam nas construções medievais¹⁹. Esta chaminé, hoje em dia meramente decorativa, pois foi derrubada no interior, caracteriza-se por ter uma “...forma de caixa, que se encosta às paredes...”.²⁰ Na fachada destacam-se ainda outros dois elementos: um óculo para iluminação interior e apenas um vão de porta em cantaria de granito trabalhado.

Pelo interior, apesar de se ter incluído um corredor lateral, que alterou a organização da habitação, foi possível identificar (com o auxílio dos proprietários) dois compartimentos que parecem seguir o modelo de *casa elementar duplicada* referido atrás. As paredes exteriores e a parede interior do meio, que poderão corresponder à construção inicial da habitação, são em taipa, sendo as mais recentes em tijolo.

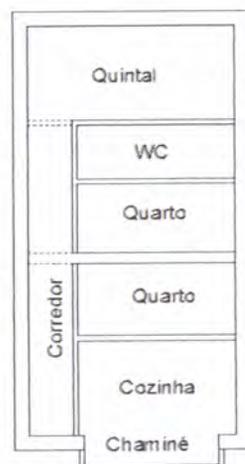


Figura 152 - Planta esquemática da habitação da rua dos Mercadores, nº13

¹⁹ Manuel Sílvio Conde – Sobre a casa urbana..., p. 254.

²⁰ Galhano e Oliveira – Arquitectura tradicional portuguesa, p. 157.

A cozinha, que se encontra logo a seguir à entrada, ocupava todo o primeiro compartimento da habitação. A divisão das traseiras servia para alojamento e o quintal para as necessidades da época.

Encontrar-se-ão poucos registos deste tipo devido às sucessivas alterações na malha urbana que afectaram, por circunstâncias de precedência, os lotes mais antigos da localidade.

1.1.2. Tipo 2 – Casa de duas divisões à frente e duas atrás

Este é o tipo de habitação que mais se verificou neste inquérito, com 28 ocorrências distribuídas de forma algo regular por todas as Zonas propostas. Apesar de tudo, é nos séculos XVII-XVIII que mais surge com um total de 14 edifícios.

Tal como já se referiu, este Tipo derivará da evolução do precedente mas no

sentido lateral. Anuncia modelos diferentes de organização da malha urbana, tanto que apresenta uma fachada mais larga que imprime volumetrias diferentes aos edifícios e traria ambientes inovadores (à luz da época) e à sequência dos mesmos nos arruamentos.



Figura 153 - Largo de S. Francisco, nº6, casa de Tipo 2

Pelo facto de se terem identificado bastantes ocorrências nos primeiros séculos, pode afirmar-se que este foi, desde o início, um dos Tipos que mais influenciou o modelo de habitação nesta localidade.

Encontra-se um bom exemplo destas habitações no largo de S. Francisco nº6 (século XVII-XVIII, área C).

De fachadas simples, por vezes sem outra abertura para o exterior além da porta de entrada, este Tipo caracteriza-se por apresentar duas divisões de fachada, sendo uma destinada a *casa dianteira* e outra

a quarto ou espaço de lazer. Nas divisões de trás, repete as mesmas divisões onde surge,



Figura 154 - Planta esquemática da habitação do largo de S. Francisco, nº 6

frequentemente, um outro quarto e uma cozinha com uma chaminé da parede lateral exterior. Casos havia em que a cozinha se encontrava numa casa da fachada, como era o caso da habitação da rua de S. Francisco nº 5. Por este edifício se achar numa esquina, a chaminé encontrava-se na fachada lateral do mesmo. Tanto nas paredes exteriores como nas interiores, este Tipo apresenta a taipa como o principal sistema construtivo. O recurso ao tijolo, nas paredes, indica, na maioria das vezes, alterações à organização interna das habitações.

A evolução destas construções realizou-se para as traseiras, pela construção de novas divisões e libertando as anteriores para outras funções. Bastantes cozinhas foram desactivas, sendo construídas outras em sua substituição, alterando os volumes impressos pelas chaminés laterais. Verifica-se, com alguma repetição, a existência de chaminés desactivadas a encimar os telhados no local onde estaria a antiga cozinha e poços tapados nas novas divisões que ocuparam o quintal.

Uma outra alteração que merece dar conta diz respeito à inclusão de corredores centrais que suprimem espaço às divisões preexistentes. Esta evidência sugere alterações continuadas nos edifícios desde períodos bastante remotos. Este facto pode ainda comprovar a anterioridade deste Tipo a outros que poderão ser mais recentes.

1.1.3. Tipo 3 – Casa de três divisões de fachada

Este Tipo (com 19 habitações identificadas), a contar pelo número de ocorrências nos séculos mais antigos, sugere ter surgido no período seiscentista ou setecentista. A sua maior ocorrência nos séculos XVII-XVIII, nas áreas C e D (5 habitações), que podem corresponder a períodos de evolução mais recentes da localidade²¹, e nos séculos XIX e XX (com 11 habitações), parecem corroborar esta definição cronológica.



Figura 155 - Casa de 3 divisões de fachada, rua da Boavista, nº 58, Casa de Tipo 3

²¹ Cf. capítulo 4 da 3ª Parte desta dissertação.

De entre estas habitações verificam-se muitos exemplos que podem considerar-se em estado quase original. Entre estes, destacam-se os edifícios da rua dos Gregos nº5 (séc. XVII-XVIII B), da rua do Frade nº32 (séc. XVII-XVIII C), o da rua Fialho de Almeida nº17, da travessa do Cotovelo nº16 (séc. XIX) e o da rua da Boavista nº58 (séc. XX). Na

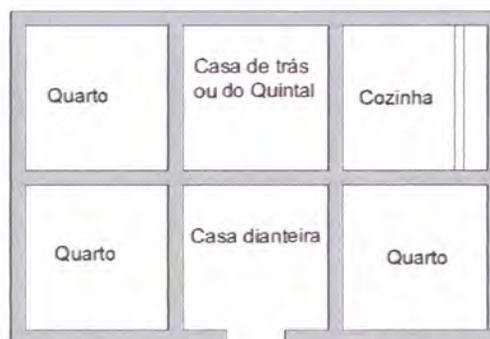


Figura 156 - Planta esquemática da 2ª fase do Tipo 3 na rua da Boavista, nº58

primeira e na última destas habitações verifica-se apenas a existência de um único vão correspondente à porta da entrada. A inclusão de janelas, tal como se verifica nos restantes casos referidos, veio alterar levemente a sobriedade destes edifícios e definem-se como uma das principais alterações realizadas.

A sua organização interior, com três divisões de dimensões iguais ou similares



Figura 157 - Casa de três divisões de fachada, Travessa do Cotovelo, nº16, casa de Tipo 3

de fachada numa primeira fase, e numa segunda fase outras três divisões atrás, imprime uma nova lógica de compartimentação do espaço. A entrada fazia-se para uma casa dianteira que servia tanto de sala de entrada, de estar como de passagem para os quartos que se localizavam de lado, ou para a cozinha numa das divisões laterais ou nas traseiras (no caso da habitação da rua Novas das Eiras nº 7 a cozinha-se situava-se num alpendre no quintal, pois as divisões laterais serviam de quartos).

Na segunda fase de evolução deste Tipo verifica-se que a cozinha, caso não existisse anteriormente, passava a localizar-se numa destas novas divisões, com uma chaminé adossada à parede lateral exterior do edifício. Tal como no caso da rua de S. Francisco nº 5 do Tipo 2, que se encontra de esquina, também se verificava na habitação da travessa do Cotovelo nº 16 a existência de uma chaminé adossada à fachada lateral, tendo sido demolida durante a última recuperação do imóvel.

A taipa servia como o principal sistema construtivo das paredes nestas construções. Tal como no Tipo anterior, as paredes exteriores e interior do meio, com uma maior função estrutural, eram frequentemente mais largas que as interiores laterais

que apenas serviriam de paredes divisórias com cerca de 0,40 m, menos 10 cm que as paredes estruturais.

Para além da evolução destes edifícios no sentido das traseiras, com novas divisões ou com outras de substituição das preexistentes (como é o caso das cozinhas), a inclusão de corredores centrais assume-se como um dos principais elementos de alteração da sua organização interior. Do total de edifícios incluídos neste Tipo, 10 apresentam esta alteração. Este facto poderá revelar que este será um modelo obsoleto do ponto de vista das necessidades habitacionais actuais.

1.1.4. Tipo 4 – Casa de quatro divisões de fachada



Figura 158 – 1 e 2; Habitação de quatro divisões de fachada com falso corredor, rua do Outeiro, nº 8

Este foi o Tipo que menos ocorrência teve de entre os identificados, só com duas habitações. Entre outras razões, este facto corresponderá às circunstâncias da escolha dos edifícios para se fazer este inquérito. Pela sua volumetria, aspecto mais elaborado (com várias janelas de fachada: normalmente 3) e pelas características morfológicas que apresentam, com quatro divisões de fachada, outras quatro nas traseiras e, por vezes, corredor central, parecem demonstrar que não pertenceriam ao comum trabalhador rural. No caso da habitação da rua General Humberto Delgado nº 16 verifica-se uma repetição de divisões com áreas mais pequenas que aquelas encontradas na rua do Outeiro nº 8. Talvez esteja nas dificuldades encontradas aquando da transposição deste modelo para lotes mais pequenos o seu pouco desenvolvimento nos edifícios mais modestos da localidade.

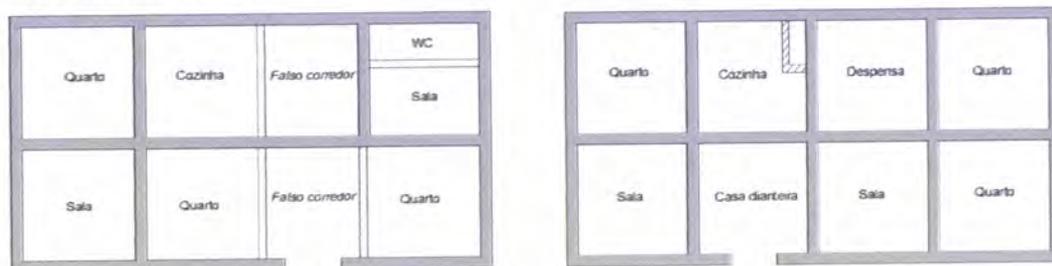


Figura 159 – 1 e 2; Plantas esquemáticas das habitações da rua do Outeiro, nº 8, falso corredor central que termina na cozinha e da rua General Humberto Delgado, nº16

Tal como nas construções do Tipo anterior, também se verifica a presença de uma *casa dianteira*, que aqui assume uma função essencialmente de circulação e de passagem. Este modelo evoluiu, tal como nos outros, no sentido das traseiras repetindo a divisão de passagem.

Esta organização interior pressagia a criação de um *falso corredor*²² central mais estreito que as restantes divisões, que termina no quintal ou na entrada para a cozinha, quando esta é construída numa outra fase de evolução deste Tipo no sentido das traseiras, como se verificou na rua do Outeiro nº8.

As paredes são construídas em taipa e apresentam dimensões diferentes dependendo da sua função estrutural. A parede da fachada, do meio (paralela à da fachada) e a do quintal, ou de *trás* (correspondente ao primitivo alçado tardoz), são mais grossas que as interiores, atingindo frequentemente os 0,55-0,60 m de largura. As paredes interiores atingem dimensões entre os 0,40 e os 0,50 m de largura. Na rua do Outeiro nº 8, a parede lateral esquerda do *falso corredor* é em tijolo, o que poderá indicar uma alteração tardia desta divisão, talvez para adaptá-la ao gosto da época.



Figura 160 - 1 e 2; Rua General Humberto Delgado nº 16, fachada e casa dianteira

1.1.5. Tipo 5 – Casa de corredor

Este modelo de organização, com características mais recentes que os anteriores e que denunciam uma norma socioeconómica diferente, é aquele que ainda perdura na memória da comunidade enquanto principal modelo de organização interior das habitações. As suas linhas características, com um corredor central até ao quintal e duas divisões de cada lado deste elemento de circulação, parecem



Figura 161 - Rua Dr. Carlos C. SottoMayor Figueira, nº 19, Casa de corredor sem janelas, Tipo 5

²² Ver Tipo 6 – Casa de falso corredor mais adiante.

promover uma melhor organização da área, libertar espaço para quartos ou outras divisões e sugerirá uma melhor evolução da habitação no sentido das traseiras. Esta percepção utilitária do corredor poderá estar na origem da sua frequente inclusão nos Tipos 2 e 3 (10 e 7 casos, respectivamente, de entre os 22 verificados), surgindo como um dos principais elementos de alteração orgânica do espaço interior daquelas habitações.



Figura 162 - 1 e 2; Casa de corredor, rua do Marquês, nº 20, casa Tipo 5 e planta esquemática

A maioria dos edifícios que se identificaram deste Tipo, localizam-se nas Zonas correspondentes aos últimos séculos de evolução da localidade, cabendo ao século XX 6 ocorrências (séc. XVII-XVIII D – 2; séc. XIX – 2). Nos séculos XIII-XIV, XV-XVI e XVII-XVIII B verificam-se uma ocorrência em cada um, que poderão equivaler a reconstruções mais recentes.

Estes edifícios apresentam normalmente três aberturas para o exterior que correspondem a duas janelas e uma porta em posição central. Apesar desta regra, a habitação da rua Dr. Carlos C. SottoMayor Figueira nº 19 não apresenta qualquer janela.

O corredor, frequentemente em posição central, acompanhava toda a casa até ao quintal. Em fases posteriores de construção, passou a terminar nas cozinhas ou marquises construídas nas traseiras. O lado em que se encontra a cozinha é variável, mas encontrou-se sempre numa das duas casas das traseiras, com a chaminé, invariavelmente, numa das paredes laterais exteriores.

As paredes laterais destas habitações, as que acompanham o corredor, são frequentemente em tijolo ou em adobe, embora também surjam em taipa, como é o caso da habitação da rua do Marquês nº 20. Esta taipa, à imagem do que sucede com os casos anteriores das paredes laterais interiores, tem dimensões mais reduzidas entre os 0,40 e os 0,53 m, enquanto as estruturais apresentam dimensões entre os 0,50 e os 0,60 m.

1.1.6. Tipo 6 – Casa de *falso corredor*

Ao elaborar-se a entrevista ao Sr. António João Trole, quando este referiu que no início se construíam as casas com um corredor mas que depois começaram a fazer uma “sala” para receber as visitas²³, entendeu-se que o modelo que aqui se define como Tipo 3 seria aquele ao qual se referiria. Após os levantamentos efectuados, pela análise que lhe sucedeu, chegou-se à conclusão que o Tipo 3 é anterior ao corredor e que este Tipo de habitação poderá corresponder efectivamente a um “recoo saudosista” ao modelo definido pelo Tipo 3. Estes edifícios integram-se em lotes mais largos, porventura originados por parcelamentos ou loteamentos mais recentes, e apresentam três divisões à frente e outras três atrás, que poderão corresponder a uma segunda fase de evolução construtiva das habitações. A divisão do meio tem a função específica de corredor mas, pelo facto de ser mais larga, assume características próprias de uma *casa dianteira* tal como nas habitações do Tipo 1, 2, 3 ou 4. Esta “mistura” de conceitos terá dado origem a um tipo de habitação deveras interessante (pelo menos na óptica do executante desta investigação). Revelador para a sua definição cronológica, é o facto de se terem verificado 7 ocorrências na Zona 4 (séc. XX) das 8 no total²⁴.



Figura 163 - 1 e 2; Casa de falso corredor, rua do Nova do Olival, nº 9, casa Tipo 6 e planta esquemática

Este Tipo poucas diferenças parece apresentar em relação ao referido anteriormente. A fachada apresenta volumes similares, com duas janelas e uma porta central; pelo interior este *falso corredor* desempenha a mesma função que um corredor; a cozinha encontra-se com mais frequência na divisão de trás do lado esquerdo e a chaminé, tal como as anteriores, dispõe-se ao longo da parede lateral exterior do edifício.

²³ Cf. a entrevista ao Sr. António João Trole nos Anexos da 2ª Parte desta dissertação, p. 17.

²⁴ A outra foi no século XVII-XVIII A, mas pode corresponder a uma reconstrução tardia.

As paredes laterais interiores são frequentemente em tijolo, apesar de também existirem em taipa menos largas que as que têm uma maior importância estrutural. A utilização do adobe para erguer as paredes divisórias também se verifica. Destacam-se os casos das habitações na rua do Olival nº 27 e da rua Nova do Olival nº 9.

1.1.7. Tipo 7 – Casa com casão na fachada

Este Tipo de habitação foi o segundo mais verificado com 26 ocorrências distribuídas por quase todos os períodos históricos²⁵. Pelas dimensões que o lote tinha que ter para se construir uma habitação com este modelo, julga-se ser contemporâneo dos últimos dois Tipos referidos: séculos XIX e XX.

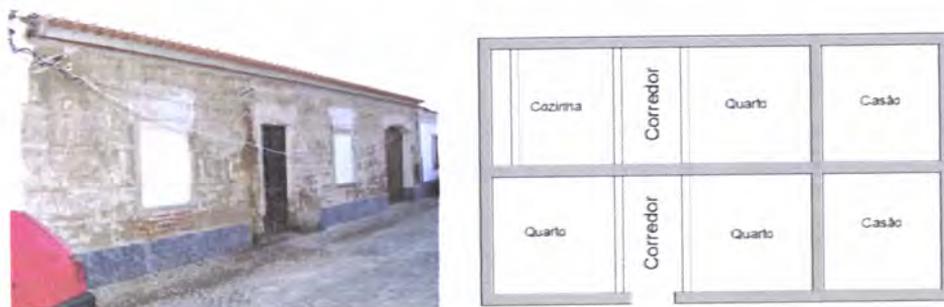


Figura 164 - 1 e 2; Rua de S. João, nº 3, casa com casão na fachada, casa Tipo 7 e planta esquemática

Aquilo que define este Tipo é a presença, tanto do lado esquerdo como do direito, de um *casão*, tal como se apelida em Vidigueira. De entre todos os Tipos identificados, este será aquele que melhor se conseguirá verificar ao passear pelas ruas da localidade pois o ritmo destas fachadas é bastante revelador. Apesar de tudo, funciona sempre em conjunto com um dos outros Tipos apresentados. De entre os apurados, verificou-se que é mais frequente a sua associação com as habitações de Tipo 5, casas de corredor, com 13 ocorrências.



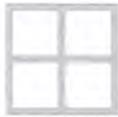
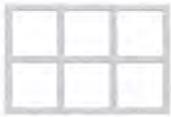
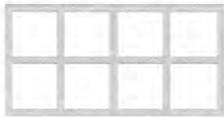
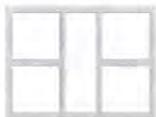
Figura 165 - Casão do edifício da rua de S. João, nº 3

As paredes laterais exteriores, que dividem a habitação do casão, acompanham por vezes o sistema construtivo das restantes paredes interiores laterais. No edifício da rua do Pombalinho nº 4 foi possível identificar esta analogia com paredes em taipa e na

²⁵ Apenas não se verificou qualquer edifício deste Tipo nas áreas B e C do século XVII-XVIII.

rua de S. João nº 3 encontrou-se um sistema misto de adobe e taipa. No entanto, na maioria dos casos esta parede lateral é de taipa.

Quadro 5 - Tipos arquitectónicos verificados em Vidigueira

	Tipos	Descrição	Caracterização
	Tipo 1 – Casa de uma divisão de raiz medieval	Planta simples de dois compartimentos; iluminada por óculo ou janela nas fachadas	Modelo de raiz medieval disperso pela localidade. Alterações interiores, com paredes divisórias em taipa ou tijolo.
	Tipo 2 – Casa de duas divisões à frente e duas atrás	Planta com quatro compartimentos; poucas aberturas e chaminé nas divisões das traseiras.	Modelo evoluído de raiz medieval e moderna, com maior concentração nas Zonas mais antigas. Apresentam construções para as traseiras. Paredes laterais interiores de taipa.
	Tipo 3 – Casa de três divisões de fachada	Planta com seis compartimentos; abertura das janelas mais recente. Cozinha e chaminé nas divisões das traseiras.	Modelo setecentista ou oitocentista de habitação. Evoluiu para as traseiras com a repetição do modelo da fachada (1ª fase) e com WC e cozinhas novas (2ª fase). Paredes laterais interiores de taipa.
	Tipo 4 – Casa de quatro divisões de fachada	Planta com oito compartimentos, com três janelas de fachada. Habitação mais erudita, com cozinha nas divisões das traseiras.	Modelo setecentista ou oitocentista de habitação. Composição plena na construção com ampliações para as traseiras. Paredes laterais interiores de taipa.
	Tipo 5 – Casa de corredor	Planta com quatro compartimentos e corredor. Com duas janelas e porta de entrada. Cozinha e chaminé numa das divisões laterais ao corredor.	Modelo Contemporâneo de habitação. Alterações e ampliações para as traseiras com WC, cozinha e marquises. Paredes laterais interiores de taipa, tijolo ou adobe.

	<p>Tipo 6 – Casa de falso corredor</p>	<p>Planta com quatro compartimentos e falso corredor. Imitação da planta de três compartimentos de fachada, com duas janelas e porta de entrada. Cozinha e chaminé numa das divisões laterais ao falso corredor.</p>	<p>Modelo Contemporâneo de habitação. Alterações e ampliações para as traseiras com WC, e cozinha e marquises. Paredes laterais de tijolo ou adobe.</p>
	<p>Tipo 7 – Casa com casão na fachada</p>	<p>Planta com quatro compartimentos, corredor e casão lateral. Fachadas muito alongadas com duas janelas, ma porta e um portão. Cozinha e chaminé numa das divisões das traseiras laterais ao corredor.</p>	<p>Modelo Contemporâneo de habitação com anexo de apoio à actividade agrícola. Alterações e ampliações para as traseiras com WC, e cozinha e marquises. Paredes laterais de tijolo ou adobe</p>

2. Análise aos dados técnicos das habitações identificadas

No sentido de conhecer melhor os materiais e os sistemas construtivos utilizados na arquitectura vernacular em Vidigueira, correspondentes aos edifícios em taipa identificados, procedeu-se, aquando da elaboração do devido inquérito, ao levantamento dos dados técnicos sobre as fundações, paredes (técnica de execução da taipa), vãos das portas e janelas, cunhais, revestimentos, ligação entre a parede e as coberturas, tectos e coberturas. Do total dos edifícios, nem todos possibilitaram a observação dos materiais e sistemas construtivos. Apesar de tudo foi possível reunir alguns dados, dos quais esta análise irá dar conta.

O destaque vai para a técnica da taipa, que se assume como o elemento integrador de todos os edifícios e define o objecto desta dissertação.

2.1. Materiais de construção

Nas habitações que foram alvo de inquérito a terra assume-se como o principal material utilizado na construção, quer ao nível das fundações, utilizada como argamassa²⁶, nas paredes enquanto recheio e revestimento, ou mesmo nas coberturas também como argamassa.

Apesar desta prevalência da terra, encontram-se outros materiais. O tijolo é aquele que mais se verifica das paredes, nas ombreiras e arcos das portas e janelas, a cal a que mais se utiliza como argamassa e a madeira, de várias espécies, é aquela que se encontra nas coberturas e, por vezes, a servir de lintel a portas e portões. Também se verifica o emprego da cana nas coberturas e vários tipos de peças cerâmicas utilizadas em vários pontos das construções (por exemplo o tijolo de meia na cobertura ou ladrilho nos pavimentos). O tijolo cru, ou adobe, também se verifica. Encontrou-se com mais frequência nas paredes laterais interiores, mas também nas paredes estruturais como pontos de apoio dos caibros e das madres de madeira das coberturas.

²⁶ Na forma de barro, mais fino extraído dos leitos das ribeiras e barrancos.

2.2. A terra e a taipa²⁷

O conhecimento da técnica da taipa, além das coberturas tradicionais, define-se como um ponto essencial para esta dissertação. Todos os inquéritos foram efectuados a edifícios de taipa e, tal como descrito anteriormente²⁸, tentou escolher-se aqueles de onde se poderia recolher uma amostra o mais aproximada das suas características originais. Para esta análise recolheram-se dados de 109 edifícios e muros de divisão de propriedade em contexto urbano.

Pela observação directa e comparação das mesmas, verifica-se que a terra utilizada parece ser a da região. As diferenças que se encontraram parecem derivar da própria constituição do solo do local onde os edifícios foram construídos, visto ser esse



Figura 166 – 1 e 2; Taipa de entulho, rua da Malheira, nº 3 (Inicial) e taipa virgem, rua do Pombalinho, nº 9 (séc. XX)

que serviu para a sua edificação em muitos casos. Apesar de tudo, tal como os mestres taapeiros haviam referido, identificaram-se dois tipos terra utilizadas que dão origem às designações: *taipas virgens* e *taipas de entulho*. A dispersão destes tipos de taipa é reveladora quanto à originalidade dos edifícios por cada Zona proposta. Verifica-se que nos séculos mais antigos se identificaram mais terras de entulho na taipa e nos períodos mais recentes, essencialmente no século XIX e XX, se identifica uma maioria de *taipas virgens*.

Estes dados sugerem que houve reconstruções parciais ou totais dos edifícios nos séculos mais recuados, que indicarão alterações profundas nas malhas urbanas e na tipologia dos edifícios. Pelo exposto anteriormente, referente aos Tipos 1, 2, 3 e 4,

²⁷ Cf. Quadro 2 nos Anexos da 4ª Parte desta dissertação, p. 173.

²⁸ Cf. o capítulo 3.1 da 3ª Parte desta dissertação, pp. 145-146.

verifica-se que houve alterações, ao longo dos séculos, quanto à organização das habitações de modo a adaptá-las a novas regras sociais.

Quadro 6 – Tipos de terra das taipas verificados

Zonas Taipa	1			2 - XVII-XVIII				3	4
	Inicial	XIII-XIV	XV-XVI	A	B	C	D	XIX	XX
Virgem	1	-	-	3	5	1	4	5	30
Entulho	4	2	-	1	1	4	1	-	-

Apesar das características das terras utilizadas, a técnica de construção dos blocos e das paredes de taipa não parece ter-se alterado significativamente. Existe uma predominância dos blocos com 0,50 m de altura, 1,60 m de comprimento e 0,50 m de espessura, ou largura das paredes. As paredes interiores de taipa apresentam, frequentemente, dimensões inferiores, por razões técnicas mas também para obter mais

espaço livre no interior. Verificou-se em 5 casos a ocorrência de blocos divididos ao meio, certamente devido à fraca qualidade das terras utilizadas para a composição das paredes.



Figura 167 - Parede de taipa com cintamento e junta vertical de areia e cal, rua SottoMayor Figueira, n° 19

Apesar das dimensões apresentadas, registam-se ainda as dimensões extremas: altura: 0,45 m (Lg. Visconde da Ribeira Brava, n°33) e 0,63 m (rua General Humberto Delgado, n°16 e muro da rua dos Gregos/Tv. do Beco); com

primento: 1,20 m (rua Fialho de Almeida, n° 17) e 2,10 m (rua do Olival, n° 3); largura: 0,34 m (parede interior da rua do Frade, n° 3) e 0,75 (parede exterior da rua do Granado, n° 9). Verificaram-se também, com alguma frequência, dimensões diferentes na mesma parede, correspondentes à parte superior e inferior das mesmas. O objectivo deste procedimento seria reforçar a base da



Figura 168 - Blocos de taipa divididos ao meio, rua da Boavista, n° 34

parede e aligeirar a parte superior da mesma.

Quanto aos cintamentos, dos casos registados (63), apenas 46 não apresentam qualquer cintamento nos blocos de taipa. Naqueles em que se verifica, existe uma predominância da utilização de tijolo (e não tanto o lambaz, mais grosso), adossado com argamassa de barro, apesar de também se ter verificado a utilização de barro e cal ou areia e cal em 12 casos. Só se registou um caso de cintamento só com pedra. No entanto, a junção dos dois materiais contabilizou 10 registos. Adianta-se ainda que a



Figura 169 - Tijolo na junta vertical, rua SottoMayor Figueira, nº 19



Figura 170 - Tijolo na junta vertical, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 8

pedra tanto se verificou nos blocos inferiores como nos superiores, apesar de haver uma predominância nos inferiores.

As juntas verticais, quando se verificaram, dos 50 registos, 28 são em barro, 10 em barro e cal ou areia e cal e 8 com barro e areia e cal. Verificou-se também a presença de tijolos nas juntas verticais, dos quais se destaca as habitações da rua SottoMayor Figueira nº 19 e do largo Visconde da Ribeira Brava nº 8. Neste caso ter-se-á recorrido a este sistema para reforçar o tirante metálico que se encontra por cima.

2.2.1. Fundações²⁹

Dos 106 edifícios inquiridos, apenas 45 forneceram dados concretos sobre este componente de grande importância para a manutenção das boas condições estruturais dos edifícios. Não foi possível verificar as diferenças entre a altura das fundações na parte interior (mais alta) e a exterior (mais baixa) dos edifícios.

²⁹ Cf. Quadro 3 nos Anexos da 4ª Parte desta dissertação, p. 179.

Na maioria das vezes as fundações são constituídas pela junção da pedra da região, o granito, e o barro. A junção de cal à argamassa, formando o composto que os Srs. António João Trole e António Faísco apelidaram de *maçacote*, verificou-se apenas em 3 casos.

Apesar da prevalência da pedra enquanto principal material utilizado nas fundações, verificou-se a utilização de tijolo, misturado com a pedra em 18 casos. Não se encontrou qualquer



Figura 172 - Fundações de pedra granítica irregular, rua da Boavista, nº 34

explicação para esta mistura, no entanto, a contar pelo que foi referido pelos mestres pedreiros quanto à utilidade do tijolo para os carregamentos das abobadilhas alentejanas (com as devidas ressalvas), pode inferir-se que poderia ter uma função similar, isto é, absorver as humidades e retirá-las dos paramentos.

A pedra utilizada é o granito; material que se encontra em abundância, espalhado e bastante fragmentado nos arredores da localidade. Apresenta formas irregulares (daí ser apelidada de “pedra agulha” pelo Sr. António João Trole) próprias para a sua utilização em construção, devido às suas características preênsais. A utilização do xisto, recolhido na serra de Portel, apenas se verificou em um caso na rua de S. João nº 3.

A sua altura, devido à importância que tem para proteger as paredes da



Figura 173 – 1 e 2; Fundações salientes, rua do Carmo, nº 3 e muro da rua dos Gregos/ tv do Beco



Figura 171 - fundações de pedra de xisto misturadas com bocados de tijolo, rua de S. João, nº 3

...contrariar os esforços exercidos pelo terreno da fundação com assentamentos

diferenciais...”³⁰, também se registaram. Quanto à altura verificou-se bastantes amplitudes entre os 0,10 m da rua da Hortinha, nº 13, e o 1,50 m verificado na rua da Boavista, nº 34.

Quanto às fundações salientes foi possível identificar 1 ocorrência nas habitações inquiridas, no largo Frei António das Chagas, nº 47. Apesar de tudo, ao percorrer a localidade deparou-se com mais 2 casos que se registam. Surgem num edifício que serve de arrecadação na rua do Carmo, nº 3, e num muro de uma propriedade urbana na rua dos Gregos e travessa do Beco. Estas saliências, que serviam de soco, estarão na origem das barras longitudinais inferiores que hoje em dia se colocam nos edifícios com motivos puramente estéticos.

2.2.2. Paredes

Após ter sido descrita a técnica da taipa com a qual as paredes são executadas, convém dar conta de outros elementos que contribuem para a constituição das paredes, tais como a sua ligação com as fundações e com a cobertura, frequentemente de madeira.

Quanto ao primeiro ponto referido, e recuperando as indicações dos mestres taapeiros³¹, verificou-se, efectivamente, a existência de uma fina camada de barro entre as fundações e as paredes. Tal como o Sr. António Carraça refere, era colocada uma camada de “massa de cal”, isto é, barro e cal ou maçacote, em cima da pedra para reforçar a ligação entre estes dois elementos, reforçar este ponto, sempre algo frágil, de degradações e auxiliar a reunião com o reboco.



Figura 174 - Fundações de pedra granítica e tijolo com uma fina camada de barro de ligação com a taipa, rua do Carmo nº 17

Nas ligações com as coberturas, verificou-se que não havia grandes cuidados. As paredes eram simplesmente escavadas de modo a formar uma caixa onde se inseriam os

³⁰ Fonseca – Arquitectura de terra em Avis, p. 82.

³¹ Cf. o capítulo 2.1.6 da 2ª Parte desta dissertação, pp. 72-73.

barrotes de madeira. Encontrou-se casos em que estes espaços eram preenchidos com bocados de tijolo e barro e casos em que tal não sucedeu.

Nas habitações inquiridas³² verificou-se, quanto às paredes laterais interiores, que existe uma predominância da utilização da taipa, com 43 casos identificados. O tijolo ocupa a segunda posição com 28, e o adobe a última com 11 habitações. Verificou-se também que em 21 habitações, existem paredes de dois ou mais materiais, como por exemplo tijolo e adobe, taipa e adobe, tijolo e taipa ou uma mistura dos três.

Nas paredes interiores de tijolo ou adobe, o material de construção era colocado, normalmente, a uma vez, utilizando a técnica do intrincado³³, com juntas de barro ou de maçacote. Tal como já se verificou, os tijolos e os adobes apresentam dimensões similares em Vidigueira: 0,32x0,16x0,06,5 ou 0,07 m³⁴.

As paredes de adobe eram executadas utilizando uma técnica mista, tal como foi descrito pelos mestres taapeiros³⁵. A cada 4 ou 5 fiadas de adobe (ou mais como no caso da habitação da rua do Fojo, nº 6) era colocada uma fiada de tijolo de modo a reforçar estruturalmente a parede. As primeiras fiadas eram sempre em tijolo para que não se correr o risco de esmagamento das peças que ficavam em estado cru. As peças superiores, que ficavam em ligação com o telhado, podiam ser em adobe, mas como era uma zona de maior humidade era conveniente que fossem de tijolo também. Apesar de tudo, verificaram-se os dois casos.

Tal como se referiu atrás, neste capítulo,



Figura 175 - Paredes lateral de casão em adobe com uma fiada de tijolo, adossados com argamassa de barro, rua do Fojo, nº 6



Figura 177 - Paredes de adobe na parte inferior, taipa na intermédia e tijolo na superior de ligação com o telhado, rua de S. João, nº 3



Figura 176 - Parte inferior de uma paredes lateral interior em tijolo, encimado por adobe, rua de S. João, nº 3

³² Neste caso 104 edifício, sem contar com o da rua da Boavista nº 57 porque não se acedeu ao interior do mesmo, e o da rua de S. João nº 2.

³³ Com as juntas desencontradas como técnica de travamento.

³⁴ Cf. o capítulo 1.1.2 e 1.1.3 da 2ª Parte desta dissertação, pp. 50-53.

³⁵ Cf. entrevistas dos Srs. António Faísco, António João Trole e António Carraça.

também se encontraram outras soluções de paredes com dois tipos de sistema construtivo, nomeadamente o adobe, o tijolo e a taipa. É o caso da habitação da rua de S. João, nº 3, onde a parede superior é de taipa, a ligação com a cobertura é de tijolo e encontram-se assentes numa parede de adobe.



Figura 178 - Tirante metálico, rua da Boavista nº 57

A colocação de tirantes metálicos, ou linhas de ferro como se designam em Vidigueira, era frequente. Ao percorrer a localidade observa-se o seu fecho nas paredes, compondo a fachada com as suas formas. Eram elementos muito importantes para manter a boa qualidade estrutural das paredes, de modo a que não cedessem pela pressão exercida pelas coberturas.

2.2.3. Vãos de portas e janelas

Os vãos das portas e janelas, bem como dos portões de acesso aos casões, eram executados segundo os métodos expostos pelos mestres taapeiros: ou eram executados logo que se faziam as paredes ou então abriam-se depois³⁶. Nos casos identificados, verificou-se que os vãos são frequentemente reforçados com tijolos, tanto nas ombreiras como nos arcos. No caso da habitação do largo Visconde da Ribeira Brava nº 8, verificaram-se duas técnicas para executar as ombreiras: colocadas ao cutelo e na perpendicular, possivelmente para reforçar a ombreira. Na rua Eng. Aires da Fonseca nº 26 verifica-se que não se coloca nada nas ombreiras além do reboco de barro e areia e cal.



Figura 179 - Ombreira sem tijolo, rua Eng. Aires da Fonseca, nº 26

No mesmo largo verificou-se, no nº 21, duas soluções para os arcos dos vãos: em folha, tal como descrito pelo Sr. Manuel Francisco Fialho³⁷, e em arco abatido, mais comum. Apesar da utilização do tijolo ser maioritária, verificaram-se lintéis em



Figura 180 - Lintel em madeira, Rua da Malheira, nº 3

³⁶ Cf. capítulo 2.1.8 da 2ª Parte desta dissertação, pp. 80-81.

³⁷ Cf. capítulo 2.1.8 da 2ª Parte desta dissertação, pp. 80-81.



Figura 182 - Ombreira de tijolo ao cutelo e perpendicular e arco abatido, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 8,

madeira na rua da Malheira, nº 3, na habitação do Largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21, na rua 25 de Abril, nº 32, entre outras.

Os peitoris são, frequentemente, executados em tijolo e cobertos de madeira ou argamassa. Importava que ficassem bem executados para escoar a água das chuvas e impedir infiltrações e a degradação das caixilharias das janelas. Os poiais, elemento característico das habitações

alentejanas, são de alvenaria de tijolo ou de pedra. Para a primeira solução, verifica-se que se cobriam com ladrilhos ou tijolo para os reforçar.

As caixilharias das portas e janela são tradicionalmente em madeira. Apresentam-se pintadas da mesma cor, tradicionalmente de uma cor viva como o verde ou o ocre, tanto no aro como nas portadas, e sem vidros nas aberturas. Apesar de tudo, pelas alterações efectuadas ao longo dos anos, foram-lhes inseridos vidros de modo a melhorar as condições de habitabilidade.

Sobre as caixilharias dos vãos interiores, verificou-se que ainda persistem duas realidades, de entre as mais antigas: de madeira ou então com reposteiros. Se o primeiro caso permite uma melhor separação dos espaços e mantém as boas condições climáticas das divisões interiores, o segundo apenas permite estas condições parcialmente. Apesar de tudo, pelo relato dos habitantes da localidade, era um recurso bastante utilizado devido à falta de disponibilidade financeira para adquirir portas de madeira.

2.2.4. Cunhais

Os cunhais que se verificaram apresentam as características definidas anteriormente³⁸. Estes elementos de grande importância, estão sujeitos a muitas anomalias e erosão próprias da sua função estrutural e posição na habitação.



Figura 181 - Reposteiro a tapar o portal interior, rua do Frade, nº 3

³⁸ Cf. capítulo 2.1.7.3 da 2ª Parte desta dissertação, p. 79.



Figura 183 - Cunhal sem blocos alternados, rua General Humberto Delgado, nº 18

Além daqueles sem qualquer tipo de reforço, como no caso da habitação da rua General Humberto Delgado nº 18³⁹, os cunhais em escadinha, tal como foi referido pelo Sr. António João Trole, e os cunhais rectos, que compõem um pilar no canto, são os mais frequentes.

Os cunhais são feitos com lambaz e utilizam como argamassa areia e cal ou então simplesmente barro.



Figura 184 – 1 e 2; Cunhais em escadinha, também se verificam os blocos desencontrados e dois cutelos, e cunhal de pilar, rua do Carmo, nº 17, e praça Vasco da Gama, nº 9 e 10

2.2.5. Tectos e coberturas⁴⁰



Figura 185 - Extremidade de abobadilha com a técnica da abobadilha de berço, rua Cega, nº 5



Figura 186 - Extremidade da mesma abobadilha com técnica de abobadilha de engras, rua Cega, nº 5

Para os tectos, de entre as 106 habitações inquiridas apenas se pôde recolher dados de 104⁴¹. Para estas, apontam-se quatro tipos: de abobadilha, madeira, de cana e de laje. O último veio a cobrir as divisões mais recentes, mas também surge em substituição de tectos mais antigos de outros materiais, sendo uma das principais alterações efectuadas nos edifícios. Encontraram-se vários

³⁹ Esta habitação não fez parte das inquiridas, pelo que não tem qualquer ficha de análise efectuada. As informações e as fotos obtidas são do ano de 2007.

⁴⁰ Cf. Quadro 3 nos Anexos da 4ª Parte desta dissertação, p. 179.

⁴¹ Menos as habitações das ruas de S. João nº 2 e Boavista nº 57.



Figura 188 - Abobadilha de engras com calhas de ferro, rua Comendador José Domingos Fazenda, nº 30



Figura 187 - Abobadilha de engras com lunetas, rua Comendador José Domingos Fazenda, nº 30



Figura 190 - Forro de tijolo de meia na cobertura, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21



Figura 189 - Forro de tijolo de meia na cobertura, rua do Outeiro, nº 8

tipos de tectos e coberturas nos mesmos edifícios.

Os tectos de abobadilha verificaram-se em 38 edifícios, apresentando fechos de abóbada com variadas decorações, e localizam-se, principalmente, nas divisões de lazer e alojamento. Encontra-se este

tipo de tecto nas casas dianteiras, nos quartos e nos corredores. Dependendo da forma da divisão, assim altera também a sua. Para divisões quadrangulares verifica-se a abobadilha de engras normal com fecho ao centro da divisão. Nas rectangulares encontra-se a abobadilha mais alongada com dois fechos, um a cada extremidade. Nestas verifica-se ainda a existência de arcos ao meio, para “encurtá-la” de modo a que as fiadas não sejam tão compridas⁴². Ainda referente às rectangulares, verificou-se também o recurso a uma técnica mista de abobadilha de berço e de engras em cada uma das extremidades

da divisão.

Nas abobadilhas das divisões quadrangulares, verificou-se uma variação da abobadilha própria das divisões rectangulares, variação essa que

já vem registada na *Arquitectura popular em Portugal*⁴³. Esta desenvolve-se ao longo de calhas de ferro utilizando apenas três ou quatro tijolos por fiada paralela à parede de arranque.

Uma outra variação de abobadilha observada é a abobadilha de engras com lunetas⁴⁴.

⁴² Cf. a entrevista ao Sr. António João Trole (vídeo).

⁴³ AAVV – *Arquitectura popular em Portugal*, p. 47.

⁴⁴ Cf. a entrevista ao Sr. Manuel Francisco Fialho.

Apesar do destaque ir para os tectos de alvenaria, os tectos de laje são aqueles que mais se verificaram nas habitações inquiridas, com 83 ocorrências. Os forros de madeiras, ainda persistem em divisões de 41 habitações, e os de cana em 4 habitações, sem se ter verificado a técnica do calafetado.

Quanto às coberturas, sempre de duas águas, apenas se registaram em 102 habitações das inquiridas⁴⁵. Destas, as de madeira predominam com 95 ocorrências, repartidas deste modo: folha-guarda-pó 59 e ripa-de-salto-de-rato 36. Nestas últimas verificou-se a colocação de reforços nas madres quando era preciso vencer vãos maiores. A cana verificou-se em 5 habitações.



Figura 191 – 1, 2 e 3; Coberturas de cana, ripa-de-salto-de-rato e folha-guarda-pó

Outras coberturas, coincidentes com as anteriores, também se verificaram. Destacam-se as duas ocorrências de cobertura com caibros e barrotes de madeira e forro de tijolo de meia, verificados na rua do Outeiro nº 8 e no largo Visconde da Ribeira Brava nº 21.

Quanto aos beirais, elementos de remate das coberturas, verificaram-se todos os tipos descritos anteriormente⁴⁶. Os mais verificados são os beirais simples, os beirais duplos e os beirais com sub-beirado. Executados com tijolo ou telha, verificou-se que o avanço dos mesmos é reduzido para as características das fundações e paredes destes edifícios.



Figura 192 - Habitação com beiral de sub-beirado, rua da Boavista, nº 40

⁴⁵ Menos as habitações das ruas de St.ª Clara nº 6, S. João nº 2, D. Violante nº 6 e Boavista nº 57.

⁴⁶ Cf. o capítulo 2.3.4 da 2ª Parte desta dissertação, pp. 118-119.

2.2.6. Pavimentos



Figura 193 - Corredor com pavimento de ladrilhos de cimento prensado, rua do Fojo, nº 6

Os pavimentos encontrados já apresentam alterações profundas. Desde meados do século XX, com o surgimento do cimento, a aplicação de ladrilhos de cimento prensado começou a ser uma prática corrente, ao ponto de se terem verificado na maioria das habitações. Soluções mais recentes, com azulejos modernos, também se verificaram. Apesar desta substituição dos pavimentos deve referir-se que existem casos em que os proprietários tentam colocar ladrilhos novos, é certo, mas que imitam os antigos, quer os cerâmicos ou os de cimento prensado.

Embora se verifiquem estas alterações, ainda é possível encontrar pavimentos de ladrilho cerâmico antigo, pintados com almagre ou tinta mais recente, e chão de terra, como na habitação da praça Vasco da Gama, nº 28.



Figura 194 - Pavimento de terra e ladrilho cerâmico antigo, praça Vasco da Gama, nº 28

2.2.7. Revestimentos



Figura 195 - Sobreposição de camadas de cal de diferentes cores, rua da Boavista, nº 23

Os revestimentos, em especial os rebocos, desempenham uma função fundamental para a boa manutenção dos paramentos das paredes, mas também de outras partes dos edifícios, como as funções ou os pontos de ligação entre as paredes e o telhado. Esta camada sacrificial era tradicionalmente executada em areia ou barro e cal, tendo-se verificado em 37 casos. Apesar de tudo, e reconhecendo que um dos pontos mais alterados nas habitações são os

vindo a ser mais empregue, registando-se 24 ocorrências. Tendo isto em conta, verificou-se em 43 edifícios a presença de rebocos de areia e cal com cimento.

Embora estes sejam os materiais mais utilizados, o barro também era aplicado, pelo menos nas primeiras camadas: o salpisco ou crespido e a camada de base. Por cima destas verificou-se a presença de uma camada de acabamento em areia e cal. Verificou-se este caso na rua Eng. Aires da Fonseca n° 26, no muro de divisão de propriedade da rua dos Gregos/ tv. do Beco e na rua da Boavista n° 23⁴⁷.

A caiação é o acabamento tradicional, tanto no interior como no exterior, apesar de já ter sido bastante adulterado. Verificou-se que o branco é a cor mais frequente, mas registaram-se outras cores, algumas correspondentes a caiações anteriores. O azul, o amarelo e o cinzento foram as que mais se verificaram.

A cal para cair era preparada com pasta de cal aérea e água. Para dosear estes materiais utilizava-se o método empírico pela observação e pelo revolvimento do composto.

Este leite de cal era colocado sobre o reboco de areia e cal ou barro e cal, e por vezes era colocado directamente nos paramentos de taipa.

Na caiação no interior das habitações, registou-se que a cor branca é a mais utilizada. Apesar de tudo, a cozinha apresentava, tradicionalmente, duas cores que dividiam longitudinalmente esta divisão. O amarelo era a cor mais utilizada apesar de também se ter verificado o verde e o ocre.



Figura 197 - Cozinha com branco e ocre, largo Frei António das Chagas, n° 47

Quanto à caiação no exterior das habitações seria à base da cor branca. As outras cores, a contar pelos casos verificados, seriam colocadas nos socos (salientes ou não), por vezes a formar as molduras de portas e janelas (frequentemente não salientes) e nos beirais compostos, como é o caso da habitação



Figura 196 - 3 camadas de reboco e caiação: barro e areia e cal, muro da rua dos Gregos/ tv. do Beco

⁴⁷ Muro e habitação sem ficha de análise.

da rua da Boavista, nº 23. O amarelo e o cinzento foram as que mais se verificaram nestes locais. Apesar de tudo, a fachada totalmente branca e sem relevos de molduras ou socos era a mais comum, com as caixilharias e portadas dos vãos de cor vermelha.



Figura 198 – 1 e 2; Fachadas brancas com portas vermelhas, largo Frei António das Chagas, nº 47, e rua dos Casões do Sindicato, nº 31

Ainda referente aos revestimentos, deve dar-se conta de dois elementos decorativos que se encontram em Vidigueira. O primeiro, também presente noutras localidades⁴⁸, diz respeito à decoração das chaminés e o segundo quanto a outros efeitos executados nos rebocos exteriores das habitações. Quanto às chaminés, encontraram-se bastantes decoradas, umas pintadas, outras utilizando a técnica do esgrafito⁴⁹ e uma estucada e esgrafitada, como é o caso daquela do edifício da rua do Poço das Figueiras, nº 15. As cores são, normalmente, as mesmas, mas apresentam decorações variadas onde também se encontram datas de construção, reconstrução ou arranjos.

No caso dos rebocos deve dar-se conta daquele do edifício da rua do Outeiro, nº 40, casa de famílias abastadas e com posses para decorar com outro requinte a sua habitação. Este reboco, que se encontra parcialmente destruído, revela a capacidade dos mestres pedreiros para recriar as fachadas dos edifícios, rebocados a areia e cal. Para executar esta fachada, os mestres marcaram o reboco,



Figura 199 - Chaminé decorada com estuque e esgrafito, rua do Poço das Figueiras, nº 15

⁴⁸ Cf. Fonseca – Arquitectura de terra em Avis, pp. 86-89.

⁴⁹ Técnica que consiste na aplicação de camadas de cal e depois a sua remoção, com um objecto laminar, até à camada desejada para realçar determinado desenho, escrito ou forma.

enquanto estava húmido, de modo a deixar sulcos que imitassem azulejos e pilastras aos cantos do edifício⁵⁰. No caso da imitação dos azulejos, após o reboco ter secado, colocaram um decalque de cor azul em cada azulejo. As pilastras terão sido executadas recorrendo a moldes, tal como se executava para os beirais compostos. A habitação apresenta-se actualmente com soco e pilastras pintados uniformemente a azul (pilastras com branco a fingir as juntas de pedra) e beiral composto a branco sem se reconhecer a organização cromática anterior.

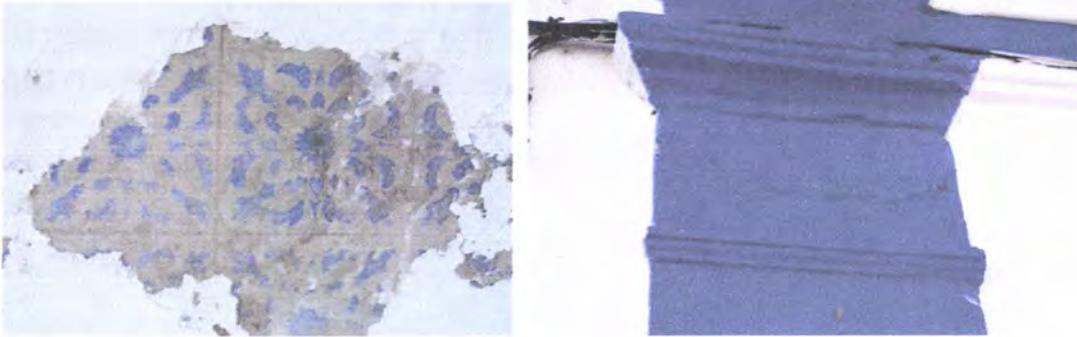


Figura 200 - 1 e 2; Grafitos a imitar azulejo e pilastras, rua do Outeiro, nº 40



Figura 201 - Habitação da rua do Outeiro, nº 40

2.3. Outros dados tipológicos

No decurso do inquérito realizado às habitações de taipa, recolheram-se dados sobre outros pontos relacionados com as suas características tipológicas. A permanência de certos espaços, como os quintais, pomares, hortas ou certas dependências, como os currais,



Figura 202 - Chaminé de pano, praça Vasco da Gama, nº 28

⁵⁰ Técnica do grafito. Cf. AGUIAR, José – Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património, p. 248

também foi avaliado. Inquiriu-se ainda sobre a existência de chaminés e em que divisões se encontram.

No que diz respeito às chaminés, de um total de 77, encontraram-se maioritariamente nas cozinhas, com 70 ocorrências, para 7 dispersas por outras divisões. A sua dispersão ao longo das Zonas histórico-urbanísticas definidas também é regular. Muitas delas já não funcionam ou foram adaptadas a novos sistemas de aquecimento. Apesar de se verificarem muitas chaminés de pano, também se encontraram muitos chupões. Junto a estes elementos verificaram-se também outros de grande importância para os hábitos dos seus habitantes. Para além dos “poiais dos cântaros”, presente nas cozinhas, encontrou-se com alguma frequência pequenas despensas anexas à chaminé e “fornalhas”, que eram os fogões antigos, dentro das chaminés. Encontrou-se ainda nas cozinhas lavatórios antigos, que serviam para a higiene básica dos habitantes.



Figura 203 – 1 e 2; Poial dos cântaros e despensa ao lado da chaminé, rua Fialho de Almeida, nº 17



Figura 204 – 1, 2 e 3; Fornalha com três entradas no largo Frei António das Chagas, nº 57, e lavatórios com bacia, jarro e espelho, na rua do Castelo, nº 16, e só com jarro e “camisa do trabalho” na praça Vasco da Gama, nº 28

Do total dos edifícios, 99 tinham quintal, denotando ser um elemento essencial para as vivências dos habitantes.

Nestes espaços verificou-se a presença de pomares e hortas. Quanto aos primeiros, encontraram-se em 66 habitações, sendo as árvores mais correntes as laranjeiras (68% dos casos), os limoeiros (33% dos casos), as nespereiras (26% dos casos) e os marmeleiros e oliveiras com o mesmo número de ocorrências (21% dos casos).

A permanência de hortas já pouco se verifica, pelo que apenas se encontraram 32. O mesmo ocorre com os currais, com apenas 30 casos verificados.

O acesso à água era essencial para as necessidades básicas dos habitantes. A existência de poços determina essa dependência. Apesar disto, apenas se verificaram 42 poços nestas habitações, estando muitos tapados no quintal e outros dentro de divisões, e a maioria desactivados e por limpar. Curioso é o facto de existirem vários poços apelidados de “meeiros”, pois encontravam-se entre duas habitações, servindo-as ao mesmo tempo.



Figura 205 - Quintal com laranjeiras, rua Miguel Bombarda, nº 9



Figura 206 – 1 e 2; Poço "meeiro" e interior de um poço, rua 25 de Abril, nº 32, e rua Nova do Olival, nº 19

Quadro 7 - Outros dados tipológico

Zonas Outros dados tipológicos	1			2 - XVII-XVIII				3	4	Total
	Inicial	XIII-XIV	XV-XVI	A	B	C	D	XIX	XX	
Chaminé na cozinha	5	6	1	7	5	6	6	7	27	70
Chaminé noutra divisão	1	0	0	2	1	0	0	0	3	7
Quintal	5	7	3	8	8	9	8	13	38	99
Pomar	3	4	1	5	7	6	7	5	27	66
Horta	1	1	1	1	2	3	3	5	15	32
Poço	1	5	3	3	3	5	2	5	15	42
Curral	2	1	0	2	3	1	0	4	17	30

Quadro 8 - Distribuição de árvores pelos pomares

Zonas Árvores	1			2 - XVII-XVIII				3	4	Total 66 Hab.
	Inicial	XIII-XIV	XV-XVI	A	B	C	D	XIX	XX	
Laranjeira	1	3	0	3	3	4	5	4	22	45 68%
Límoeiro	1	2	0	1	2	4	1	1	10	22 33%
Nespereira	1	2	0	2	0	2	3	1	6	17 26%
Marmeleiro	1	0	0	1	0	3	2	2	5	14 21%
Oliveira	0	1	0	0	1	1	2	1	8	14 21%
Tangerineira	0	0	0	0	2	2	1	0	4	9 14%
Figueira	0	0	0	0	2	0	0	0	6	8 12%
Pessegueiro	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1 2%

2.4. Alterações nos edifícios

As principais alterações aos edifícios inquiridos dizem respeito, na maioria dos casos, às adaptações necessárias para criar boas condições de habitabilidade e salubridade, essenciais nos tempos modernos.

Neste contexto a construção, ou adaptação, de casas de banho assume especial relevo. Estas foram sendo construídas nas traseiras, frequentemente junto às cozinhas novas ou às marquises. No total dos edifícios, verificou-se a construção de 63 destas dependências, sendo a principal alteração efectuada nos edifícios.



Figura 207 - Substituição de telhado e de revestimento exterior, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21

Logo de seguida encontra-se a renovação dos revestimentos, com 62 ocorrências. Esta alteração, muitas vezes injustificada por esta camada sacrificial ainda estar em boas condições, veio a condicionar a percepção de qual seria o aspecto original dos edifícios.

Os tectos vêm em terceiro lugar atestando a sua importância para a manutenção das boas condições de habitabilidade, com 58 ocorrências.

Os pavimentos surgem em quarto lugar com 52 ocorrências. A substituição dos antigos ladrilhos cerâmicos por mosaicos de cimento prensado, já bastante antigos, e a substituição destes por azulejos modernos, também aparece como uma das principais preocupações dos habitantes.

A construção de divisões para as traseiras não se cingia às cozinhas e às casas de banho. Verificou-se que em 38 edifícios foram construídas marquises, que vieram a tornar-se os novos espaços de sociabilização, trocando essa função com as cozinhas.

Em sexto lugar surgem as alterações às coberturas, com 35 casos registados. Apesar das alterações aos tectos serem bastante frequentes, a mudança de cobertura não se verificou com tanta intensidade. Este facto pode estar relacionado com a permanência de hábitos de limpeza e outras manutenções dos telhados. As alterações a este elemento levam frequentemente à colocação de cintas de betão armado no topo dos edifícios e ao seu reforço estrutural com recurso a pilares do mesmo material. Deste procedimento resultam, frequentemente, fachadas anormalmente altas e desproporcionadas em relação ao mesmo edifício aos envolventes.

Quadro 9 - Principais alterações verificadas nas 106 habitações inquiridas

Zonas Alteração	1			2 - XVII-XVIII				3	4	Total
	Inicial	XIII-XIV	XV-XVI	A	B	C	D	XIX	XX	
WC	2	3	2	3	2	6	6	9	30	63
Revestimentos	2	4	2	6	4	5	5	7	27	62
Tectos	3	3	1	5	5	4	2	8	27	58
Pavimentos	1	4	2	5	6	4	3	9	18	52
Marquise	0	1	1	4	1	4	2	5	20	38
Coberturas	2	3	1	2	5	2	2	5	13	35
Anexos	1	1	0	2	0	3	2	8	12	29
Novas divisões	1	0	0	0	2	0	1	5	19	28
Paredes divisórias	1	0	0	2	4	1	2	3	4	17
Demolições de paredes	0	0	0	0	1	0	0	3	3	7
Demolições de chaminés	0	0	0	0	2	0	2	0	2	6
Arranjos	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Chaminé nova	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

5ª Parte:

**Valorização da
técnica de
construção em taipa
e da abobadilha
alentejana**

A conservação (destacando aqui a sua valorização) do património construído em taipa, após o seu reconhecimento e breve introdução tipológica e arquitectónica, deve ser enquadrado nos conceitos nacionais e internacionais que se associam à salvaguarda do património cultural. Deste modo, após o exposto nas Partes anteriores, cabe neste momento apresentar algumas considerações sobre a identidade e a conservação destes elementos fundamentais das vivências desta comunidade e da paisagem desta região.

1. Património cultural vernacular ou tradicional

Serão os edifícios construídos em taipa património cultural? A resposta a esta questão pode encontrar-se na própria definição de património. Esta remete para uma herança e, tal como todas as heranças, devem ser geridas com o respeito que se lhe deve.

A Carta de Cracóvia (ICOMOS, 2000) define património do seguinte modo: “a) *Património*: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica.” Aqui o conceito assume características de conjunto ao referir a comunidade como repositória de valores que podem rever-se no seu património. Deste modo “[a] identificação e a especificação do património é, assim, um processo relacionado com a selecção de valores” inerentes a uma comunidade¹. O valor cultural do património está intrinsecamente relacionado com os valores das comunidades e exprime os seus contextos socioculturais. Pode entender-se a cultura como um conjunto de costumes que formulam um sistema complexo de códigos e padrões partilhados e que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e instituições, que constituem a herança de uma comunidade ou grupo de comunidades. Deste modo, o património cultural apoia-se nas bases que formam e identificam uma comunidade. Sendo que cada comunidade tem valores próprios, aqueles que nela predominam definem o seu próprio património cultural.

O valor de **autenticidade**, que foi alvo de reflexão no Documento de Nara (ICOMOS, 1994), assume-se como um elemento essencial para a compreensão do património cultural (material e imaterial) e para a sua inclusão numa comunidade, visto representar atitudes culturais transversais no tempo. Assim, as construções tradicionais fazem parte da **identidade** de uma comunidade visto também representarem o mundo

¹ Carta de Cracóvia Anexo a.)

físico e psicológico dos seus constituintes. A Carta do Património Vernáculo Construído (ICOMOS, 1999) reitera estes conceitos e afirma este património como “... a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo.” (Introdução)

Ao nível nacional deve referir-se a Lei de Bases do Património² que no art.º 2 define com alguma clareza o que se entende por património cultural, e está de acordo com os critérios internacionais.

Mas, o que se entende por património vernacular?

Mais uma vez, recorrendo à Carta do Património Vernáculo Construído, pode entender-se como vernáculo “um modo de construir emanado da própria comunidade”, “uma coerência de estilo, forma e aparência, assim como o uso de tipos arquitectónicos tradicionalmente estabelecidos”, “a sabedoria tradicional no desenho e na construção, transmitida de modo informal” ou ainda “a aplicação de sistemas, ofícios e técnicas tradicionais de construção”. No art.º 3 define que o património tradicional ou vernacular “[é] melhor apreciado e conservado pela manutenção e preservação dos conjuntos e assentamentos de carácter representativo em cada uma das áreas.” Com isto depreende-se que o património tradicional ou vernacular construído, de inspiração popular rural ou urbana, é tudo aquilo que diga respeito aos modos, formas, técnicas, conhecimentos, tradições, locais, entre outros, que gravitem em torno da expressão da cultura e da identidade de uma comunidade na forma construída³. Do mesmo modo, “[o] Património Vernáculo não só obedece aos elementos materiais, edifícios, estruturas e espaços, como também ao modo em que é usado e interpretado pela comunidade, assim como as tradições e expressões intangíveis a ele associadas.”⁴

Os imóveis de taipa, bem como as coberturas tradicionais, em especial a abobadilha alentejana, e as técnicas de construção que possibilitam a sua edificação e todo o envolvente cultural que define as suas formas e conceitos são, assim, património cultural tradicional ou vernacular e como tal deve ser preservado. O estudo aprofundado⁵ deste património, tão identificativo nesta comunidade, visto serem

² LEI nº 107/2001. D.R. Série I-A. 209/01 (2001-09-08), pp. 5808-5829.

³ Cf. VARIN, François – L’architecture vernaculaire: une définition difficile à cerner. *Vernacular Architecture/ Architecture Vernaculaire*, p. 4.

⁴ Carta do Património Vernáculo Construído, Princípios da Conservação. Cf. CORREIA, Mariana – Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra, p. 204.

⁵ “La connaissance de l’architecture vernaculaire et les actions nécessaires à sa sauvegarde sont un processus qui unit les peuples en contribuant, essentiellement, au maintien de l’équilibre écologique et naturel et constitue donc, en substance, une œuvre de paix et d’éducation nationale.” MOUTSOPOULOS, Nicolas – L’architecture vernaculaire. *Vernacular Architecture/ Architecture Vernaculaire*, p. 2.

construídos recorrendo à técnica de construção tradicional mais disseminada, deve ser uma prioridade para o reconhecimento de uma faceta da sua identidade. A sua conservação deve ser levada a cabo por grupos de estudo multidisciplinares e as intervenções contemporâneas nestes imóveis devem respeitar os valores culturais e o seu carácter tradicional, visto este pertencer à paisagem cultural da comunidade.

2. A salvaguarda do património cultural construído

Tal como o entendimento em relação ao património cultural, os conceitos aplicados à sua salvaguarda têm vindo ser alterados ao longo do tempo. Se para Viollet-le-Duc⁶ o *restauro estilístico* era entendido como algo que beneficiava os monumentos históricos, pois restituía-lhes a verdadeira essência, a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) recusa esta prática, e passa o *restauro* a associar-se a algo que pode desvirtuar o monumento e retirar-lhe valor histórico, pelo que se apela à recuperação com clara distinção da substância histórica. A mesma carta, essencial para o entendimento do património cultural ao longo de 40 anos, propunha a acção de *conservação* como aquela que se “...impõe em primeiro lugar [para] uma manutenção permanente dos mesmos [monumentos]” (art.º 4) e remete o *restauro* (art.º 9) a uma “... operação que deve ter um carácter excepcional.” A **conservação** torna-se assim a base da acção da salvaguarda do património, passando as intervenções profundas, que devem ser bastante informadas, multifacetadas e interdisciplinares, a ser concretizadas só no caso de serem imprescindíveis e respeitando os monumentos pelo seu valor intrínseco e serem pouco intrusivas.

A Carta de Cracóvia (ICOMOS, 2000), que veio actualizar a sua congénere de 1964, mantém o tom de prudência em relação às intervenções no património cultural e reafirma a necessidade de existirem equipas multidisciplinares que promovam a conservação do património edificado mediante a elaboração de um *projecto de restauro*. Reforma o conceito de *restauro* e associa-o à conservação (Anexo f) *Restauro*), define ainda que “[o] objectivo da conservação de *edifícios históricos* e monumentos, estando estes em contextos rurais ou urbanos, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, mobiliário e a decoração, de acordo com a sua

⁶ Arquitecto revivalista do século XIX, apoiante do *restauro estilístico*. Escreveu o “Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XI^{ème} au XVI^{ème} siècle (1867-1868)”. Nasceu em França em 1814 e morreu na Suíça em 1879.

configuração original. Tal conservação requer um “projecto de restauro” apropriado.” (art.º 6)

Já a Carta ICOMOS (ICOMOS, 2003) define que “[o] restauro de estruturas, pelo que se refere ao Património Arquitectónico, não é um fim em si mesmo, mas um meio ao serviço de uma finalidade que não é outra que o elemento construído no seu conjunto.” (art.º1.5) A intervenção no património construído deve ainda ter em conta a sua autenticidade e a sua integridade total, e ser efectuada por um grupo multidisciplinar. Para além disto, define que a metodologia de intervenção deve respeitar 4 fases essenciais: a anamnese⁷, o diagnóstico, a terapia e o controlo. Estas visam produzir um menor impacto nos monumentos e evitar gastos financeiros supérfluos, bem como a análise dos benefícios e prejuízos que possam advir da intervenção.

Conclui-se que, os critérios internacionais defendem a adopção de **metodologias preventivas**, baseadas na conservação do património onde o conceito de manutenção assume papel de destaque. As intervenções intrusivas são relegadas para um plano secundário e a existirem devem ser executadas por uma equipa multidisciplinar com uma perspectiva interdisciplinar. A análise do património deve assumir várias facetas, desde as tradições, lendas e informações históricas até aos dados sobre as estruturas e os materiais e as suas fases de deterioração e degradação. As propostas de intervenção nos monumentos devem preocupar-se em perpetuar a sua identidade e autenticidade, a sua posição no contexto social e da paisagem cultural, devem atender ao valor de uso que irá incorporar, manter a segurança dos monumentos pela manutenção da sua integridade estrutural e promover a sua valorização junto da comunidade e população em geral.

*As acções sobre o património deverão assim ser culturais, portanto cultas, portadoras do saber ancestral, reveladoras do conhecimento de acções, teorias, conceitos e manutenção do artesanato genuíno.*⁸

⁷ Anamnese: processo de recolha de informações sobre o passado e história dos monumentos de modo a auxiliar o diagnóstico.

⁸ Mestre – Levantamento da arquitectura popular..., p. 222.

3. Conservação do património tradicional ou vernacular em Vidigueira

A conservação do património vernacular ou tradicional construído de taipa em Vidigueira, está condicionado pelo entendimento que a população tem dele. Poderiam enumerar-se importantes acções de salvaguarda, que implicariam a manutenção da autenticidade que deve ser inerente a estas construções, adoptando princípios que se associam ao património monumental de grande ou relativo valor histórico, artístico ou social, e que se inspirariam nas recomendações e definições oriundas dos encontros, congressos e conferências internacionais ligadas à temática da valorização do património. No entanto a sua aplicação ao nível local estaria desfasada desta realidade. Julga-se que para se estabelecer regras precisas de actuação e intervenção neste património, tais como evitar alterações às formas, a manutenção dos materiais e estruturas ou ainda a utilização em recuperações actuais de materiais e técnicas similares ou iguais aos pré-existentes, deve primeiro **educar-se** a população de modo a evitar as ideias pré-concebidas, regra geral, de origem supersticiosa ou preconceituosa associadas a este tipo de construções. Esta acção deve também abranger os órgãos executivos das autarquias locais e os técnicos responsáveis sobre estas temáticas.

O estabelecimento de princípios específicos de actuação, tal como alertar para a importância deste património e colocá-lo à disposição dos instrumentos de gestão territorial ou ainda atribuir-lhe classificações de acordo com a Lei de Bases do Património⁹, deve ser antecedido pelo seu **reconhecimento** e que deve fazer parte da vida das comunidades, como desde há muito tem vindo a fazer. Deve desmistificar-se a conotação “casa do pobre”, desligada das actuais mudanças socioculturais, deixar assim de se lhe atribuir origens depreciativas e deve reconhecer-se a **preservação como uma opção válida**.

Como medida aceite para a protecção do património cultural, a sua classificação¹⁰, ao invés de premiar um monumento com uma distinção de elevado valor cultural, deve actuar como sinal de **incentivo para a aplicação de metodologias de intervenção** que respeitem os mesmos e os locais onde se inserem. A classificação do património como de Interesse Municipal, que podem constituir, para além de edifícios, conjuntos representativos da identidade cultural dos lugares, deve surgir em casos

⁹ Lei nº 107/2001..., art.º 15.

¹⁰ Cf. Lei nº 107/2001..., art.º 14-15.

excepcionais e devem ser antecedidas pelo respectivo inventário, essencial para a protecção dos bens culturais e que permite o seu reconhecimento efectivo.

Quanto às técnicas tradicionais de construção¹¹, alvo de interesse internacional no Documento de Nara, na Carta de Cracóvia e com definição específica na 32.ª reunião da UNESCO¹², referir-se-á que revelam o espírito e a identidade de uma comunidade. Do mesmo modo que para os materiais e utensílios, as formas dos edifícios e as disposições dos materiais também revelam a atitude mental que subjaz a essas práticas. Mais do que os edifícios, as **técnicas tradicionais de construção revelam a verdadeira autenticidade e identidade do Homem enquanto artífice**. Apesar de tudo, só são “visíveis” nas construções, que nada mais são que hábeis exemplos das experiências e vivências de uma comunidade em sucessivas transformações culturais. A sua importância deve ser assinalada ao nível local pela sua divulgação junto da população.

Pelo exposto, propõe-se o reconhecimento deste património tradicional pelas entidades autárquicas e a sua inclusão na política cultural local. As instituições autárquicas, após a sensibilização dos órgãos executivos e dos técnicos responsáveis, deverão sensibilizar a população para a necessidade de reconhecer este património como algo inerente à comunidade. A **instrução** torna-se assim um mecanismo essencial para a **aceitação** deste património.

A criação de uma equipa multidisciplinar, que integraria engenheiros, arquitectos e outros profissionais do sector da construção e da conservação, mas também historiadores, historiadores de arte e arqueólogos, bem como sociólogos, antropólogos para o acompanhamento das populações que são parte integrante importante deste património, e que promovam o estudo e inventariação do todo associado a este património deve ser uma prioridade. Naquelas acções devem ser incluídas as técnicas de construção da taipa e das coberturas tradicionais, com especial relevo para a abobadilha alentejana, assim como de técnicas auxiliares à construção, como é o caso da fabricação de peças cerâmicas utilizadas nos edifícios. Esta delimitação incide sobre os elementos mais característicos do património vernacular ou tradicional construído de Vidigueira, sem prejuízo para estudos sobre outras temáticas.

¹¹ Técnicas tradicionais de construção em terra desde a conferência Terra 93, em Silves. Fonseca – Arquitectura de terra..., p. 105.

¹² Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, art.º 1 e 2 alínea e.

A mesma equipa deverá promover um levantamento arquitectónico e estudo dos imóveis construídos recorrendo a estas técnicas de construção, com incidência nos aspectos da ocupação do espaço urbanizado que indiquem as tradições, traços e a experiências sociais e culturais da comunidade.

Nas acções de divulgação junto da população, deve ter especial relevo a transmissão de conhecimentos sobre medidas de conservação e manutenção de índole preventiva¹³. Os levantamentos referidos, nos quais se integraria um registo das patologias existentes e do estado de conservação dos imóveis, teriam como objectivo central a elaboração de um **guia de apoio para a recuperação do património em terra** para grandes ou médias intervenções, correspondentes a alterações profundas nos edifícios, tais como demolições, alterações estruturais, formais ou estéticas, ou restauros que impliquem a substituição de partes do imóvel, como materiais ou outros elementos característicos.

Com o objectivo fundamental de estabelecer propostas de actuação de acordo com a manutenção e preservação de elementos patrimoniais, mas também pequenas intervenções pouco intrusivas, tendo em vista a conservação e salvaguarda deste património, deveria ser elaborado um **guia de apoio às pequenas intervenções**. Este teria como grupo alvo os proprietários e pequenos construtores locais que pretendam efectuar acções de conservação e pequenas consolidações, de preferência periódicas, tais como caiação, reparação de pequenas fendas e fissuras, a reparação ou substituição de pequenas partes dos revestimentos, a reparação de caixilharias das janelas ou portas ou ainda a reparação de partes das coberturas, tal como a limpeza dos telhados e reparação ou substituição de partes da estrutura de cobertura. Estas acções (entre outras de igual ou superior importância), que permitem um prolongamento das boas condições dos imóveis, devem ser encaradas como prioritárias e devem ser a primeira linha de “defesa” contra a degradação e ruína do património local.

A actuação das autarquias deve ser de controlo destas acções, mas também deve assumir a responsabilidade de fornecer assistência para além de impor o cumprimento de regras de conservação. Assim, tendo em atenção o objectivo superior de salvaguardar o património tradicional, deve recair sobre a autarquia o estabelecimento de protocolos com os proprietários que visem o apoio financeiro e de execução de projectos

¹³ Cf. Carta ICOMOS: Princípios para a análise, conservação e restauro das estruturas do património arquitectónico, art.º3.2.

específicos para imóveis que detenham particular importância ao nível local, ou mesmo que definam a essência ou carácter de uma área da localidade.

O trabalho desta equipa deve resultar, também, na **classificação como património de Interesse Municipal das técnicas de construção tradicionais**, de acordo com a legislação em vigor¹⁴. Esta classificação deverá ser acompanhada por acções de divulgação junto dos construtores locais mas também dos arquitectos, engenheiros e demais intervenientes formais nos projectos de imóveis¹⁵. Este imperativo, reafirmado pela Carta do Património Vernáculo Construído¹⁶ e pela Carta de Cracóvia¹⁷, visa a valorização deste património junto da comunidade interveniente na construção que permitirá a sua salvaguarda e protecção.

Como um contributo a este guia de apoio às pequenas intervenções formulam-se aqui algumas directrizes gerais para a conservação, manutenção e preservação do património tradicional de Vidigueira.

¹⁴ Ver notas nº 9 e 10.

¹⁵ Ao nível local ainda parece persistir um certo preconceito que não lhes permite informar-se ou dedicar tempo e trabalho a aprender sobre estas técnicas nem como intervir de modo a conservar determinadas características arquitectónicas.

¹⁶ Carta do Património Vernáculo Construído.... art.º 7.

¹⁷ Carta de Cracóvia...., art.º 13.

4. Técnicas de conservação e manutenção do património vernacular ou tradicional

*A conservação do património cultural deve ser uma parte integrante dos processos de planificação e gestão de uma comunidade, e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessa comunidade.*¹⁸

No campo da conservação do património, a manutenção é uma parte fundamental para a sua salvaguarda. Manter, zelar pelo bom funcionamento, sustentar ou preservar são acções que devem ser executadas periodicamente de modo a evitar o decaimento ou degradação do património. A reparação (que poderá associar-se a consolidação) de certas anomalias, identificadas ao longo do tempo, poderá também contribuir para aquele bom estado de conservação.

Sobre este assunto, a Carta ICOMOS sugere metodologias de intervenção que merecem ser analisadas. Adverte que para qualquer intervenção, o tratamento deverá incidir sobre o problema e não sobre os sintomas (art.º 3.1), a sua prevenção é sempre a melhor medida (art.º 3.2) e que deve acolher-se uma política de só intervir no que é estritamente necessário. Para tal, na elaboração do que se designa como “projecto de intervenção”, deve ter-se uma ideia clara das causas de dano e degradação (art.º 3.6). Para a operação de conservação, devem utilizar-se as técnicas que surtam menor impacto no património, sejam elas tradicionais ou contemporâneas, e deve atender-se ao conceito de reversibilidade (art.º 3.9). Se não for possível actuar da melhor maneira na actualidade deve procurar-se melhores métodos no futuro e não actuar de modo irreversível, que danifique ou prejudique a estrutura ou leitura de conjunto. Para evitar danos suplementares decorrentes da intervenção, devem utilizar-se materiais compatíveis sempre que tiverem que ser substituídos e não reparados como se recomenda (art.º 3.15). Devem manter-se os elementos diferenciadores do património alvo de intervenção, bem como preservar elementos de valor histórico ou artístico (art.º 3.12, 3.14).

A Carta do Património Vernáculo Construído propõe que, para melhor se conservar o património vernacular, “[a] continuidade dos sistemas tradicionais de construção, assim como dos ofícios e técnicas associados ao Património Vernáculo, são

¹⁸ Carta de Cracóvia..., art.º 11.

fundamentais como expressão do mesmo e essenciais para o restauro dessas estruturas. Tais técnicas devem ser conservadas e legadas às futuras gerações mediante a instrução e formação de artesãos e construtores” (art.º3). A substituição de elementos deve ser ponderada e a sua introdução deve manter “...um equilíbrio de expressão, aparência, textura e forma com as estruturas originais” (art.º4). Deve também tentar manter-se a integridade da configuração dos edifícios, sempre que cumpra os níveis de habitabilidade desejados (art.º5).

4.1. Contributo para um guia de apoio às pequenas intervenções

As pequenas intervenções, frequentemente efectuadas pelos proprietários que mantêm os seus edifícios, seguem modelos desde há muito estabelecidos que consistem em repetir um número limitado de vezes os métodos construtivos de protecção e conservação dos edifícios. O objectivo principal da manutenção dos vários componentes do edifício será preservar as boas condições estruturais do mesmo, em especial das paredes, dos revestimentos, das coberturas e dos tectos. Estas acções são essenciais para edifícios que têm a terra como o seu principal material construtivo¹⁹.

As acções de manutenção devem ser periódicas e visam a limpeza de poeiras, as pinturas ou o fechamento de juntas. As principais são:

1. Reparação dos telhados e dos sistemas de condução e evacuação de águas pluviais e remoção de plantas, infestantes, fungos, líquenes, e outros;
2. Reparação, consolidação ou renovação dos revestimentos dos paramentos verticais, tais como rebocos ou pinturas e conservação das caixilharias;
3. Limpeza e reparação de juntas aparentes e fechamento de pequenas fissuras;
4. Reparação e conseqüente impermeabilização dos pavimentos.

Ao serem identificadas incorrecções, deve restabelecer-se o seu normal funcionamento de modo a conservar a integridade física dos edifícios. Apesar de tudo, a compatibilidade dos materiais e técnicas utilizadas deve ser uma preocupação daquele

¹⁹ Cf. sobre a conservação de paredes de taipa, entre outros, BRUNO, Patrícia – A conservação de paredes de taipa: da análise à intervenção prática. In *Houses and cities built with earth: conservation, significance and urban quality*, pp. 55-58.

Técnicas tradicionais de construção, em Vidigueira: a taipa e as coberturas tradicionais que intervêm. Não atender a esta precaução pode provocar danos de várias ordens pela quebra de uniformidade dos edifícios.

Atendendo às condições em que as recuperações dos edifícios se efectuam nesta localidade, em especial as consolidações e restauros totais ou parciais, a exigência de metodologias mais conservadoras pode ser contra-productivo. Ao longo dos anos várias alterações foram efectuadas, mais recentemente com o sistemático recurso ao cimento em argamassas de revestimentos e em elementos estruturais, pelo que os valores de originalidade e autenticidade devem ser devidamente relativizados. No entanto, deve entender-se a preservação deste património como um todo e assumir as técnicas de construção que lhe deram origem como um recurso que deve ser "...usado primeiro na análise do estado actual dos sistemas de protecção do[s] edifício[s]."²⁰ A manutenção dos elementos é preferível à sua substituição, frequente no caso dos revestimentos, mas no caso de degradações muito avançadas a sua renovação tem que ser encarada como uma realidade. Estas, de carácter pontual, devem ser feitas com cuidado de modo a evitar falsificações. Deve ainda evitar-se atitudes "neo-traditionalistas e fundamentalistas" que impliquem a substituição de elementos contemporâneos. A sua substituição só deve ser entendida quando deles advém anomalias graves²¹.

No sentido de contribuir para a melhoria das condições dos edifícios construídos em taipa, propõem-se acções de manutenção, consolidação e algumas de restauro ao nível das fundações, das paredes e revestimentos e das coberturas.

4.1.1. Anomalias comuns em edifícios

Existem vários tipos de anomalias que podem ser identificadas, por vários motivos²²: por acção da água, por acção mecânica (ou natural) e por acção humana. As anomalias provocadas por acção humana são aquelas que mais contribuem para a degradação dos edifícios. Os movimentos do terreno, no campo das anomalias de causa natural ou pela intervenção humana, que podem provocar danos nas fundações e causar instabilidade estrutural, também devem ser considerados. Aliás, os movimentos dos elementos de suporte dos edifícios são considerados como os principais agentes de anomalias nas fundações e infra-estruturas, com os movimentos verticais ou horizontais

²⁰ MATEUS, João Mascarenhas – Técnicas tradicionais de construção de alvenarias, p. 299.

²¹ Mateus – Técnicas tradicionais de..., p. 306.

²² Cf. AGUIAR, José; PAIVA, José V.; PINHO, Ana – Guia técnico de reabilitação de edifícios, Vol. 2, pp. 470-585.

e as deslocções excessivas, normalmente horizontais²³. Da maior ou menor capacidade de deformação das estruturas e as amplitudes de movimentos²⁴ nas mesmas fundações. dependem a intensidade das anomalias registadas.

Além destas, a principal causa de degradação dos edifícios que foram identificados será a acção da água directa ou indirectamente, quer seja de natureza física (presença da água pela chuva, neve ou humidade do solo), química (presença de água e de sais solúveis), biológica (presença de vegetais ou bolores e outros fungos) ou ainda por desastres devidos a causas humanas imprevisíveis (inundações)²⁵. Da sua acção pretende-se proteger os edifícios das infiltrações verticais da água da chuva pelas coberturas, dos escorrimentos laterais da chuva sobre a parede e da ascensão da água por capilaridade²⁶.

As anomalias provocadas pela acção da água podem ter várias origens. Entre estas contam-se: as humidades retidas durante a construção; as humidades retidas no terreno que degradam os elementos em contacto com o solo e que não estejam bem protegidos dando origem à deterioração de materiais sensíveis à humidade, descolamento dos revestimentos e cristalização de sais solúveis, com formação de eflorescências, criptoflorescências e salitre; a humidade por precipitação; por condensação; por humidade devida à higroscopicidade²⁷ dos materiais; e devida de causas fortuitas, como inundações, derrames ou molhagens²⁸.

Nos casos em que as habitações se encontram abandonadas, como nos casos do largo de S. Francisco nº 6 ou na rua Dr. Carlos da Costa nº 11, verificou-se a presença de todas estas patologias frequentes neste tipo de construções em estados mais avançados de degradação tanto ao nível das fundações (com perda de material acentuada), dos socos e pavimentos (com desgastes extremos e destacamento de revestimentos), das paredes (com degradação dos revestimentos, perda de material dos paramentos das paredes, escorrências de água dos telhados com manchas de terra e

²³ Verticais associados à acção do edifício no terreno e horizontais a movimentos por causas que podem ser exteriores ao edifício que podem provocar fendilhação nas partes inferiores das paredes. Aguiar, Paiva e Pinho – Guia técnico de ..., p. 492.

²⁴ Assentamentos diferenciais das fundações originam fendilhação inclinadas a 45° das paredes. A fendilhação em paredes ocorre sempre que existem movimentos para os quais estes elementos não estão preparados. A localização das fendas permite identificar as zonas em cedência. Aguiar, Paiva e Pinho – Guia técnico de ..., p. 493. As fendilhações também surgem devido ao abatimento de arcos ou abóbadas, situação que foi possível identificar.

²⁵ Cf. Aguiar, Paiva e Pinho – Guia técnico de ..., p. 477 (quadro 56).

²⁶ Mateus – Técnicas tradicionais de..., p. 162.

²⁷ Faculdade que certos matérias têm de absorver a humidade do meio ambiente em que se inserem. Esta pode provocar o aparecimento de manchas de humidade nas paredes, inchamento e empeno de madeiras, eflorescências e criptoflorescências.

²⁸ Aguiar, Paiva e Pinho – Guia técnico de ..., p. 478-484.

infestação biológica), das coberturas (com o decaimento de partes da estrutura e infiltrações de água excessivas que provocam a degradação e apodrecimento da madeira, das paredes, em especial a ligação entre as paredes e o telhado, e dos pavimentos).

De um modo geral, verificou-se nas habitações construídas em taipa o surgimento de patologias causadas pela incorrecta manutenção dos materiais e substituições abusivas por outros não compatíveis, como o cimento. A subida dos pavimentos, colocando o chão interior bastante acima do nível das fundações, potencia o surgimento de humidades e apodrecimento das partes inferiores das caixilharias em madeira e, no caso de ter sido colocado um revestimento com argamassa à base de cimento, o surgimento de eflorescências e criptoflorescências indesejadas.



Figura 208 – 1, 2 e 3; Várias patologias verificadas na habitação do largo de S. Francisco, nº 6



Figura 209 – 1, 2 e 3; Aplicação abusiva de argamassas à base de cimento nas paredes de taipa, rua Dr. António Carlos da Costa, nº 11

4.1.2. Fundações e pavimentos

No que respeita a pequenos cuidados a ter com as fundações, deve entender-se que evitar a sua deterioração é essencial pois é sobre estas que todo o edifício se sustém. Esta importante função estrutural deve ser acautelada aquando da realização de intervenções contemporâneas mais intrusivas.

Uma prática comum aquando da renovação das construções em taipa é a subida do nível do pavimento no interior das habitações, resultando, tal como relatado pelos proprietários e em associação com a renovação dos revestimentos, no surgimento de salitres e humidades nas paredes interiores das habitações.



Figura 210 - Degradação dos revestimentos interiores devido a eflorescências e criptoflorescências. rua da Boavista, nº 34

Devido às obras de substituição da calçada em todas as ruas de Vidigueira, os movimentos das fundações foram potenciados provocando fissuras nas paredes, tanto horizontais como verticais ao longo dos cantos, e nos tectos em especial das abobadilhas com fissuras acentuadas na diagonal e ao longo das engas.

Como primeira medida de manutenção, pode apontar-se o afastamento das escorrências de água da chuva da base das paredes que é essencial para a estabilidade dos embasamentos. Manter os beirados dos telhados, salientes da parede até pelo menos 0,3 m, evitam os salpicos ou reincidência da água sobre a base das paredes. O revestimento dos embasamentos e socos, de preferência pouco porosos e resistentes à erosão, e a manutenção dos empedrados junto aos edifícios também devem ser tomado em atenção. Caso os revestimentos junto às fundações tenham desaparecido ou degradado de tal modo que se torne inevitável recuperá-los ou que sejam removidos, a adição ou consolidação com cal hidráulica pode ser uma opção devido à sua melhor resistência à compressão e comportamento em contacto com a água. De um modo geral, a resolução de problemas nas fundações é bastante intrusiva, pelo que outras acções que contrariem movimentos verticais ou horizontais, assentamentos diferenciais excessivos, movimentações dos terrenos ou perda de apoio estrutural provocado pela perda de elementos essenciais (como a demolição de parte da estrutura), necessitam de acções concertadas com técnicos especializados.

Quanto aos pavimentos, em especial os de ladrilho cerâmico, que são algo porosos, a principal causa de anomalias, exteriores à sua função, também é a acção da água. Em especial aquela que ascende por capilaridade proveniente do solo²⁹, que origina as eflorescências e as criptoflorescências e que podem provocar desagregações, podridão e destacamentos das peças que compõem os pavimentos. Tradicionalmente, protegia-se estas peças pela sua “pintura” com almagre³⁰ e pela sua limpeza frequente. A renovação daquela prática pode surtir efeitos similares. Para manter as humidades afastadas destes pavimentos a sua limpeza com agentes neutros e pela adequada dosagem de água é essencial, pois não se deve “inundar” as peças cerâmicas.

Para pavimentos de madeira, pouco frequentes, a sua ventilação e limpeza é essencial. Para evitar o surgimento de insectos a aplicação de insecticidas pode ser uma opção, bem como de fungicidas no caso de subsistir alguma humidade.

4.1.3. Paredes e revestimentos

As causas de anomalias nas paredes são frequentemente resultantes de problemas nas fundações ou coberturas. A fendilhação, quer por movimentos ou por assentamentos problemáticos das fundações, é uma causa frequente de anomalias bem como as retracções por variações térmicas. A deficiente capacidade de retenção de água pelas coberturas pode provocar infiltrações que em virtude do sistema construtivo de taipa pode provocar desagregação e perda de elementos da parede. Deste modo, há que manter o bom estado de conservação das coberturas mas também das caixilharias, tradicionalmente de madeira, que podem ser outro foco de anomalias. A manutenção das suas boas condições estruturais e estanquidade evita as infiltrações de água que podem danificar as paredes.

Como medida preventiva, no campo das acções mais intrusivas, para fornecer protecção complementar às paredes, em especial às estruturais, podem reforçar-se pela adição de tirantes ou esticadores metálicos. Esta medida, com fundamentos tradicionais, tem a vantagem de ter sido amplamente utilizada nestas construções.

²⁹ Note-se que é frequente a colocação dos ladrilhos em cima do solo, anteriormente chão de terra batida.

³⁰ Almagre: argila vermelha de origem ferrosa que se emprega em pinturas grosseiras. Mineralogicamente corresponde à hematite vermelha.

aplicação aumenta a impermeabilidade das paredes, diminuem a rugosidade e aumentam a velocidade de escoamento da água³⁴.

Ainda quanto aos revestimentos, quando for necessário renovar e não conservar devido ao seu elevado estado de degradação ou decomposição, a utilização de argamassas e materiais, similares e compatíveis com os originais, devem ser utilizados de modo a manter as suas condições físicas, químicas e mecânicas. A utilização de materiais inorgânicos, com suficiente capacidade de adesão e coesão, estáveis quimicamente, resistentes a agentes como os sais e microrganismos, com resistência mecânica similar às alvenarias, permeáveis, com baixo teor de sais solúveis (para evitar eflorescências e salitres) e com boa trabalhabilidade deve ser tida em atenção. As argamassas de cal aérea são uma opção válida, embora não cumpram todas estas exigências técnicas. Apesar de tudo, a consolidação dos revestimentos com camadas sucessivas de leite de cal³⁵ pode ser uma opção. Consolidações mais elaboradas, tal como descritas por alguns autores, e que em muitos casos resultariam mais económicas que a renovação³⁶, devem ser aplicadas sempre que possível.

Para a reparação de fissuras e fendas deve utilizar-se água de cal e leite de cal injectadas nas lacunas. Para lacunas maiores e fissuras, a pasta de cal aérea e areia com granulometria até 1 mm pode ser utilizada³⁷. Em trabalhos de restauro de revestimentos a mesma pasta de cal com areia, com traços 1:3 ou 1:4, pode ser utilizada tendo em atenção as dosagens de água para não provocar retracções excessivas. Deve aplicar-se 3 camadas deste composto, espaçadas temporalmente entre si "...de forma a que a argamassa faça um endurecimento lento, reduzindo os fenómenos de retracção que podem provocar fendilhação."³⁸ No entanto, antes da aplicação das camadas de reboco pode ser necessário proceder à consolidação da alvenaria utilizando o mesmo sistema que para a reparação de pequenas fendas e fissuras.

³⁴ Mateus – Técnicas tradicionais de.... pp. 266-267.

³⁵ 1 de pasta para 5 de água, aplicadas com 1 dia de intervalo.

³⁶ Cf. para mais pormenores cf. Margalha – A cal como consolidante...., p. 77; RODRIGUES, Paulina Faria – Argamassa de cal aérea para construções em terra. In Terra em Seminário 2007, p. 66-70.

³⁷ 1 pasta de cal para 2 de areia até 1 mm de granulometria, ou 1 de pasta de cal para 1/5 de areia até 1 mm. Para recuperações mais extensas, a adição de pozolanas, como a cinza vulcânica, pó de tijolo ou metacaulino, pode ser uma opção bastante válida. Estas atribuem melhores propriedades às argamassas de cal aérea sem adição de sódio na argamassa.

³⁸ Fonseca – Arquitectura de terra.... p. 133.

4.1.4. Coberturas

As coberturas têm um papel fundamental nos edifícios em geral e não só naqueles construídos com estas técnicas tradicionais. Devido à falta de manutenção dos telhados, verificou-se a presença de humidades e apodrecimento da madeira das coberturas. A técnica de construção das coberturas, devido à exposição das madeiras, facilita a infestação da madeira por insectos, provocando a sua degradação e apodrecimento. No que diz respeito aos forros de folha-guarda-pó e à sobreposição das ripas de madeira, verificou-se na habitação da rua dos Gregos nº 9 o surgimento de aberturas entre as ripas devido às retracções deste material.

Manter os telhados, com limpezas periódicas, eliminação de matéria vegetal que se acumule nos cais de escoamento e nas telhas cobrideiras, repondo telhas, limpando os beirais e protegendo a madeira da estrutura, é essencial para a sua longevidade e retardamento do aparecimento de anomalias. Estas surgem, frequentemente, derivadas da acção da água mas também devido a desajustamentos face a determinadas exigências de segurança ou conforto³⁹.



Figura 212 – 1 e 2; Cobertura com infestação de insectos e aberturas entre as ripas por retracção da madeira, rua dos Gregos nº 9, e cobertura com humidades, bolores e apodrecimento da madeira, rua da Guarda, nº 43

Para manter as propriedades de impermeabilização das coberturas intactas é necessária, por vezes, a substituição de telhas ou de elementos de madeira da estrutura (preferencialmente por elementos similares). A acção da humidade na madeira pode provocar o seu apodrecimento e potenciar o surgimento de ataques de fungos. Ataques de insectos também são frequentes. A sua reparação deve ser imediata tendo em vista a manutenção da sua função. Assim, às medidas já referidas, acrescenta-se para a madeira a fumigação com gases inertes, como medida conservacionista pouco intrusiva, e a

³⁹ Aguiar, Paiva e Pinho – Guia técnico de ..., p. 529.

aplicação de fungicidas e insecticidas quando necessário, para extinção dos insectos e não contaminação da madeira com agentes exteriores; a consolidação mediante a aplicação de produtos específicos, o reforço por adição de elementos ou ainda acrescentos à estrutura quanto às medidas mais intrusivas. A correcção de infiltrações, pela consolidação dos revestimentos e fechamentos de aberturas, também deve ser efectuada. Do mesmo modo, deve consolidar-se, renovar-se ou refazer-se, sempre que necessário, os beirados, as cumeeiras e as caleiras.

Em acções de reparação mais extensas nas coberturas, devido a anomalias muito graves que possam colocar em risco a sua sustentabilidade, deve aproveitar-se para melhorar o seu desempenho, segurança e conforto. Aquando da colocação da nova estrutura de madeira, deve atender-se a várias operações de melhoramento ao nível da distribuição de cargas, ligação com as paredes, forros internos (colocação de telhado de folha em vez de ripa nas habitações), colocação de isolantes térmicos, subtelhas flexíveis e telhas novas na cobertura e nos beirados, com preferência para as tradicionais. A ventilação das coberturas deve ser garantida, de modo a evitar condensações e, tal como referido anteriormente, o avanço dos beirados deve ser superior a 0,3 m de modo a evitar escorrências laterais nos paramentos e incidência de água junto à base das paredes⁴⁰.

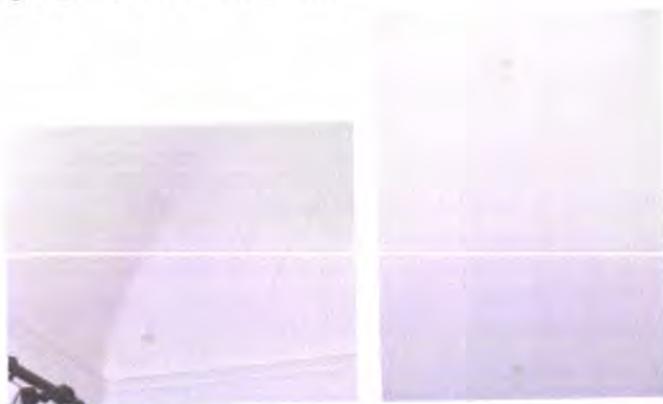


Figura 213 – 1 e 2; Abobadilha com humidades e fissura diagonal, rua do Matadouro, nº 9, e ferrugem na abobadilha executada em calhas de ferro, rua Cega, nº 6

A protecção das abobadilhas assume características mais específicas. Tal como as anomalias das paredes, aquelas que surgem nestas estruturas têm frequentemente origem nas fundações, por movimentos horizontais, verticais ou por rotação. A acção da água também é importante, tanto mais que se localizam imediatamente abaixo das

⁴⁰ Cf. Fonseca – *Arquitectura de terra...*, pp. 131-132.

coberturas. Apesar do cuidado em executar o seu carregamento⁴¹, o surgimento de humidades também se verificou. As infiltrações de água podem provocar degradação e a subsequente deterioração dos tijolos que as constituem. O surgimento de eflorescências e salitre também pode ocorrer devido à presença de gesso na sua composição. Naquelas executadas nas calhas de ferro verificou-se o surgimento de ferrugem no revestimento devido à oxidação daquele material.

Um último reparo vai para a “recente moda” de deixar os tijolos à vista. Retirar o reboco dos tijolos pode provocar uma maior degradação dos mesmos pois a suas propriedades físicas não acompanham a sua exposição prolongada nem a adição de consolidantes como o verniz. Para além da manutenção e reparação das fundações, paredes e coberturas, deve atender-se à limpeza das abobadilhas e à manutenção e reparação, quando necessário, dos seus revestimentos. A colocação de tirantes ou esticadores metálicos, tal como já foi referido, podem ser uma opção de reforço estrutural⁴².

⁴¹ Cf. as entrevistas aos Srs. Manuel Francisco Fialho, António Faísco, José Luís Faísco e António João Trole.

⁴² Mateus – Técnicas tradicionais de..., p. 262.

5. Divulgação das técnicas ao nível local

Estas técnicas de conservação e manutenção deverão fazer parte da divulgação das técnicas tradicionais de construção ao nível local.



Figura 214 - Museu Municipal de Vidigueira

A promoção de workshops, conferência e acções de esclarecimento para a população em geral deve ser incentivada. A articulação com o Museu Municipal de Vidigueira, pelo estabelecimento de protocolos que visem a montagem de exposições alusivas a estas técnicas de construção e ao seu restante universo tradicional, deve ser uma prioridade de modo a beneficiar esta e outras instituições culturais locais e as temáticas que se divulgam. Do mesmo modo, a interacção com as escolas da localidade deve ser apoiada. A integração nos programas de estudo de temáticas relacionadas com o património tradicional local permitirá um maior apego e conhecimento, para os mais jovens e as suas famílias, sobre esta faceta da vida comunitária.

Acolhendo estas proposições, delimita-se aqui uma possível organização de uma exposição temporária no Museu Municipal alusiva às técnicas de construção tradicionais de edifícios em taipa, que poderá coexistir com uma workshop alusiva a esta temática. Ainda referente à divulgação desta temática pela população, propõem-se ainda uma possível interacção com a escola Básica Integrada de Vidigueira no âmbito da área curricular “Área Projecto”, segundo os propósitos expressos no Decreto-Lei 6/2001⁴³. Nesta não se explicita pormenorizadamente as actividades a ser desenvolvidas nas turmas devido à diversidade de abordagens que a escola poderá escolher.

5.1. Exposição temporária sobre as técnicas tradicionais de construção e workshop complementar

No quadro actual da museologia a interacção do museu com a comunidade deve ser privilegiada. O “Movimento Internacional para uma Nova Museologia”, criada a partir de 1984⁴⁴, rompia com os antigos modelos de museu estático, definido a sua

⁴³ DECRETO-LEI nº 6/2001. D.R. I Série-A. 15 (2001-01-18), pp. 258-265.

⁴⁴ Cf. Movimento Internacional para una Nueva Museologia – ICOM – UNESCO [em linha].

heterodoxia cultural, e propunha uma interligação de maior proximidade entre o museu e a comunidade, chegando os cidadãos a intervir nas actividades museológicas e museográficas em curso. Do mesmo modo, desafiava a imaginação dos investigadores e propunha novas temáticas. Absorvendo este espírito inovador desenvolvem-se outros conceitos tal como o de Ecomuseus, associados às temáticas da interacção do homem com a natureza, que pressupõe ainda uma descentralização do museu, pelo que deixa as suas instalações permanentes e passa a ocupar vários espaços com actividades de relevo para a comunidade e a temática a ser abordada. “...[O] poder de comunicação do objecto é mais forte e mais rico, porque não se encontra isolado nem fora do contexto que lhe deu origem e função.”⁴⁵ Este conceito, contrário à antiga exposição permanente e intocável, pretende a assimilação de experiências multifacetadas e um melhor crescimento social e cultural.

Assim, na actualidade a ligação entre o museu, o património (material e imaterial) e a comunidade é o objectivo principal da nova museologia. Decorrente de um estado mental e de uma perspectiva inovadora, a aplicação deste conceito ao nível local, tal como já aconteceu noutros sítios⁴⁶, pode resultar em acções socioculturais e em actividades intercomunitárias de interesse colectivo.

Apesar de tudo, o que aqui se expõe é referente à montagem de uma exposição temporária que poderá absorver alguns dos propósitos e metodologias inspiradas neste conceito ainda bastante actual, mas também da experiência de outros conceitos e modelos que deram origem a outros museus temáticos. A interligação entre a exposição, o património que neste caso é material, imaterial mas também humano, e a comunidade é essencial para o reconhecimento das várias facetas do universo que integra as técnicas tradicionais de construção.

Como não podia deixar de ser, o papel do Museu Municipal de Vidigueira é essencial, enquanto museu dedicado às vivências desta comunidade. Tal como tem vindo a ser defendido desde o início do século XX, os “museus de região”, onde também se incluíam os museus municipais, devem preocupar-se em estudar e revelar os aspectos da vida cultural das gentes da sua área geográfica. A abordagem actual implica que estes se apresentem “... como um instrumento cultural capaz de encontrar soluções para o desenvolvimento integrado de uma comunidade” sob uma perspectiva

⁴⁵ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz – Iniciação à museologia, p. 262.

⁴⁶ O Ecomuseu do Seixal, inaugurado em 18 de Maio de 1982, é talvez a experiência deste tipo melhor sucedida de Portugal.

multifacetada⁴⁷. É nesta perspectiva que se propõe esta actividade complementar ao Museu Municipal de Vidigueira.

A exposição temporária neste museu seria complementada com outras que poderiam ser descentralizadas do espaço permanente e que corresponderiam às workshops, que se julgam essenciais para uma maior ligação da comunidade com esta temática e levar a instituição museu a novos espaços.

Estas workshops poderiam decorrer onde se produziam os materiais, como as peças cerâmicas aplicadas na construção, ou ainda um local onde fosse possível construir um edifício, para actividades públicas ou lúdicas, que reflectissem aspectos da identidade sociocultural desta comunidade. Ainda neste sentido, a divulgação junto da comunidade escolar é essencial visto poder haver ligação com estas temáticas aplicadas à “Área Projecto”, tal como se irá expor no capítulo seguinte.

Tendo em vista a definição deste projecto, arriscam-se aqui algumas proposições. O tema seria dedicado às técnicas tradicionais de construção com especial relevo para as vivências sociais e culturais da comunidade a estas associadas:

- *A realidade local das técnicas tradicionais; Construções com história.*

Dividia-se em três secções:

- *Vida e trabalho nos telheiros;*
- *A experiência da construção com terra/ viver numa casa de taipa;*
- *Abobadilhas alentejanas, tectos da sabedoria.*

Cada uma destas secções dividia-se ainda em 4 pontos essenciais:

- *O tempo e os tempos do trabalho:* alusão ao período em que se fazia; como era a vida daqueles que trabalhavam; quando é que se fazia o trabalho;
- *Vivências e sapiências:* alusões às experiências adquiridas pelo trabalho; a convivência social e o modo como se transmitiam os saberes; a vida durante o trabalho;



Figura 215 - Viver numa casa de taipa

⁴⁷ Rocha-Trindade – Iniciação à museologia, pp. 259-262.

- *O declínio dos saberes tradicionais*: alusão à perda de interesse por parte da comunidade por estas técnicas tradicionais; período em que começou e estado actual;

- *A recuperação das técnicas e dos edifícios tradicionais*: alusão à recuperação dos saberes, por intermédio de entrevistas, exposições e mostras das técnicas tradicionais de construção e metodologias de recuperação dos edifícios erigidos utilizando estas técnicas.

5.2. “Área Projecto”: aplicação à comunidade escolar

A proposta que a seguir se apresenta visa divulgar junto da comunidade as técnicas tradicionais de construção locais, com especial incidência sobre aquelas que este trabalho se dedicou. Perpetuar estes conhecimentos também é fazer com que eles cheguem à população mais jovem. Define-se, assim, um programa em articulação com a Escola Básica Integrada de Vidigueira através da área curricular não disciplinar “Área de Projecto”. Sendo que as técnicas tradicionais de construção se incluem num universo cultural mais vasto, o



Figura 216 - Escola Básica Integrada de Vidigueira

tema central a ser adoptado pela escola poderia ser **Artes e Artífices Tradicionais**, onde o tema **Técnicas Tradicionais de Construção, a Taipa e as suas Coberturas Tradicionais** seria um subtema.

A crescente autonomia de gestão e curricular das escolas, tal como foi definido pelo *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico*, publicado pelo Ministério da Educação em 1998, define que estas instituições precisam de se assumir como espaços para a instrução da cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio ao estudo. Como tal, integrando-se num currículo nacional, num currículo de escola e num projecto curricular de turma, pretende-se a abordagem a temas numa coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário. Deste modo,

Técnicas tradicionais de construção, em Vidigueira: a taipa e as coberturas tradicionais

no âmbito da reorganização curricular do ensino básico desde 2001, criaram-se, para além das áreas curriculares disciplinares, três áreas curriculares não disciplinares: Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica⁴⁸.

A Área Projecto permite aprofundar conhecimentos sobre temas relacionados com o meio em que a escolas estão inseridas. O trabalho de projecto, desenvolvido em grupo, recorre a uma metodologia que pressupõe uma grande interacção por parte dos participantes. Envolve trabalho de pesquisa, planificações e intervenções com a finalidade de responder a problemas considerados de interesse pelo grupo e com enfoque social. Apesar de tudo, as metodologias não são estanques e a sua definição também faz parte do trabalho de projecto⁴⁹.

À temática que se apresenta, elaboram-se várias actividades por etapas, que seguem um plano ou guião resultante da reflexão do grupo de trabalho ou segundo a programação que a escola definir. Devido às características heterogéneas que tal projecto poderá ter, referir-se-á que a definição de metodologias aplicadas ao reforço instrutivo destes jovens permitirá, desde logo, uma maior aproximação de parte da comunidade pelas construções tradicionais locais. Desde a definição do âmbito e formulação de problemas iniciais e pela planificação do trabalho, segue-se o trabalho de campo, o tratamento de dados e a preparação da última fase que será a apresentação dos resultados. Seguindo estes passos, os jovens de todos os ciclos, juntamente com as suas famílias, poderão experienciar tudo aquilo que se associa a este mundo que tanto revela sobre as comunidades.

Na definição dos enfoques para cada ciclo ou para cada turma, pode incluir-se nas actividades relacionadas com o trabalho de campo o levantamento destas técnicas e dos edifícios recorrendo a fichas elaboradas pelo grupo de trabalho. A elaboração de entrevistas àqueles que executaram estas técnicas ou àqueles que habitam estes edifícios também pode ser uma actividade viável e traria conhecimentos suplementares acerca destes espaços de vivência multisseculares.

Após estes trabalhos de campo o tratamento dos dados, de preferência utilizando as tecnologias de informação⁵⁰, poderão corresponder à elaboração de esquemas, tabelas, quadros ou outras informações que quantifiquem ou qualifiquem este património no seu conjunto. No tratamento dos dados, decorrentes de levantamentos

⁴⁸ Cf. Decreto-Lei nº 6/2001..., pp. 258-265.

⁴⁹ LEITE, Elvira; MALPIQUE, Manuela; SANTOS, Milice Ribeiro dos – Trabalho de projecto 1: aprender por projectos centrados em problemas, p. 140.

⁵⁰ Cf. Decreto-Lei nº 6/2001..., p. 259.

arquitectónicos entretanto elaborados, a definição de tipos arquitectónicos poderá ser uma solução a ser apresentada para o escrutínio final.

Não esquecendo o seu enfoque social, a elaboração de trabalhos aplicados às experiências comunitárias ou pessoais relacionadas com este património deve ser uma prioridade. Do mesmo modo, a apresentação dos dados deve ser feita à mesma comunidade de maneira a partilhar estes conhecimentos e divulgar esta temática sob uma perspectiva diferente.

Conclusão

Ao escrever as últimas palavras desta dissertação, assumem-se certas evidências: existe uma variedade de soluções aplicadas na construção tradicional e a sua classificação, ou definição, o que não deixa de relegar para segundo plano outras características de extrema importância; os edifícios mais característicos em Vidigueira são de taipa, apesar de não se cingirem só aos objectivados; as técnicas de construção, inerentes à sua edificação, são fruto de experiências seculares e por isso representam adaptações realizadas ao longo dos anos.

Nos três grandes pontos que se tomaram como objectivos, verificaram-se certas particularidades nesta localidade, embora que ténue nalguns casos. Os materiais utilizados são aqueles que se encontram em maior abundância e as técnicas são as que melhor se adaptam a eles; as dinâmicas de evolução histórico-urbanísticas foram condicionadas pelos acontecimentos e o espírito das épocas, verificando-se na malha urbana as suas marcas; as construções em taipa, pelo menos aquelas que se assumiram como objecto desta dissertação, representam os vários estádios de adaptações técnicas, morfológicas e volumétricas correspondentes aos diferentes tempos em que poderão ter sido construídas (pelo que se apresenta).

No que diz respeito aos blocos de taipa, parece existir uma continuidade quanto à sua execução. O sistema antigo de cofragem, ainda parcialmente utilizado nas construções modernas, pouco terá mudado ao longo dos anos, pelo que não se verificaram grandes alterações. As adaptações resumem-se a certos aspectos técnicos, como na aplicação de argamassas de cal nas juntas, colocação de tijolos ou pedra nos cintamentos, ou ainda, quanto à execução das paredes, nos travamentos, nas aberturas ou nos cunhais. Uma adaptação importante diz respeito ao surgimento do adobe nestas construções, possivelmente em período mais recente, tal como acontece noutras localidades¹. Estas adaptações decorrerão das características e da disponibilidade dos materiais utilizados, das posses dos proprietários e das necessidades sociais e económicas verificadas pelos habitantes desta localidade.

Apesar de tudo, recordando as dinâmicas de renovação das malhas urbanas, verificou-se que as terras utilizadas são as do local de construção e que ao demolir-se o edifício anterior se utilizava a sua terra para edificar o mais recente. Assim se explicará

¹ Cf. Fonseca – Arquitectura de terra em Avis, p. 44.

a profusão de terras de entulho encontradas nas taipas referentes aos séculos mais antigos.

Pela importância que os telheiros tiveram no século XX em Vidigueira, também foram alvo de atenção nesta dissertação. A terra e o tijolo assumiram-se como os materiais mais utilizados na construção em Vidigueira, devido às suas características enquanto material de construção e como fonte de rendimento para muitos dos seus habitantes.

Quanto aos edifícios, as alterações são mais evidentes. Verificou-se uma evolução dos tipos ao longo dos séculos, possivelmente no sentido de os adaptar às necessidades sociais e económicas dos habitantes da localidade. Do mesmo modo, outras características também foram inseridas, tal como nas aberturas, inexistentes nos modelos mais antigos, que passam a fazer parte das características mais marcantes dos edifícios tradicionais; os socos e as molduras salientes nos vãos, pouco verificados nas construções mais antigas, encontram-se nas fachadas a partir do século XX; a bicromia das fachadas, que hoje em dia se assume como tradicional, adveio do monocromatismo no século transacto, decorrente da vaga higienista que “pintou” Portugal de branco, e da policromia nos séculos anteriores.

Ao longo do período de execução desta dissertação concretizou-se a perspectiva que o seu executante tinha sobre as construções de taipa, nesta localidade: quase todos os edifícios mais antigos são em taipa, pelo menos algumas das suas estruturas. Aqui não é necessário ir para o campo para se encontrarem edifícios construídos com esta técnica, basta sair à rua e olhar em redor. Se for de Verão, aquando das obras de recuperação que alguns proprietários ainda executam, é possível observar a taipa e as coberturas antigas. Apesar de tudo, embora alterados pelo menos quanto ao seu aspecto exterior, ainda se conseguem verificar nestes edifícios os resquícios de um passado não muito distante.

A introdução de metodologias conducentes à manutenção e preservação deste património (porque disso se trata: património vernacular ou tradicional, material e imaterial) devem ser uma prioridade no sentido de conservar um dos elementos mais expressivos do espírito desta comunidade, que representa as suas práticas e expressões culturais e sociais tradicionais.

Tal como se afirma na Introdução, o executante desta dissertação vive numa casa de taipa, mas também pertence a uma família de pequenos construtores locais e o seu avô ainda construiu a sua habitação em taipa no final dos anos 50 do século passado.

Estas técnicas de construção tradicional sempre foram debatidas em casa, tanto as paredes de taipa como as coberturas e tectos tradicionais. A execução desta dissertação representa assim, a estabilização de características que lhe estão bem presentes e que fazem parte do seu imaginário cultural e social. As brincadeiras dentro das casas velhas de taipa, em contexto urbano ou rural, sempre existiram ao longo da infância e a procura de vestígios de uma presença remota nesses edifícios ocuparam-lhe bastante tempo na adolescência. Pelo exposto, refira-se que para o executante desta dissertação, o encontro com a taipa nunca se realizou, esteve sempre presente.

Bibliografia

AAVV – **Arquitecturas de terra**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, 1993. ISBN 2-85850-326-5.

AAVV – **Arquitectura tradicional mediterrânea**. Barcelona : École d'Avignon, 2002. ISBN 84-87104-53-3.

AAVV – **Arquitectura popular em Portugal**. 3.º volume. 3.ª edição. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

AAVV – **Arquitectura de terra em Portugal**. Lisboa : Argumentum, 2005. ISBN 972-8479-36-0.

AAVV – **Building with earth** [em linha]. Tradução de Asha Puri. Nova Deli : The mud village society, 1991. [consult. 26 de Jun. de 2009]. Disponível na [www: <http://terre.grenoble.archi.fr/documentation/downloads/BuildingWithEarth_web2.pdf>](http://terre.grenoble.archi.fr/documentation/downloads/BuildingWithEarth_web2.pdf).

AAVV – **Estruturas de madeira: reabilitação e inovação**. Alverca : GECORPA, 2000.

AAVV – **Houses and cities built with earth: conservation, significance and urban quality**. [S/l] : Argumentum, 2006. ISBN 972-8479-41-7.

AAVV – **I Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra**. Salvador : [s.n.], 2002.

AAVV – **Terra em Seminário 2007**. [S/l] : Argumentum, 2007. ISBN 978-972-8479-49-7.

AAVV – **Terra: forma de construir**. Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge editores. Lisboa : Argumentum/ Escola Superior Gallaecia, 2006. ISBN 972-8479-44-1.

ABEL, António Borges – **Vilas de fundação medieval no Alentejo: contributos para o estudo da morfologia urbana**. Dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora. Évora, 1995.

AGUIAR, José – A salvaguarda de revestimentos arquitectónicos e o problema da sua “apresentação”: parte I. **Pedra & Cal**. Ano III, nº9. pp. 20-23.

_ A salvaguarda de revestimentos arquitectónicos e o problema da sua “apresentação”: parte II. **Pedra & Cal**. Ano III, nº10. pp. 28-30.

AGUIAR, José; PAIVA, José V.; PINHO, Ana – **Guia técnico de reabilitação de edifícios**. Vol. 2. Lisboa : LNEC, 2006. ISBN 978-972-49-2081-8.

AIRES-BARROS, Luís – **As rochas dos monumentos portugueses: tipologias e patologias**. Vol I e II. Lisboa : IPPAR, 2001. ISBN 972-8087-81-0.

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, F. – **Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal)**. Paris : Diffuseur: E. de Boccard, 1990.

_ **Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal) : Planches**. Paris : Diffuseur: E. de Boccard, 1990.

_ **Les Villas Romaines de São Cucufate. Dossiers d'Arqueologie - Le Portugal : de la Préhistoire à l'époque romaine**. N.º 198, Dijon, 1994.

ALEGRIA, Maria Fernanda – O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII: Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I Série, Vol. I, Porto, 1986.

ALEIXO, Sofia; MESTRE, Victor - **Reabilitação do Tempo**. Lisboa : Caleidoscópio, 2004. ISBN 972-8801-45-9.

ALMEIDA, V. Alvoreiro de – **Notícia explicativa da folha 43-A Cuba**. Lisboa : Direcção Geral de Geologia e Minas/ Serviços de Fomento Mineiro e Indústria Extractiva, 1986.

ANBA, IPPAR – **Inventário de Artístico de Portugal: Beja-zona Norte, Leiria-Distrito, Portalegre-Distrito, Santarém-Distrito**. Vol. III. 2000.

Anuário Estatístico da Região Alentejo [em linha]. Lisboa : INE, 2006. ISBN 978-972-673-906-7. [consult. 16 de Fev. 2008]. Disponível na [www: «URL:http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=11294170&PUBLICACOESmodo=2»](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=11294170&PUBLICACOESmodo=2).

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de – **Vasco da Gama e a Vidigueira: estudo histórico**. Lisboa : Imprensa Nacional, 1898.

BELÉM, Margarida da Cunha; TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa – **Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção**. Porto : CRAT: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. ISBN 972-9419-38-8.

BEXIGA, Pedro – **Arquitectura de terra na Serra de Monchique: Bases para a conservação futura**. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada na Universidade de Évora. Évora : Universidade de Évora, 2007.

BONIFÁCIO, Horácio; RODRIGUES, Maria; SOUSA, Pedro – **Vocabulário técnico e crítico de arquitectura**. 3ª edição. Coimbra : Quimera, 2002.

BORGES, Emília Salvado – **O concelho de Cuba: subsídios para o seu inventário artístico**. Lisboa : Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1981.

— **O Concelho de Cuba nas Memórias Paroquiais de 1758**. Lisboa : Edições Colibri, 1994.

BORGES, Jorge F. – **A telha. Sua importância económica** [em linha]. [consult. 26 de Jun. 2009]. Disponível na [www: «http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/ceramica3.htm»](http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/ceramica3.htm).

BRANCO, J. Paz – **O manual do pedreiro**. Lisboa : LNEC, 1982.

CAETANO, A. Palma – **Vidigueira e o seu Concelho: ensaio monográfico**. 2.ª edição revista e actualizada. Beja : Câmara Municipal de Vidigueira, 1994.

CALADO, Margarida; SILVA, Jorge Henrique Pais da – **Dicionário de termos de arte e arquitectura**. Lisboa : Presença, 2005.

CARDOSO, João Luís – **Pré-História de Portugal**. [s/l] : Editorial Verbo, 2002. ISBN 972-22-2157-4.

CARREIRA, Maria Isabel Marreiros – **Subsídios para o estudo da evolução urbana na vila de Arraiolos**. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Vol. I. Évora, 1995.

Carta de Cracóvia 2000: Princípios para a conservação e restauro do património construído. **Monumentos**. Lisboa. Número 16, 2002. pp. 141-145.

Carta ICOMOS: princípios para a análise, conservação e restauro das estruturas do património arquitectónico. [em linha]. [consult. 10 de Set. 2009]. Victoria Falls: ICOMOS, 2003. Disponível na www: «<http://www.international.icomos.org/charters.htm>».

Carta de Veneza: carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. [em linha]. [consult. 10 de Set. 2009]. Veneza : II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1964. Disponível na www: «<http://www.international.icomos.org/charters.htm>».

Carta do Património Vernáculo Construído. [em linha]. [consult. 10 de Set. 2009]. México : CIAV/ICOMOS, 1999. Disponível na www: «<http://www.international.icomos.org/charters.htm>».

CARVALHO, A. M. Galopim de; CARVALHOSA, A. Barros e – **Carta Geológica de Portugal na escala de 1/ 50 000: notícia explicativa da folha 43-B Moura**. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1970.

CARVALHOSA, A. Barros e; ZBYSEWSKI, G. **Carta Geológica de Portugal; notícia explicativa da folha 40-C Viana do Alentejo (Terciário e Quaternário)**. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1972.

CARVALHO, Jorge – **Formas Urbanas**. Coimbra : Minerva, 2003. ISBN 972-798-079-1.

CLEMENTE, Ana M.; SILVEIRA, Ângelo; VALENTE, Teresa – **Materiais e técnicas tradicionais: rebocos e tintas de cal**. Coordenação de Margarida Alçada. Sacavém : DGEMN, 2006. ISBN 972-07638-7-9.

COELHO, António Borges – **Portugal na Espanha Árabe**. Vol. I. 2ª ed.. Lisboa : Caminho, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz – O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV. **Revista de História**. INIC/Centro de História da Universidade do Porto. Porto. Vol. VIII, 1988. pp. 35-52.

CONDE, Manuel Sílvio – Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média. **Revista arqueologia medieval**. Número 5, 1997. pp. 243-266.

Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. [em linha]. [consult. 10 de Set. 2009]. Paris : UNESCO, 2003. Disponível na www: «http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17716&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html».

CORREIA, Mariana – **Técnicas portuguesas de construção em terra: a taipa alentejana. Colóquio construção e recuperação de edifícios em taipa**. Almodôvar. 2008.

– **Taipa no Alentejo / Rammed earth in Alentejo**. Lisboa : Argumentum, 2007. ISBN 978-972-8479-50-3.

– **Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra**. **APUNTES**. Bogotá. Vol. 20, número 2, 2007. pp. 202-219.

CORREIA, Mariana; MERTEN, Jacob – **A Taipa Alentejana: Sistemas Tradicionais de Protecção** [em linha]. [consult. 26 de Jun. 2008]. Disponível na [www: «www.esgallaecia.com/downloads/exemplo1.doc»](http://www.esgallaecia.com/downloads/exemplo1.doc).

CORREIA, Teresa P.; D'ABREU, Alexandre C.; OLIVEIRA, Rosário – **Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental: E (Alentejo Central) a V (Algarve)**. Vol. I. Lisboa : DGOITDU, 2004. ISBN 972-8569-28-9.

– **Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental: E (Alentejo Central) a V (Algarve)**. Vol. V. Lisboa : DGOITDU, 2004. ISBN 972-8569-28-9.

COSTA, Miguel Reimão (coord. técnico) – **Património rural construído do baixo Guadiana**. Castro Marim : Odiana, 2005. ISBN 972-99686-1-6.

CP – **Cronologia** [em linha]. [consult. 11 de Jun. 2008]. Disponível na [www: «http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vnextoid=d5433cddefcb7010VgnVCM1000007b01a8c0RCRD»](http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vnextoid=d5433cddefcb7010VgnVCM1000007b01a8c0RCRD).

CRATerre – ENSAG [em linha]. [consult. 25 de Jun. 2009]. Disponível na [www: «http://terre.grenoble.archi.fr/accueil.php»](http://terre.grenoble.archi.fr/accueil.php).

DAVEAU, Susana; GALEGO, Júlia – **O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico**. Lisboa : [s/n], 1986.

Decreto de 14 de Janeiro de 1868 [em linha]. Diário de Lisboa (1868-01-15). [consult. 11 de Jun. 2008]. Disponível na [www: «http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1840.pdf»](http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1840.pdf).

DECRETO-LEI nº 6/2001. D.R. I Série-A. 15 (2001-01-18) 258-265.

DELFANTE, Charles – **A grande história da cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos**. Lisboa : Instituto Piaget, 2000. ISBN 972-8407-09-2.

DIÁRIO DE LISBOA (1868-01-15) – **Decreto de 14 de Janeiro de 1868**. [em linha]. Consulte ainda: [«http://www.fesh.unl.pt/atlas2005/index2.cfm?assunto=1&ano=11&tema=1&unidade=1&legenda=0»](http://www.fesh.unl.pt/atlas2005/index2.cfm?assunto=1&ano=11&tema=1&unidade=1&legenda=0)

DIAS, João Alves – **Gentes e espaço (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)**. 3 Volumes. Tese de Doutoramento em História pela Universidade Nova de Lisboa. 1992.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho – **Forais Manuelinos do reino de Portugal e do Algarve: Entre Tejo e Guadiana**. [s/l] : Edição do autor, 1965.

FEIO, Mariano – **Le Bas Alentejo et l'Algarve**. Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, 1983.

– **A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve**. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1951.

FERNANDES, Maria – **A taipa no mundo. Colóquio construção e recuperação de edifícios em taipa**. Almodôvar. 2008.

FERNANDES, Maria; MESTRE, Victor – **Dome, cupolas** [em linha]. [consult. 21 de Out. 2009]. Disponível na [www: «http://www.meda-corpus.net/eng/gates/PDF/F2/C10_POR.PDF»](http://www.meda-corpus.net/eng/gates/PDF/F2/C10_POR.PDF).

_ **Piled system** [em linha]. [consult. 21 de Out. 2009]. Disponível na [www: <http://www.meda-corpus.net/eng/gates/PDF/F2/C08_MED.PDF>](http://www.meda-corpus.net/eng/gates/PDF/F2/C08_MED.PDF).

_ **Pisa wall** [em linha]. [consult. 21 de Out. 2009]. Disponível na [www: <http://www.meda-corpus.net/eng/gates/PDF/F2/A08_POR.PDF>](http://www.meda-corpus.net/eng/gates/PDF/F2/A08_POR.PDF).

_ **Urban house on one level** [em linha]. [consult. 21 de Out. 2009]. Disponível na [www: <http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=40201265>](http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=40201265).

FERREIRA, F. Guedes; MELO, H. Novais – **Controle da construção de obras de terra**. Lisboa : ICT – LNEC, 1987.

FIGUEIREDO, Miguel – **Argamassas e revestimentos tradicionais. Pedra & Cal**. Ano III, nº 9. pp. 18-20.

FONSECA, Inês – **Arquitectura de terra em Avis**. Lisboa : Argumentum, 2007. ISBN 978-972-8479-51-0.

GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga – **Arquitectura Tradicional Portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-0959-1.

GUILLAUD, H; HOUBEN, H. – **Traité de construction en terre**. Marselha : Éditions parenthèses, 1989.

GUSMÃO, José Lampreia – **Vidigueira. Album Alentejano**. Lisboa, 1931. pp. 196-202.

I.A.N./I.T. – **Dicionário Geográfico de Portugal: Vidigueira**. Vol. 39, nº 165. fls. 1019 a 1022.

_ **Dicionário Geográfico de Portugal: Vila de Frades**. Vol. 40, nº 214. fls. 1287 a 1290.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação: Alentejo**. Vol. 5. [em linha] Lisboa: I.N.E., 2001. ISBN 972-673-606-4. [consult. 16 de Fev. 2008]. Disponível na [www: <http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=377789&PUBLICACOESmodo=2>](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=377789&PUBLICACOESmodo=2).

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA – **Base de dados: Endovélico** [em linha]. [consult. 16 de Jun. 2009]. Disponível na [www: <http://www.ipa.min-cultura.pt>](http://www.ipa.min-cultura.pt)

JORGE, Virgolino Ferreira - **Cultura e património**. Lisboa : Edições Colibri, 2005. ISBN 972-772-611-9

LAUTENSACH, Hermann; RIBEIRO, Orlando – **Geografia de Portugal: a posição geográfica e o território**. Vol. I. Lisboa : Edições Sá da Costa, 1987.

LEAL, Pinho – **Portugal Antigo e Moderno**. Lisboa : [s/ed.], 1882.

LEITE, Elvira; MALPIQUE, Manuela; SANTOS, Mílce Ribeiro dos – **Trabalho de projecto 1: aprender por projectos centrados em problemas**. Porto : Edições Afrontamento, 1989.

Livro das Lezírias D'El-Rei Dom Dinis. Transcrição, Estudo e notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa : Centro de História/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

LOPES, Maria Conceição - **A Cidade Romana de Beja: Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia**. Vol. I. Coimbra: Instituto de Arqueologia/Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra; 2003.

_ **A Cidade Romana de Beja: Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia: Catálogo de sítios**. Vol. II. Coimbra: Instituto de Arqueologia/Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra; 2003.

MAÑI, Satprem – **Earth as a raw material** [em linha]. Auroshilpam : Auroville Earth Institute, 2004 [consult. 26 de Jun. de 2009]. Disponível na www: «http://www.earth-auroville.com/maintenance/uploaded_pics/Earth-raw-material.pdf».

MATEUS, João Mascarenhas – **Técnicas tradicionais de construção de alvenarias: a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos**. Lisboa : Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1234-5.

MATTOSO, José – **Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII**. 2ª ed.. Lisboa : Guimarães editores, 1985.

MATTOSO, José (coord.) – **História de Portugal: a monarquia feudal**. Vol. II. [s/l] : Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-0919-X.

MARGALHA, Maria Goreti – **Lime renders in southern Portugal. Fifth international masonry conference**. Londres (British Masonry Society), 1998.

_ **The maturation time factor in lime putty quality. 7th International masonry conference**. Londres (British Masonry Society), 2006.

_ **Reabilitação urbana: práticas concertadas. Colóquio Reabilitação urbana: práticas concertadas**. Mértola, 2007.

MARQUES, A. H. Oliveira – **Ensaio de história medieval**. Lisboa : Portugália Editora, 1985.

_ **A sociedade medieval portuguesa**. 5ª ed. Lisboa : Livraria/ editora Sá da Costa, 1987.

MARQUES, José – **Povoamento e defesa na estruturação do Estado Medieval português. Revista de História**. INIC/Centro de História da Universidade do Porto. Porto. Vol. VIII, 1988. pp. 9-21.

_ **Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis: alguns aspectos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História**. Porto. II série, vol. X, 1993. pp. 69-90.

MEDEIROS, Carlos Alberto – **Geografia de Portugal: ambiente natural e ocupação humana; uma introdução**. 4.ª ed.. Lisboa : Editorial Estampa, 1996.

MESTRE, Victor – **Arquitectura de Terra: a taipa. Jornal dos Arquitectos**. Número 12. Lisboa : 1985.

_ **Levantamento da arquitectura popular do arquipélago da Madeira**. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, apresentada à Universidade de Évora. Évora : Universidade de Évora, 1997.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE – **Plano da bacia hidrográfica do rio Guadiana: relatório final, anexo cartográfico/ temperatura do ar anual média.** Figura 3.2.8. [em linha]. [S/l]: Ministério do Ambiente, 2001. [consult. 26 Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/vol3_figuras/viiip001-302.pdf»](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/vol3_figuras/viiip001-302.pdf).

– **Plano da bacia hidrográfica do rio Guadiana: análise e diagnóstico da situação de referência / insolação anual média.** [em linha]. [S/l]: Ministério do Ambiente, 2001. [consult. 26 Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/vol3_figuras/viiip001-303.pdf»](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/vol3_figuras/viiip001-303.pdf).

– **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: Análise e Diagnóstico da Situação de Referência/ Humidade Relativa do Ar Anual Média** [em linha]. [S/l] : Ministério do Ambiente, 1999. [consult. 26 Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/vol3_figuras/viiip001-304.pdf»](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/vol3_figuras/viiip001-304.pdf).

– **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: 1ª fase análise e diagnóstico da situação.** Vol. III [em linha]. [S/l] : Ministério do Ambiente, 1999. [consult. 26 Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04.html»](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04.html).

– **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana: 1ª fase análise e diagnóstico da situação.** Vol. I. [em linha]. [S/l]: Ministério do Ambiente, 1999. [consult. 26 Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/guad_fl_v2.pdf»](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/guad_fl_v2.pdf).

MINISTÉRIO DO AMBIENTE/ INSTITUTO DA ÁGUA – **Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão: características gerais do empreendimento.** [em linha]. [s/l]: [s/n]. [consult. 26 Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://snirh.inag.pt/snirh/divulgacao/poa/frame_poa.html»](http://snirh.inag.pt/snirh/divulgacao/poa/frame_poa.html).

MINISTÉRIOS DO NEGÓCIO DA FAZENDA E DO REINO – **Lei da Administração Civil.** [em linha] Porto : Typographia do Jornal do Porto, 1867. [consult. 11 de Jun. 2008]. Disponível na www: [«http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1839.pdf»](http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1839.pdf).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – **Declaração Mod. 1 do IML: Instruções de preenchimento.**

MOUSOPOULOS, Nicolas – **L'architecture vernaculaire. Vernacular Architecture/ Architecture Vernaculaire.** [em linha]. ICOMOS International Committee on Vernacular Architecture / Comité de l'ICOMOS pour l'Architecture Vernaculaire [consult. 11 de Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.international.icomos.org/publications/vernacular.htm»](http://www.international.icomos.org/publications/vernacular.htm)

MOVIMIENTO INTERNACIONAL PARA UNA NUEVA MUSEOLOGÍA – ICOM – UNESCO [em linha]. [consult. 23 de Jun. 2009]. Disponível na www: [«http://www.minom-icom.net/PDF/MINOM_%20REN.pdf»](http://www.minom-icom.net/PDF/MINOM_%20REN.pdf).

MULLENDER, Jacques – **Éloge de la terre. In Des architectures de terre ou l'avenir d'une tradition millénaire.** Paris : Centre Georges Pompidou: Centre de Creation Industrielle, [19??]. ISBN 2-85850-109-2.

NP 405-1. 1994 (homologado em Janeiro de 1995). **Elementos de referências bibliográficas.** Lisboa: CT7 (IBL), 46 p.

NUNES, Manuel de Castro - **Mármore do Alentejo: uma Patine Milenar.** Estremoz : Associação de desenvolvimento da zona dos mármore, 1996.

OLIVER, Paul – **Dwellings: the vernacular house worldwide.** Londres : Phaidon press Ltd, 2007. ISBN 9780714847931 .

_ **Encyclopedia of vernacular architecture of the world: cultures and habitats.**

Vol. II. Cambridge : Cambridge university press, 1997.

O Portal da História [em linha]. [consult. 17 de Nov. 2008]. Disponível na www: «http://www.arqnet.pt/portal/pontosdevista/mc_concelho.html».

Ordenações Afonsinas. [em linha]. [consult. 17 de Nov. 2009]. Disponível na www: «<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>»

PAGARÁ, Ana; SERRÃO, Vítor, SILVA, Nuno Vassalo e – **Igreja de Vera Cruz de Marmelar.** Portel : Câmara Municipal de Portel, 2006.

PEREIRA, Catarina Saraiva – **Habitções rurais em taipa no Baixo Alentejo: ruína ou património? . Colóquio construção e recuperação de edifícios em taipa.** Almodôvar. 2008.

PICOTO, Pedro – **Centro e Periferia: a percepção das regiões no Estado medieval português (1245-1416).** **Penélope - Revista de História e Ciências Sociais.** N.º 26, 2002.

PINTO, Fernando Rocha – **Arquitectura tradicional de terra no Alentejo.** In **Arquitecturas de Terra: Actas do seminário animado por Jean Dethier e Hugo Houben e realizado pela Alliance Française de Coimbra e pelo Museu Monográfico de Conimbriga.** Cominbriga : Museu Monográfico de Conimbriga – Alliance Française de Coimbra-CCRC, 1992.

PLÍNIO, *o Velho* – **História Natural, Cap. VIII** [em linha]. [consult. 22 de Jun. de 2009]. Disponível na www: «<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137&default.scheme=book%3Achapter&default.type=book>».

PLANARQ – **Plano Director Municipal: enquadramento regional.** Vol. 1. Vidigueira : CMV, 1992.

PLANARQ – **Plano de Urbanização de Vidigueira: proposta preliminar – relatório fase final.** Vidigueira : CMV, 2001.

RIBEIRO, Vítor (coord. geral) – **Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional.** [S. l.] : Edições Afrontamento e CCDR Algarve, 2008. ISBN 978-989-8208-01-9 e 978-972-36-1001-7.

RIEGL, Alois – **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Goiânia : Ed. Da UCG, 2006. ISBN 85-7103-297-1.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz – **Iniciação à museologia.** Lisboa : Universidade Aberta, 1993.

RODRIGUES, Maria Paulina Santos Forte de Faria – **Argamassas de revestimento para alvenarias antigas: contribuição para o estudo da influência dos ligantes.** Dissertação de Doutoramento Engenharia Civil na especialidade de Reabilitação do Património Edificado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

RUA, Maria Helena – **Os dez livros de arquitectura de Vitruvius.** Lisboa : Departamento de Engenharia Civil do I.S.T./F.C.T./GECORPA, 1998.

SANTIAGO, Cybèle Celestino – **Estudo dos materiais de construção de Vitruvius até ao século XVIII: uma visão crítico-interpretativa à luz da ciência contemporânea.** Dissertação de doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico. Évora : Universidade de Évora, 2000.

SILVEIRA, Luis Nuno Espinha da (coord.) – **Os recenseamentos da população portuguesa 1801-1849.** Vol. 1 [em linha]. Lisboa : I.N.E., 2001. ISBN 972-673-491-4. [consult. 16 de Fev. 2008]. Disponível na www: «http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=137443&PUBLICACOESmodo=2».

– **Os recenseamentos da população portuguesa 1801-1849** [em linha]. Vol. 2. Lisboa: I.N.E., 2001. ISBN 972-673-491-5. [consult. 16 de Fev. 2008]. Disponível na [www: <http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=137443&PUBLICACOESEmodo=2>](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=137443&PUBLICACOESEmodo=2).

– **Os recenseamentos da população portuguesa 1801-1849** [em linha]. Vol. 3. Lisboa : I.N.E., 2001. ISBN 972-673-491-6. [consult. 16 de Fev. 2008]. Disponível na [www: <http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=137443&PUBLICACOESEmodo=2>](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=137443&PUBLICACOESEmodo=2).

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. [em linha]. [consult. 25 de Abril. 2008]. Disponível na [www: <http://snirh.pt/snirh.php?main_id=2&item=1&objlink=&objrede=METEO>](http://snirh.pt/snirh.php?main_id=2&item=1&objlink=&objrede=METEO).

TAVARES, Maria J. P. F. – **Os judeus em Portugal no século XV.** Vol. I. Lisboa : U.N.L.:F.C.S. H., 1982.

– **Os Judeus em Portugal no século XV.** Vol. II. Lisboa : I.N.I.C., 1984.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida – **O urbanismo português : séculos XIII a XVIII, Portugal-Brasil.** Lisboa : Livros Horizonte, 1999. ISBN 972-24-1061-X.

VARIN, François – **L'architecture vernaculaire: une définition difficile à cerner. Vernacular Architecture/ Architecture Vernaculaire.** [em linha]. ICOMOS International Committee on Vernacular Architecture / Comité de l'ICOMOS pour l'Architecture Vernaculaire [consult. 11 de Jun. 2009]. Disponível na [www: <http://www.international.icomos.org/publications/vernacular.htm>](http://www.international.icomos.org/publications/vernacular.htm)

VELOSA, Ana Luísa Pinheiro Lomelino – **Argamassas de cal com pozolanas para revestimento de paredes antigas.** Dissertação de Doutoramento em Engenharia Civil apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro : Universidade de Aveiro, 2006.

VILAR, Hermínia Maria Vasconcelos Alves – **As dimensões do poder: a diocese de Évora na Idade Média (1165-1423).** Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social Medieval apresentada à Universidade de Évora. Évora : Universidade de Évora, 1998.

Índice geral

Vol. 1

Dedicatória.....	III
Agradecimentos.....	V
Resumo/Abstract.....	VII
Sumário de conteúdos.....	IX
Introdução.....	XI
Metodologia.....	XV
1ª Parte: Caracterização da área de estudo	1
1. Definições geográficas e demográficas.....	3
2. Condições geológicas.....	9
2.1. Geomorfologia.....	9
2.2. Tectónica e Sismicidade.....	11
2.3. Geologia.....	13
3. Caracterização dos solos.....	17
4. Hidrologia.....	19
5. Condições climatéricas.....	21
5.1. Precipitação.....	21
5.2. Temperatura e Insolação.....	23
5.3. Humidade Relativa do Ar e outros Meteoros.....	25
6. Parcelamento da propriedade e identidade própria.....	27
7. Enquadramento histórico.....	29
7.1. Primeiros vestígios.....	30
7.2. Período pré-Romano e Romano.....	31
7.3. Do Período Pós-Romano até à “Reconquista” cristã.....	33
7.4. Primeiros dados concretos.....	34
7.5. Donatários medievais e a casa dos Gama.....	35
7.6. As Memórias Paroquiais de Vidigueira.....	37
7.7. O século XIX em Vidigueira.....	40

2ª Parte: Materiais e técnicas de construção	43
1. Os materiais nas técnicas tradicionais de construção	45
1.1. A terra como material de construção	47
1.1.1. A taipa	48
1.1.2. O adobe	50
1.1.3. O tijolo	52
1.1.4. A telha	53
1.2. As pedras naturais	54
1.3. A cal	55
1.4. Madeiras e outros materiais de origem vegetal	57
2. As técnicas tradicionais em Vidigueira: relatos dos ofícios	59
2.1. Os mestres taipeiros	59
2.1.1. As formas da casa de taipa em Vidigueira	61
2.1.2. O tempo e os trabalhadores	63
2.1.3. A terra	64
2.1.4. Preparação da terra	66
2.1.5. Utensílios	67
2.1.6. Caboucos e fundações	72
2.1.7. Execução dos blocos de taipa	74
2.1.8. Abertura dos vãos (portas e janelas)	80
2.1.9. Argamassas e rebocos	81
2.2. Os mestres de “obra grossa” e de telhas	84
2.2.1. A localização dos telheiros e instalação no terreno	85
2.2.2. O barro para cada peça e a sua preparação	88
2.2.3. Trabalhos, trabalhadores e utensílios	91
2.2.4. Secagem e cozedura das peças	94
2.3. Perspectivas sobre os tectos e coberturas tradicionais	100
2.3.1. Madeira e cana, elementos básicos dos telhados em Vidigueira	100
2.3.2. Tectos	102
2.3.3. Coberturas	111
2.3.4. Beirais	118

3ª Parte: História da construção	121
1. Dados prévios para a compreensão da evolução histórico-urbanística de Vidigueira	123
1.1. Contextualização histórica.....	124
1.2. Evolução urbanística medieval, moderna e contemporânea: dados prévios e integradores	127
2. Evolução urbanística de Vidigueira	133
2.1. Núcleo primitivo.....	133
2.2. Séculos XV-XVI.....	136
2.3. Séculos XVII e XVIII.....	137
2.4. Século XIX e XX.....	139
3. O edifício habitacional baixo-alentejano.....	143
3.1. Dos edifícios de Vidigueira: caracterização morfológica.....	145
4. Definição das zonas de onde se irão retirar as amostras	147
4.1. Escolha dos edifícios	148
4ª Parte: Consideração analítica dos dados recolhidos	151
1. Caracterização tipológica dos edifícios urbanos	153
1.1. Tipos arquitectónicos habitacionais em Vidigueira.....	156
1.1.1. Tipo 1 – Casa de uma divisão de raiz medieval	156
1.1.2. Tipo 2 – Casa de duas divisões à frente e duas atrás	158
1.1.3. Tipo 3 – Casa de três divisões de fachada	159
1.1.4. Tipo 4 – Casa de quatro divisões de fachada.....	161
1.1.5. Tipo 5 – Casa de corredor.....	162
1.1.6. Tipo 6 – Casa de <i>falso corredor</i>	164
1.1.7. Tipo 7 – Casa com casão na fachada.....	165
2. Análise aos dados técnicos das habitações identificadas	169
2.1. Materiais de construção	169
2.2. A terra e a taipa.....	170
2.2.1. Fundações	172
2.2.2. Paredes.....	174
2.2.3. Vãos de portas e janelas.....	176
2.2.4. Cunhais	177
2.2.5. Tectos e coberturas	178

2.2.6. Pavimentos.....	181
2.2.7. Revestimentos.....	181
2.3. Outros dados tipológicos	184
2.4. Alterações nos edifícios.....	188
5ª Parte: Valorização da técnica de construção em taipa e da abobadilha alentejana	191
1. Património cultural vernacular ou tradicional	193
2. A salvaguarda do património cultural construído	195
3. Conservação do património tradicional ou vernacular em Vidigueira.....	197
4. Técnicas de conservação e manutenção do património vernacular ou tradicional	201
4.1. Contributo para um guia de apoio às pequenas intervenções	202
4.1.1. Anomalias comuns em edifícios.....	203
4.1.2. Fundações e pavimentos	206
4.1.3. Paredes e revestimentos.....	207
4.1.4. Coberturas.....	210
5. Divulgação das técnicas ao nível local.....	213
5.1. Exposição temporária sobre as técnicas tradicionais de construção e workshop complementar	213
5.2. “Área Projecto”: aplicação à comunidade escolar.....	216
Conclusão	219
Bibliografia.....	223
Índice geral	233
Índice de figuras	239
Índice de quadros.....	251

Anexos: Vol. 2

Índice geral	III
Anexos: 1ª Parte	1
Ilustração 1 - "Planície a norte de Beja e a falha de escarpa de Vidigueira. Desenho por F. Galhano"; Mariano Feio - Le Bas Alentejo et l'Algarve, figura 6 [pp. 48/49]	3
Figura 1 - Concelho de Vidigueira em Portugal	5
Figura 2 - Concelho de Vidigueira, extractos das Cartas Militares 1/25 000	5
Figura 3 - Mapa do concelho de Vidigueira	5
Figura 4 - Concelho de Vidigueira, representação geológica, segundo o PDM de Vidigueira	7
Figura 5 - Concelho de Vidigueira com as principais linhas de água	9
Figura 6 - Concelho de Vidigueira, Ordens dos Solos, segundo o PDM de Vidigueira ..	10
Figura 7 - Concelho de Vidigueira, zonas pedológicas, segundo o PDM de Vidigueira ..	11
Quadro 1 - Distribuição taxonómica dos solos	13
Anexos: 2ª Parte	15
Entrevistas sobre a taipa:	17
Relato do Mestre Pedreiro António João Trole, 19-06-2007:	17
Relato do Sr. António Francisco Carraça, 2-06-2008:	33
Entrevistas sobre os telheiros:	51
Relato da Sr.ª Maria Emília Trole, 12-06-2008:	51
Relato do Sr. Diogo Quarenta, 20-12-2008:	57
Relato do Sr. Sebastião Cabaço, 21-12-2008:	67
Relato do Sr. Francisco Batuca, 28-12-2008:	79
Relato do Sr. "Zé do Ó" [José A. Casadinho Baião], 28-12-2008:	87
Entrevistas sobre as coberturas tradicionais:	95
Continuação da entrevista ao Sr. António Faisco. 28-08-2009:	95
Relato do Sr. Manuel Francisco Fialho, 27-08-2009:	97
DVD com as entrevistas aos Srs. António Faisco (1ª parte), António João Trole (abobadilha alentejana) e José Luís Faisco.	107

Anexos: 3ª Parte	109
Quadro 1 – Registo das matrizes prediais urbanas do Serviço de Finanças de Vidigueira, edifícios registados até ao ano de 1940	111
Figura 1 - Distribuição geral dos edifícios de taipa inquiridos em Vidigueira, parte norte da localidade	159
Figura 2 - Distribuição geral dos edifícios de taipa inquiridos em Vidigueira, parte sul da localidade	161
Anexos: 4ª Parte	163
Ficha 1 - Modelo de ficha de inquérito por habitação	165
Quadro 1 - Tipos arquitectónicos por edifício	169
Quadro 2 - Taipas identificadas em Vidigueira	173
Quadro 3 - Fundações, coberturas e tectos identificados em Vidigueira	179

Índice de figuras

Textos introdutórios

Figura 1 - Vista geral de Vidigueira e da serra de Portel (perspectiva de sudoeste)...XIII

1ª Parte

Figura 1 - Concelho de Vidigueira, freguesias e localidades	3
Figura 2 – Frontispício da publicação de Júlia Galego e Suzanne Daveau, O Numeramento de 1527-1532	4
Figura 3 - Extracto do Foral Manuelino de Vidigueira, fôlio 34 verso	6
Figura 4 - Fôlio 1º das <i>Memórias Paroquiais</i> de Vidigueira.....	7
Figura 5 - Escarpas de falha no granito e no xisto, Lautensach e Orlando Ribeiro, p. 175	10
Figura 6 - O relevo no concelho de Vidigueira	11
Figura 7 - Falhas geológicas, concelho de Vidigueira, segundo as Carta Militares 1/25 000	12
Figura 8 - Intensidade sísmica, concelho de Vidigueira.....	12
Figura 9 - Representação geológica, freguesia de Vidigueira, segundo o PDM de Vidigueira.....	16
Figura 10 - Classificação dos solos, freguesias de Vidigueira e Vila de Frades	18
Figura 11 - Concelho de Vidigueira, linhas de água	19
Figura 12 - 1 e 2; Precipitação total anual	22
Figura 13 – 1 e 2; Temperatura média anual e insolação média anual.....	24
Figura 14 – 1 e 2; Temperatura média anual e insolação média anual, concelho de Vidigueira	24
Figura 15 – 1 e 2; Humidade relativa do ar, às 9 horas	26
Figura 16 – 1 e 2; Geada número de dias por ano	26
Figura 17 - Parcelamento da propriedade em Vidigueira e Vila de Frades, Ortofotomapa SNIG.....	28
Figura 18 – 1 e 2; Menir do Mac Abraão e anta da Mangancha de Cima (antes de ter sido destruída)	30

Figura 19 – 1 e 2; Aparelhos construtivos dos muros das <i>villae I e II</i> de S. Cucufate ..	32
Figura 20 – 1 e 2; Aparelhos construtivos das paredes da <i>villa III</i> de S. Cucufate e Monte da Cegonha, Selmes (Planta CMV)	33
Figura 21 - Pedra visigótica encontrada em Marmelar.....	33
Figura 22 - Planta da Igreja de St. ^a Clara (DGEMN).....	34
Figura 23 - Ermida de Santa Clara que terá substituído a sua congénere construída pelo primeiro donatário de Vidigueira	35
Figura 24 – 1 e 2; Torre do Relógio de Vidigueira, foto a preto e branco do <i>Album Alentejano</i> , p. 197	37
Figura 25 - Igreja da Misericórdia de Vidigueira.....	37
Figura 26 – 1, 2 e 3; Plantas e fotografia do Convento de Nossa Senhora das Relíquias, tal como se encontra hoje	38
Figura 27 - Torre de menagem, ou castelo, de Vidigueira	39
Figura 28 - 1 e 2; Plantas da Escola Primária Vasco da Gama e do Mercado Municipal de Vidigueira (CMV)	40
Figura 29 - Escola Primária de Vidigueira, adaptada a Museu Municipal (2004)	40
Figura 30 - Mercado Municipal de Vidigueira.....	40
Figura 31 - Inauguração da bica da Cascata, primeiro posto de abastecimento de água canalizada de Vidigueira, 1891	41
Figura 32 – 1, 2 e 3; Edifício do Clube F. Vasco da Gama antes da intervenção, em 2007; Edifício do Clube Futebol Vasco da Gama em 2009 (1 e 2).....	41

2ª Parte

Figura 33 - Diagrama de Auroville, segundo o estado em que a terra é utilizada.....	46
Figura 34 - Diagrama do CRAterre, segundo a forma em que a terra é utilizada.....	46
Figura 35 - Planta da gruta de Lascaux, França, cujos vestígios remontam a 15 000 a. C.	47
Figura 36 - Edifício em taipa, rua Nova das Hortas, nº 9.....	49
Figura 37 - Parede interior de adobe, estrada da Cuba, nº 21.....	51
Figura 38 - Parede em tijolo maciço, rua Nova das Hortas nº 9.....	52
Figura 39 - Telhado de telhas de canudo, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21	53
Figura 40 - Pedra granítica da região utilizada na construção, rua do Fojo nº 6.....	54

Figura 41 – 1 e 2; Rua do Frade, nº 3, e rua da Boavista, nº 57	55
Figura 42 - Rua do Poço Novo, nº 74.....	56
Figura 43 – 1, 2 e 3; Sobreiro, azinheira e pinheiro, madeiras mais utilizadas em Vidigueira.....	58
Figura 44 - Eucaliptos nos arredores de Vidigueira	58
Figura 45 - Canavial na ribeira de Freixo, entre Vidigueira e Vila de Frades.....	58
Figura 46 - Sr. António João Trole.....	59
Figura 47 - Sr. António Faísco	59
Figura 48 - Execução de parede de taipa, <i>Arquitectura popular em Portugal</i> , p. 35.....	60
Figura 49 - Edifício oitocentista pertencente a famílias abastadas construído em taipa, rua do Outeiro nº 5.....	61
Figura 50 - Planta de habitação no Alentejo, <i>Arquitectura tradicional portuguesa</i> , p. 160	61
Figura 51 - Terra de entulho utilizada na taipa, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 39	64
Figura 52 – Terra de piçarra em bloco de taipa, habitação na serra de Portel, freguesia de Santana.....	65
Figura 53 - Pormenor da terra e do sistema construtivo da taipa do edifício da Firma José Mendes Carvalho e Sobrinhos, largo José Mendes Carvalho	66
Figura 54 - 1 e 2; Posição dos côvados no taipal e com as suas dimensões.....	67
Figura 55 - Sistema de travamento do agulheiro com o preguinho.....	68
Figura 56 - Agulheiro e as suas dimensões	68
Figura 57 - Costeiro e as suas dimensões	69
Figura 58 - Pita, <i>Agave americana</i> , arredores de Vidigueira	69
Figura 59 – 1, 2, 3 e 4; Costeiros e processo de os atar na parte superior.....	70
Figura 60 - Taipais utilizados em Vidigueira, propriedade Sr. António João Trole	71
Figura 61 – 1 e 2; Comporta, suas dimensões e inserida nos taipais, propriedade do Sr. António João Trole.....	71
Figura 62 - Malho e as suas dimensões	72
Figura 63 - Malho, propriedade do Sr. António João Trole.....	72
Figura 64 - 1 e 2; Pormenor das fundações de pedra granítica e pedra de xisto da serra de Portel, praça Vasco da Gama, nº 9/10 e rua de S. João, nº 3	73
Figura 65 – 1 e 2; Cesta de esparto, propriedade do Sr. António João Trole.....	74
Figura 66 - Cutelo, rua do Carmo, nº 17	75

Figura 67 - Primeiras malhadas para comprimir a terra do bloco de taipa.....	75
Figura 68 - Segundas malhadas, as terceiras também eram diagonais ao contrário das apresentadas.....	75
Figura 69 - Parede interior lateral em adobe ligada à parede estrutural do meio, rua do Fojo, nº 6.....	76
Figura 70 - bloco de taipa dividido ao meio, rua do Fojo, nº 7	77
Figura 71 - Junta vertical e horizontais, rua 25 de Abril nº 32.....	78
Figura 72 – 1 e 2; Cunhal em escadinha, rua do Carmo, nº 17 e cunhal direito, rua do Pombalinho nº 9.....	79
Figura 73 – 1, 2 e 3; Lintel de madeira, rua 25 de Abril, nº 32; porta escavada na parede, rua Luís Vaz de Camões, nº 38; e folha de tijolo num arco de janela, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21.....	80
Figura 74 - Ombreira em tijolo, largo de S. Francisco, nº 6.....	81
Figura 75 – 1 e 2; Reboco de barro, rua da Boavista, nº 23	81
Figura 76 - Trolha.....	82
Figura 77 – Trolha e as suas dimensões	82
Figura 78 - Taipa picada para receber melhor o reboco, praça Vasco da Gama, nº 10..	83
Figura 79 - Pormenor da estrutura construtiva da <i>villa</i> romana de S. Cucufate.....	84
Figura 80 – 1 e 2; Principais zonas de instalação de telheiros, segundo a qualidade dos solos e segundo as linhas de água.....	86
Figura 81 - Forno de cozer tijolo, arredores de Ferreira do Alentejo.....	87
Figura 82 - Arneiro, propriedade do Sr. Francisco Batuca.....	89
Figura 83 - 1 e 2; Grade de ferro, propriedade do Sr. “Zé do Ó”	91
Figura 84 – 1 e 2; Galápio de madeira, propriedade do Sr. "Zé do Ó"	92
Figura 85 - 1 e 2; Sr. Francisco Batuca e os irmãos no telheiro dos Pisões a amassar o barro com as latas e as enxadas e no poial com a pedra, os galápios (nas mãos do irmão e no chão) e a rasoira (mãos do Sr. Francisco, à direita nas fotos); forno de cozer tijolo a fumegar ao fundo.....	93
Figura 86 - Enxada para amassar o barro	93
Figura 87 - Formas de madeira do ladrilho, do tijolo e do adobo	94
Figura 88 - Moldagem e secagem dos tijolos, <i>Arquitectura popular em Portugal</i> , p. 39	94
Figura 89 - Forno de telheiro, Ferreira do Alentejo	95
Figura 90 - Disposição das peças dentro do forno, Ferreira do Alentejo	97

Figura 91 - <i>Ranhador</i>	97
Figura 92 - 1 e 2; Forma do tijolo, propriedade do Sr. Diogo Quarenta, e desenho com as dimensões.....	99
Figura 93 - 1 e 2; Forma do adobo, propriedade do Sr. Diogo Quarenta, e desenho com as dimensões.....	99
Figura 94 – Alguns dos utensílios do telheiro, Museu Municipal de Vidigueira.....	99
Figura 95 - Freixos na ribeira de Freixo.....	100
Figura 96 - Caibros de madeira de uma cobertura, rua do Carmo, nº 17.....	101
Figura 97 - Canavial nos arredores de Vidigueira.....	102
Figura 98 - Abobadilha alentejana feita pelo Sr. José Luís Faísco, terreiro de S. Pedro	102
Figura 99 - Tecto de tampa de caixão, rua 25 de Abril, nº 19.....	102
Figura 100 - Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar a marcação do centro da abobadilha.....	104
Figura 101 - 1, 2 e 3: Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar a marcação da flecha da abobadilha.....	105
Figura 102 – 1 e 2; Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar a marcação do ponto intermédio para a marcação da volta da abobadilha e a marcar a volta da abobadilha	106
Figura 103 - Sr. Manuel Fialho a mostrar como se faz a <i>boca-de-lobo</i>	106
Figura 104 - Sr. Manuel Francisco Fialho a exemplificar como se utiliza o cintel do intradorso para corrigir a abobadilha.....	108
Figura 105 - Fechamento das fiadas da abobadilha com cunha de tijolo, largo D. Violante	108
Figura 106 - Tecto de tampa de caixão ou abóbada de caixão, rua 25 de Abril, nº 19	110
Figura 107 - Telhado de duas águas de ripa-de-salto-de-rato, largo Visconde da Ribeira Brava nº 21	111
Figura 108 - Caibros de madeira cortados ao meio e ripa-de-salto-de-rato, largo Frei António das Chagas nº 57.....	112
Figura 109 - Parede de cumeeira escavada para receber os caibros de madeira, rua do Carmo nº 17.....	112
Figura 110 - 1 e 2; Espaço escavado para um barrote intermédio, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 8; caibro intermédio para sustentação da restante estrutura de madeira	113

Figura 111 - Forro de folha-guarda-pó (recente), rua Comendador José Domingos Fazenda, nº38.....	114
Figura 112 - Grampo de arame.....	115
Figura 113 - Caibros de madeira cortados ao meio e forro de cana, largo de S. Francisco, nº6	115
Figura 114 – 1 e 2; Molde de tijolo de meia e as suas dimensões, propriedade do Sr. António João Trole	117
Figura 115 - Beiral simples, rua da Guarda, nº43	118
Figura 116 - Beiral duplo, rua Dr. António Carlos da Costa, nº11	118
Figura 117 -1 e 2; Beiral com sub-beirado, rua da Boavista, nº 57; e beiral composto, rua da Boavista, nº 23	119

3ª Parte

Figura 118 - Libourne, Aquitânia, França, fundada em 1268	124
Figura 119 - Castelo de Portel, Alentejo	125
Figura 120 - Ruínas Romanas de S. Cucufate.....	125
Figura 121 – Selo do Mosteiro de S. Vicente de Fora em Vila de Frades, na Casa do Priorado/ Casa do Almeida.....	126
Figura 122 - Cidade de Tétouan, Marrocos. Exemplo de evolução urbanística sem plano pré-estabelecido.....	127
Figura 123 - Monpazier, Aquitânia, França. Exemplo de fundação e evolução urbanística com plano pré-estabelecido.....	128
Figura 124 - Parte antiga da vila de Nisa, fundada a partir de 1199	128
Figura 125 - Praça da República de Beja, renovada no tempo de D. Manuel I.....	129
Figura 126 - Ordenações Manuelinas.....	130
Figura 127 - Representação de edifícios após o Terramoto de 1755, LNEC	131
Figura 128 – 1 e 2; Azenha abandonada nos arredores de Vidigueira, ao longo da estrada municipal 519 para Alcaria da Serra (Foto a preto e branco na <i>Arquitectura popular em Portugal</i> , p. 51.).....	132
Figura 129 - Rua dos Mercadores	133
Figura 130 - "Pedras Altas", possível núcleo inicial, século XIII	134
Figura 131 - Rua dos Escudeiros.....	135

Figura 132 - Praça da República, antiga praça do Município	135
Figura 133 - Possível evolução urbanística, séculos XIII-XIV	136
Figura 134 - Câmara Municipal de Vidigueira e janela da cadeia, à esquerda	136
Figura 135 - Rua do Granado e fachada lateral da Câmara Municipal	137
Figura 136 - Evolução urbanística, séculos XV e XVI	137
Figura 137 – 1 e 2; Largo Visconde da Ribeira Brava e rua 25 de Abril ao fundo, antiga rua dos Brancos (Foto a preto e branco de Álbum Alentejano, 1931, p. 198.)	138
Figura 138 - Evolução urbanística, séculos XVII e XVIII	138
Figura 139 - Plano de loteamento de 1899, Vidigueira	139
Figura 140 - Ante-Plano de Urbanização de Vidigueira, 1953	140
Figura 141 – Possível evolução urbanística, séculos XIX e XX	141
Figura 142 - Praça Vasco da Gama nº 28	143
Figura 143 - Quintal com pomar, rua da Boavista, nº 5	144
Figura 144 - Ante-Plano de Urbanização de Vidigueira	145
Figura 145 – As 4 Zonas de análise	148
Figura 146 - Edifícios de taipa, ou com estrutura de taipa, identificados em Vidigueira	149
Figura 147 – Distribuição geral dos edifícios de taipa inquiridos em Vidigueira	150

4ª Parte

Figura 148 - Possível modelo medieval de divisão única ou <i>casa elementar</i> ; tipo 1 segundo Manuel Sílvio Conde, casa de Évora.	154
Figura 149 - Possível modelo medieval de duas divisões para habitação, <i>casa elementar duplicada</i> ; tipo 2 segundo Manuel Sílvio Conde, casa de Évora.	154
Figura 150 - Possível evolução lateral da casa elementar, no sentido lateral, nos períodos Moderno e Contemporâneo	155
Figura 151 - Rua dos Mercadores, nº13, habitação Tipo 1	157
Figura 152 - Planta esquemática da habitação da rua dos Mercadores, nº13	157
Figura 153 - Largo de S. Francisco, nº6, casa de Tipo 2	158
Figura 154 - Planta esquemática da habitação do largo de S. Francisco, nº 6	158
Figura 155 - Casa de 3 divisões de fachada, rua da Boavista, nº 58, Casa de Tipo 3 ..	159
Figura 156 - Planta esquemática da 2ª fase do Tipo 3 na rua da Boavista, nº58	160

Figura 157 - Casa de três divisões de fachada, Travessa do Cotovelo, nº16, casa de Tipo 3	160
Figura 158 – 1 e 2; Habitação de quatro divisões de fachada com falso corredor, rua do Outeiro, nº 8.....	161
Figura 159 – 1 e 2; Plantas esquemáticas das habitações da rua do Outeiro, nº 8, <i>falso corredor</i> central que termina na cozinha e da rua General Humberto Delgado, nº16..	161
Figura 160 - 1 e 2; Rua General Humberto Delgado nº 16, fachada e casa dianteira ..	162
Figura 161 - Rua Dr. Carlos C. SottoMayor Figueira, nº 19, Casa de corredor sem janelas, Tipo 5	162
Figura 162 - 1 e 2; Casa de corredor, rua do Marquês, nº 20, casa Tipo 5 e planta esquemática	163
Figura 163 - 1 e 2; Casa de falso corredor, rua do Nova do Olival, nº 9, casa Tipo 6 e planta esquemática.....	164
Figura 164 - 1 e 2; Rua de S. João, nº 3, casa com casão na fachada, casa Tipo 7 e planta esquemática	165
Figura 165 - Casão do edifício da rua de S. João, nº 3	165
Figura 166 – 1 e 2; Taipa de entulho, rua da Malheira, nº 3 (Inicial) e taipa virgem, rua do Pombalinho, nº 9 (séc. XX).....	170
Figura 167 - Parede de taipa com cintamento e junta vertical de areia e cal, rua SottoMayor Figueira, nº 19.....	171
Figura 168 - Blocos de taipa divididos ao meio, rua da Boavista, nº 34.....	171
Figura 169 - Tijolo na junta vertical, rua SottoMayor Figueira, nº 19.....	172
Figura 170 - Tijolo na junta vertical, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 8	172
Figura 171 - fundações de pedra de xisto misturadas com bocados de tijolo, rua de S. João, nº 3.....	173
Figura 172 - Fundações de pedra granítica irregular, rua da Boavista, nº 34.....	173
Figura 173 – 1 e 2; Fundações salientes, rua do Carmo, nº 3 e muro da rua dos Gregos/ tv do Beco.....	173
Figura 174 - Fundações de pedra granítica e tijolo com uma fina camada de barro de ligação com a taipa, rua do Carmo nº 17	174
Figura 175 - Parede lateral de casão em adobe com uma fiada de tijolo, adossados com argamassa de barro, rua do Fojo, nº 6.....	175
Figura 176 - Parte inferior de uma parede lateral interior em tijolo, encimado por adobe, rua de S. João, nº 3	175

Figura 177 - Parede de adobe na parte inferior, taipa na intermédia e tijolo na superior de ligação com o telhado, rua de S. João, nº 3	175
Figura 178 - Tirante metálico, rua da Boavista nº 57.....	176
Figura 179 - Ombreira sem tijolo, rua Eng. Aires da Fonseca, nº 26.....	176
Figura 180 - Lintel em madeira, Rua da Malheira, nº 3	176
Figura 181 - Reposteiro a tapar o portal interior, rua do Frade, nº 3.....	177
Figura 182 - Ombreira de tijolo ao cutelo e perpendicular e arco abatido, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 8,.....	177
Figura 183 - Cunhal sem blocos alternados, rua General Humberto Delgado, nº 18... ..	178
Figura 184 - 1 e 2; Cunhais em escadinha, também se verificam os blocos desencontrados e dois cutelos, e cunhal de pilar, rua do Carmo, nº 17, e praça Vasco da Gama, nº 9 e 10	178
Figura 185 - Extremidade de abobadilha com a técnica da abobadilha de berço, rua Cega, nº 5.....	178
Figura 186 - Extremidade da mesma abobadilha com técnica de abobadilha de engras, rua Cega, nº 5.....	178
Figura 187 - Abobadilha de engras com lunetas, rua Comendador José domingos Fazenda, nº 30.....	179
Figura 188 - Abobadilha de engras com calhas de ferro, rua Comendador José Domingos Fazenda, nº 30	179
Figura 189 - Forro de tijolo de meia na cobertura, rua do Outeiro, nº 8	179
Figura 190 - Forro de tijolo de meia na cobertura, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21	179
Figura 191 - 1, 2 e 3; Coberturas de cana, ripa-de-salto-de-rato e folha-guarda-pó....	180
Figura 192 - Habitação com beiral de sub-beirado, rua da Boavista, nº 40	180
Figura 193 - Corredor com pavimento de ladrilhos de cimento prensado, rua do Fojo, nº 6	181
Figura 194 - Pavimento de terra e ladrilho cerâmico antigo, praça Vasco da Gama, nº 28	181
Figura 195 - Sobreposição de camadas de cal de diferentes cores, rua da Boavista, nº 23	181
Figura 196 - 3 camadas de reboco e caição: barro e areia e cal, muro da rua dos Gregos/ tv. do Beco	182
Figura 197 - Cozinha com branco e ocre, largo Frei António das Chagas, nº 47	182

Figura 198 – 1 e 2; Fachadas brancas com portas vermelhas, largo Frei António das Chagas, nº 47, e rua dos Casões do Sindicato, nº 31	183
Figura 199 - Chaminé decorada com estuque e esgrafito, rua do Poço das Figueiras, nº 15	183
Figura 200 - 1 e 2; Grafitos a imitar azulejo e pilastras, rua do Outeiro, nº 40	184
Figura 201 - Habitação da rua do Outeiro, nº 40	184
Figura 202 - Chaminé de pano, praça Vasco da Gama, nº 28	184
Figura 203 – 1 e 2; Poial dos cântaros e despensa ao lado da chaminé, rua Fialho de Almeida, nº 17	185
Figura 204 – 1, 2 e 3; Fornalha com três entradas no largo Frei António das Chagas, nº 57, e lavatórios com bacia, jarro e espelho, na rua do Castelo, nº 16, e só com jarro e “camisa do trabalho” na praça Vasco da Gama, nº 28	185
Figura 205 - Quintal com laranjeiras, rua Miguel Bombarda, nº 9	186
Figura 206 – 1 e 2; Poço "meeiro" e interior de um poço, rua 25 de Abril, nº 32, e rua Nova do Olival, nº 19	186
Figura 207 - Substituição de telhado e de revestimento exterior, largo Visconde da Ribeira Brava, nº 21	188

5ª Parte

Figura 208 – 1, 2 e 3; Várias patologias verificadas na habitação do largo de S. Francisco, nº 6	205
Figura 209 – 1, 2 e 3; Aplicação abusiva de argamassas à base de cimento nas paredes de taipa, rua Dr. António Carlos da Costa, nº 11	205
Figura 210 - Degradação dos revestimentos interiores devido a eflorescências e criptoflorescências, rua da Boavista, nº 34	206
Figura 211 – 1 e 2; Fendilhação inferior da parede por movimentos horizontais das fundações, rua do Frade, nº 32; degradação dos revestimentos interiores devido a eflorescências, rua da Guarda, nº 43	208
Figura 212 – 1 e 2; Cobertura com infestação de insectos e aberturas entre as ripas por retracção da madeira, rua dos Gregos nº 9, e cobertura com humidades, bolores e apodrecimento da madeira, rua da Guarda, nº 43	210

Figura 213 – 1 e 2; Abobadilha com humidades e fissura diagonal, rua do Matadouro, nº 9, e ferrugem na abobadilha executada em calhas de ferro, rua Cega, nº 6	211
Figura 214 - Museu Municipal de Vidigueira	213
Figura 215 - Viver numa casa de taipa.....	215
Figura 216 - Escola Básica Integrada de Vidigueira	216

Índice de quadros

1ª Parte

Quadro 1 - Evolução populacional de Vidigueira	8
Quadro 2 - Linhas de água secundárias no concelho de Vidigueira.....	20
Quadro 3 - Precipitação entre 1958/ 09 e 2007/ 08	23
Quadro 4 - Donatários medievais até D. Vasco da Gama	36

2ª Parte

-

3ª Parte

-

4ª Parte

Quadro 5 - Tipos Arquitectónicos verificados em Vidigueira	166
Quadro 6 – Tipos de terra das taipas verificados.....	171
Quadro 7 - Outros dados tipológico	187
Quadro 8 - Distribuição de árvores pelos pomares	187
Quadro 9 - Principais alterações verificadas nas 106 habitações inquiridas	189

5ª Parte

-